



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**V Legislatura**

**Número: 74**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-feira, 8 de Fevereiro de 1996**

**Presidente:** Deputado Humberto Melo

**Secretários:** Deputados Gaspar da Rosa (*Substituído no decorrer da Sessão pelo Dep. José Ramos Aguiar*) e Hélio Pombo

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início pelas 10.15 horas.*

No **Período da Ordem do Dia** deu-se continuidade à apreciação das Propostas do Plano e Orçamento para 1996.

Intervieram no debate os Srs. Deputados Artur Martins (*PSD*), Rogério Serpa (*PS*), Carlos Silva (*PSD*), Jorge Cabral (*PSD*), Fernando Meneses (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Manuel Gil Ávila (*PSD*), Álvaro Manito (*PSD*), Nélia Figueiredo (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), Gaspar da Rosa (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Silva Melo (*PS*), José Nascimento Ávila (*PS*), João Cunha (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Jorge Valadão (*PSD*), Dionísio de Sousa (*PS*), Fernando Fonte (*PS*), Ricardo Barros (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Carlos César (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Eugénio Leal (*PSD*), Martins Goulart (*PS*), António Almeida (*PSD*), Manuel António Martins (*Ind.*), Homem de Gouveia (*PSD*), Ana Gomes Silva (*PSD*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), Duarte Pires (*PS*), Rosa

Machado (*PSD*), Victor Evaristo (*PSD*), José Maria Bairos (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais do Turismo e Ambiente (*Manuel Azevedo*), Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*), Agricultura e Pescas (*Adolfo Lima*), Educação e Cultura (*Bento Barcelos*), Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*), Saúde e Segurança Social (*António Meneses*), Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Madruga da Costa*).

*Os trabalhos terminaram às 24.00 horas.*

---

**Presidente:** Bom dia, Srs. Deputados. Pedia o favor de ocuparem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

Vamos proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Eugénio Leal, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Gomes, António Silva Melo, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Meneses, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **PCP** - Paulo Valadão; **Dep. Indep.** - Manuel António Martins.*

**Presidente:** Estão presentes 45 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início à nossa ordem do dia com a discussão do Plano e Orçamento.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

**Deputado Artur Martins (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Plano e o Orçamento são instrumentos que visam o aproveitamento das potencialidades regionais e têm como principal finalidade o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores, com especial relevo para a melhoria da qualidade de vida e bem estar da nossa população.

São documentos que apresentam um novo enquadramento político e, para os objectivos que se pretendem atingir, contêm os meios necessários à mobilização dos açorianos quer no aspecto social, quer na vertente económica.

São também, a consequência e o corolário lógico da concretização do Programa do Governo aprovado por esta Assembleia no passado mês de Novembro.

Preconizam os documentos ora em debate, como grandes linhas de orientação:

- Resolver os nossos problemas;
- Valorizar a nossa gente;
- Apostar na nossa terra;

Pretende-se categoricamente resolver os nossos problemas, acreditando na autonomia, servindo os açorianos e afirmando os Açores.

Os propósitos que o Governo exhibe neste plano para afirmar os Açores são credíveis e garantem à partida a obtenção de resultados positivos.

No âmbito da valorização da nossa gente, propõe-se o Governo Regional dos Açores preparar o futuro, apostando na educação, na juventude e na formação profissional, ao mesmo tempo que se pretende, uma vivência condigna para todos os açorianos, onde todos possam ter acesso a patamares mínimos da existência humana.

Ao apostar na nossa terra, o Governo quer que a produção económica se faça com qualidade, vencendo distâncias através de uma maior e melhor rede de comunicações, garantindo condições financeiras e de trabalho para as nossas ilhas e a sua gente.

Estamos por isso perante um plano capaz e realista.

De objectivos muito claros, tendo sempre presentes os nossos limitados recursos.

Não se pode nem se deve sonhar para além das nossas possibilidades.

Não é possível a realização imediata de todas as carências sentidas na Região.

Ao Governo compete criar mecanismos para a satisfação de algumas necessidades.

Não pode fazer tudo. Nem tudo é possível fazer ao mesmo tempo.

Por mais que o Governo quisesse ou pudesse fazer, jamais haveria unanimidade nesta Casa.

É o preço da democracia.

É o direito à diferença.

É a velha história do velho, do rapaz e do burro!

Se o Governo não contrair dívidas, são oportunidades perdidas, são propostas sucessivamente adiadas é a oposição em coro a clamar para a necessidade de se aproveitar os fundos comunitários.

Se o Governo resolve endividar-se com vista à realização de determinadas propostas, para apanhar o "comboio" do desenvolvimento e aproveitar os recursos disponíveis, assistimos a uma "chuva" de protestos e à afirmação como já fazem, de que o endividamento é insustentável.

Se o Governo não fizesse nem uma coisa nem outra, ouvir-se-ia dizer que era o marasmo, a apatia, a inércia, o comodismo.

É a ânsia da oposição dizer coisas.

É a procura da ribalta política.

É a necessidade de protagonismo.

Temos assistido através das intervenções já proferidas, a uma demarcação clara da oposição a este plano.

Não temos ouvido, contudo, alternativas credíveis, apenas se apresenta propostas de sonho que não podem ser viabilizadas em face dos nossos constrangimentos financeiros.

Percebemos que se critica por criticar, apenas porque se tem que votar contra o Plano e o Orçamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

O Partido Social Democrata vai votar favoravelmente o Plano e Orçamento de 1996.

Por tudo o que já dissemos, porque temos esperança nestes governantes e acreditamos nas suas propostas.

Agora, deixemos que o Governo trabalhe em paz e tranquilidade.

Lá fora está o maior e o melhor juiz.

O Povo dos Açores - que é soberano através do voto - saberá dizer como sempre tem dito, quem são os verdadeiros profetas da verdade.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas discussões que normalmente têm lugar na Assembleia da República e Assembleias Regionais, dois momentos há em que assuntos discutidos devem ser encarados pelos membros das referidas Assembleias como momentos decisivos no sentido das respostas que um governo consciente deve ter relativamente ao progresso dos povos de que, em virtude da lei, é de justiça ser-se responsabilizado.

Um desses momentos será aquele em que se discute o programa do Governo e outro será a discussão do plano e orçamento sobre o qual nos estamos a debruçar.

Infelizmente, não podemos esquecer-nos de que o presente Plano Anual é o último para a concretização do P.M.P. 93/96 que não terá hipótese de ser concretizado.

Se, porventura existissem algumas dúvidas relativamente a este Plano no que respeita às Flores, bastaria ter presente a atitude das Câmaras da Ilha, ambas do PSD.

A oposição não consegue realizar uma crítica mais contundente!

É de notar que numa delas o Parecer nem tão pouco mereceu a assinatura do seu Presidente sendo o mesmo subscrito pelo Secretário. Tal a violência crítica!

Há poucos dias o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente teve a delicadeza de me pôr a par do problema relativo à Siturflor.

Devemos ter em conta que Sua Exa., dadas as ligações familiares que desde há muito mantém com aquela Ilha, bem como as resultantes de uma estadia de anos na mesma, achamos interessante que o Sr. Secretário agora questione todos sobre o que fazer do edifício.

Que ao menos acabe transformado em pousada de juventude.

Foi prometido o seu acabamento em anos anteriores! Nunca se verificou! Temos fé que agora com novo timoneiro na pasta do Turismo, a obra verá o seu termo! Ainda bem. Tarde é o que nunca chega como diz o povo.

Não posso deixar de me regozijar com o facto de descobrir a quantia de 20.000 contos destinados à reparação dos portos de pesca de Santa Cruz e Ponta Delgada, tão carecidos estavam de quem se lembrasse deles. Pena foi que este interesse não abrangesse o da Fajã-Grande.

No entanto, não deixou de nos surpreender a falta de qualquer verba para fazer face aos estragos causados nesta Ilha pelo temporal que a assolou no ano passado, destruindo muitas estradas regionais, cortando as comunicações com Ponta Delgada e Fajã-Grande, mantendo-se esta última com uma ligação tão periclitante, que em virtude da qual não nos podemos surpreender se a referida freguesia amanhã vir o seu contacto cortado com a restante Ilha à qual a geografia a tem ligado.

Noto também no orçamento destinado ao apoio à construção e habitação própria, a reduzida verba de 17.000 contos que é manifestamente insuficiente para satisfazer as despesas das construções já concluídas e daquelas que se encontram em vias de conclusão.

Esperemos que pelo menos as obras previstas neste plano com verbas orçamentadas se concretizem, pois várias vezes aconteceu que algumas delas em planos anteriores apresentaram verbas inscritas sem que houvesse da parte dos responsáveis o mínimo esforço para que elas fossem concretizadas.

Esperamos que desta vez este limitado plano não tenha sido elaborado a brincar com o povo desta Ilha.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Rogério Serpa no que toca a estragos nas Flores.

Ouvi com muita atenção a sua intervenção e não vejo muita razão para o Sr. votar contra o Plano.

Afinal, o que não está no plano é tão pouco que merecia de facto a sua aprovação.

No entanto, gostaria de lhe dizer que no plano existe uma verba para calamidades e estragos de 340 mil contos em conjunto para a Ilha das Flores e do Faial.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para reafirmar aquilo que disse, ou seja, que estranho o facto das estradas regionais não terem qualquer verba destinada à reparação de caminhos.

O ano passado tinha 30 mil contos e nessa altura eu referi que era pouco para os buracos que existiam nas nossas estradas.

Lamento que este ano nem sequer um escudo esteja contemplado para esse efeito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Manuel Azevedo):** Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

Três meses decorridos após a discussão e aprovação nesta Assembleia do Programa do VI Governo Regional, cumpre-nos agora discutir o Plano e Orçamento para este ano, dando assim alma às intenções, então, convictamente expressas. O tempo dirá se lhes conseguiremos dar corpo, o mesmo é dizer, realizá-las.

Voltando, pois, a três meses atrás, dizíamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a actividade turística tem um carácter eminentemente privado. Porque temos essa convicção e porque queremos um crescimento da nossa oferta a nível de alojamento, restauração e animação, foi possível aumentar significativamente o apoio financeiro às empresas designadamente nos incentivos ao investimento turístico. Assim nos surjam projectos consistentes, com dimensões e localização adequadas e qualidade suficiente. Confiamos na iniciativa privada.

Por isso mesmo, conscientes da necessidade de mais e melhores incentivos para quem quer investir, estamos, brevemente, em condições de apresentar nesta Assembleia uma proposta de Decreto Legislativo Regional que tem vindo a ser exaustivamente trabalhada no âmbito do Conselho Regional de Incentivos (CRI), colhendo as sugestões de toda as entidades neste Conselho representadas, designadamente as dos nossos empresários .

Não podemos ignorar que, apesar do esforço que tem vindo a ser feito pelo Governo em alienar as suas participações em empresas de carácter turístico, tal ainda não foi cabalmente conseguido. Empresas como a SITURPICO, proprietária do Hotel Caravelas a necessitar de pequenas obras, como a SITUFLOUR, cujo futuro está a ser repensado em diálogo com as forças vivas da ilha, ou como o Hotel do Aeroporto em Santa Maria com exploração desequilibrada, dada a pesada estrutura de pessoal para a qual vimos procurando solução ou, ainda, a Verdegolf, SA que necessita de mais algum capital público para ver concluído o Campo da Batalha, levar-nos-ão, ainda, a algum esforço de investimento.

A valorização e diversificação da oferta turística conduzem-nos ao apoio à realização de obras que possam constituir pilares importantes para a animação que desejamos e destinada sobretudo àqueles que, cada vez mais, vão procurando os Açores como destino turístico. Quando se fala em animação e se propagandeia que ela falta nos Açores, pensa-se logo em discotecas e outra animação nocturna. Se esta deve ser considerada, quando de qualidade, importa todavia olhar mais longe. Por isso, nos propomos prosseguir na concretização de investimentos que já foram iniciados e apoiar novos, por exemplo na área do golfe, da museologia, da recuperação de algum património, bem como a realização de outros de menor dimensão, normalmente cometidos às Juntas de Freguesia como, por exemplo, abertura e recuperação de trilhos turísticos, construção de miradouros, zonas de lazer, piscinas naturais, arranjos paisagísticos e outros.

Pensamos, assim, estar a cumprir um dos grandes objectivos expressos no programa do Governo:



A promoção do crescimento da oferta de alojamento e animação turísticas, procurando que tenham uma distribuição harmoniosa, qualidade adequada e que respondam às necessidades que se vão fazendo sentir um pouco por todas as ilhas.

Uma correcta política do turismo procura actuar do lado da oferta, mas deve equilibrá-la com actuações do lado da procura. Por isso, há três meses, aqui nos comprometemos a promover a Região no exterior, procurando envolver nesta tarefa os nossos empresários turísticos, designadamente a nível da promoção de vendas. Para realização em promoção, disporemos neste ano de 630 mil contos, verba inferior à do ano anterior. Tal não significa que estejamos a descurar sector tão importante como é o da promoção turística. Significa tão só alguma selectividade adicionada a uma concentração de meios em mercados prioritários, ainda que com um maior esforço nos mercados intra-regional e étnico.

O investimento em promoção a efectuar em 1996 tem de relacionar-se com os investimentos passados e, quer quanto à extensão quer quanto à selecção dos meios utilizados, garante a manutenção dos efeitos promocionais conseguidos nos anos anteriores.

O apoio a actividades desportivas, recreativas e culturais com significativo impacto turístico irá prosseguir. Estamos conscientes que nestes apoios deveremos ser mais selectivos, pois que alguns dos que nos são solicitados não têm a componente de animação turística que os seus promotores lhes querem dar, na ânsia legítima de obterem mais um subsídio para que a sua festa seja maior ou para que o seu clube prospere.

Aqui está, Sr. Presidente e Senhores Deputados, o que iremos fazer com 2.790 mil contos no que respeita ao Desenvolvimento Turístico.

Um dos valores fundamentais que o Turismo deve respeitar é o Ambiente. Este, se de qualidade, é, com certeza, relevante para a procura turística do destino Açores.

Estando atribuído ao programa Ambiente na área da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente - que não é, recorde-se, tudo o que tem a ver com projectos e acções nesta área, da responsabilidade de outras Secretarias Regionais - um montante de 100.000 contos, reservamos grande parte desta verba à educação e divulgação ambientais. Fazêmo-lo, na convicção de que isto é o mais importante. Podemos e

devemos conservar, podemos e devemos estudar, podemos e devemos, o melhor que nos é possível, gerir áreas protegidas e até criar novas, todavia, sem educação, divulgação e promoção ambientais, o nosso esforço será inglório.

Propomo-nos, por isso, realizar trabalhos de divulgação em escolas, um pouco por toda a Região, apoiar os clubes de ambiente e outros grupos que prossigam actividades de conservação da natureza, comemorar as datas referentes ao Ambiente, realizar campanhas várias na Televisão e rádios locais, editar material de divulgação e sensibilização e continuar o apoio às associações de defesa do ambiente, na vertente da sensibilização ambiental.

Tentaremos rentabilizar o melhor que podemos e sabemos as verbas que destinamos à conservação da natureza: acções diversas na reserva natural da Montanha do Pico e na futura paisagem protegida relacionada com a cultura da vinha na mesma Ilha, continuação dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos no Pinhal da Paz, Caldeira de Santo Cristo, Sete Cidades com a criação dum centro temático de sensibilização ambiental, Algar do Carvão, Lagoa do Fogo, Jardim Botânico, Caldeira Velha, algumas destas em colaboração com as autarquias.

Continuaremos a recuperação de zonas de protecção especial com introdução de vegetação natural, movimentação de terras, controlo de predadores, criando, assim, condições para que as aves marinhas sujeitas a estatuto de conservação possam nidificar em segurança.

Prosseguiremos a inventariação e protecção dos Recursos Naturais e os trabalhos que temos vindo a desenvolver relativos à qualidade da água, ar e ruído.

Importa referir, por último, a colaboração com a Universidade dos Açores, com a qual desejaríamos estabelecer protocolos, uma vez que temos vindo a apoiar diversos trabalhos de investigação que são suporte científico de muitas das acções a desenvolver pela Secretaria Regional do Turismo e Ambiente através da Direcção Regional do Ambiente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se conseguirmos realizar o que fica dito - já o estamos realizando parcialmente - os Açores serão ainda mais habitáveis para aqueles que fizeram a opção de aqui viver e serão, com certeza, também por isso, um destino turístico apetecível - único, talvez.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para pedir esclarecimentos.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que subscrevo na totalidade aquilo que V. Exa. acabou de proferir na tribuna na Assembleia Legislativa Regional dos Açores sobre áreas da sua competência.

Daquilo que ouvi, ressalta-me um aspecto que considero fundamental para termos um bom turismo e um turismo de qualidade, isto é, a questão da limpeza dos lixos.

É impressionante, Sr. Secretário Regional, o que se passa em termos de acumulação de lixo, em algumas zonas turísticas da nossa Região. Os contentores estão estrategicamente mal colocados, próximos de movimentações de passageiros.

Também é impressionante o que se passa em termos de despejo de lixo nas zonas marítimas.

Só quem entra e sai desta Região de avião é que vê o que se passa em redor de alguns aeroportos.

No caso concreto do Aeroporto João Paulo II, em Ponta Delgada, quem aterriza vindo do lado da Relva, apesar das casas que lá existiam já estarem demolidas, por aquela costa abaixo é um autêntica manta de retalhos de restos de lixo que lá se encontram.

Penso que isto não é da competência da vossa Secretaria, mas daqui apelo para que sensibilize as autarquias nesse sentido.

Outro aspecto que gostaria de revelar a V. Exa. e chamar a sua atenção para isso, prende-se com o lixo que existe no mar.

Tantas vezes ouvimos iatistas e pessoas que se dedicam ao desporto náutico, autenticamente enojadas pela quantidade de lixo que existe próximo das nossas costas, no mar.

Eu próprio tenho feito algumas incursões marítimas e podia estar aqui a descrever durante muito tempo o que tenho encontrado.

Penso que essas campanhas de sensibilização que têm sido feitas na comunicação social, na rádio, na televisão e até nos jornais - "o que se dá ao mar o mar devolve" - não têm surtido efeito.

Há zonas na orla marítima - eu conheço mais especificamente a Ilha de São Miguel - que em nada abonam os milhares e milhares de contos que se gastam na promoção, que em nada abonam a nossa maneira limpa de estar neste mundo e acima de tudo também, é um péssimo cartaz para quem nos visita.

Junto às praias por exemplo, há contentores de lixo que apesar de serem recolhidos ao fim do dia, durante o dia apresentam aspectos degradantes com moscas e com outros "animais de estimação" criados não sei para quê.

De qualquer maneira, Sr. Secretário Regional, eu não queria tomar muito tempo a esta Assembleia, mas gostaria de deixar aqui um alerta no sentido de uma sensibilização, porque a promoção turística pode dar bons frutos e pode resultar como é óbvio, mas quando as pessoas cá chegarem se não virem o mínimo de qualidade de ambiente, de limpeza durante a sua estadia, penso que estraga ou contrapõe pela negativa, aquilo de que o Governo e a Secretaria de V. Exa. tão afanosa e empenhadamente faz promoção no estrangeiro.

É este o alerta que deixo a V. Exa. para que possa continuar a sensibilizar as autarquias ou quem tem responsabilidades nesta matéria para que, de uma vez por todas, se saiba que um determinado contentor não pode estar em determinados sítio e se for preciso repetir-se a recolha ao longo do dia, faça-se isso, porque talvez sai mais barato remover o contentor duas vezes por dia do que não o remover e desperdiçarmos milhares de contos na promoção de uma zona limpa no estrangeiro.

É este o alerta que queria deixar a V. Exa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses para pedir esclarecimentos.

**Deputado Fernando Meneses (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Da sua intervenção que ouvi com muito cuidado, pareceu-me muito vaga a referência à Siturflor.

Todos sabemos as circunstâncias em que ela se encontra e apenas foi referido que esse problema será repensado.

Gostaria de saber se já existe alguma linha de orientação, se já existe alguma solução pensada para isso?

Gostaria também de saber, Sr. Secretário, qual a situação do campo de golfe do Faial, o que é que se pretende fazer?

Finalmente, este é um assunto que é delicado e por vezes existe algum fundamentalismo à volta desta matéria, mas gostava de saber se o Governo Regional encara a caça turística - é sabido que ela é uma importante fonte de rendimento - como enquadrável na sua actuação, tendo em conta, naturalmente, as questões de preservação do ambiente e tudo mais.

Portanto, em síntese, o que é que o Governo Regional pensa acerca do aproveitamento da caça sobretudo em determinadas zonas para fomento do turismo nesta ilhas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente** (*Manuel Azevedo*): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Deputado, Jorge Cabral, Sr. Deputado Fernando Meneses: Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral, eu não tenho muito a dizer, porque ele já disse tudo.

De facto, há aqui questões que são do âmbito das autarquias, o que não quer dizer que nós não continuemos a insistir junto delas como temos feito, relativamente aos contentores de lixo e relativamente a outras coisas piores que isso, ou seja, as lixeiras clandestinas que existem um pouco em todas as ilhas.

Ainda outro dia vimos imagens de uma lixeira clandestina na Terceira que os nossos serviços desconheciam e que até parece, segundo declarações do Presidente da Câmara de Angra, que era desconhecida pelos serviços.

Portanto, temos que actuar nesse sentido e até noutra sentido, isto é, insistir com as Câmaras para tentarem arranjar lugares no âmbito dos seus concelhos para colocar os chamados entulhos, porque os entulhos proliferam um pouco por toda a parte.

De facto, há autarquias que por uma razão ou outra, não puderam ainda definir locais para colocar esses entulhos e andam por aí dispersos deixando uma má impressão nas pessoas que aqui vivem e nas que nos visitam.

É evidente que quando se fala no lixo do mar e na orla costeira, isso no fundo tem um pouco a ver uma coisa com a outra.

Muito do lixo que aparece na nossa orla costeira devolvido pelo mar, é proveniente de terra. Pode não ser daquele local, pode vir de outro local.

Aqui, não tenho grandes ilusões.

Parece-me que temos de continuar com a sensibilização na televisão e rádios locais, mas não tenho grandes ilusões. As pessoas de uma determinada geração e com um determinado nível de educação já não vão mudar. Já não tenho grandes esperanças nesse âmbito, mas penso que temos que fazer uma grande insistência junto dos mais novos, das crianças e da juventude.

De qualquer maneira, julgo que há aqui uma atitude da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente que, na minha opinião, é importante realçar.

Da pouca verba que nós temos - são 100 mil contos - este ano reservámos quase metade para a educação e sensibilização ambiental.

Porquê? Porque temos consciência de que isto é o mais importante sobretudo junto das crianças e junto dos jovens, nas escolas, nos clubes de ambiente, um pouco em todos os grupos que têm alguma preocupação neste sentido.

Podia referir para além das associações ambientais, por exemplo, os agrupamentos de escuteiros que têm grandes preocupações nesta área e que colaboram tantas vezes connosco na limpeza de áreas protegidas e que sofrem atentados provocados pelas pessoas que os frequentam.

É isto que nós podemos fazer nesta área e a nossa convicção profunda é esta: com gente mais velha que não tem sensibilidade para entender isto, não devemos ter grandes esperanças, mas talvez devemos ter esperança nos jovens e nas crianças para que o futuro seja um bocadinho melhor.

Sr. Deputado Fernando Meneses, relativamente à Siturflor... como sou uma alma aberta conto-lhe tudo.

*(Risos da Câmara)*

Quando cheguei à Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, um dos dossiers que estava por continuar era o problema da conclusão da residencial das Flores.

Efectivamente, ordenei que se desse continuidade ao projecto, inclusive já tínhamos contratado o empreiteiro e já tínhamos o contrato elaborado de modo que a obra pudesse começar e a residencial fosse acabada.

Depois disso e em contacto com algumas pessoas das Flores, começaram a chegar algumas vozes relativamente à possibilidade daquele edifício poder ser reconvertido em outra finalidade.

Porquê? Porque a oferta em instalações hoteleiras nas Flores, neste momento, é grande.

Depois disso, tive uma reunião na Comissão de Economia, Finanças e Plano e penso que o Sr. Deputado Fernando Lopes levantou esse problema, ou seja, se não seria de se reequacionar a finalidade daquela obra que lá está.

Depois disso, entendi que devia parar um pouco, fiz contactos com a Câmara Municipal de Santa Cruz, com a Assembleia Municipal, com os Deputados da Ilha, com os hoteleiros e com mais algumas pessoas que conhecia e comecei a recolher uma sensibilidade quase unânime.

De facto, devemos, se possível, tentar dar uma outra finalidade àquele projecto que inicialmente estava pensado para alojamento turístico.

De maneira que estamos nesta fase.

Alguns apontam-me a hipótese de aquilo ser convertido em pousada da juventude. Estamos a estudar essa hipótese, embora isso tenha alguns problemas, porque o que lá está construído não se adapta bem ao que é uma pousada da juventude.

O que nós pretendemos é que o que se fizer ali seja o melhor para as Flores e com uma condição - todos com quem eu falo colocam-na - ou seja, a obra tem que ser acabada, mesmo que não seja como pousada da juventude, tem que ser acabada, porque não faz sentido destruir aquilo que lá está.

A obra tem que ser concluída no mais breve espaço de tempo até porque aquilo não dignifica nada a empresa que naturalmente e como todos sabem, tem capitais na sua maioria públicos.

Campo de Golfo do Faial.

Espero muito brevemente - eu não gosto de dar muitos prazos - isto é, no final deste mês, princípio do mês que vem, lançar o concurso público para o projecto do campo de golfe.

Depois disso e uma vez que temos dinheiro no plano para aquisição de terrenos, iremos começar a proceder à aquisição dos terrenos.

Caça.

Nesta "apanhou-me descalço", Sr. Deputado. É um dossier sobre o qual eu não me debrucei durante estes meses que estou na Secretaria e curiosamente foi ontem a primeira vez que uma pessoa amante da caça me falou nisso nesta Assembleia, embora não seja deputado.

Foi a primeira vez que me falaram nesse assunto. Isso ficará para próxima oportunidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Problemas insolúveis e sempre adiados é a triste situação com que se tem deparado a população da ilha montanha nos últimos anos.

Só a coragem, a teimosia e o amor à sua terra, podem explicar que os picarotos, continuem a querer investir.

Todos sabem quão incertos são hoje os investimentos no sector agro-pecuário, mas as gentes do Pico não desistem.

Todos nós sentimos que o Governo, teimosamente, nos tem abandonado, por não ter tido ainda a coragem política de nos conceder uma infraestrutura imprescindível para o nosso desenvolvimento - a ampliação do aeroporto do Pico - que ele mesmo programou e planeou, para ser executada nos dois últimos anos do actual Plano de Médio Prazo. Por isso, as legítimas e promissoras expectativas dos nossos



conterrâneos que, presentemente investem em empreendimentos turísticos na ilha, vão dando lugar, mau grado, por razões evidentes, às suas actuais apreensões e angústias.

Muitas mais infraestruturas, cuja necessidade prioritária ninguém no Pico põe hoje em dúvida, continuam no esquecimento ou fazendo "compasso de espera".

São disso exemplo flagrante, entre tantos:

- a indefinição do tipo de obra a realizar para protecção da orla marítima das Lajes do Pico, cujos ensaios laboratoriais se arrastam há demasiados anos, desesperando assim os residentes daquela Vila picarota;
- a falta de manutenção e conservação dos ginásios de escolas secundárias;
- a falta, principalmente no Verão, duma zona condigna para recepção de passageiros, no molhe do porto de S. Roque, enquanto não se avança com a 2.<sup>a</sup> fase **no "Cais Velho"** para passageiros, obra cuja prioridade de execução é hoje inquestionável;
- a falta, na área circundante do molhe do porto de S. Roque, duma zona minimamente vocacionada e equipada para o embarque de "gado vivo", uma das principais exportações da ilha e uma das suas principais fontes de rendimento;
- a incerteza que teima em continuar, quanto à situação financeira difícil dos agentes económicos no sector de lacticínios, afectando negativamente os produtores de leite da ilha;

Por tudo isto, têm razão os Picarotos, no desalento que procuram esconder, porque são **gentes de rija têmpera**, mas não podem esquecer as injustiças que têm sofrido, pois não querem perder a sua dignidade.

O martírio imposto pelos Governos Regionais do PSD, à população picarota, não tem paralelo.

Depois de nos tentarem iludir com tantas promessas; depois de nos terem mantido numa expectativa, de renovadas esperanças em atenção às novas administrações camarárias, agora novamente da sua área político-partidária, são agora essas mesmas Câmaras do Pico e de outras ilhas também, que tecem inúmeras críticas a este Plano, chegando uma delas a pôr em dúvida se, os Deputados do Pico do PSD, o devem votar favoravelmente;

depois de tanta e tanta visita, para estudar e planear o que já se conhece de há tantos anos, mas que, por não se querer realizar, volta-se a estudar...;

depois de tudo isto e muito mais que seria fastidioso elencar, vai caindo a máscara duma política só quase virada para períodos eleitorais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em Abril de 1994 - há quase dois anos - anunciaram-nos a repavimentação betuminosa de 21 Km repartidos por três troços na estrada regional da ilha, o que corresponde apenas a trinta por cento do total da área degradada da Estrada Regional que tem 120 Kms. Quase dois anos depois nada foi feito e o martírio dos automobilistas picarotos continua e continuará. Até quando?

Talvez lá para meados deste ano se arranque em força, pois este, é ano de eleições regionais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É verdade que o Centro de Saúde de S. Roque, está em vias de, finalmente, ser inaugurado, mas, apesar de promessas recentes feitas nesta Assembleia pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, continua a penalização dos utentes do Serviço Regional de Saúde, que necessitam de consulta de especialidade, os quais têm de continuar a esperar, pacientemente, pelas resoluções vindas duma junta médica do Hospital da Horta. Tinha-se prometido aos Deputados outro procedimento e julgamos que a Secretaria da tutela emitiu nova circular sobre deslocações de doentes mas, ao que nos é dado saber, ou o Sr. Director Regional de Saúde ou os Centros de Saúde do Pico, parecem desconhecerem-na, pois não a estão a cumprir.

É verdade que a Escola Básica e Secundária "Cardeal Costa Nunes" está em fase de conclusão, mas a incerteza e angústia dos docentes, pais e alunos do Externato da Madalena é também um martírio, pois esperam que a Secretaria da Educação informe se esta escola, é para funcionar já em Setembro próximo, aliás um período pré-eleitoral. Se assim for, será um começo coxo, algo precipitado e amputado das necessárias instalações gimno-desportivas.

É verdade que está planeada a ampliação da Escola Básica 2,3 e Secundária de S. Roque do Pico, mas esqueceram-se da ampliação da Escola Preparatória das Lajes,

como aliás foi reivindicada, pela actual Câmara e pelas anteriores e também pelo seu Conselho Directivo.

É verdade que foi posta a concurso a nova Gare de Passageiros no porto da Madalena, obra que proporcionará melhores condições às dezenas de milhares de utentes que, durante o ano e pelas mais diversas razões, são obrigados a viajar até à ilha vizinha, designadamente em busca de cuidados de saúde que lhe são negados na sua ilha, ou mesmo para que os seus filhos possam ver a luz do dia, em instalações hospitalares classificadas, reconhecidas e avalizadas pela Secretaria da Tutela. Infelizmente, essa mesma Secretaria, inviabiliza a possibilidade dessas mesmas condições para nascimentos, poderem existir na nova unidade hospitalar, que em breve irão inaugurar em S. Roque do Pico. Esperamos que ao menos o Sr. Secretário mantenha a promessa feita quanto ao equipamento do bloco operatório de média cirurgia.

É verdade,...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade que não queríamos apenas lamentar-nos, perante V. Ex<sup>a</sup>.s, mas estas questões têm-se vindo a adiar ao longo de mais de uma década, não se podendo de modo algum elogiar ou acreditar em Governos Regionais que, politicamente, são tão "faltos de palavra"?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

V. Ex<sup>a</sup>.s podem não querer compreender este desabafar sentido e sofrido de alguém que, como Deputado eleito, sabe e sente que o povo, que aqui também representa, nos apoia e nos acompanha, solidariamente, nesta nossa exigência de mais justiça e melhor critério na distribuição das verbas do Plano Regional-96, em relação à ilha do Pico.

Esse povo que, pode não nos ter dado o voto em 1992, mas, estamos certos, fará uma reflexão séria agora, em 1996.

De qualquer forma eles, os picarotos e nós, Deputados do PS do Pico, sabemos que nos assiste a razão e continuaremos lutando, com as "armas políticas" de que hoje dispomos.

Os Deputados do Partido Socialista, responsabilmente, vão uma vez mais, apresentar uma proposta de alteração ao plano e orçamento para o ano de 1996 que contemple a obra da ampliação do aeroporto do Pico, o que aliás é reclamado por empresários, autarcas e população da nossa ilha.

Continuamos assim, legitimamente, dando voz e pugnando por esta causa justa e nobre - mais progresso e melhor desenvolvimento para o Povo duma ilha martirizada - o Pico.

Nunca desfaleceremos, pois ânimo não nos faltará, porque NASCEMOS, teimamos e amamos VIVER e queremos MORRER no nosso PICO, que um dia o saudoso poeta Almeida Firmino poeticamente classificou de "ILHA MAIOR NO SONHO E NA DESGRAÇA".

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Jaime Medeiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas para informar que as estradas do Pico serão consignadas no dia 12 deste mês, ou seja, na próxima segunda-feira.

A consignação desses trabalhos corresponde exactamente ao arranque dos mesmos.

O arranque dos trabalhos nesta altura, nada tem a ver com calendários eleitorais, porque quem sabe exactamente como é que se fazem obras, tem noção que desde que se pensa fazer até concretizar o acto de consignação, decorrem no mínimo dois anos.

Houve necessidade de fazer projectos, de pôr a obra a concurso dentro dos prazos que são estabelecidos pela Comunidade Europeia, porque foi uma obra concursada no âmbito da Comunidade. Também houve necessidade de avaliar as propostas, seleccionar empreiteiros e obter vistos do Tribunal de Contas.

Todo este processo administrativo conduziu a que ela só possa ser consignada na próxima segunda-feira.

Os trabalhos iniciar-se-ão no próximo dia 12 de Fevereiro.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Eu gostaria que o Sr. tivesse falado de outras questões que eu ali foquei. Mas, quanto às estradas eu não percebo, porque se em Abril de 94 o Governo anuncia pomposamente numa visita oficial ao Pico que vai pôr a concurso - o Governo é que disse, não fui eu - três troços das estradas regionais e disse quais eram, onde ficavam situadas e qual a quilometragem desses troços, não me diga que nessa altura não sabia todo o trâmite processual que essas coisas precisavam. Talvez o Sr. Secretário nessa altura não estava no Governo.

Por outro lado, se o Sr. Secretário reparar naquilo que eu disse, eu não estou a dizer nem mais, nem menos, do que as Câmaras da minha ilha disseram. Aliás, elas são da vossa responsabilidade política.

Quanto à história do período eleitoral, ó Sr. Secretário, nós não podemos ser ingénuos mais vez nenhuma, porque 92 foi o pior ano que poderia ter acontecido para esta Região e, nomeadamente para a Ilha do Pico!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Oh Sr. Deputado!

**O Orador:** Mas vamos à frente Sr. Deputado Jorge Cabral!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Eu não vou!

**O Orador:** Quando se diz, por exemplo, que "a ampliação da Escola Preparatória das Lajes do Pico não está consignada", "na análise global consideramos que uma vez mais neste plano o Concelho das Lajes do Pico sai prejudicado e vê assim o seu progresso de desenvolvimento comprometido em termos de futuro" - não sou eu que estou a dizer, é o Sr. Presidente da Câmara das Lajes do Pico.

Quando se diz "a não existência de qualquer verba para ampliação e alargamento do aeroporto do Pico, é uma situação que continua a não permitir a viabilização dos vultuosos investimentos feitos nesta ilha na área do turismo, situação de total sufoco

financeiro, por isso merece a preocupação desta Câmara Municipal" - não sou eu que estou a dizer, é a Câmara Municipal da Madalena.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Afinal, houve vultuosos investimentos!

**O Orador:** Quando se diz " só nos pronunciaremos favoravelmente sobre este plano e insistiremos com os deputados da Ilha para o fazerem, caso haja eco destas nossas pretensões" e fala-se no aeroporto e "aquando da visita do elenco governativo em 94 ficou a promessa da Secretaria Regional da Habitação que iria responsabilizar-se por desenvolver o projecto de construção do Porto de passageiros em São Roque do Pico, veio um técnico da Consulmar..." e depois diz-se " não está inscrito no plano a verba para a realização do projecto, ou será que o projecto é para realizar ainda em 1995? E o aeroporto, mais uma vez esquecido?" - não sou eu que estou a dizer, é o Sr. Presidente da Câmara de São Roque!

Porque é que o Governo não responde agora a isto?

Porque é que o Governo planeou no plano a médio prazo a ampliação do aeroporto do Pico e no ano passado fez aquela "ginga joga" toda para calar a boca aos Deputados do PSD, e não a nós, com o estudo que depois vão dizer que custa 1 milhão de contos? Porque é que não fez aquilo que é necessário, ou seja, a ampliação daquela pista, cujos terrenos já estão adquiridos?

Temos informações que aquele piso está preparado para receber boeings. Os Srs. dizem que não tem, mas nós sabemos que temos e temos provas, só que não as podemos mostrar porque as pessoas, não vou dizer que têm medo, mas têm um certo receio, mas isso para aqui pouco interessa, porque politicamente tudo se faz quando se quer.

Não havia portos de pesca, agora parece que já há portos de pesca! Politicamente tudo se faz quando se quer!

Sr. Secretário:

Eu gostaria de ouvir da sua boca, porque ouvi em São Jorge o Sr. Secretário Regional do Turismo, recentemente empossado, num encontro das Câmaras do triângulo, dizer que era inconcebível a maneira como os passageiros no Verão eram recebidos nos portos do triângulo.

Eu pedi o ano passado - e não é muito difícil fazer - uma simples gare provisória para as pessoas que usam o serviço de cruzeiro no Grupo Central, porque este é muito difícil de ser feito com horários precisos. As distâncias são enormes e os serviços nos portos - carga e passageiros - nunca se sabe quanto vai demorar.

No Verão, as pessoas estão muito tempo em cima do cais do molhe do Porto de São Roque e em São Jorge parece que é a mesma coisa, mas disso os representantes daquela ilha poderão falar.

É fácil, barato...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** E dá milhões, Sr. Deputado?

**O Orador:** ... e dava boa imagem da nossa Região aos turistas que nos procuram e que percorrem as nossas ilhas durante o Verão.

Nada foi feito, porquê?

É necessário uma verba tão grande para se fazer uma gare provisória? Acho que não!

É essas respostas que hoje gostaria de ouvir sobre as questões que eu coloquei.

Porque é que não se faz a ampliação da escola das Lajes?

É necessária!

É por falta de dinheiro?

A Câmara ajuda!

Porque não se levantam as questões e se respondem claramente?

Espero também que o Sr. me diga alguma coisa sobre aquilo que disse ali, ou seja, os equipamentos que são necessários no molhe do Porto de São Roque para o embarque de gado vivo que hoje significa uma das melhores fontes de receita daquela ilha e oxalá que não pare.

O Sr. tem o projecto e os pareceres e eu tenho aqui o pedido feito pela Associação de Agricultores. O que está acontecendo nessa área?

Falemos de coisas concretas, Sr. Secretário!

E quanto aos troços das estradas?

Infelizmente, já tivemos lá a inspecção de veículos.

Isto é um contrasenso, um paradoxo incrível, inspeccionar veículos quando as estradas não têm condições, mas isso é outra coisa.

Sr. Secretário, da minha parte, a melhor boa vontade é em pugnar pelos interesses do Pico e da nossa Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Jaime Medeiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estive presente durante todo o tempo que o Sr. Deputado fez a sua intervenção. Peço desculpa por isso, mas não foi possível estar.

Já percebi exactamente quais as suas questões e vou-lhe responder uma a uma.

Vou começar pela ordem que escrevi aqui e não necessariamente a ordem pela qual o Sr. as enumerou.

Quanto à questão do embarque de gado, equipamento necessário, parque de retém, neste momento, preparamo-nos para lançar a concurso os arranjos interiores do Porto de São Roque do Pico.

O Presidente da Associação Agrícola da Ilha do Pico enviou à Secretaria da Agricultura e Pescas o projecto do parque de retém.

Eu estou a aguardar a todo o momento o envio desse processo para a Secretaria das Obras Públicas para integrar o projecto de arranjo do parque dessa zona. Portanto, é um processo que está em curso, neste momento.

Relativamente às estradas do Pico, há pouco quando lhe disse que levava dois anos desde que se pensava até concretizar, o Sr. deu-me razão, ou seja, foi em Abril de 94 e elas vão ser consignadas em Fevereiro de 96, foi menos de 2 anos, andámos mais depressa daquilo que é normal.

Quanto à questão do aeroporto, hoje, pela primeira vez, o Sr. disse aquilo que eu gostava de ouvir há muito mais tempo, isto é, levar para lá boeings...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Eu disse que o piso estava preparado!

**O Orador:** Eu estava à espera dessa resposta há muito tempo, porque quando se fala na ampliação do aeroporto do Pico, eu fico sem saber para que é, porque em termos da informação que temos de técnicos credenciados, especialistas em aviação, aquela pista não precisa de ser ampliada para a operação da SATA.



A melhoria das condições de operacionalidade da SATA naquele aeroporto passam pela iluminação da pista que já existe, mas que não está certificada ainda pela Direcção Geral da Aviação Civil.

Se é para levar para lá boeings, como disse, nós estamos a fazer um estudo que vai nesse sentido justamente, verificar a viabilidade económica de se fazer uma operação com boeings, qual o número de boeings ou outras aeronaves daquele tipo que vão lá por dia...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Charters!

**O Orador:** De qualquer forma, nós estamos a fazer o tal estudo a que me referi e fica concluído em Março deste ano.

Nesse estudo, avalia-se todas as situações desde a melhoria da operação da SATA até à introdução de novo tipo de operação.

Isso não conduz apenas à ampliação da pista. Não é só ampliar a pista para fazer um outro tipo de operação. É necessário que exista mercado para isso, estruturas em terra, nomeadamente geradores próprios para outro tipo de aeronaves, casas próprias, terminal novo, porque aquele não escoia com facilidade os passageiros que possam vir numa aeronave desse tipo. Não é só ampliar a pista é muito mais do que isso.

Em Março, informámos os Srs. e com muito gosto de qual o resultado desse estudo que foi mandado fazer.

Quanto à questão das gares provisórias, também posso dizer-lhe desde já e afirmar-lhe, que essa é uma das nossas preocupações e, antes do Verão, vão ser instaladas em São Roque e nas Velas, duas gares provisórias para melhorar as condições dos passageiros que transitam nessas zonas.

Relativamente à questão da ampliação da Escola das Lajes, esta é mais problemática, porque como o Sr. sabe não há espaço para ampliá-la

O problema passa por fazer uma reutilização de alguns espaços interiores e tem havido alguma rejeição por parte das direcções da escola.

**Presidente:** Para mais esclarecimentos tem a palavra a Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

*(Aparte inaudível do Deputado Jorge Cabral)*

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ó Sr. Deputado Jorge Cabral, o Sr. desculpe-me mas agora não é o Concelho de Nordeste que está em causa, mas sim uma ilha que não é a 10.<sup>a</sup>, mas a 4.<sup>a</sup>, a 3.<sup>a</sup> ou a 2.<sup>a</sup>, como o Sr. quiser. Em área é a 2.<sup>a</sup> ilha, embora por Vs. Exas., a maioria dessa bancada, o Pico nunca foi reconhecido a não ser para gozar férias no Verão.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Oh Sr. Deputado, não me diga isso!

**O Orador:** Quanto à escola, - para começar pelo fim - Sr. Secretário, nós sabemos claramente que a teimosia não é da população, nem da Câmara Municipal, nem do Conselho Directivo da Escola das Lajes.

Sabemos que a teimosia poderá ser de outrém que até poderá estar incluído na população residente na nossa ilha e até poderá estar sobre a sua hierarquia.

Existe terreno para ampliação. Ele está comprado, agora, querer-se violentar uma população e uma escola, tirando uma óptima sala de convívio que existe lá e amputando-a para ficarmos com escolas vulgares... "Obrigado, essa não!", é o que diz a população.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Não tem de quê!

**O Orador:** Voltando à questão do aeroporto, porque não fui eu nem esta bancada que propôs no plano de médio prazo aquela obra, não fomos nós que fomos anunciar em 1993, numa reunião que o Governo teve com autarcas e deputados na delegação da Secretaria das Obras Públicas na Madalena, "fiquem descansados que desta vez a ampliação do aeroporto vai-se fazer!".

Foi o anterior Presidente do Governo e o anterior Secretário Regional das Obras Públicas que disseram.

Na altura - eu lembro-me perfeitamente das palavras - o Sr. Secretário das Obras Públicas de então disse: "depois não venham pedir a TAP para o Pico!" E eu respondi-lhe: "não, não, basta só uns charters de vez em quando!".

Quando as operadoras turísticas quiserem e pretenderem, a pista está lá preparada para os receber. Estamos entendidos.

Quero-me congratular também, porque ando na política pela positiva, com as informações que o Sr. Secretário prestou a mim e à Câmara sobre a gare de

passageiros provisória para São Roque e sobre a inclusão do parque de retém nas obras dos terraplenos interiores do Porto de São Roque.

Muito obrigado.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Não tem de quê!

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila.

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar à consideração desta Assembleia e dos Membros do Governo Regional aqui presentes, algumas notas sobre o Plano e Orçamento em discussão, no que diz respeito à Ilha de S. Jorge.

O documento que nos é proposto pelo executivo tem muitas vertentes positivas e que correspondem a necessidades objectivas de S. Jorge. Ninguém o pode negar. Só pessoas menos esclarecidas podem ser tentadas a não ver tais realidades.

Destaco, desde logo, a verba inscrita, a nível Regional, para as grandes reparações em escolas do 1.º ciclo do ensino básico, que serão realizadas em colaboração com o poder local. e cuja incidência em S. Jorge já sabemos que será significativa.

O Parque escolar em S. Jorge apresenta, a esse nível problemas graves, cuja resolução já foi objecto de detalhadas exposições aos órgãos do executivo.

O Plano que nos é proposto contempla essas reparações de forma que nos parece satisfatória, embora necessite de ter continuação no próximo ano, o que já sabemos estar suficientemente garantido.

Queremos aqui vincar essa sensibilidade que o Governo evidencia para os mais do que prioritários problemas do 1.º Ciclo do ensino básico e que representa um considerável esforço financeiro.

Ainda nesta área e no que diz respeito ao ensino do 2.º, 3.º ciclos e Secundário, é necessário e urgente fazer os estudos e projectos de ampliação das Escolas EB 2,3/Secundário da Calheta e Velas para não se comprometer todo o esforço das autarquias em criar o ensino Secundário em S. Jorge.

Neste momento, as duas escolas estão a ficar completamente saturadas e com a agravante dos edifícios estarem a necessitar de grandes reparações.

Outra área que nos parece ter sido alvo de um esforço financeiro de assinalar, em relação a S. Jorge, tem a haver com os apoios à habitação.

Ninguém poderá negar que o acesso à habitação condigna é condição determinante para a dignidade das pessoas e das famílias.

Como social democratas, temos de ter sempre em permanente atenção a questão social e familiar.

No Plano em discussão, as verbas destinadas ao apoio à habitação na Ilha de S. Jorge começou a ganhar algum significado.

Não dizemos que os problemas de habitação vão ficar completamente resolvidos. Mas assinalamos o esforço e esperamos que a atenção dada este ano a um sector tão prioritário tenha continuação na próxima proposta de Plano. Assim como os protocolos entre a Região, INH e algumas autarquias possam vir a curto prazo abranger outras Ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Menos satisfeitos ou mesmo quase nada satisfeitos, estamos em relação a um assunto que se arrasta há longos anos e que tem prejudicado a Ilha de S. Jorge, e em particular o Concelho da Calheta.

Referimo-nos à grande reparação que o Porto da Calheta necessita, dado tratar-se de estrutura que, depois de obras que deveriam ter sido de melhoramento feitas em meados da década de 80, não oferece quaisquer garantias de segurança.

A inoperacionalidade do porto é tal que, mesmo no verão, os barcos passam ao largo por temerem que pequenos movimentos do mar rebentem as amarras, advindo daí prejuízos materiais e danos pessoais, como infelizmente, já se registou.

Depois de muito diálogo e de esforços consideráveis liderados pelo poder local da Calheta e Deputados, finalmente existem já estudos, da responsabilidade do Governo Regional, para repor a operacionalidade do Porto.

Porém, a verba de 10.000 contos inscritos na proposta de Plano para o corrente ano indica, como é óbvio, que a solução do problema continua num ritmo que a ninguém interessa.

Talvez nem todos saibam que o Concelho da Calheta tem realizado nos últimos anos um esforço invulgar de modernização, reestruturação e construção de estruturas

económicas, sendo de assinalar a recente reabertura duma fábrica de conserva, medida cujo alcance económico e social poucos com certeza negarão.

O grande arranque da actividade económica baseou-se, desde o início, em que o problema do porto seria resolvido, criando-se condições para a operação segura de barcos de cabotagem e traineiras.

Sem portos os custos de importação/exportação são incomportáveis. A fábrica de conservas não tem razão de existir; a exportação de metade do queijo de S. Jorge continua a ser uma questão problemática; o investimento no turismo, sobretudo virado para a movimentação inter-ilhas, de barco, fica comprometido.

Concluindo: - sem porto, o crescimento de metade da Ilha de S. Jorge deixa de ser uma realidade, resultando daí problemas económicos e sociais para toda a Ilha e Região.

Sendo assim, e partindo do princípio de que o Governo Regional não tem disponibilidade financeira para orçamentar a resolução definitiva do problema do Porto da Calheta, pensamos que a melhor solução seria a celebração de um contrato entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Calheta que possibilitasse à autarquia aceder aos devidos fundos comunitários, de forma a que a obra avance o mais rapidamente possível.

É sabido que o poder autárquico tem acesso mais flexível às verbas comunitárias, o que é uma vantagem, neste caso, e podemos também garantir que a autarquia da Calheta está aberta à solução que acabamos de preconizar.

Outra possibilidade é seguir o exemplo do Porto de Recreio de Angra do Heroísmo e aceder aos Fundos Comunitários através da Junta Autónoma dos Portos no caso, a Junta Autónoma do Porto da Horta.

Qualquer uma destas soluções interessa a S. Jorge. O que importa é resolver o problema com rapidez, eficácia e não protelar por mais tempo uma obra tão essencial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria ainda, e para finalizar, de frisar que a Ilha de S. Jorge é o terceiro maior produtor de leite nos Açores - e talvez seja a Ilha onde o leite e a sua industrialização tem mais peso económico relativo.

Difícilmente os lavradores de S. Jorge vão algum dia perceber porque razão foi atribuído um escudo por litro de leite apenas aos lavradores das Ilhas Terceira e S. Miguel.

Aliás, toda a Lavoura dos Açores, no seu Congresso de Novembro de 1995, reconheceu a injustiça de tal situação, aprovando por unanimidade um apelo à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, no sentido de toda a lavoura açoriana receber o subsídio em causa.

Veríamos com muito bons olhos que esta situação fosse ultrapassada porque, caso contrário, contraria o espírito da solidariedade e do desenvolvimento harmónico, que é um dos melhores frutos da nossa autonomia regional.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como deputado eleito no Círculo Eleitoral da Ilha do Pico pelo Partido Social Democrata, e como representante do povo daquela ilha, tenho por obrigação intervir na discussão do Plano e Orçamento para 1996 e deixar nesta discussão algumas preocupações que recebemos tanto da população em geral como dos responsáveis Autárquicos.

Sendo o último Plano e Orçamento, que pressupõe, dar cumprimento no estabelecido no Plano a Médio Prazo 93/96, esperávamos nele ver contempladas verbas para a conclusão de algumas obras contidas nesse plano.

No entanto, verificamos que de facto isso não aconteceu e que alguns dos projectos contidos no Plano a Médio Prazo não se concretizam por dificuldades financeiras, as quais procuraremos compreender.

Registamos com agrado a conclusão do Centro de Saúde de São Roque do Pico que se encontra concluído e que deverá brevemente ser inaugurado.

Uma das obras há tanto tempo esperada pelos picoenses e em especial pelos habitantes do Concelho da Madalena é a Escola Secundária Geral e Básica Cardeal Costa Nunes.

Verificamos com muito agrado, a existência de verbas que permitem à mesma, entrar em funcionamento no ano lectivo de 1996/97, conforme compromisso dos responsáveis dos departamentos do Governo Regional que têm interferência directa nesse processo.

Registamos com agrado o empenhamento destes responsáveis para que tal aconteça. Julgamos que é justo, também, no Concelho da Madalena do Pico a existência de Ensino Oficial, tal como em todos os Concelhos da Região, pelo que acreditamos sinceramente que a nova escola possa funcionar e já no início do próximo ano lectivo. Não posso deixar passar esta oportunidade, sem realçar a grande importância que tem tido o Externato Particular da Madalena, este tem assegurado com dignidade o ensino dos jovens do concelho. Aqui deixamos a nossa homenagem e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido há várias décadas por todos quantos lá exerceram ou exercem a sua actividade na formação dos nossos jovens.

Como deputado, e na perspectiva de encerramento do Externato Particular, motivada pela abertura da nova escola de ensino oficial, fomos contactados pelos professores e restantes funcionários, a maior parte deles a trabalhar há largos anos naquele Estabelecimento de Ensino, os quais se encontram bastante apreensivos pela possibilidade de ficarem no desemprego.

Estamos certos de que a Secretaria da Educação, está atenta a esta situação e que tal como em casos anteriores de encerramento de Estabelecimentos de Ensino Particular motivados pela abertura do Ensino Oficial, os funcionários em questão com as habilitações adequadas foram na sua maioria integrados nos Estabelecimentos de Ensino Oficial que entraram em funcionamento.

Assim esperamos que tal como em situações semelhantes antes verificadas, sejam integrados na nova escola os profissionais que há tantos anos se têm, com dignidade, dedicado ao ensino naquele Estabelecimento Particular a prestar o ensino oficial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Verificamos com alguma apreensão a não execução das obras de repavimentação de alguns troços da Estrada Regional que se encontram totalmente degradados e que são motivo de tanta reclamação e descontentamento.

Esperamos que rapidamente sejam solucionados esses problemas e se dê início às referidas obras.

Algumas outras preocupações dos Picoenses, que são nossas também, dizem respeito aos arranjos exteriores dos Portos de São Roque e Gare Marítima da Madalena, que esperamos uma vez por todas ver concluídos.

No que se refere à Orla Marítima das Lajes do Pico, justa aspiração dos Lagenses, esperamos ver ainda este ano concluído o estudo em modelo reduzido e executado o projecto para que no próximo ano se inicie as obras de Protecção da Vila das Lajes.

Alguns sectores da Ilha referem como importante a ampliação da pista do Aeroporto do Pico, como factor imprescindível para o seu desenvolvimento, nomeadamente na sua vertente turística, também em nosso entender essa é, até que nos provem o contrário, uma condição importante.

Como até à data não temos ainda as conclusões do estudo efectuado sobre esta matéria, e como sabemos também das dificuldades financeiras existentes, aguardamos com brevidade a divulgação do estudo em execução, para que em Planos futuros se possa continuar a defender, ou não, a referida ampliação.

Julgamos, em resumo, que o Pico está razoavelmente bem contemplado com verbas neste Plano, que lhe permitem continuar o seu desenvolvimento, no entanto sabemos também que nem sempre e apesar de existirem verbas atribuídas, as obras se realizam.

Estamos convictos que desta vez assim não acontecerá e que às verbas atribuídas correspondam de facto as execuções das obras contempladas.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Figueredo.



**Deputada Nélia Figueiredo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste período dedicado pela Assembleia Legislativa Regional, à análise e discussão do Plano e Orçamento, para o ano de 1996, e no que concerne à Ilha de Santa Maria, constata-se que o Plano não contempla acções que os marienses gostariam de ver concretizadas no âmbito da vigência desta legislatura.

Algumas das aspirações remontam, pelo menos ao início desta década, como seja o reforço do molhe cais de Vila do Porto, estrutura cuja importância para a economia da ilha é de todos conhecida.

O projecto já se encontra concluído, segundo informação divulgada, pela Comunicação Social, na semana transacta. Resta, portanto, pô-lo em execução.

O início desta obra neste ano não era de todo despropositado, se tivermos em conta que no Programa do VI Governo, aprovado nesta Assembleia em Novembro último, nas páginas dedicadas à temática Transportes Marítimos afirma:

*" Prevê-se dar início às obras de reforço dos molhes dos portos de S. Roque do Pico, Praia da Graciosa e Vila do Porto em Santa Maria" . ( pág. 36)*

O que nos parece despropositado, é que um Governo que sabe que terá a vigência de um ano, preveja no seu Programa iniciar determinadas obras, e que passadas poucas semanas, aquando da elaboração do **único Plano** da sua responsabilidade, não as contemple.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste Plano continua a não ter-se em consideração a necessidade de reforçar o abastecimento de água à agricultura. No entanto, esse reforço é essencial, para satisfazer as necessidades sentidas pelos agricultores, sobretudo no período estival, sem pôr em causa o abastecimento de água às populações, dado que estes recorrem nesse período com maior intensidade ao uso exaustivo da água da rede de distribuição domiciliária, criando situações de ruptura nalguns locais da Ilha. Esta posição foi corroborada pela Direcção da Cooperativa Agrícola, aquando da audição feita pela Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, ocorrida em Setembro de 1994.

Ainda no âmbito da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, constata-se que se continua a não contemplar a construção da Casa de Matança.

Neste Plano, nem constam verbas para a elaboração do projecto, não tendo sido tida em conta, a solicitação feita pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Vila do Porto, contida no parecer enviado, relativo à Ante - Proposta do Plano, o que é de estranhar, dado que o Governo já em Outubro de 1994, na sequência da Visita Oficial à ilha afirmava no comunicado final:

" Iniciar-se-á o estudo da localização do novo matadouro .... a que se seguirá a fase de elaboração do Projecto".

No ano seguinte, também aquando da Visita Oficial, volta a referir o mesmo assunto nos seguintes termos:

"... prosseguem os trabalhos no sentido do Projecto do novo Matadouro ficar brevemente concluído".

Mas, afinal chega-se à conclusão de que não é ainda desta vez, que o processo relativo à Casa de Matança avança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passando ao Programa Construções Escolares, lamentamos que este Plano não preveja a execução da vedação da Escola E B 2-3/ S Bento Rodrigues de Vila do Porto.

A inexistência de vedação dificulta sobremaneira a segurança dos alunos e permite um fácil acesso de pessoas estranhas ao recinto escolar, sem grande possibilidade de controlo por parte dos funcionários da escola.

A sua construção estava prevista, para ser efectuada após a construção do último *bloco de salas de aula*, que se encontra concluído desde inícios de 1993.

No que concerne ao 1ª Ciclo do Ensino Básico, as escolas existentes na ilha de Santa Maria, são na sua maioria construções do Plano dos Centenários e embora, a Autarquia tenha vindo a efectuar as intervenções que lhe cabem, no sentido da sua manutenção, o facto é que existem algumas que necessitam de grandes reparações, que esperamos venham a ser consideradas no Programa de beneficiação que agora se pretende implementar, pois sabemos que embora a verba consignada para o efeito

atinga um valor significativo, se comparada com anos anteriores, não é no entanto suficiente para suprir as necessidades imediatas sentidas na Região.

Ainda no âmbito da Secretaria Regional de Educação e Cultura e no contexto do Programa de Defesa e Preservação do Património, nunca é demais lembrar que o Núcleo Classificado de Vila do Porto necessita que lhe seja prestada uma atenção particular, que não se pode circunscrever apenas à divulgação dos apoios previstos no Decreto Regulamentar Regional n.º 17/93/A, de 28 de Setembro. Urge promover acções de sensibilização sobre o valor arquitectónico e cultural daquele espaço, que se dirijam em primeira instância aos residentes na zona, mas que sejam também extensivas a toda a população da ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há neste Plano, áreas que mereciam melhor tratamento nomeadamente algumas referenciadas nos pareceres da Assembleia e da Câmara Municipal de Vila do Porto, como sejam a protecção da orla marítima e o reforço das verbas destinadas aos caminhos rurais.

Em conclusão, podemos afirmar que este Plano à semelhança dos anteriores, continua a não incluir obras que são prioritárias para a Ilha de Santa Maria. Com a sua aplicação integral ou parcial, finda a vigência do PMP correspondente ao quadriénio 93/96. Esperemos que o Plano a Médio Prazo a elaborar para o próximo quadriénio, comporte perspectivas mais animadoras para os marienses.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Jaime Medeiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de esclarecer a Sra. Deputada que está previsto na verba desagregada de conservação de escolas do ensino secundário no plano, a vedação da escola de Santa Maria.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Figueredo.

**Deputada Nélia Figueredo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Folgo muito em saber, porque essa é realmente uma das preocupações que temos há longo tempo.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento do que acabou de dizer o Sr. Secretário Regional das Obras Públicas, também gostaria de informar a Sra. Deputada que o projecto do matadouro da Ilha de Santa Maria, embora não conste no plano, faz parte de uma verba para infraestruturas deste género.

Em 1996, o projecto estará pronto.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Figueredo para pedir esclarecimentos.

**Deputada Nélia Figueredo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já agora gostaria de saber onde será a localização desse matadouro?

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Fica localizado em Santa Maria.

**A Oradora:** Obviamente que sei que será em Santa Maria, mas deve ter um espaço concreto, ou fazem o projecto num sítio qualquer?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um pequeno esclarecimento adicional.

No corrente ano, será adquirido o terreno para a construção do novo matadouro e quanto ao seu projecto, ele também ficará concluído este ano.

Este ano não nos é possível arrancar com a obra.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Rosa.

Peço ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata para fazê-lo substituir na Mesa.

*(Neste momento o Dep. José Ramos Aguiar substitui o Dep. Gaspar da Rosa no lugar de Secretário da Mesa da ALRA)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar da Rosa.

**Deputado Gaspar da Rosa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parafraseando o nosso Povo, é tempo de Balanço. Tempo de análise do Plano e Orçamento para o ano económico de 1996.

É através da análise, do exame crítico do Plano, que transformamos situações complexas em outras que podemos manobrar. É através da análise que descobrimos a causa de um problema e, procuramos a sua remoção.

Todo o plano tende, dirige-se e obedece a uma ideia directriz. A ideia directriz, o fim dominante deste Plano é o desenvolvimento harmonioso de todas as Ilhas da Região Açores, fundamento da Autonomia.

Com a directriz e fim definidos, estabeleceu-se a ligação entre o fim a atingir e os recursos disponíveis. Os recursos disponíveis para fazerem face ao investimento nas nove ilhas, obedecem a fluxos financeiros que nem sempre correspondem nem corresponderam às reais necessidades de um equilíbrio económico desde o povoamento até aos nossos dias.

Segundo os economistas, a vida económica é marcada por uma regularidade de períodos de prosperidade, de crise e depressão. Denominados Ciclos Económicos. A esta regularidade do ciclo económico não escapou a Região ao longo da sua longa história, recorde o ciclo do pastel, o ciclo da laranja, o ciclo da prata e outros cambiantes açorianos da crise económica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É neste contexto que como deputado eleito pelo círculo da Ilha do Pico, tentarei analisar o Plano e Orçamento para o ano económico de 1996, último ano da

realização do PMP, através dos diversos sectores e programas que no seu conjunto contribuirão para o desenvolvimento sócio-económico integrado da Ilha do Pico.

Atendendo aos investimentos estruturais em curso e a iniciar o Pico é do conjunto de Ilhas, que apresenta uma variedade significativa. No entanto não deixa de ser a Ilha da Região com número elevado de infra-estruturas por concluir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A capacidade de pensamento crítico sem capacidade de pensamento criativo e construtivo dificulta, senão atrofia a emergência de novas ideias, daí o afirmar-se "criticar é muito mais fácil do que criar".

Continuar no caminho de uma política realista de desenvolvimento é para o Picaroto, viver com os meios que a natureza lhe proporciona, quer através da terra quer do mar. Da terra o Picaroto impulsionado e amparado pelo Governo Regional no sector da agricultura, passou de uma época de desertificação para uma época de extensificação na Pecuária da Ilha, feito que nunca é demais exaltar, responsável actualmente por mais de 50% das exportações da Ilha e uma das principais fontes geradoras de riqueza.

Na reestruturação da vinha, reconverteram-se mais de 60 hectares dos 100 inscritos com resultados produtivos cuja qualidade é por todos exaltada, contribuindo como outrora para o equilíbrio económico da Ilha.

Do mar há uma afirmação que distingue o Picaroto, " Vê peixe aonde os outros só vêem água". Indicadora do pioneirismo das artes de pesca e de marear. E o mar tem correspondido, não tem sido padraço, ao oferecer as fontes de riqueza que encerra justificando o investimento realizado na frota pesqueira.

No sector dos transportes marítimos, outro eixo essencial para o desenvolvimento da Ilha, é nesta era de comunicação e mobilidade humana, o mais sensível e carenciado sector de investimento - refiro-me ao Porto Comercial da Ilha, polo principal de entrada e saída de mercadorias, é urgentíssimo o ordenamento e a construção do parque de retém de gado, o actual improvisado não oferece condições de segurança para a próxima exportação; o reforço e solidificação do molhe do cais acostável o qual tem servido com algumas ocorrências que põem em perigo o embarque e desembarque de passageiros, impõe-se a elaboração do projecto do Porto de

passageiros de S. Roque do Pico, não só pelas razões expostas, mas também pelo aumento do tráfego marítimo de passageiros.

No sector dos transportes aéreos, a Ilha do Pico necessita da ampliação do seu aeroporto, também como uma das grandes prioridades de desenvolvimento da Ilha, corolário e resposta a outros investimentos em curso no Pico, concretamente às infra-estruturas turísticas, ao nível da hotelaria e de lazer, capazes e suficientes para a resposta da procura que aumenta ano após ano. Corolário também e resposta alternativa às ilhas que compõem a A.M.T. (Associação dos Municípios do Triângulo) associadas para o desenvolvimento e sobretudo para a complementaridade de carências, unidas para crescer, contando e antevendo a mobilidade dos seus actuais 40 mil habitantes, contando com os cerca de 100 mil emigrantes da diáspora.

Aguardamos com esperança as conclusões do estudo a que o Governo Regional se propôs, acerca da ampliação e melhoria de operacionalidade daquele aeroporto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano e Orçamento para o ano económico de 1996 revela um combate sem agressividade, porque acredita que há uma saída para a recessão, conservando-se na marcha geral, embora percorrendo o seu próprio caminho e o seu rumo.

Aberto a todas as ideias e acolhedor de todo o estímulo, para enfrentar o que parece impossível, sem desânimo, sem pressa, nunca cessando a marcha, porque é assim que se chega ao longe.

Assim o entendemos, e esperamos que o entendam os agentes políticos económicos e sociais, porque só em conjunto não cessaremos o contínuo desenvolvimento da Ilha do Pico e dos Açores.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados:

Está o Governo Regional, no cumprimento de um preceito fundamental do Estatuto Político-Administrativo da Região e da democracia representativa, a apresentar neste maior órgão da Autonomia, instrumentos político-governativos indispensáveis, que são o Orçamento e o Plano de Investimentos para o corrente ano.

No âmbito do departamento do Governo que me está confiado, nos sectores que o mesmo tutela, a Educação, a Cultura e o Desporto, a proposta do Plano que se apresenta, respeita as linhas orientadoras de macro-política do Programa do Governo e enquadra-se nas grandes opções e acções do Plano de Médio Prazo 93/96.

O Programa do Governo, no seu segundo capítulo, no qual se integram as áreas de Educação, da Cultura e do Desporto, aponta para um grande objectivo que é "valorizar a nossa gente" proporcionando, "futuro e vida com dignidade".

É no imperativo deste objectivo, que este Plano visa dar o seu contributo, potenciando, valorizando e formando os homens e mulheres que nestas ilhas vivem e labutam, as famílias e duma forma muito especial, os jovens, para os quais estão viradas as maiores atenções dos sectores da competência da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Com a Educação, se lhes proporciona saberes e conhecimentos, espírito formação integral. Com a cultura, se lhes dá vivência e compreensão do passado, preservação dos valores e das referências que os identificam e diferenciam culturalmente de outras comunidades. Com o Desporto, se lhes proporciona uma dinâmica sociológica, biológica e educacional indispensável.

As nossas crianças, os nossos jovens, os nossos filhos, são pois, os mais legítimos destinatários e utilizadores dos bens e dos serviços que lhes são disponibilizados nestes sectores.

Venho apresentar este Plano imbuído do maior entusiasmo na sua implementação, sabendo, contudo, que algumas dificuldades poderão surgir, de ordem burocrática, operacional e temporal. O Governo, no máximo do esforço orçamental possível, apostou em fazer inscrever na sua proposta de Plano verbas consideráveis para a Educação, Cultura e Desporto, que totalizam os 4.227.900 contos, o que representa 12,6% em relação a toda a dotação do Plano.



Ao sector da Educação, nos Programas 8 e 9, que dizem respeito a Construções Escolares e Equipamentos Escolares, vão ser atribuídos, respectivamente, 2.283.000 contos e 170.000 contos, o que representa uma verba global de 2.453.000 contos.

Ao nível do Programa 8 - Construções Escolares, se inscrevem verbas que se destinam à elaboração de projectos para a construção de escolas do primeiro ciclo do ensino básico, para a ampliação e remodelação da escola Básica do Outeiro/Arrifes e uma dotação considerável de 550.000 contos para reparação e beneficiação do seu Parque Escolar.

Esta verba, não desagregada, assegurará uma nova linha de cooperação financeira com as autarquias locais/câmaras municipais, financiando 85% dos investimentos, que associados aos 15% da responsabilidade dos orçamentos camarários, permitirá responder às mais urgentes obras nas nossas escolas do primeiro ciclo. A este respeito, devo informar que, em face do levantamento sobre o estado do Parque Escolar, feito pela Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a Secretaria Regional da Educação e Cultura definirá para cada concelho as prioridades a seguir, na medida em que, naturalmente, terão prioridades as escolas com maior carência de obras mas que, também, sirvam uma maior população escolar. Deixam de ter fundamentos algumas críticas, umas realistas e positivas, outras exacerbadas, quanto à capacidade financeira disponível para esta situação, que o Governo reputa do maior interesse, que na teoria e na prática, não deixam margem para dúvidas.

Ao nível do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do secundário, encontra-se inscrita uma verba de 1.385.000 contos que se destina essencialmente a financiar a construção e ampliação de estruturas escolares. É o caso, quanto à construção de raiz, da Escola "Cardeal Costa Nunes" - na Vila da Madalena, obra já iniciada no Plano anterior e que não ficará concluída totalmente este ano, porque faltará construir parte das instalações desportivas, o que se realizará, de certo, de seguida.

Sobre este investimento, desejo expressar o meu total empenho de que, o próximo ano lectivo, se inicie neste novo edifício, criando em breve a escola Geral, Básica e Secundária e tomando as necessárias medidas conducentes à entrada em funcionamento desta escola.

Em termos de ampliação, existem verbas que contemplam a conclusão da ampliação da EB2,3 Gaspar Frutuoso, da Ribeira Grande, o arranque da ampliação da Escola Geral Básica e Secundária da Ribeira Grande e da Escola Básica 2,3 e Secundária de S. Roque.

Carece referenciar a inscrição de três acções referentes às construções das EB 2,3 e Ensino Artístico de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e duma escola na Horta, que dê resposta também ao secundário, existindo já o programa funcional preparado que servirá de base à elaboração dos respectivos projectos.

No âmbito ainda do Programa 8, realça-se a existência de uma verba no montante de 190,000 contos destinada à Universidade dos Açores, que financiará a conclusão da reconstrução do edifício da Reitoria e uma dotação de 68.000 contos que se destina a reparações urgentes em Escolas Preparatórias e Secundárias.

No âmbito do Programa 9 - Equipamentos Escolares, dotado de uma verba de 170.000 contos, se procederá à aquisição de material didáctico e mobiliário (para o pré-escolar e 1º ciclo), equipamento informático e de reprografia, (para o 2º e 3º ciclos e Secundário) estando em curso a apreciação do inventário mandado fazer para o efeito, junto dos estabelecimentos de ensino e serviços de apoio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Investir na Educação não é só, não deverá ser apenas, a construção, ampliação ou beneficiação de estruturas ou instalações destinadas ao ensino, qualquer que seja o seu nível.

Investir na Educação é também, seguramente, acompanhar em termos de medidas e acções o desenvolvimento da reforma educativa, é estudar e reajustar a rede às novas necessidades pedagógicas, curriculares, e realidades demográficas e preparar adequados programas de Acções de Formação para os docentes, é proporcionar condições para que estes as possam frequentar e delas tirarem o indispensável proveito, é levar às escolas, o corpo docente, alunos, pais e encarregados de educação e associações de estudantes a se associarem às preocupações das comunidades onde se inserem, aos grandes desígnios do desenvolvimento e da modernidade que todos desejamos para a nossa sociedade.

Cabe neste conjunto de macro-objectivos pormenorizar algo.

Assim:

- Parece-nos que carece de estudo a evolução da população escolar, no mínimo, para a próxima década. É que, ao nível do 1º ciclo, em algumas das nossas ilhas e freguesias já é visível a redução do número de alunos. Vejamos:

No ano lectivo de 1988/89 tivemos 24.743 alunos inscritos, no ano lectivo de 1991/92 (3 anos após) este número cai para 21.549 (-3194 alunos) e no presente ano lectivo contamos apenas com 18.799 alunos matriculados (elementos estatísticos de 31/01/96) o que representa um decréscimo de 5.944 alunos em relação ao ano lectivo mencionado.

Segundo estudos e projecções que foram feitos por entidades ou investigadores idóneos, sobre a evolução demográfica dos Açores e tendo por base os valores absolutos observados desde 1950, no que respeita à natalidade e a respectiva previsão até ao ano 2010, apresenta-se-nos "... cenários possíveis de diminuição muito sensível da população total dos Açores..." e conseqüentemente, da população escolar.

Esta situação de redução de matrículas no 1º ciclo, reflectir-se-á dentro de poucos anos nos restantes níveis de ensino.

Importa pois, em termos das infraestruturas escolares, do 1º, 2º e 3º ciclos e até mesmo do secundário, ter estas realidades em conta. Neste contexto e quanto à necessidade de ampliação das Escolas que nos últimos anos receberam o nível secundário, caso das Ilhas Graciosa, S. Jorge, Pico e Flores, cujos estudos vamos implementar, dever-se-á ter em conta este panorama.

- Parece-nos que é investimento a formação de funcionários, de docentes e quanto a estes direccionar a sua formação para áreas curriculares, pedagógico-didácticas e temáticas do seu verdadeiro interesse. A "Filosofia" da creditação, através das acções de formação frequentadas, para a progressão na carreira docente, tem minimizado e até desviado o verdadeiro sentido e valor da formação. E não tenhamos dúvidas, que nos tempos actuais, as dinâmicas de grande mutação, exigem uma continuada actualização, uma exigente preparação e um "afino" científico, metodológico e pedagógico. Todos os profissionais o devem sentir. Os professores de uma forma especial.

Aos docentes se exige cada vez mais qualidade científica, técnica e pedagógica, percepção das realidades sociais, familiares e culturais em que a Escola está inserida e maior acompanhamento do aluno. Naturalmente, que a Formação tem que ser criteriosa, direccionada e mentalizadora.

- Parece-nos que é também investimento, que a Escola, através dos seus responsáveis e dirigentes associativos, com a participação efectiva da tutela, crie espaços de diálogo transversal com as famílias com as instituições públicas e particulares, com os sectores sociais, em ordem a se encontrar as melhores soluções para a criança em risco ou o adolescente em desvio social ou em abandono escolar. São vários os casos que se têm verificado nas nossas Escolas e alguns chegam ao domínio público como recentemente se verificou.

Preocupa-nos tudo isto, pelo rescaldo negativo que se reproduz na vida das Escolas, na vivência dos alunos, na confiança que devem ter na sua Escola e nos seus colegas. É preciso uma resposta global na prevenção. É que quer queiramos quer não, a realização dos jovens de hoje exige correspondente realização de vários planos fundamentais, dos quais destaco o familiar e o escolar. Falhando qualquer deles, falhará certamente algo de muito importante na construção da personalidade que os deverá transformar em adultos responsáveis.

Se a família se degrada e, conseqüentemente, o suporte afectivo desaparece, a criança deixará de ter pontos de referência e sentir-se-á rejeitada. Desenvolverá, em consequência todo o seu engenho individual no sentido da sua auto-defesa e sobrevivência, usando a agressividade, o roubo, e até, em casos mais graves, o crime.

- Se a Escola for apenas um mero repositório de conhecimentos específicos transmitidos a contra-relógio e desligados da vida real, se não conseguir transmitir uma educação global nas suas vertentes humanística, cultural, social e até espiritual, ela nunca conseguirá formar jovens capazes de olhar o futuro e aproveitar dignamente os bens e serviços que lhes são disponibilizados no presente. Não são a falta de alguns técnicos de psicologia nas nossas Escolas, a causa destas dificuldades, mas mesmo aí, vamos fazer um esforço nesse sentido.

- Parece-nos, por último, quanto à Educação, que é também investimento levar, dar mais a conhecer, transportar para dentro das Escolas, o que são os Açores, o que são

as nossas ilhas, o que é esta parcela portuguesa, esta Região Insular Europeia, de 500 anos de vida humana e de história que enobrece a nossa Pátria.

Estamos a comemorar os 20 Anos da Nova Autonomia Democrática, comemorámos o Centenário das primeiras vivências Autonomistas e 1996 é o Ano Europeu da Educação.

Temos pois factos e razões mais que importantes e motivadoras para "desafiar", no bom sentido, as Escolas a darem a conhecer mais os Açores, as suas gentes, a sua História e a sua Cultura, a sua Geografia Física e Humana, os seus Valores, a sua etnografia, nos seus usos, costumes e manifestações.

É que não são só os alunos que precisam destas abordagens, muitos são os professores que também carecem destas temáticas, que podem efectivamente ser tratadas como assuntos complementares dos currículos. Constituirei para breve uma Comissão Executiva que promoverá, com a indispensável organização e realização das Escolas e Direcções Escolares, acções nesse sentido, que poderá ser um exemplo, uma "Semana de Estudos sobre os Açores". Os Clubes Escolares e as actividades de complemento curricular, como a área escola, podem-se enquadrar nestas preocupações. Os Museus Regionais e de Ilha, as Bibliotecas e Arquivos Públicos e a mais variada documentação que tem vindo a ser preparada pela Direcção Regional da Educação, serão meios para potenciar estes objectivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Deixemos agora a Educação para vos apresentar as áreas da Cultura e do Desporto.

O Programa 23 - Defesa e Preservação do Património, apresenta uma verba global inscrita num montante de 1.441.900 contos, dos quais, 149.500 contos para animação e actividades culturais e 1.292.400 contos para o património arquitectónico.

Investir na cultura, em sentido lato, é notoriamente consolidar a nossa identidade, é respeitar o legado dos nossos antepassados, é dar a conhecer a história e fazer história, é preservar e estudar o riquíssimo património cultural e artístico, quer móvel, quer arquitectónico, é apoiar e valorizar as mais diversas manifestações culturais que se verificam na Região, promovidas pelos Institutos e Associações recreativo-culturais, pelas Filarmónicas, Grupos de Folclore, Grupos Musicais, Academias e outras entidades e agentes da cultura.

Assim, no âmbito da Animação e Apoio a Actividades Culturais, apoiaremos estes organismos, nos seus Planos de Actividades Anuais, promoveremos acções de formação e reciclagens para executantes de instrumentos de metal e de órgãos de tubos, formaremos afinadores de piano, ensaiadores e técnicos de Folclore e Teatro.

Manter-se-á o Plano de Apoio às Filarmónicas, quanto às suas escolas de música, à renovação dos seus fardamentos e instrumentais e apoiaremos a publicação de obras de relevante interesse cultural.

Ter-se-á como preocupações dominantes descentralizar, sem dirigismos, as mais diversas actividades culturais, das ilhas de Santa Maria ao Corvo, dinamizar os nossos museus e bibliotecas, fazendo-os intervir em realizações conjuntas e manter um equilíbrio e complementaridade entre as ditas culturas eruditas e populares.

No âmbito da Defesa e Preservação do Património Arquitectónico, a dotação existente visa essencialmente dar continuidade às obras de recuperação, ampliação e adaptação do Colégio de Jesuítas, para a instalação, em 1997, do importante espólio documental e bibliográfico da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, e dar conclusão às obras de recuperação, restauro e consolidação do Convento de S. Francisco onde será reinstalado o espólio museológico do Museu de Angra, investimentos que têm valor duplo, porque não só se destinam a instalar instituições públicas de indiscutível interesse cultural, como também, correspondem à necessidade urgente de reconstrução e recuperação destes importantes exemplares arquitectónicos.

De realçar também uma dotação adequada para o lançamento e adjudicação, no 2º semestre deste ano, da consolidação, adaptação e ampliação da Casa Walter Bensaúde, para instalação da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, da Casa de Cultura e disponibilizar um espaço digno para Sede do Núcleo Cultural da Horta (instituto particular).

Devo mencionar a existência de outros investimentos de menos impacto financeiro que se destinam ao património conventual e religioso do Pico, ao museu do vinho e ao apoio a outros exemplares arquitectónicos de outras ilhas, nomeadamente, na acção que agora se implementa, de recuperação e consolidação de moinhos de vento e de azenhas, que terminado o levantamento que aponta para 400 e tal moinhos, se

caminhará para a regulamentação do Decreto Legislativo que prevê a cooperação financeira nesta acção.

Termino a apresentação do Plano, no âmbito da Cultura, manifestando a nossa continuada atenção, preocupação e empenhamento no que se refere à delicada matéria do Património Cultural Subaquático, quanto à revogação da legislação em vigor e à formulação de novo enquadramento legal que respeite a participação efectiva da Região nas decisões sobre a autorização e recolha patrimonial do espólio cultural submerso, que é, segundo investigadores e cientistas de renome, o mais rico espólio português e dos mais relevantes da Europa. Continuamos a aguardar que o Ministério da Cultura nos informe do Grupo de Trabalho que se vai encarregar de estudar este assunto e do qual deveremos fazer parte.

Em relação ao Programa 25 - Desporto, dotado com uma verba de 333.000 contos, merece maior destaque os investimentos nos Parques Desportivos da Ilha Terceira e Ponta Delgada, que permitirão encerrar, assim creio, o considerável investimento que foi feito nestas grandes estruturas desportivas. Divididas por várias instalações e em sítios diferentes, oferecendo condições técnicas e modernas de reconhecida qualidade, para a prática das diferentes modalidades, estão gratuitamente ao serviço dos Clubes Desportivos, das Associações de modalidade, dos atletas individuais e dos que praticam a actividade física e destes equipamentos se queiram servir, para além de toda a utilização que lhes dá as Escolas, ao nível da Educação Física e do Desporto Escolar.

Recentemente começou a ser utilizado o estádio de S. Miguel, com o seu novo rectângulo enrelvado e já há alguns tempos vem a ser usada a electrificação do estádio João Paulo II. Quanto aos Parques Desportivos da Ribeira Grande e do Faial, estão estas acções dotadas com diminutas verbas, que viabilizarão apenas o começo da elaboração dos projectos, sendo investimentos que terão a sua execução - assim creio - no próximo Plano a Médio Prazo.

Estas estruturas desportivas, como as anteriores, terão uma utilização fulcral pelas Escolas. O parque desportivo da Ribeira Grande situar-se-á junto das duas Escolas (Preparatórias e Secundária) e o da Horta, poderá ser a 1.<sup>a</sup> etapa da construção da nova Escola.

Em termos de Formação de técnicos das diversas modalidades ao serviço das Associações e dos Clubes, bem como dos Escalões de Formação, o investimento é grande e suportado pelo Fundo Regional de Fomento do Desporto, através de Contratos Programa a celebrar.

Para além da Formação contínua e em serviço dos docentes de Educação Física, está em curso a formação complementar ao nível de Licenciatura de 13 Professores de Educação Física, da responsabilidade da Universidade Lusófona, de acordo com um Protocolo estabelecido para o efeito.

Para o Desporto Local, Regional e as participações nos Nacionais, ao nível da 2.<sup>a</sup> Divisão B e da Série Açores, continuarão a ser prestados incentivos financeiros, que são transferidos para os Clubes, através também, de protocolos/contratos programa de desenvolvimento desportivo definidos por legislação aprovada por esta Assembleia e pelo Governo.

É oportuno anunciar que a SREC está a diligenciar o reforço do financiamento aos clubes de futebol que militam a Serie Açores, para colmatar a perca de verbas que recebiam da Federação Portuguesa de Futebol por cada deslocação ao Continente, assumindo, até que este assunto tenha outra resolução, o custo desses apoios nas deslocações inter-ilhas.

Por último e ao nível do Desporto Escolar, realizar-se-ão os Jogos Desportivos Escolares, este ano, pela primeira vez, com uma fase Nacional, e sobre o tema geral "20 Anos de Autonomia".

Creio que não poderíamos encontrar melhores temáticas para estes jogos, e para terminar esta intervenção. É que, de certo, sem a democracia e a Autonomia conquistadas não seria possível dar este protagonismo ao Desporto, à Educação, à Cultura e aos Açores.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.



**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho pena de não ter tempo suficiente...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Já?!

**O Orador:** ... para fazer uma análise exaustiva, histórica, em relação à escola Cardeal Costa Nunes da Madalena. Apenas direi que quando foi sonhada era tida como uma escola tipo para a Região, é uma espécie de Laranjeiras mais pequena, em miniatura, adaptada à ilha e por causa disso cheguei a receber o abraço efusivo do Sr. Dr. Mota Amaral. Isso foi arrumado, mas de qualquer maneira, essa escola previa uma estrutura desportiva da qual fazia parte um campo de relvado.

Neste momento, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se pensou nessa viabilidade que serviria a escola e a comunidade?

Para acalmar alguns Srs. que há pouco se riram julgando que nós estamos a sonhar, o problema levantado aqui ontem pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro preocupou-me imenso. O problema levantado foi num sector pequeno, ou seja, o sector desportivo. Há muita gente como por exemplo o ideólogo do PSD, Pacheco Pereira, que não conhece a realidade em que está envolvida. Não é o Sr. Secretário, desculpe, mas muita gente tem que pensar nas coisas.

Qualquer pessoa minimamente ligada ao fenómeno desportivo sabe que, neste momento, na modalidade de futebol entre o Pico e o Faial há absolutamente uma equiparação. Não há nenhuma diferença.

O Pico ganhou o campeonato da Associação de Futebol da Horta de Juvenis B e ganhou o campeonato de Júniores A e B.

Não há nada de especial nem é necessário um milagre do Sr. Bom Jesus, nem é necessária sorte exagerada, para que o próximo campeão da Associação de Futebol da Horta, seja da Ilha do Pico.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Isto deixou-me preocupado, porque deduz-se do que se diz aqui que só há Série Açores, parece que só há Série Açores, para aquela trilogia sagrada, ou seja, as três ilhas pelas quais tudo começa e parece que a partir dessas três, as outras seis são todas iguais.

Eu peço a todos os santos do céu e da terra que o próximo - não por causa da vitória desportiva - campeão da Associação de Futebol da Horta seja do Pico para depois eu ver o que é que se vai passar.

Se houver obrigatoriedade de jogar em campos de relvado... Sr. Secretário, nós já vimos para aqui **nascer**, já vimos para aqui **morrer**, não falta mais nada senão vir para aqui **jogar** e trazer um cabaz com bolo e queijo para depois voltar à Ilha!

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não está em causa a Horta.

A Horta cidade desportiva, já há muito tempo pelo seu passado, pelo seu historial, merecia não apenas um campo de relvado, mas um prémio desportivo, porque ela foi pioneira do desporto na Região Autónoma dos Açores!

Não é isso que está em causa!

O que está em causa é a perspectiva com que nós encaramos esta problemática. Depois vamos ver como é.

Vamos ver alguns andar na tal vereda ética e chegar amarelinhos para jogar futebol. Por um lado até era bom para levar tarefa, podia ser que acontecesse.

Nós vamos ver cancelamentos de equipas que chegam ao Pico e não podem sair de lá, vamos ver coisas que vêm agora demonstrar que quando se consegue uma coisa, ela é que vai despoletar o progresso como aconteceu nas Pescas e noutras áreas semelhantes.

Por isso, pergunto ao Sr. Secretário se já pensou neste assunto. Repare nesta minha intervenção, porque quando digo isto há coisas que não posso passar sem dizê-las com uma certa **mágoa** e com uma certa **raiva** contida. Eu tenho que dizer, porque conheço as coisas.

A tirada mais saborosa para mim foi ali do meu querido amigo Carlos Morais, ou seja, quando falávamos sobre preços, ele disse-me: "não se preocupe, porque vai haver uma pousada daqui a dois anos. O problema está resolvido!"

Pousada lá?

Deixe-os "poisar"!

*(Risos da bancada do PS)*

São estes os pormenores, porque isto é dito como se fosse mesmo assim.

O próximo campeão da Associação de Futebol da Horta pode ser do Pico. Eu quero saber depois como é!

**Deputado Rui Melo (PSD):** E depois, qual é problema?

**O Orador:** Qual é o problema? Isso quero eu saber.

Não tenho mais nada a dizer.

Apenas queria levantar este problema e alertar o Sr. Secretário para esta questão, relacionando-a com o complexo desportivo que fazia parte da Escola da Madalena. Se é para ele se manter ou não, ou quando é que ele vai ser feito, porque isso é muito importante para depois tirar algumas conclusões.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir esclarecimentos.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Depois do calor do meu amigo e camarada Manuel Serpa, quase que tenho vergonha de lhe perguntar se a Escola Cardeal Costa Nunes vai ser criada no dia 1 de Setembro de 1996, ou se é no dia 1 de Janeiro de 1997?

V. Exa., durante a sua intervenção, falou que carece de estudo a previsão de alunos para o próximo decénio.

Se bem percebi - não estou esquecido - no decurso dos nossos trabalhos na Comissão, o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca ex-Secretário Regional da Educação e Cultura, disse que havia um estudo na Secretaria que era sigiloso, mas que agora já poderia ser tornado público e admitiu enviá-lo à Comissão.

Como não o recebi, pergunto se efectivamente há estudo ou não há, de acordo com o Dep. Aurélio da Fonseca?

Se não há estudo, como foram feitos e como estão a ser previstos alguns dos investimentos neste Plano que infelizmente só vão ter concretização em 98 ou 99,

como naturalmente vou demonstrar na minha intervenção que já está preparada para o efeito?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para prestar esclarecimentos.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Antes de mais, quero deixar claro que concordo em que a Ilha do Pico tenha um campo de relvado. Aliás, eu não concordo só com a Ilha do Pico, julgo que todos os concelhos da Região deveriam tê-lo. Não tenho dúvidas sobre isso.

No entanto, é preciso esclarecermos algumas coisas sobre esta matéria.

Qual o vosso contributo para esse fim? Qual o contributo que os clubes podem dar?

Nós temos problemas desses e o Sr. Deputado Manuel Serpa traz sempre esse problema a esta Casa e faz afirmações como seja o Governo a discriminar a Ilha do Pico.

Diz sempre isso com uma grande tristeza, como se fosse o fim do mundo, "o Pico é perseguido!". Isso não é verdade Sr. Deputado!

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Ah não é verdade?!

**O Orador:** O Sr. sabe que há equipas em São Miguel que já ganharam o campeonato da 1.<sup>a</sup> Divisão na Região e, neste momento, não têm campo de relvado.

Se tem dúvidas pergunte ao Desportivo de Vila Franca.

Sabe que o Clube União Micaelense, o Clube Desportivo de Santa Clara, juntaram as mãos e andaram a promover os seus próprios campos de relvado?

O que quero deixar aqui bem claro é que é justo que a Ilha do Pico tenha essas infraestruturas, mas também é justo o Sr. reconhecer que não há nenhuma discriminação em relação à Ilha do Pico.

Qual é o problema?

Nós não podemos andar sempre aqui ao contrário!

Querem portos, não têm barcos!

Querem uma coisa, não têm outra!

Não meus Srs!

Ganhem e quando ganharem o campeonato vamos tratar de arranjar os campos!

Isso é que é lógico!

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Quando ganharmos o campeonato?!

**O Orador:** Dei um exemplo corriqueiro e não tem nada a ver, nomeadamente com a Ilha do Pico.

Acho que devemos primeiro ganhar e depois vamos arranjar as infraestruturas.

Eu posso aqui afirmar que conheço muitos sítios nesta Região que têm polidesportivos e não têm atletas.

Mesmo na Ilha de São Miguel, há polidesportivos que custaram centenas ou milhares de contos e não têm um atleta para jogar lá!

É preciso haver um meio termo nestas coisas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Educação e Cultura:

Eu desejava colocar duas questões a V. Exa.

A primeira prende-se com o projecto de leitura pública implementado há dois anos pelo Ministério da Educação, como forma de combater os baixos índices de leitura em Portugal e que, tanto quanto sei, está a ter resultados muito positivos.

Porque não vejo neste Orçamento nada relacionado com o projecto de leitura pública, desejava saber quando é que V. Exa. pretende implementar este projecto na Região ou se já está a pensar na sua implementação?

A segunda questão que queria levantar, prende-se com a casa onde nasceu Natália Correia.

Vimos pelos jornais e pela televisão que essa casa está à venda.

Sabemos pela televisão que o Presidente da Junta de Freguesia, João Carlos Macedo, oficiou a V. Exa. no sentido da sua aquisição.

Desejava também perguntar se a Secretaria da Educação e Cultura tem algum projecto relativamente a essa casa, uma vez que como todos sabemos, Natália Correia é um dos grandes vultos da nossa literatura deste século e seria uma pena o seu espólio literário e artístico desaparecer, não vindo para a Região, perdendo-se um marco deste vulto da nossa literatura.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo à intervenção acalorada do Sr. Deputado Manuel Serpa dizia-lhe, em primeiro lugar, se alguma equipa de futebol tiver acesso à Série Açores e sendo oriunda do Pico, eu só dou os parabéns e fico muito satisfeito com isso, porque é uma forma da descentralização desportiva a esse nível.

Creio que não será pela falta de um campo de relvado que o Pico será impossibilitado de poder participar. Aliás, esse problema acontece no Faial e acontece em termos do Continente com várias situações que ainda há bem poucos dias tive informação nesse sentido.

Isto não quer dizer, em termo do futuro, de um futuro a curto prazo, que não haja uma solução em relação a esta matéria.

Eu tenho a informação, Sr. Deputado Manuel Serpa - creio que também deve ter - que a Câmara Municipal da Madalena está pensando na aquisição de terrenos contíguos à escola para implementar a estrutura desportiva a esse nível.

Se assim for, e como tudo leva a crer que é, é um projecto e um investimento do maior interesse e identifica bem a cooperação que deve haver entre a administração regional e a administração local.

É nessa cooperação, nessa união de esforços que se fazem bons trabalhos, belos empreendimentos que servem bem o povo.

Na resposta mais directa relativamente ao que o Sr. Deputado perguntava, nas estruturas desportivas da escola não estava contemplado o rectângulo, mas está contemplado todo o equipamento desportivo indispensável para funcionar não só como disciplina curricular no âmbito do ensino, como também no âmbito do desporto escolar.

Creio que terei dado a informação ao Sr. Deputado.

De momento é a que eu tenho.

Também queria dizer-lhe que na actual estrutura, o corpo que está a ser construído, já contempla uma sala polivalente na qual podem também ser praticadas actividades de natureza da educação física.

Está também incluído nesta estrutura desportiva, que vai ter continuidade mas cujos trabalhos não vão ficar encerrados todos este ano, como aliás eu referi na minha intervenção, um campo de sete que já dá resposta a uma necessidade nesse sentido.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa sobre o estudo, V. Exa. referiu na reunião da Comissão que tinha interesse em receber o mesmo.

Eu tenho parte desse trabalho, tenho o programa funcional no âmbito da GB 2,3 + Ensino Artístico, que engloba também a parte desportiva e educação física e há um estudo, uma projecção estatística, que foi feita até ao ano 2000 em termos da evolução dos alunos.

Esse estudo permitiu apostar na necessidade destas escolas e na resposta que as mesmas deviam dar.

Quando há pouco mencionei na minha intervenção a preocupação em relação à projecção que vamos ter presente do número de alunos que vão ser inscritos, nomeadamente para o primeiro ciclo, de facto, está-se a verificar uma redução na natalidade, há uma menor inscrição de alunos no primeiro ciclo que se vai reproduzir nos outros níveis.

Este estudo permite viabilizar, enquadrar e ajudar nas tomadas de decisões em relação a esta matéria e tenho muito gosto em fazer chegar ao Sr. Deputado os elementos que tiver na minha mão sobre este assunto.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Silva Melo, que referiu o projecto de leitura pública, eu não poderei acrescentar muito em relação a essa matéria, porque também não a conheço muito bem.

O que posso dizer ao Sr. Deputado, é que já está a ser feito um esforço em termos da criação de um centro de leitura nas bibliotecas públicas, que é acompanhado por professores - são professores do 1.º ciclo - exactamente para vocacionar, alimentar e educar as crianças para a leitura.

Creio que é um trabalho embrionário, é um trabalho de grande interesse e é, de facto, com os mais novos que podemos criar esse gosto, esse apreço e esse entusiasmo pela leitura.

Em relação à casa de Natália Correia, uma coisa é a casa outra coisa é o seu espólio literário-artístico.

Quanto ao espólio literário-artístico, não há qualquer dúvida de que não o deixaremos sair de cá, pois temos todo o interesse em que aqui permaneça.

Quanto ao imóvel e a sua aquisição, nós também podemos ser um parceiro na mesma. Eu tenho a informação de que os valores solicitados pelos seus proprietários são um pouco elevados. Não temos contemplada este ano qualquer dotação para aquisição de imóveis, mas podemos fazer um esforço financeiro no sentido de sermos um parceiro na aquisição da infraestrutura que poderá englobar, receber e proteger o espólio da poetisa Natália Correia.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** E a Escola Cardeal Costa Nunes?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dizer ao Sr. Deputado Rui Melo que nós temos barcos e temos um porto, mas aquele que temos os barcos é que o fizeram. Não se esqueça disso.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que, ou o Sr. Deputado não percebeu o que eu disse, ou não percebe onde é que a gente está.

Eu quero que o Sr. Deputado e o Sr. Secretário me garantam que na época de 96/97 e 97/98, não há obrigação de jogar em campos de relvados na Região Autónoma dos Açores.

Eu quero ouvir da boca dos responsáveis de que não vai haver obrigatoriedade de jogar em campos de relvados na Série Açores, porque se houver essa obrigatoriedade, algumas ilhas já têm esse tipo de campos, mas outras não têm.

Foi nesse sentido que fiz a minha intervenção.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Agora que estamos os dois mais serenos, vamos analisar essa questão com mais calma.



Eu estou plenamente de acordo que é necessário que nos empenhemos - mas não é só o Governo, somos todos nós, população, deputados, dirigentes dos clubes - para que esta medida que contempla a obrigatoriedade de ter campos de relvados, seja adiada na Região Autónoma dos Açores.

Eu nunca quis sublinhar que isto é um problema só da Ilha do Pico. Este é um problema que se prende com o Concelho da Povoação, por exemplo.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** E do Nordeste!

**O Orador:** O Sr. pode dizer que há vários campos de relvado na Ilha de São Miguel, mas a Povoação encontra-se a 100 Km de Ponta Delgada e não há outro campo, os campos estão superlotados, esgotados.

O que queria chamar atenção era para isso, porque tenho visto equipas que não têm dinheiro para - isso passa-se também com as equipas que me são mais próximas - comprar as camisolas, mas têm dinheiro para ir buscar 10 africanos, 5 continentais, etc.

O Sr. Deputado Duarte Pires está a dizer que não com a cabeça, já sei que os seus são 11 brasileiros.

*(Risos da Câmara)*

Apenas para lhe dizer que é preciso e é necessário pensar-se numa política desportiva não só para o futebol, mas sim para além do futebol, porque é isso que pode ajudar a nossa juventude em todas as ilhas.

O que lhe quero dizer e também alertar o Sr. Secretário, é que se definam hierarquias. O Sr. Secretário não pode garantir que a Ilha do Pico irá ter um campo na próxima época, porque teria que garantir às outras equipas que já estão há 10 anos à espera desse campo.

Esta é a regra de funcionamento da democracia!

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Exactamente por isso!

**O Orador:** Nós definimos prioridades, é necessário sacrificarmos uns para outros terem, sim Sr! Mas também tem um limite em que temos que ser compensados.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu retomaria a resposta ao Sr. Deputado Francisco Sousa que por lapso não respondi a uma questão que ele me tinha levantado.

Em relação à criação da Escola Geral/Básica Cardeal Costa Nunes, Sr. Deputado, vai ser criada o mais rapidamente possível e V. Exa. sabe muito bem - não querendo aqui confundir a sua função como deputado e como presidente do Sindicato - que ainda ontem combinámos uma reunião de trabalho em relação a um conjunto de afazeres e de diligências que precisam ser feitas em relação a essa matéria.

Referi na minha intervenção que estou apostando o mais rapidamente possível na criação da escola e no desenvolver das diligências que são necessárias para a sua implementação e entrada em funcionamento no próximo ano lectivo.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa, gostaria de lhe dizer que há um despacho que está em vigor que permite a comparticipação por parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura, no âmbito da Direcção Regional da Educação Física e Desporto, no investimento e enrelvamento dos campos de futebol, quer sejam de entidades particulares quer sejam de entidades camarárias.

Neste momento, já foi assinado um acordo, um protocolo com um dos clubes. Nós estamos disponíveis para novas candidaturas.

O que posso dizer ao Sr. Deputado é que o encargo global do enrelvamento do campo de futebol andarà por volta dos 40 a 50 mil contos.

Dessa verba, um terço é subsidiado a fundo perdido, um terço poderá ser assumido com bonificação de juros por parte da Secretaria Regional, ficando apenas um terço da responsabilidade da instituição.

Nós estamos perfeitamente disponíveis para acolher as próximas candidaturas. Em relação a esta matéria, há algumas condicionantes, nomeadamente a existência de um espaço pelado lateral, uma estufa e equipamento de base para o apoio aos trabalhos continuados do enrelvamento, mas se houver alguma candidatura faremos todo o possível para a acolher.

Não queremos de forma nenhuma que as nossas equipas que militam a 3.<sup>a</sup> Divisão, neste caso no âmbito da Série Açores, deixem de o fazer por essa razão. Vamos fazer conjuntamente um grande esforço.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José do Nascimento Ávila.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em gíria popular é uso dizer-se que "Ano Novo vida nova"!

Se transportarmos este pensamento para o contexto da Governação Regional podemos dizer: "Governo Novo Vida Velha".

Efectivamente, este é o primeiro plano que este Governo apresenta nesta Assembleia e com a sua aprovação seria de esperar que se criassem as condições mínimas que conduziriam ao desenvolvimento das nossas ilhas, nomeadamente aquela que aqui represento.

Dizíamos "Vida Velha". Com as seguintes razões: Os métodos são os mesmos; a insuficiência de verbas face às necessidades prementes.

A ausência de atendimento a situações já múltiplas vezes inseridas em anteriores planos e nunca concretizadas;

É o jogo dos montantes inseridos nos Planos, com vista à concretização de Acções que nem chegam a ver o seu princípio.

Mais importante do que os tostões e os milhões, é, sem margem de dúvida, a concretização daquilo que é prioritário, sob o ponto de vista das necessidades básicas de qualquer Comunidade.

Aquilo que acabámos de dizer directamente para este Governo tem o seguinte significado:

Que importa num Plano existirem orçamentados mais 70 ou 700 mil contos, se quando chegarmos ao momento de ver o grau de execução daquilo que foi orçamentado, chegamos à conclusão que melhor era se tivesse inscrito no referido Plano uma verba menor, mas que efectivamente as acções previstas fossem executadas?

A comprovar tudo aquilo que fica dito, não vou fazer história muito longa, em termos de retrospectiva do que foi sucessivamente planeado e executado, basta tão só citar dois ou três exemplos, concretamente no meu círculo eleitoral - os quais são comuns aos restantes círculos da Região, para se compreender a plena validade e veracidade do que acabo de afirmar e passo a citar: Em quantos planos foram inseridas verbas para execução das lotas das freguesias da Luz, Santa Cruz e Praia?

Os milhões foram orçamentados, mas os projectos elaborados e aprovados há mais de 6 anos continuam na gaveta.

Igualmente, o mesmo princípio enunciado no parágrafo anterior no que concerne à Escola Básica de Santa Cruz.

Temos o mesmo edifício escolar construído há mais de 3 décadas, chegando-se inclusivamente a dar aulas em pátios, embora fechados, ficando as crianças sem o mínimo de condições de ocupação dos seus tempos livres.

E a situação dos caminhos de penetração naquela ilha? De todas, com excepção da ilha do Corvo, é a que tem menos extensão de tais infraestruturas executadas. Aqui, também não fugiríamos à regra ao consultar anteriores planos e orçamentos, deparamos só com as boas intenções e verificarmos que o planeado também aqui não corresponde, nem de perto nem de longe, ao executado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano que neste momento está em debate, encontra-se dotado com uma verba na ordem de 300 mil contos em relação à minha ilha.

É perfeitamente lógico e legítimo desejar-se sempre mais, contudo, se tivermos que viver com aquilo que temos, vamos pelo menos aproveitar, e bem, aquilo que nos é destinado.

Os cerca de 300 mil contos com que a ilha é dotada neste Plano, se se quisesse satisfazer um anseio e necessidade daquela ilha em termos de construção do molhe de protecção do Porto da Praia da Graciosa - infraestrutura já solicitada por todos os deputados eleitos por aquela ilha - por certo que tal montante hoje não chegaria para o dispêndio de 1/3 da verba necessária para aquela infraestrutura .

E já que estamos a falar de obras portuárias e de protecção de orla marítima, pergunto ao Governo o porquê da ausência da orçamentação de verba para o reforço do Porto

da Praia, que se mostra já bem carenciado nesta matéria, bem como da orla marítima que circunda, parcialmente, a estância balnear do Carapacho, a qual dado a invernia que assolou a ilha, se tal intempérie se repetir ainda este ano, com as mesmas características, originará que não só as piscinas fiquem impraticáveis, bem como se corre o risco da deterioração da muralha de protecção do edificio das Termas.

Preocupa-nos, de uma maneira muito particular, se consultarmos o Plano e depararmos com a não existência de qualquer verba que tenha como objectivo a adaptação às prementes necessidades da Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos e Ensino Secundário de Santa Cruz da Graciosa.

Recordamos, que aqui já fizemos eco de tal carência, há pouco mais de um ano e, felizmente num passado muito recente, assistimos ao facto de um deputado da maioria estar em consonância connosco, nesta vertente, ao ponto de afirmar, com toda a razão, que aquele edificio "estava a rebentar pelas costuras".

Tenhamos em atenção que para o ano lectivo 96/97 já se irá leccionar naquela Escola não só o 10.º, mas também o 11.º ano o que, logicamente, aumenta o número de alunos e cada vez mais as carências serão maiores.

Será que no contexto do que acabo de referir o novo Secretário da Educação e Cultura, que por sinal nos anos 70 colaborou no lecionamento daquela escola, tem a noção do gravíssimo problema que representa para uma comunidade as más condições de ministração do ensino, base elementar para a formação integral da nossa Juventude?

E que resposta tem o Sr. Secretário para a população daquela ilha no respeitante à oficialização da Academia Musical da Ilha Graciosa, facto que todos os deputados que já passaram por esta Casa, eleitos por aquele círculo eleitoral interpelaram o Governo e este deu garantias de oficialização e até hoje, o resultado está à vista.

Será o novo Secretário do Governo capaz de assumir aqui e hoje que até ao termo deste mandato tal facto se consumará?

Para melhor elucidação de alguns, devo dizer a V.Exas. que tenho presente comigo o parecer da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa que nas matérias que acabei de interpelar o Governo, diz todas elas já terem sido objecto de apresentação da sua

carência de realização, em diversas sessões que o Governo Regional tem realizado naquela ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já alguém chamou a esta tribuna "Muro das lamentações", não importa o epíteto que se lhe queira dar, o que importa é que este é o lugar próprio para se fazer eco daquilo que é feito por bem, daquilo que é executado mal e daquilo que não é feito.

Quantos colegas já aqui vieram, praticamente de todas as ilhas, reclamar melhoria de condições de transportes marítimos e aéreos para os seus círculos eleitorais?

Alguém duvida que para além da legitimidade que me assiste, acompanham-me o dever e a obrigação de dizer daqui, bem alto, que a Ilha Graciosa em termos de transportes por via marítima, vai de mal a pior?

Uma vez mais o Navio Espírito Santo encontra-se danificado e os cruzeiros não servem convenientemente aquela ilha.

Só para exemplificar devo dizer a V. Exas. que no Verão passado largas dezenas, para não dizer centenas de passageiros, não demandaram aquelas paragens, por falta de transporte marítimo.

Somos ilhas;

É o mar que nos rodeia.

É com ele que temos que contar na sua fúria e na sua mansidão.

Criem-se condições para que possamos usufruí-lo e torná-lo usufruto de terceiros.

Mas, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, se temos razões de queixa para com as condições que não nos proporcionam para usufruirmos no contexto que acabámos de enunciar, menores não são as nossas razões de falta de critérios objectivos para usufruirmos das riquezas que a terra dá e seus derivados.

Muito em breve trarei algumas preocupações a esta Câmara no que se prende com a caótica situação a que se chegou naquela ilha com a vitivinicultura e consequentemente a respectiva Adega Cooperativa.

Igualmente, tenho a intenção de deixar expresso nesta Câmara oportunamente, a necessidade da conjugação de esforços de entidades públicas e privadas, no sentido de vir a ser construída na Ilha Graciosa a já prometida fábrica de lacticínios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é, pois, a nossa contribuição neste debate parlamentar. Contribuição séria, não miserabilista, posto que aquilo que foi dito foi devidamente reflectido e logo, dito com a razão e com o coração.

Somos oposição, mas mesmo que já fôssemos maioria, se o futuro governo tivesse o mesmo comportamento que tem o actual para com a minha ilha, com a mesma verticalidade continuaríamos coerentes e diríamos o que está bem, está bem, o que está mal, mal está.

Este Plano não satisfaz, nem de perto nem de longe, as necessidades mais elementares daquela Comunidade.

O Povo da Graciosa merecia mais a equidade por parte dos seus Governantes.

Já são decorridas duas décadas de Governo de órgãos próprios da Região, já era tempo suficiente de muito do que hoje foi dito e redito ter sido já realizado.

Infelizmente, tal não sucedeu.

Anima-nos uma esperança de que aqui, que também é Portugal, dias melhores surgirão num futuro não muito longínquo, até porque em Democracia a alternância do Poder é uma virtude que deve ser exercitada.

A acontecer tal facto, acreditamos que o próximo Plano, será diferente para melhor, já que a maior riqueza de um projecto reside na sua capacidade inovadora, fruto de outros pensares, de novos métodos de actuação e de novas políticas articuladas, com o objectivo de se encontrar um desenvolvimento integrado para esta Região.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS e do Dep. Independente)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Manuel Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com atenção a intervenção feita pelo meu colega eleito pelo meu círculo eleitoral, Sr. Dep. José Nascimento Ávila, e gostaria de reafirmar que muitas das preocupações que ele aqui manifestou são também as nossas.

No entanto, gostaria de deixar uma preocupação que ele salientou em relação à construção do molhe de protecção do porto de pescas da Praia. Eu estou de acordo

que ele se construa, mas também estou de acordo que a nossa praia seja preservada para que o interesse turístico da ilha não venha cair.

Sabe perfeitamente que aquela praia é muito concorrida, tem muito interesse sob o ponto de vista turístico, mas se formos lá fazer uma infraestrutura não sabemos o que vai acontecer depois.

Com a instalação do guindaste no actual porto de pescas, penso que grande parte dos problemas que hoje existem com a rampa de varagem que está superlotada poderão desaparecer. Esperemos que sim.

É com essa intenção que solicitámos a instalação de um guindaste naquele porto e estamos convencidos de que muitos dos problemas irão desaparecer.

Portanto, pergunto ao Sr. Deputado José Nascimento Ávila se sabe quais as consequências que poderão advir da instalação desse molhe na Praia da Graciosa?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Realmente falou-se várias vezes no problema da construção do molhe de protecção do porto da Praia, até porque esse molhe de protecção vem proteger também parte da orla marítima.

Quanto às consequências que poderão advir em relação à praia, eu também me preocupo em que esta deva ser preservada porque é um dos pontos turísticos da nossa ilha, mas o que acontece é que não se passa das interrogações. Na realidade há que avançar para os estudos e saber se prejudica ou não. Pode ser que prejudique, mas também pode ser que não prejudique.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era essa a resposta que queria ouvir da boca do Sr. Deputado José Nascimento Ávila. Antes de se pedir uma obra devem-se pedir os estudos. Era isso que queria deixar aqui expresso.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.



**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por razões de ordem particular inadiáveis, tenho que regressar ainda hoje à minha ilha.

Perante o plenário queria reafirmar que a Representação Parlamentar do Partido Popular, praticamente, como todos verificaram, esgotou ontem o seu tempo.

Tivemos oportunidade de manifestar a nossa perspectiva relativamente ao Plano e Orçamento.

Decorre do que dissemos e do que tentámos fundamentar a nossa posição de discordância e de voto contrário a este plano e orçamento.

Era esse o sentido da minha intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Para um a intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O debate e discussão deste Plano e Orçamento esteve agendado para outra data e foi consensualmente adiado de forma a processar-se, com as inerentes vantagens, depois de ter sido formalmente apresentado o Orçamento de Estado na Assembleia da República, no legítimo pressuposto do estrito cumprimento dos prazos legalmente fixados para o efeito.

Contudo, talvez por inexperiência, desconhecimento e alguma desorientação do Governo da República indiciado por um inédito esquecimento da necessidade do parecer do Conselho Económico e Social sobre as Grandes Opções do Plano, esses importantes documentos ainda não foram apresentados.

No entanto, e apesar dessa falta de rigor no cumprimento da lei e a falta de eficácia na elaboração dos documentos constituir um mau prenúncio deve haver da nossa parte alguma condescendência e compreensão.

Igual atitude não podemos ter quando o Governo da República não pratica o tão prometido diálogo institucional com o Governo Regional sobre os assuntos que à Região dizem respeito, e faça-o primordial e preferencialmente com alguns dirigentes partidários que à custa duma vitória que não é a sua e na ânsia dum fácil

protagonismo com fins eleitoralistas, procurem obter o crédito que o povo açoriano nunca lhes concedeu.

Não é concebível que se confunda questões de Estado com estratégias partidárias.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Na análise da Proposta de Orçamento não posso deixar de realçar a preocupação manifestada e a relevância dada à necessidade da contenção das despesas de funcionamento da Administração Regional, condição indispensável para, no contexto actual, se canalizar o máximo de recursos disponíveis para o investimento.

Esta preocupação aliada às já diversas vezes referida determinação deste Governo de pautar a sua actuação pelo rigor e disciplina orçamental, são demonstrativos da sua governação responsável que, aliás, tem correspondido às expectativas que dele se criou na sociedade civil.

Com efeito, a acção deste Governo no curto espaço de tempo do seu mandato, permite-nos afirmar tratar-se dum novo Governo que não é de mera gestão, mas sim de verdadeira acção.

Novo, desde logo, pela sua actuação de maior abertura à sociedade de modo a fazê-la sentir-se sujeito actuante e participativo na construção do processo autonómico, como também, pela sua postura de disponibilidade em manter um maior diálogo com esta Câmara sobre os problemas e questões de relevante interesse regional, no expreso reconhecimento e respeito pelo Parlamento como órgão máximo de Autonomia.

Novo, ainda, pelo manifesto e firme propósito de uma cada vez maior transparência na sua acção e sério esforço de uma verdadeira informação, esclarecendo sem tibiezas as nossas dificuldades, fundamentando com rigor as opções a tomar e explicando detalhadamente as medidas a adoptar.

É neste contexto que se explica e se louva a forma clara e particularmente fundamentada como a Sra. Secretária das Finanças, Planeamento e Administração Pública fez, aquando da apresentação do Programa do Governo, o diagnóstico da situação financeira e revelou minuciosamente o valor da dívida, numa atitude de inegável respeito para com os legítimos representantes do povo açoriano, de verdade

na informação e de grande responsabilidade perante os problemas que à Região, e não só ao Governo, dizem respeito.

Aliás, a comprovar a forma determinada de actuação deste Governo, está o modo como empenhadamente conduziu as negociações com o Governo da República com vista à transferência para a Região das verbas do Orçamento Geral do Estado.

Enquanto o Partido Socialista ávido de protagonismo se mostrava muito satisfeito com a transferência de 15,5 milhões de contos, e inclusivé apelidou de hipócrita quem estava descontente com essa verba, o Governo Regional fundamentando as suas posições e apresentando as razões que à Região assiste, conseguiu sensibilizar o Ministro das Finanças para os argumentos aduzidos em prol dos legítimos interesses dos Açores.

Fosse o PS Governo - pelas posições que publicamente defendeu - e a Região ter-se-ia contentado com os propalados 15,5 milhões de contos e até aprovado um qualquer voto de congratulação.

É por isso fundamental que a Região seja defendida por políticos determinados, empenhados, competentes e com visão estratégica, não cedendo ao discurso fácil, demagógico e quantas vezes irrealista.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A proposta do Plano e Orçamento de 1996 tem o condão de ser uma proposta realista e não eleitoralista.

De facto, tratando-se como se trata dum ano eleitoral fácil seria conter propostas que satisfizessem tudo e todos, mas que, dada à sua impossibilidade de execução, defraudasse expectativas que poderiam muito legitimamente gerar.

Não podemos ceder à demagogia das propostas fáceis que querem ao mesmo tempo menos Estado e exigir mais das finanças públicas, querem uma diminuição do nível da vida pública e simultaneamente um acréscimo acentuado do investimento, querem mais emprego e clamar do mesmo modo pela diminuição do número de funcionários públicos.

Apesar de ambicionarmos sempre mais e melhor é preciso ter a coragem de reconhecer que o ciclo das infraestruturas necessárias à melhoria da qualidade de vida

das populações está a aproximar-se do seu terminus, pelo que há que dar especial importância à imprescindível dinamização da actividade económica, fonte geradora de riqueza e de emprego.

Nesta óptica deve ser realçado o substancial reforço da Proposta do Plano em análise, das verbas destinadas à Dinamização da Actividade Económica, com especial destaque para as previstas para o Turismo e para os Incentivos à Actividade Económica, onde estão contidos os sistemas da ajuda financeira ao sector privado e de incentivos integrados em Programas Comunitários.

Isto, porque se é imprescindível a intervenção do Governo em áreas sociais, é fundamental preconizar e defender o importante papel que a iniciativa privada deverá desempenhar no desenvolvimento regional, com base no princípio social - democrata da subsidiariedade da acção do Estado.

É por isso necessário estimular o investimento privado, através duma correcta política de incentivos - impulsionando, no entanto, apenas iniciativas que sejam viáveis, susceptíveis de se manterem a si próprias ou as que, pelas considerações de interesse público e alta relevância para o bem comum, mereçam esse apoio do Estado - e dum eficaz inter-relacionamento entre a Administração Regional e os diversos agentes económicos, tendo em vista, por um lado, contribuir para o aumento da competitividade da actividade produtiva e de potenciar os valores do sistema económico regional, e, por outro lado, permitir uma célebre, correcta e eficiente informação e esclarecimento dos fundos comunitários, tendo em vista um adequado e atempado aproveitamento.

Neste propósito de estimular o investimento privado, insere-se a dinamização das zonas industriais, como pólos de atracção de potenciais investidores que através da instalação das respectivas indústrias serão elementos geradores de riqueza e de mais valias, essenciais ao desenvolvimento económico constituindo, naturalmente, um centro privilegiado da criação de novos postos de trabalho.

Numa idêntica perspectiva, é imperioso a salvaguarda do pequeno comércio, que deve constituir a trave mestra de solidez e capacidade do sector, como também o desenvolvimento da unidade do mercado regional e a definição de uma correcta e articulada política de ligações aéreas e marítimas que o sirva.

O fomento do mercado interno regional incrementará, certamente, as trocas comerciais entre as Ilhas da Região, possibilitando o seu escoamento em condições de qualidade e custos mais vantajosos do que muitos outros que provêm do exterior e contribuirá para a aproximação e progresso solidário da Sociedade Açoriana.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos num ano eleitoral. Não surpreende, pois, que a oposição, mais preocupada em atingir objectivos eleitoralistas do que na resolução responsável dos problemas que à Região se coloca, aumente o tom da crítica ao Governo, e ao Partido que o suporta, na errada convicção que cativa com essa postura o eleitorado.

Essa crítica sistemática e destrutiva que se vem acentuando nos últimos tempos, deve-se em parte à desorientação em que vive alguma oposição na sequência dos recentes resultados para as eleições presidenciais na Região, na medida em que, apesar do frentismo de esquerda com a cumplicidade de alguma direita confusa, o candidato apoiado pelo Partido Social Democrata, mesmo com as inúmeras críticas que lhe foram dirigidas - algumas das quais, diga-se, justas - conseguiu, mesmo assim, mais 13% nos Açores do que o presidente eleito.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** É, de facto, motivo de grande preocupação, para a oposição, a quem lhe resta, em desespero de causa, a apresentação de críticas infundadas e propostas irrazoáveis na esperança de que as eleições se ganham com o comodismo dum discurso fácil e com demagogia mediática. Nós, pelo contrário, pensamos que se ganha com trabalho, com acção e com obra feita.

O Povo açoriano felizmente tem dado ao longo dos sucessivos actos eleitorais sobejas provas de que sabe apreciar e respeitar a seriedade das propostas apresentadas, a responsabilidade e firmeza nas posições assumidas, mas também a sensatez e razoabilidade das pretensões exigidas.

*(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)*

**O Orador:** O Sr. Deputado está nervoso? Se está nervoso tome um comprimido!

No entanto, a análise e debate do Plano e Orçamento é sempre um momento nobre nos trabalhos deste Parlamento.

Por isso, e pelo respeito devido a esta Câmara e com vista a uma maior dignificação deste debate, é fundamental que se credibilize esse importante documento que é o Plano.

Não é compreensível que se façam opções no investimento a efectuar e se inscrevam as respectivas verbas que suscitam tantas vezes um debate acalorado e confrontar-se posteriormente, em alguns casos a sua deficiente execução.

Por isso, e apesar da abertura existente entre o Governo e o Grupo Parlamentar para, num ambiente de diálogo, respeito recíproco e mútua solidariedade, a apresentação de propostas de alteração ao Plano, entendemos que é politicamente mais honesto a efectiva concretização das propostas nele contempladas.

Estando num ano eleitoral, poderíamos ser tentados a apresentar propostas fáceis, mas demagógicas porque irrealizáveis. Recusamo-lo, no entanto, em nome da seriedade política, porque ao fazê-lo estaríamos conscientemente a iludir a população que prezamos representar.

Estamos, no entanto, convictos de que este novo Governo, com a serenidade da sua actuação e com a vontade e espírito de servir que o anima, concretizará e executará o planeado como mais uma afirmação da eficácia da sua acção.

Ao fazê-lo estará, em vez da mera gestão da palavra de alguma oposição, a continuar o trabalho em prol dos Açores e dos açorianos.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Meneses.

**Deputado Fernando Meneses (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para fazer um pequeno comentário e sobretudo um esclarecimento à intervenção do Sr. Dep. Jorge Valadão dos Santos.

Gostaria de lhe dizer e para que fique muito claro, que a frase que V. Exa. mencionou "existiu uma vitória que não é sua", o Partido Socialista é só um, tanto nos Açores como no Continente.

O Srs. têm esse problema, umas vezes são PPD outras vezes são PSD, se calhar lá são um e cá são outro.

Nós somos o PS, nós somos o Partido Socialista nas ilhas, em Lisboa, no Porto e no Algarve!

Portanto, é falso o Sr. dizer que a vitória não é nossa!

A vitória é nossa!

As vitórias têm sido nossas, escusamos de andar com estas desmistificações à volta disto.

O mesmo se diga em relação ao Sr. Presidente da República.

Já aqui foi dito pelo líder da sua bancada que o Presidente da República é só um.

O Prof. Cavaco Silva não é Presidente da República dos Açores.

O Sr. Presidente da República eleito é o Dr. Jorge Sampaio e é Presidente de Portugal!

Os Srs. deviam parar de fazer essas distinções, porque isso não leva a nada.

O Governo da República é do PS dos Açores e do PS do Continente, porque ele é só um.

É este esclarecimento que queria deixar a esta Câmara para que fique claro de uma vez por todas esta situação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria chamar atenção ao facto de que todos os dias vão cair os mitos que V. Exas. dessa bancada pretendem construir artificialmente.

Ontem era o mito do desrespeito do Governo da República pelas cidades património mundial!

Hoje é notícia dos jornais que Angra do Heroísmo vai ser compensada em 90 mil contos, tal como Sintra e Évora, com verbas precisamente para essa situação.

Quando é que isso aconteceu?

Está aí um exemplo do diálogo institucional e o resultado desse diálogo.

Está aí um exemplo de um e outro mito que agora o Sr. Deputado Jorge Valadão pretendeu criar, ou seja, o Governo inexperiente que não entregou o plano e orçamento nos prazos.

É verdade! Mota Amaral também já escreveu sobre isso e fez-nos esperar pelo plano e orçamento não um dia, não seis dias, mas sim seis meses e isto passou-se ainda no início desta legislatura.

Lembraria só o infalível Cavaco, que não se enganava, não duvidava, mas que o povo português obrigou agora a ir reflectir para casa.

O primeiro Governo de Cavaco em 1986, o X Governo, tomou posse a 6 de Novembro e a sua Proposta de Lei do Orçamento do Estado de 86 só deu entrada na Assembleia a 19 de Fevereiro, 13 dias depois de terminado o prazo legal.

O Governo de Guterres vai entregar 12 dias depois de terminado o prazo legal. Mas o de Guterres é que é demagógico e inexperiente!

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

O de Cavaco era aquilo que todos nós sabemos!

É mais um mito!

O mito de ontem levou 24 horas para cair, o de hoje, o do Sr. Dep. Jorge Valadão, não precisou de 24 horas, embora a citação seja já antiga.

Quanto às maravilhas do vosso plano, ele nem agrada aos Srs., nem agrada a ninguém!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Oh Sr. Deputado!

**O Orador:** Em relação a ele, Vs. Exas. cumprem o ritual, desobrigando-se de ano para ano dizendo "Ámen"! , ou dizendo "mas Ámen!"

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:



Permitam-me que responda ao Sr. Deputado Jorge Valadão com uma pequena brincadeira e peço que não se ofendam.

Descobertas muito recentes concluíram que Adão e Eva eram do PSD. Efectivamente andavam nus, só tinham a maçã para comer e julgavam que estavam no paraíso!

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Meneses*): Essa teve piada!

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas** (*Adolfo Lima*): Eles andavam nus, mas a maçã andava por aí!

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

**Deputado Jorge Cabral** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não sei se a graça do Sr. Deputado Fernando Fonte foi a sério ou foi a brincar, mas não se esqueça que a figura de Adão e Eva não existe na essência daquilo que V. Exa. quis dizer.

Eu sou defensor da teoria de evolução.

Neste caso, o PSD apareceu, cresceu, evoluiu e hoje está aqui.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Melo** (*PSD*): *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à brincadeira do Sr. Dep. Fernando Fonte, aceito-a como brincadeira que é e achei graça, embora discorde.

**Deputado Dionísio de Sousa** (*PS*): Há mais do que uma maçã!

**O Orador:** Em relação à intervenção do Sr. Dep. Fernando Meneses, V. Exa. não deve ter percebido a intenção da minha intervenção.

**Deputado Fernando Meneses** (*PS*): Talvez o Sr. tenha-se explicado mal!

**O Orador:** Não, o Sr. Dep. é que não quis perceber!

O PS na Região para as eleições presidenciais teve uma derrota. Este é um facto indismantível, demonstrado. O PS teve uma derrota na Região!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Eu não!

**O Orador:** O Sr. Deputado é à parte!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Muito obrigado!

**O Orador:** O PS/Açores teve uma derrota na Região no que concerne às eleições presidenciais.

Eu reconheço e nós votámos por unanimidade o Voto de Saudação ao Sr. Presidente da República, pois ele é o Presidente de todos os portugueses e não estamos aqui a discutir isso.

**Deputado Carlos César (PS):** Ninguém me garante que o Sr. tenha votado no Cavaco Silva!

**O Orador:** Nem ninguém me garante que o Sr. Dep. também não tenha votado nele!

**Deputado Carlos César (PS):** Eu? Toda a gente sabe. Agora, o Sr. não!

**O Orador:** Quando o Sr. Dep. Fernando Meneses refere que o PS é partido único, nós não estamos aqui a discutir isso. A preocupação e o nervosismo para o PS/Açores perante o resultado que teve a nível Açores para estas presidenciais, deixa-lhe muito a desejar.

Com o apoio do PCP, com o apoio de outros partidos de esquerda e com alguma camuflagem da parte de algumas pessoas de direita, confusas com a posição do seu líder, é evidente que é um mau resultado e preocupante para o PS. É nessa perspectiva que digo que o Partido Socialista preocupado com o resultado eleitoral a nível da Região, sente uma necessidade excessiva de se colar ao líder do partido a nível nacional.

**Deputado Carlos César (PS):** Nós estamos preocupados com outras coisas!

**O Orador:** Qualquer processo de intenções ao nível do Governo da República lá vem um voto de congratulação. É o reconhecimento das limitações do PS/Açores, é a necessidade de colagem ao PS nacional!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Ainda bem!

**O Orador:** Relativamente ao facto do Governo da República não ter apresentado o plano atempadamente, é uma realidade e não deixo de aqui referir, apesar de ter feito

menção na minha intervenção que nós devíamos ter alguma compreensão por este atraso. Ao contrário do PS/Açores que ao longo de 20 anos do Governo PSD só porque uma ou duas vezes não apresentámos atempadamente o plano, os Srs. fizeram um barulho tremendo por causa dessa situação. No entanto, logo no primeiro ano do Governo da República do PS - por isso é que referi que é um mau prenúncio - há um atraso na apresentação do plano.

Apesar de ter feito menção que da nossa parte como democratas, compreensivos pela inexperiência do Governo da República, éramos condescendentes com esse atraso, não fiz aqui uma crítica feroz ao mesmo, fiz sim menção de registar isso e nós ao contrário do que acontece com os Srs., somos condescentes e compreendemos que essa inexperiência e esse desconhecimento de consultar uma determinada entidade, fez com que este plano ficasse atrasado.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não foi essa a razão!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se bem percebi, o Sr. Deputado Jorge Valadão está extremamente satisfeito com os 13 mil votos que o Prof. Cavaco Silva teve a mais do que o Dr. Jorge Sampaio nos Açores.

Daí, tira a ilação de que o Partido Socialista foi o grande derrotado nestas eleições, como se a eleição presidencial não tivesse características diferentes e como se não houvesse - como afirmou ainda ontem o seu líder do Grupo Parlamentar - apenas um presidente eleito.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado se o Partido Social Democrata tem razões para estar satisfeito na Região como V. Exa. diz?

Se considerarmos apenas esses 13 mil votos, onde é que estão os votos do PP que nas últimas eleições legislativas ultrapassaram os 10 mil votos?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Estão todos no PS!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista e o Partido Social Democrata estão de acordo sobre o plano. Este é um bom plano!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Estamos de acordo?!

**O Orador:** Estão de acordo, Sr. Dep. Dionísio de Sousa!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Mau para o PS!

**O Orador:** O Partido Socialista definiu as regras para este ser um bom plano. O Sr. Dep. Carlos César afirmou, a caminho de Lisboa, que ia a uma reunião com o Secretário de Estado Pina Moura - não é recebido no Ministério das Finanças, porque este não é o homem do aparelho do Ministro das Finanças, é recebido pelo rapaz X - e disse que primeiro é preciso ter um bom plano e orçamento para que se moralize as transferências das verbas que se solicita.

Sr. Deputado, se nós recebemos as verbas que tínhamos pedido dentro do período definido pelo Sr. Deputado Carlos César, então todos nós estamos de acordo. Este é um bom plano!

**Vozes do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Sobre este assunto estamos encerrados.

Na minha intervenção havemos de voltar a ele!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS)** Aguardaremos!

**O Orador:** Em relação às eleições Srs. Deputados, o Partido Social Democrata é um partido humanista, é um partido que não quer tudo para si.

Nós queremos que os Srs. continuem a ser motivados, entusiasmados pelas vitórias a nível nacional.

Queremos que os Srs. continuem a realizar-se com o que vão ganhando em Lisboa.

Nós queremos continuar a ganhar as eleições legislativas regionais e a essas lá chegaremos no mês de Outubro, por isso estamos à vontade sobre essa matéria.

Os Srs. vão-se contentando com essas pequenas vitórias e nós vamos navegando e governando os Açores.

**Deputado Carlos César (PS):** O Sr. parece do Sporting!

**O Orador:** Para terminar, Sr. Deputado Fernando Fonte, é verdade, o Partido Social Democrata é como Adão e Eva. Somos puros, somos transparentes...

*(Risos da bancada do PS)*

... nós somos assim mesmo, por isso é que o povo nos tem dado o mandato para governar a Região e vamos renová-lo em 1996.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar o esclarecimento pedido pelo Sr. Deputado Ricardo Barros, no sentido de dizer que quem tem razão para estar preocupado não é o PSD, porque nós tivemos mais votos na Região, apesar do frentismo que existiu, apesar do seu candidato ter recebido algumas críticas e algumas delas fundadas, mas mesmo assim conseguiu obter mais votos na Região, o que deve ser muito preocupante para o Partido Socialista, pois demonstrou algum nervosismo e ficou aquém das expectativas que os Srs. esperavam. Tiveram o apoio de toda a frente esquerda, tiveram os votos do PP, e mesmo assim obtiveram aquele resultado. É esse nervosismo que se nota nas vossas intervenções.

Nós estamos à vontade porque tivemos mais votos nas eleições...

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Srs. Deputados deixem-me intervir. Eu já vi pela vossa postura que os Srs. estão nervosos. Acalmem-se!

Quando se toca na ferida dos resultados para as eleições presidenciais, é claro que causa algum nervosismo, causa alguma preocupação. Um sintoma disso por parte do PS na Região é a não adesão do eleitorado e isto por si só é suficiente.

Se o Presidente eleito obteve o apoio maioritário a nível nacional e não obteve na Região, é sinal que a mensagem do Partido Socialista não está a ser captada e isso é motivo de preocupação e de algum nervosismo. É isto que os Srs. não querem que seja aqui referido.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha intervenção é sobretudo suscitada pela afirmação do Sr. Deputado Fernando Meneses, Presidente do Grupo Parlamentar do PS, que até me citou dizendo que o Presidente da República era um só.

Para além de isto ser uma evidência, uma conclusão e uma aceitação do resultados eleitorais, o que não deixa de ser verdade é que o Partido Social Democrata tem saído vitoriosos nas eleições presidenciais nos Açores, não o Partido Social Democrata directamente, mas os candidatos que se identificam com essa área ideológica, assim como também aconteceu em relação às eleições legislativas nacionais.

Mesmo sem discutir os seus argumentos, aceitando o seu raciocínio, o que lhe posso dizer é que se é verdade que o PS é só um Partido nos Açores, no Continente e na Madeira, se é verdade que o PSD é só um Partido nos Açores, no Continente e na Madeira, o que não deixa de ser verdade é que o PS/Açores é a parte fraca do PS que é só um partido e o Partido Social Democrata é a parte forte do PSD que é só um partido.

**Vozes do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Enquanto que o nosso Partido Social Democrata vai perdendo eleições no Continente, nos Açores mantem-se intacta a sua vocação de partido vitorioso. É isso que os Srs. certamente não gostaram nestes resultados eleitorais sendo um, dois, três ou vinte partidos dentro do Partido Socialista.

Em segundo lugar, é evidente que o Primeiro Ministro é também um só, aliás, como o Presidente da República.

O que talvez esteja errado no vosso raciocínio, é que os Srs. às vezes pensam que também governam, mas quem governa é o Governo da República.

Há só um Primeiro Ministro, há só um Presidente do Governo Regional, não há dois, três nem tão pouco suseranos de Presidentes dos Governo Regionais, nem suseranos de Primeiros-Ministros!

**Vozes do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Em terceiro lugar e sobre os mitos é bom que eles se vão desfazendo. É da obrigação do Governo da República que cumpra e com isso ganhará alguma coisa, corresponder aos anseios dos açorianos. Porém, o mito que se vai desfazer em Outubro, é o que o Partido Socialista dos Açores está alimentando, segundo o qual Governar bem em Lisboa será decisivo para ganhar as eleições dos Açores. Esse mito é que se vai desfazer em Outubro Srs. Deputados, não são os nossos mitos.

**Deputado Ricardo Barros (PS):** A ver vamos!

**O Orador:** De resto, os Srs. têm uma visão que vai um pouco nessa linha. Os votos de congratulação não eram propriamente para o Governo da República. Os Srs. querem transmitir a ideia de que se congratulam a si próprios pelo facto do Governo da República governar bem e é esse tipo de raciocínio que está errado, foi essa contradição à vossa estratégia que deu origem os resultados das presidenciais, porque o Partido Socialista certamente pensaria que a vaga de fundo se ia estender e que as eleições presidenciais seriam um primeiro sinal de que a sua estratégia estava correcta.

Foi o primeiro sinal de que a vossa estratégia não está correcta e não é apenas pelo Governo da República e pela onda rosa nacional que os Srs. vão ter mais facilidade em ganhar as eleições.

Por último, nós não estamos aqui de ano a ano, de plano a plano, de mandato a mandato, penosamente, a exercer as nossas funções.

Nós temos ganho as eleições e isso é motivo de alegria, o que não significa que ser da oposição tenha que ter-se um trabalho penoso.

Sr. Deputado, basta olhar para nós e ver que se há alguém alegre na política nos Açores são os deputados, os dirigentes, os responsáveis, os governantes e os autarcas do Partido Social Democrata.

**Vozes das bancadas do PSD e do Governo:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Eu já tinha saudades de ouvir o Carlos César!

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Prolongando apenas por mais 30 segundos este período em que não se discute o plano e orçamento da Região, gostaria de dizer que o Partido Socialista não está a atravessar, nem está em perspectivas disso, qualquer crise de nervos ou de ansiedade em relação ao próximo acto eleitoral.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Fernando, ouviste?!

**O Orador:** Dê-me licença Sr. Deputado.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Não era consigo que estava falando!

**O Orador:** O que nós estamos, legitimamente, a fazer, é tentar provar que somos os melhores, que temos recursos humanos qualificados para poder governar os Açores e somos capazes de reflectir sobre os problemas dos Açores e dos açorianos, podemos ter soluções boas ou melhores que o PSD tem para esse efeito e estamos a fazê-lo ao nosso ritmo, de acordo com o nosso calendário, de acordo com aquilo que pensamos e queremos fazer!

É apenas isto que estamos a fazer!

Não estamos a interpretar resultados eleitorais anteriores.

Os que perdemos perdemos e foram quase todos. Não há nada de novidade sobre essa matéria.

A legitimidade e a razão em futuros actos eleitorais, não é dada pelos resultados dos anteriores e nós não pensamos mais nisso.

Nós perdemos eleições anteriormente e, certamente, temos isto sempre em referência.

Os açorianos tiveram com certeza as suas razões para isso e as razões que os açorianos têm são sempre boas, independentemente de estarmos ou não de acordo com a reflexão eleitoral que eles fizeram em actos passados.

Depois, não temos nada que provar em relação ao Governo da República. Nada!

Eu não necessito de provar em parte nenhuma que tenho melhor relacionamento com o Eng. António Guterres do que o Dr. Álvaro Dâmaso poderá ter.



É óbvio, é natural que tenha melhor relacionamento que ele e portanto não necessito de provar nada disso.

Apenas quero dizer que eu, como qualquer outra pessoa que se dirija, no caso em referência, ao Primeiro-Ministro, a um ministro ou a um secretário de estado, fá-lo em nome de uma legitimidade pessoal e de uma legitimidade eleitoral que não pode deixar de ter.

Acho tão legítimo dialogar com estas pessoas e dar-lhes o meu ponto de vista - que na circunstância até é o ponto de vista de um partido com implantação eleitoral significativa nos Açores - como uma subcomissão de trabalhadores ser recebida por um Secretário de Estado ou uma comissão política concelhia nos Açores ser recebida pelo Presidente do Governo Regional e fazê-lo também, mesmo que não se faça na circunstância acompanhada pelo presidente de Câmara da altura e desse concelho.

Tudo isto deve ser encarado numa perspectiva, ou seja, todos aqueles que cumpram o seu dever devem ser reconhecidos como cumprindo-o e não se deve tentar evitar uma boa leitura dessas iniciativas, tentando fazer passar por exemplo no meu caso eu estaria a usurpar funções ou a substituí-las que legitimamente, institucionalmente, são feitas pelo Governo.

O Governo tem essas obrigações, assim como o Governo da República também tem a obrigação estrita de manter um diálogo permanente e actualizado com o Governo Regional.

Se eventualmente eu souber num caso concreto mais alguma coisa do que o Governo Regional, terá sido eventualmente porque eu me lembrei de perguntar isso e o Governo não.

*(Risos das bancadas do PSD e do Governo)*

É com este entendimento que devemos compreender o relacionamento que é institucional, quer num caso quer noutra, sabendo-se bem quem é do Governo e quem não é, quem é da oposição na Região e quem não é da oposição na Região.

Com este entendimento julgo que é desnecessário se multiplicar contas eleitorais sobre o passado, porque a única conta que há fazer é a conta do futuro.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Carlos César acabou por colocar as questões onde elas podem ser colocadas publicamente.

Agora, o que não me convence é que no seu discurso diga tudo o que faz e este seja a síntese daquilo que pretende, porque na verdade o que o PS dos Açores tem feito é usar e abusar de uma estratégia de clara colagem ao Governo da República, na perspectiva de dizer que governando bem o Governo do Primeiro-Ministro António Guterres, os Açores possam ter esperança de votar no PS para que ele governe bem os Açores. Este é que é o problema estratégico e o PS tem-no confessado seguidamente.

O conjunto de votos de congratulação que não é justificado em nenhum Parlamento e que os Srs. trouxeram a esta Casa é que denuncia a estratégia.

Eu até podia não ter provas de uma coisa dessas, mas os Srs. trouxeram aqui num abuso claro de uma figura regimental e se o PSD utilizasse essa figura em relação ao Governo Regional, não fazia outra coisa senão aprovar votos de congratulação, mas era ridículo e temos uma perspectiva de funcionamento das instituições que não é a de ridicularizá-las através da utilização abusiva de meios regimentais. O Partido Socialista tem este segredo estratégico e como o usa e não o sabe utilizar, toda a gente já descobriu.

É evidente que os partidos têm que se afirmar - nessa parte eu concordo com o Sr. Deputado Carlos César - demonstrando que uns são melhores que os outros e nisto está fazendo o seu percurso e faz como bem entende.

Em relação ao Governo da República, o problema Sr. Deputado, não é o Sr. se lembrar de fazer uma pergunta que o Governo não se lembrou de fazer. O problema são os Ministros que visita, os Secretários de Estado com quem fala lembram-se de

dizer coisas que não dizem aos Secretários Regionais e ao Governo Regional! Este é que é o problema!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Porque se eu for fazer visitas como o Sr. faz, se for ao Ministério disto ou à Secretaria de Estado daquilo, tenho muitas dúvidas que alguém me diga coisas que ainda não disse ao Governo Regional e, sobretudo, diga coisas que me façam fazer crer que eu sou o grande negociador da Região Autónoma dos Açores, o homem que resolve os problemas e o homem que se apresenta como sendo a solução para a ligação política com o novo Governo da República!

**Deputados Ricardo Barros e Rui Pedro Ávila (PS):** E é!

**O Orador:** O Sr. abusa disso e esse é que é o problema!

Se calhar, o problema não é dizer que o Sr. está a fazer mal, a grande crítica deve ser feita não a uma estratégia partidária, porque esta não é censurável sob o ponto de vista institucional, mas ao Governo da República que não deve partidarizar as funções do Estado nessa matéria.

Ninguém acredita - era preciso que houvesse grande ingenuidade - que aquilo que o Sr. vem dizer à comunicação social, depois das visitas que efectua, é resultado de se lembrar de fazer perguntas que o Governo Regional não se lembrou.

**Deputado Carlos César (PS):** Eu estou sempre a lembrar-me de coisas...!

**O Orador:** Ninguém acredita nisso e toda a gente sabe que é uma estratégia comum que leva à partidarização do Estado e que faz com que o Sr. se apresente como um protagonista que de facto quer retirar proveitos para efeitos nas eleições. Mas esse mito vai cair, porque por aí o Sr. não ganha!

Essa muleta não vai ser suficiente!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** De facto o Sr. tem razão: para ganhar eleições tem que se afirmar. Porém, não pode é dizer que se quer afirmar por um lado e estar todos os dias a recorrer ao padrinho que é o Primeiro-Ministro Eng. António Guterres!

**Deputado Carlos César (PS):** Há padrinhos piores! Eu gosto muito dele!

**O Orador:** O PS nesta estratégia está a usar e a abusar da defesa.

Os Srs. até acham que o Ministro das Finanças não foi justo!

O Ministro das Finanças foi **generoso!**

Os Srs. provavelmente pensam que o Governo da República não são um grupo de estadistas, são naturalmente um grupo de amigos na linha daquilo que diz o Eng. António Guterres...

*(Risos da bancada do PSD)*

... mas não é assim que se faz política e as desilusões vão cair, mas não vão cair em cima do Partido Social Democrata dos Açores.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Não se preocupe!

**O Orador:** Eu não estou nada preocupado. Eu estou preocupado com a visão institucional que o Governo da República deve ter e não posso deixar de manifestar aqui o meu protesto sobre um discurso político em que ninguém acredita, nem tão pouco os deputados do Partido Socialista.

Toda a gente sabe que está concebida uma estratégia que por vezes pode fazer desrespeitar este Governo Regional que é o Governo legítimo do povo dos Açores.

Quanto às conversas e aos diálogos, cada um faz as que quer.

No entanto, com uma estratégia partidária que faz com que os órgãos legítimos dos Açores sejam subalternizados, nós não podemos estar de acordo!

**Vozes da bancada do PSD e do Governo:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** O vosso problema é o monopólio!

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

**Deputado Carlos César (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma observação, porque a matéria não exige grandes explicações.

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Eu não entro neste tipo de discussão!

**Vozes da bancada do PSD:** *Pois não!*

**O Orador:** O mito vai cair, o mito vai ser roubado, um há-de cair, o outro há-de morrer, é um pouco a perspectiva que alguns Srs. Deputados mantêm sobre a política e a função política, como se aquele que perde não fosse tão digno como aquele que ganha e portanto, devesse ser martirizado e crucificado em praça pública.

Eu não tenho problemas sobre isso.

Exerço a minha actividade política há mais de 20 anos, estou há mais de 16 anos na Assembleia e nunca me senti humilhado por perder, só me sinto humilhado quando não cumpro as minhas funções como devia cumprir o que acontece com toda a gente e, certamente, já aconteceu comigo.

Nós aqui havemos de elogiar o Governo da República quando entendermos, porque eu tenho - e falo por mim - orgulho em tudo o que o PS faz bem. É o meu partido.

Se essas decisões forem objecto possível de congratulação, congratular-me-ei sempre. É o meu partido, tenho com ele uma relação afectiva tão grande, tão grande que não me perdoaria se não me congratulasse.

Mas vou-lhe dizer mais: o Eng. António Guterres não é o meu padrinho.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Padrinho político!

**Deputado Rui Melo (PSD):** É o Jaime Gama!

**O Orador:** O Eng. António Guterres além de meu amigo, é o **Presidente do meu partido...**

**O Orador:** Os Srs. têm que compreender que é o meu partido, o nosso partido...

**Deputado João Cunha (PSD):** Eles é que são seus!

**Deputado Rui Melo (PSD):** A gente já percebemos!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Então se perceberam isso, devem naturalmente perceber que nem sempre as relações que por exemplo, o Partido Socialista dos Açores tem com o seu partido, no seu conjunto, são iguais àquelas que outros partidos têm. E na circunstância essas relações são as melhores, que até de memória confesso, alguma vez tenham existido dentro do Partido Socialista.

Portanto, nós sentimo-nos como membros do mesmo partido e prosseguiremos os êxitos de uns...

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** A partir de Outubro a coisa mudar!

**O Orador:** ... e os insucessos de outros com esta mesma solidariedade.

Se por exemplo, o Partido Socialista nos Açores perder as próximas eleições regionais, se perder, pode perder, como é natural, como qualquer outro partido pode...

**Deputado Rui Melo (PSD):** Pode, pode!

**O Orador:** Pode ser natural e porque não?

Eu não persigo, aliás, nada desaparece do ponto de vista das minhas convicções por perder ou ganhar eleições se não eu já tinha abandonado a política...

**Deputado Rui Melo (PSD):** O Sr. é um profissional da política!

**O Orador:** E sou com muito gosto, com muito empenho e troquei a minha formação académica e a minha vida profissional por uma aposta num serviço cívico que tenho muita honra de o fazer há muitos anos. Não tenha dúvidas sobre isso!

Assumo isso como uma opção pessoal a favor de uma tarefa cívica e tenho muito orgulho de a ter feito. Não tenha dúvidas sobre essa matéria!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aparte inaudível do Dep. João Cunha)*

**O Orador:** Não sei o que é que cada um é!

**Deputado Rui Melo (PSD):** Eu sou bancário!

**O Orador:** O fundamental é que assentemos também uma matéria.

Eu continuo a dizer tudo o que eu ou qualquer membro deste grupo parlamentar do meu partido puder fazer, aproveitando a relação que tem com qualquer pessoa que desempenhe funções governamentais ou outra influência no país. Deve fazê-lo em nome dos Açores, em nome da defesa dos Açores. Nunca se deve evitar usar essa influência a favor dos Açores!

É isso que sempre tenho feito e tenho a minha consciência muito tranquila.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Carlos César está hoje com uma grande vocação para as evidências, quase a bater "La Palice".

É evidente que o Eng. António Guterres, o Secretário Geral e o Presidente do vosso Partido gostam muito dele.

É evidente que gostam muito do vosso partido, porque senão não estavam aí.

É evidente que todos os que pertencem ao vosso partido têm muito orgulho dele. Tudo evidências.

O que pretendo referir é a política de fundo que está subjacente à estratégia política e é esta evidência, que começa a ser uma evidência para todos, que estou a trazer a esta Assembleia.

O resto não me interessa discutir. E queremos discuti-la com argumentos que os Srs. lançaram da vossa bancada.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS é que falou em resultados eleitorais, na sequência de uma intervenção do Sr. Deputado Jorge Valadão entendendo querer introduzir aqui o debate sobre essa matéria e eu falei!

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa fartou-se de falar em mitos e eu respondi aos mitos, naturalmente, na minha perspectiva e disse qual o verdadeiro mito do Partido Socialista. Portanto, respondi aos mitos.

Estou utilizando a linguagem que os Srs. utilizaram, os argumentos que os Srs. lançaram e o Sr. Deputado Carlos César que já foi protagonista de inúmeros debates nesta Casa, quer agora seleccionar os debates por razões compreensíveis.

Posso lembrar-lhe que já falou sobretudo com vários tons, uns correctos, outros incorrectos, já fez um pouco de tudo nesta Casa e agora só porque é candidato a Presidente do Governo pode escolher os temas que quer falar!

Eu é que não vou limitar-me a utilizar certos argumentos por causa disso, Sr. Deputado!

Em último lugar, quanto à questão de ser ou não martirizado, o Sr. não é martirizado, ninguém o martiriza nem estamos preocupados com isso.

Sr. Deputado:

Quanto à questão dos mitos e de não fazer política através dos resultados eleitorais, a grande vantagem do PSD é que nunca descansou sobre as suas maiorias absolutas. O PSD sempre entendeu que depois de umas eleições, tinha que trabalhar, e trabalhar seriamente, para poder ganhar as próximas eleições.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Lá ou cá?**

**O Orador:** Não descansamos desde as nossas vitórias e muito menos descansamos perante as vitórias dos outros, mesmo que sejam do nosso partido a nível nacional.

Os Srs. e nomeadamente o Sr. Deputado Carlos César, é que não pode vir para aqui acusar o PSD de estar a fazer um discurso político à volta dos resultados eleitorais, porque ainda há pouco o Sr. Deputado da Graciosa do Partido Socialista estava aqui outra vez a anunciar uma vitória provável do seu Partido.

Os Srs. até, copiando o nome que a Juventude Social Democrata utilizou na sua moção de estratégia, é que falam em nova maioria.

**Deputado Carlos César (PS): É provável!**

**O Orador:** Os Srs. é que falam todos os dias que vão ganhar as eleições!

Os Srs. é que falam todos os dias que nós estamos no fim, estamos quase no fim de tudo!



Estamos aqui penosamente!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Oxalá!

**O Orador:** Os Srs. é que utilizam todos esses raciocínios e eu levanto-me para contrariá-los com os argumentos, com as palavras, com os mitos, com os mesmos termos por vezes. No entanto, não posso ser culpado pelo Sr. Deputado Carlos César de estar a utilizar uma linguagem que não é correcta nem é a que o Partido Socialista queria introduzir, porque foi de facto o Partido Socialista que a introduziu.

Podem não ter gostado dos resultados do debate, mas esse é problema vosso.

**Presidente:** Srs. Deputados vamos fazer o nosso intervalo. Recomeçamos os nossos trabalhos às 15.30 horas.

Peço por favor aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Srs. Deputados das Representações Parlamentares para nos reunirmos 5 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

*(Eram 13.30 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados agradeça que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

*(Eram 15.30 horas)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

**Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia**

*(Gaspar da Silva):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez neste órgão máximo da Autonomia dos Açores, aqui estamos para apresentar as nossas melhores propostas e opções para 1996.

Procuraremos fazê-lo numa forma clara e objectiva, em que para além do cumprimento do dever estatutário, possamos também cumprir para com o povo dos Açores, o dever de bem servir no desenvolvimento.

Uma verdadeira política de juventude só é eficaz e racional, se for baseada no protagonismo da sociedade civil organizada, concedendo-se clara prioridade às propostas e projectos de grupos formais ou informais de jovens, sem esquecer as instituições que directa ou indirectamente realizam trabalho em prol da juventude açoriana.

O Governo Regional quer continuar a devolver à juventude açoriana o seu verdadeiro protagonismo.

Por isso, prosseguiremos o relacionamento com a sociedade civil, porque acreditamos que a energia, a irreverência, o inconformismo e a vontade de vencer dos jovens açorianos, será sempre capaz de dinamizar os factores que farão dos Açores uma terra de oportunidades, de realização pessoal e qualidade de vida.

Será com jovens motivados e participativos que conseguiremos alcançar o conceito de "educação global". Porque os jovens açorianos querem ser cada vez mais, "sujeitos activos".

O associativismo como instrumento poderoso de participação e promoção social, será sempre para nós um veículo privilegiado de prevenção primária das toxicodependências.

A nossa aposta vai também continuar a recair na promoção de estilos saudáveis de vida, incentivando os projectos que traduzam este entendimento, dos quais, destaque, os desportos radicais que actualmente personificam estilos de vida saudável.

A prevenção das toxicodependências é assim objectivamente uma prioridade deste Governo, em todas as suas vertentes.

Vamos por isso, continuar a desenvolver um grande esforço para incentivar a criação de gabinetes de atendimento e aconselhamento de toxicodependentes e famílias, tal como já acontece com o existente a funcionar sob a responsabilidade do Centro Paroquial da Fajã de Baixo e em paralelo colaborar com a Secretaria Regional da Saúde, para que a desintoxicação de toxicodependentes nos hospitais da Região, ajude a diminuir o sofrimento dos que se deixaram "agarrar" por tão destruidora doença.

Constituindo os tempos livres dos jovens, uma grande aposta, o conhecido e já imprescindível OTLJ tem continuamente registado uma adesão interessantíssima.

O Governo para além de ir continuar a garantir o financiamento para o crescimento do OTLJ, vai criar condições para a construção de Centros de Juventude, que incluam "ateliers" temáticos, com valências tecnológicas e científicas, culturais e recreativas.

Quando digo criar condições, será, privilegiar acordos de colaboração com associações juvenis que se disponham a liderar processos desta natureza.

Sendo o turismo e a mobilidade juvenil imprescindíveis para a caracterização da nossa identidade, os instrumentos disponíveis têm revelado a sua adequação aos propósitos para que foram criados.

Para além de irmos manter os programas já existentes, como o "Descobre os Açores", o "Portugal ao Vivo" e o "Juventude para a Europa" reforçaremos o papel que os mesmos têm desempenhado, potenciando-os com o alargamento da rede de Pousadas de Juventude à Ilha do Faial, cujo projecto está em execução.

Os jovens empresários, numa economia como a nossa, estão a desempenhar uma acção muito importante. Por isso, o Governo Regional na tradição dos incentivos já concedidos, vai implementar brevemente o novo Sistema de Incentivos aos Jovens Empresários, ao qual será dado o nome de SIRJOVEM, e garantir condições para incentivar a criação do 1º Ninho de Empresas dos Açores.

Por outro lado e terminando as referências à política de juventude, não posso deixar de abordar a política de habitação para jovens que tão importantes resultados tem obtido e afirmar que em 1996 serão continuados os esforços de consolidação dos apoios complementares ao SAFIM e à aquisição de casa própria pelos jovens.

No que respeita ao Emprego, este Plano para 1996, encerra todo um conjunto de acções e medidas de política, que, do nosso ponto de vista continuarão a assegurar uma intervenção insubstituível no tecido sócio-económico por forma a, por um lado propiciar condições à criação de postos de trabalho e, por outro, minimizar as sequelas sociais que sempre se associam a situações de desemprego.

Vamos por isso, continuar o esforço até hoje feito e com sucesso indesmentível, apesar da conjuntura adversa, na implementação de Programas como o "PROFORME", o MEFE, o CTTS ou as Iniciativas Locais de Emprego. Só no ano de 1995 foram criados mais de 500 postos de trabalho e, ainda outros, pela ocupação temporária de cerca de 2 500 desempregados.

Na formação profissional, prosseguiremos uma política eficaz onde o binómio formação profissional/inserção no mercado de trabalho seja cada vez mais uma realidade palpável entre nós. Por isso continuaremos na auscultação já institucionalizada dos parceiros sociais, visando a abertura de novos cursos quer a nível da Qualificação quer da Aprendizagem, como reforçaremos ainda a formação para Activos, cientes de que a permanente actualização dos conhecimentos é hoje condição indispensável para melhores "performances" no desempenho profissional.

Continuaremos a apostar no diálogo e na Concertação Social, como forma privilegiada de evitar a conflitualidade e tensão laborais.

Na área do trabalho vamos persistir na luta contra o trabalho infantil que se tem aliás, revelado eficaz, bem como na prevenção dos riscos profissionais como forma de combate à sinistralidade laboral.

No Sector Cooperativo que conhece entre nós forte expressão, importará continuarmos a acompanhar a actividade do sector mantendo e, se possível, reforçando o apoio técnico às Cooperativas, bem como encetando acções visando o aprofundamento do espírito e objectivos do movimento cooperativo.

Continuará a ser essencial que a modernização do comércio se processe, assegurando o equilíbrio entre o comércio tradicional e as novas modalidades de comércio. A aposta na prestação de um serviço de qualidade encontra resposta, sobretudo, através do pequeno comércio, que deve mesmo constituir a base de desenvolvimento do sector nos próximos tempos.

Neste contexto, os auxílios a atribuir no âmbito do PROCOM contribuirão para a modernização das empresas comerciais em diversas áreas fundamentais. Por outro lado, os apoios a atribuir na vertente de apoio às micro-empresas, revestem-se de particular importância para uma vasta parcela do comércio açoriano, é dada a relevante função económico-social que tais empresas desempenham, nomeadamente ao nível do abastecimento e do emprego. Deste modo, o SIRAA, colmatará as situações não abrangidas pelo PROCOM. Prosseguir-se-á, igualmente, com os incentivos específicos para a modernização do comércio exercido em zonas rurais criadas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/83/A, de 19 de Março, abrangendo actividades respeitantes ao comércio por grosso e a retalho de bens essenciais.

Em termos de política de preços, o Governo irá prosseguir na mesma linha de actuação dos anos anteriores.

Duma forma sustentada e gradual, procurando liberalizar certos bens que apresentam condições de concorrencialidade satisfatórias, para fomento da concorrência no mercado. Propiciaremos assim, a promoção da qualidade e uma mais eficiente utilização de recursos, desenvolvendo-se para o efeito, um acompanhamento permanente dos preços dos produtos com maior relevância no mercado de consumo.

O fortalecimento do sector exportador continuará a ser uma das nossas prioridades, apostando competitividade dos nossos produtos, baseada na diferenciação e qualidade.

Continuaremos a dar execução, ao plano de participação em feiras, em coordenação com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores. No âmbito da promoção externa da Região, e no sentido de uma maior racionalização de recursos e aproveitamento de outras potencialidades, celebraremos, ainda no primeiro semestre deste ano, um protocolo com o ICEP no qual se prevê processos de cooperação nas áreas de divulgação e promoção exterior das potencialidades económicas regionais, informação, formação e apoio logístico.

Vamos continuar a apostar na dinamização, modernização e reestruturação do tecido industrial da Região, através da criação de estímulos ao investimento privado, como são disso exemplo os apoios contemplados no PEDIP 13 e no SIRAA.

No âmbito da modernização e reestruturação que se pretende para o sector através da criação de um ambiente estimulante da eficiência empresarial, o Governo continuará apostado em apoiar financeiramente as empresas que se mostrem economicamente viáveis, mas desequilibradas financeiramente. Esta medida irá consubstanciar-se na criação de um Sistema de Ajudas abreviadamente designado por APER II, que virá na sequência de uma medida similar tomada anteriormente, APER I, e cujos resultados da sua aplicação prática foram francamente positivos.

O Governo irá dar continuidade à política industrial que tem vindo a ser seguida, através da concessão de apoios à criação de Parques e Zonas Industriais, com

destaque para a Zona Industrial e Parque de Contentores da Ilha Terceira, cujo processo de implementação se espera fique concluído ao longo do ano em curso.

A componente "Inovação" não poderá de modo algum ser ignorada em todo este processo que se pretende de modernização da nossa Indústria.

Assim continuaremos a apoiar o INOVA-Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, como entidade vocacionada para apoiar a indústria local em processos de aperfeiçoamento tecnológico e melhoria da qualidade dos produtos. Durante este ano de 1996 o INOVA continuará a ser apoiado no desenvolvimento de diversos projectos de investigação.

Durante o 1.º semestre de 1996, lançaremos também o cadastro dos Estabelecimentos Industriais da Região, instrumento que para além de possibilitar um conhecimento aprofundado da forma como está estruturado o tecido industrial regional, irá facilitar a definição de medidas conducentes à organização e apoio ao sector.

A energia, constitui um dos vectores estratégicos a ter em conta para o progresso da Região. A relação entre energia e desenvolvimento, sendo de causa-efeito, dadas as inter-relações entre ambas, mobiliza recursos consideráveis que têm repercussões em praticamente todos os sectores da economia.

A condição insular e ultraperiférica da Região impõe limitações à gestão do sistema energético, mormente a impossibilidade de se obterem economias de escala quer nos vários subsistemas eléctricos que terão forçosamente de ser independentes entre si, quer no aprovisionamento e distribuição de produtos petrolíferos, o que implica o funcionamento de todo um sistema que pela sua natureza acarreta sobrecustos para a Região.

Para este sector, impõem-se medidas particulares que possam minimizar, ou mesmo ultrapassar, certos problemas específicos, decorrentes da nossa situação particular.

De entre essas medidas, salientaria em primeiro lugar os trabalhos de actualização do Plano Energético da Região, concluído em 1991, e para o qual existe a necessidade de actualizar aspectos que permitirão uma tomada de opções de política energética, pelos decisores na matéria.

Um dos contributos para esse estudo de actualização, é a realização de Balanços Energéticos da Região, efectuados pela Universidade dos Açores, que desde já

permitem obter uma perspectiva do panorama energético da Região em termos de oferta e procura, por vários sectores de actividades, possibilitando igualmente analisar a evolução do comportamento do sector.

A diversificação energética pelo recurso ao aproveitamento do potencial endógeno existente, será sempre tida em consideração, desde que as tecnologias a utilizar ofereçam segurança e desde que os projectos sejam economicamente viáveis, para além do seu impacto ambiental e social dever ser positivo, sob pena de, a não serem observados estes quesitos, estarmos a desviarmo-nos do interesse da Região.

A electrificação de lugares públicos, continuará a ser objecto de particular atenção, dada a relevância que por vezes tais iniciativas representam para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Em termos de cooperação inter-regional prosseguiremos a nossa contribuição nos trabalhos desenvolvidos pelo ISLENET-Rede Europeia Insular de Energia e Ambiente, que pelas suas funções e ligação à CRPM constitui um meio privilegiado de defesa dos nossos interesses particulares em matéria energética.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Como em outras ocasiões do passado, e com as nossas propostas neste Plano para 1996, vamos continuar a dar plena forma ao processo de desenvolvimento dos Açores.

Um processo que está à vista de todos, mesmo daqueles que por razões de opção política querem ver ao contrário.

Um processo que nunca estando completo, continuará a primar pela vontade das nossas opções, e pela concretização das nossas insistências.

Mesmo perante dificuldades novas, destes novos tempos, vamos continuar lutando para que, com a prossecução dos nossos objectivos, o povo dos Açores continue a dar-nos a sua plena confiança para o continuado projecto da Autonomia dos Açores.

Este projecto, ninguém nos pode tirar, e, isto por si só, deve sempre constituir um grande alento para novas vitórias do futuro.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao analisar-se o Orçamento e o Plano que o Governo Regional apresenta a esta Assembleia, ter-se-á em conta a sua validade temporal; embora se trate de documentos referentes a execuções orçamentais e acções de desenvolvimento para o ano económico de 1996, a realidade é que com a sua apreciação neste momento - início de Fevereiro - e a sua publicação ainda mais tarde, por um lado, e por outro, o facto de estarmos em ano de eleições regionais, para Outubro, imediatamente nos leva a concluir que 1996 não será um ano em que as aspirações dos açorianos possam ser concretizadas no sentido do desenvolvimento da Região. Efectivamente, no pouco tempo que resta a este Governo, não vai ser possível fazer o que não foi efectivamente feito nos primeiros três anos desta legislatura. Apesar de tudo, não queremos deixar passar esta oportunidade sem fazer algumas considerações sobre as realidades da Ilha das Flores e a ausência de investimento que caracterizou os anos anteriores. Aliás, é sintomático, os pareceres críticos, endereçados ao Governo Regional e da responsabilidade das Câmaras Municipais das Flores, ambas de maioria PSD. O parecer da Câmara Municipal das Lajes considera mesmo que o Plano "**não contempla minimamente as reivindicações feitas**".

É natural, efectivamente, que o modo como o Governo Regional tem faltado aos compromissos assumidos no Plano, leve ao descrédito dos documentos aprovados por esta Assembleia.

Hoje, muitos responsáveis políticos, mesmo afectos ao PSD, não levam a sério os compromissos assumidos por alguns dos actuais Secretários Regionais.

Esta é a realidade nua e crua, e têm sido muitas as infraestruturas que são mencionadas nos Planos, que às vezes aparecem mesmo orçamentadas e nunca chegam a ser executadas. Esta postura do Governo Regional, sentida nas Flores desde sempre, foi bem evidente durante o ano transacto - matadouro, siturflor, quartel dos bombeiros voluntários, jardim infantil do Centro Social e Paroquial de Santa Cruz, eram infraestruturas previstas para 1995, estavam mesmo quantificadas as verbas a



utilizar e não tiveram qualquer desenvolvimento efectivo. Mas, ainda mais escandaloso é o facto do Governo Regional anterior, na visita que efectuou à Ilha, em 1994, ter-se comprometido asfaltar a estrada junto ao parque infantil, em Santa Cruz; e, no Plano para 1996 não se vislumbrar qualquer verba desagregada para esse fim. Isto mesmo é mencionado no parecer emitido pela Câmara Municipal de Santa Cruz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Apesar dos problemas inerentes à execução que o Governo Regional faz, ou antes **não faz**, da sua própria política e das suas próprias propostas, vamos continuar a dar o nosso contributo sério e empenhado, na análise dos documentos em apreciação. E, começamos por referir um pormenor do Orçamento da Receita.

A nossa Região em 1996 receberá uma transferência de 400 mil contos proveniente da execução do Acordo Luso Francês; é do conhecimento público que a França utilizou e utiliza o aeroporto de Santa Maria, mas teve efectivamente a sua Base na Ilha das Flores até Junho de 1993; embora os trabalhadores da Estação Francesa das Flores tenham ficado no desemprego, muitos deles continuam no desemprego, e agora sem qualquer apoio ou a receber os últimos meses do subsídio social de desemprego, a realidade é que a Região ainda aufere alguma coisa gerada por aquela que foi a Estação Francesa de Medidas das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Um dos projectos que este Governo Regional tem de concluir, por obrigação moral, é sem dúvida o da Siturflor. Essa intenção foi-me manifestada pelo Sr. Secretário Regional e é pena que o anterior Governo Regional não tenha tido na devida conta a intervenção que aqui proferi **em 19 de Maio de 1994**, onde avançámos com a ideia daquela infraestrutura ser aproveitada para "**Pousada de Juventude**".

Consideramos positivo que o Sr. Secretário Regional tenha tomado a iniciativa de auscultar as forças vivas das Flores no sentido de serem ouvidas sobre a finalidade a dar ao imóvel da Siturflor, dada a abundante oferta turística, em alojamento, hoje disponível na Ilha. No entanto, não é suficiente a audição; se dessa audição resultarem sugestões concretas, seria de todo o interesse que fossem tidas em conta e, em nosso entender, o fundamental é que com muita urgência se termine aquela infraestrutura. É evidente que discordamos frontalmente que ela, hoje e nas condições

actuais, possa competir com o **mercado normal** da oferta turística, pois isso iria prejudicar os Hotéis e Residenciais, cuja oferta abundante ultrapassa a procura. Por isso mesmo, a sua adaptação a Pousada de Juventude continua válida, e estamos certos, seria uma solução que a todos agradaria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:  
No Programa 14 estão atribuídos 365 mil contos para o Porto das Flores; e, seriam bem necessários para a sua iluminação, para o abastecimento de água, para os parques para combustíveis, para contentores para animais, ou até para a consolidação dos ligeiros estragos causados pelas tempestades deste Inverno - só que, estamos convencidos, que aquela verba ainda se destina ao pagamento da obra.

Seria muito importante que o Governo Regional, com muita urgência, fizesse voltar a colocar tetrápodos no local donde o mar os levou, na medida em que a sua ausência pode pôr em causa a estrutura do porto. Uma obra com a envergadura daquela e terminada há bem pouco tempo, não se pode deixar já degradar.

É urgente inspeccioná-la; é urgente repará-la; é necessário conservá-la nas devidas condições e é absolutamente necessário terminá-la totalmente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:  
No Programa 15, o Governo Regional tem 20 mil contos para o aeroporto das Flores, para remodelação e beneficiação da aerogare.

Provavelmente esta "remodelação e beneficiação" não passará da sua conservação. Mas, dado que a pista continua sem iluminação, entendemos que é absolutamente necessário que o Governo Regional, em diálogo com a ANA-EP, procure efectivamente que a pista seja iluminada. E, que se pense seriamente na construção de uma nova torre de controle e da garagem para as viaturas, nos terrenos há muito adquiridos pela ANA, EP, junto ao aeroporto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:  
Mais uma vez no Plano para o corrente ano vem mencionada "a construção do Matadouro das Flores"; já o ano passado também vinha e nada foi executado. Queremos continuar a acreditar que esta pode ser uma medida que o Governo Regional venha a tomar, embora cada vez disponha de menos tempo para fazer seja o que for. A realidade é que nas Flores a carne para o abastecimento local é abatida na

chamada "casa de matança", sem as mínimas condições de higiene e salubridade e cujo esgoto dá directamente para um calhau, junto ao mar. É urgente, efectivamente, que sejam criadas condições para que exista nas Flores uma infraestrutura onde a carne possa ser abatida, preparada e embalada de acordo com as normas comunitárias e a legislação nacional vigentes. O Matadouro das Flores tem que ser encarado como uma obra das mais prioritárias e das mais urgentes para aquela Ilha e para esta Região.

Quanto às pescas, a rede de frio da Lotaçor existente nas Flores já não tem quaisquer condições para continuar a dar o apoio de que as pescas necessitam, dado os muitos anos que tem. O Governo Regional não pode, nem deve, em nosso entender, deixar a rede de frio degradar-se, sem substituí-la em condições das respostas que o sector exige para aquela Ilha.

Mais uma vez são referidas reparações nos portos de pesca de Santa Cruz e Ponta Delgada, as quais são bem necessárias e já anunciadas por diversas vezes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Depois dos graves prejuízos causados pelas tempestades de Junho nas Estradas Regionais, para nós é muito estranho que na reabilitação de estradas (Programa 13) não se encontre mencionada nenhuma da Ilha das Flores. E isto é tão mais grave quanto na proposta de alteração ao Plano para 1995, aprovada, ficou consignada a "ponte da Ribeira Grande, entre a Fajãzinha e a Fajã Grande"; a ponte não foi executada e as tempestades levaram a provisória que agora está ainda mais provisória. Será que os 340 mil contos para calamidades e estragos vão ser utilizados na reabilitação das estradas e na construção das pontes levadas pela tempestade?

Esta matéria deve ser aqui esclarecida pelo Sr. Secretário Regional, que também nos deve elucidar sobre o início previsto das obras e o período que se prevê necessário para que essas obras sejam executadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: No Programa 26 - Equipamentos de apoio à infância e à juventude, estão consignados 45.000 contos para o Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores. Já no Plano de 1995 se dizia: "destaca-se as seguintes acções: - Creche e Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de Santa Cruz das Flores". A obra

ainda não se iniciou, portanto nada foi feito no ano transacto; esperemos que seja, de facto, iniciada com a execução deste Plano.

No Programa 27 - Protecção Civil, existem 60.000 contos para a Construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores. No anexo ao plano diz-se "obra em execução" e de facto se o Governo Regional tivesse executado o Plano de 1995, a obra já estaria em execução, mas a realidade é que só agora está em fase de concurso. Há que aguardar.

Na área da Segurança Social, na Comissão, o Sr. Secretário Regional informou ter consignado para o Polivalente das Lajes das Flores 40.000 contos e para o da Fajã Grande 20.000. Se efectivamente estas verbas forem utilizadas seria positivo. Queremos lembrar que o das Lajes deverá ser terminado urgentemente, dado que não é compreensível continuar aquela estrutura de betão armado, no centro da Vila, sem efectivamente ser concluída.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:  
No anexo ao Programa 17 estão consignados 100 mil contos para "apoiar financeiramente a EDA-EP nos investimentos da Ilha das Flores". Tal como o fizemos em relação aos programas dependentes da Segurança Social e da Protecção Civil, apenas queremos manifestar o nosso desejo de que as verbas consignadas sejam efectivamente executadas, com projectos válidos e que contribuam para uma melhor qualidade de vida naquela Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:  
Gostaríamos de fazer algumas breves considerações sobre a necessidade do Governo Regional estar atento ao modo como é feita a manutenção e conservação dos meios técnicos de difusão do serviço público de Televisão. Efectivamente, foi um passo importante chegar às Flores a possibilidade de recepção do sinal da RTP/Açores. No entanto, este sinal frequentemente é transmitido em más condições em algumas zonas da Ilha; e isto deve-se à deficiente manutenção dos meios de difusão. Consideramos que a manutenção destes meios não pode, nem deve ser descurada, e embora não dependa directamente do Governo Regional, estamos certos que se houver o empenhamento devido, estas anomalias poder-se-ão colmatar e solucionar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Ao referir-me aos problemas das Flores na discussão deste Plano e Orçamento é forçoso lembrar, aqui, um conjunto de aspectos e infraestruturas, indispensáveis ao desenvolvimento da Ilha e que não estão ainda contempladas, de que salientamos:

- A reabilitação e reparação das estradas regionais, as quais eram referidas em planos anteriores, não foram efectuadas e não estão contempladas no actual Plano.
- Apoio para um Centro de Tratamento de Lixos ou para um Aterro Sanitário, para que os lixos não continuem a ser lançados em lixeiras a céu aberto.
- O início de uma marina e de um parque de campismo, há muito reivindicados por todas as forças vivas das Flores.
- A conclusão da estrada da volta da Ilha, absolutamente necessária ao desenvolvimento do Turismo.
- Asfaltagem de muitas estradas que servem as explorações agro-silvo-pecuárias, porque só assim se conseguiriam manter transitáveis.
- Apoio à conservação do património cultural - igrejas, fábrica da baleia, etc., etc., etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional: Vamos aguardar, atentos, exigindo que o Governo Regional, pelo menos, cumpra os seus compromissos, executando aquilo que se propõe fazer. É o mínimo que podemos esperar.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em resposta à intervenção do Sr. Deputado do Partido Comunista Português, de facto, ela é muito simples. Se há uma coisa em que V. Exa. tem razão é a questão do matadouro das Flores. Ponto final.

Acontece que não posso, objectivamente, culpar ninguém desse facto. Assumo a total responsabilidade do atraso verificado até agora.

No entanto, posso afirmar-lhe e com a absoluta segurança, dentro do possível, que o concurso para concepção, estudo prévio e anteprojecto, está lançado e o projecto definitivo poderá ser lançado a concurso público no mês de Julho. Estas são as

últimas informações que tenho de um processo complexo e não há que culpar mais ninguém, eu assumo a total responsabilidade das promessas feitas e não cumpridas.

Por outro lado, não sei se cheguei a informá-lo na última Assembleia, que temos que fazer a aquisição de mais uma parcela de terrenos, porque o terreno anteriormente comprado não é suficiente para o matadouro.

Na localização que fica em frente à fábrica de lacticínios, temos que adquirir mais uma parcela de terreno porque não é permitida a construção tão próxima do eixo da estrada.

Esta é a informação final e é a responsabilidade que assumo em relação ao assunto levantado por V. Exa..

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações** (*Jaime Medeiros*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pensei que o Sr. Deputado tivesse ficado esclarecido há cerca de um mês, quando aqui estive.

Nessa altura, respondi-lhe a todas as perguntas que acabou de colocar. De qualquer maneira, volto-lhe a repetir o que disse outro dia.

Quanto à questão da estrada junto ao jardim, disse-lhe e repito, que as obras estão a decorrer.

A dificuldade em executar o trabalho resultou da inexistência de determinado tipo de material que é necessário para fazer o saneamento e o encaminhamento das águas pluviais.

Eu até falei-lhe disso no corredor e o Sr. Deputado disse-me que, efectivamente, já tinha visto lá pessoal a trabalhar.

Quanto à questão dos prejuízos causados pelo temporal em meados do ano passado, mais precisamente em Junho, também disse-lhe que não está especificamente no Plano dito que uma determinada verba que lá consta destina-se àquela obra.

Está lá uma verba numa rubrica que se chama "calamidades e estragos", no Programa 13, com 340 mil contos que se destina essencialmente ao lançamento do concurso

para as pontes, obras de arte e recuperação das estradas danificadas por esse temporal.

Também disse-lhe que os concursos serão lançados no princípio do mês de Março, já que os projectos ficam concluídos mesmo no fim deste mês de Fevereiro.

Quanto à questão do porto das Flores, no último conselho do Governo foi aprovado fazer um concurso público para seleccionar uma empresa que vá durante o Verão - já que durante o Inverno não é possível - fazer a reposição e recuperação dos estragos que foram causados, exactamente porque não sendo uns estragos muito preocupantes nesta fase, podem vir a ser mais tarde, é preciso aproveitar o Verão para fazer a obra.

No último conselho do Governo, repito, foi aprovada a abertura de um concurso para se fazer esse trabalho.

Na próxima semana há uma inspecção ao porto por técnicos que vêm do gabinete que o projectou, exactamente, para saber que tipo de intervenção é que deve ser feita.

Quanto à questão da iluminação e da construção de uma torre de controle, como o Sr. sabe, aquela pista não é propriedade da Região, mas sim da ANA-EP e esta empresa tem a sua prioridade de investimentos.

Nós já falámos nesse assunto e a prioridade que eles têm, neste momento, é a ampliação do terminal da Horta.

Naturalmente, que nos próximos planos eles incluirão esta reivindicação e nós continuaremos atentos e continuaremos a pedir-lhes que inscrevam essas verbas para fazer esta melhoria no aeroporto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Também para reafirmar o que disse na Comissão Parlamentar especializada e tranquilizá-lo, porque os investimentos que estão previstos para a Ilha das Flores são para ser executados os quais passo a discriminar:

- Quartel de Bombeiros de Santa Cruz das Flores: o concurso já foi lançado no dia 21 de Janeiro. Está-se na fase da apreciação do processo normal da apresentação das

eventuais candidaturas e depois de adjudicado terá um prazo previsto de construção de 270 dias;

- Construção da Creche e Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de Santa Cruz: vamos lançar no fim do mês de Fevereiro - eu até na Comissão falei em Janeiro, mas já passou para Fevereiro - o lançamento do respectivo concurso. Em relação ao Polivalente das Lajes das Flores, vamos avançar e está tudo a correr bem.

Não está a correr tanto bem na Casa do Povo e Polivalente da Fajã Grande, mas a responsabilidade não é nossa e já agora apelaria aos Srs. Deputados dos vários partidos da Ilha das Flores, para colaborarem na resolução deste problema.

A obra é da responsabilidade da Casa do Povo da Fajã Grande e, neste momento, não há direcção daquela instituição.

Penso que estão previstas neste mês de Fevereiro eleições para constituir a direcção e o arquitecto que a anterior direcção contratou, está um pouco atrasado no respectivo processo de candidatura, mas de qualquer forma é a direcção da Casa do Povo que tem que pressionar o arquitecto e esperamos que se o projecto for concluído já com algum atraso, se possa no fim do próximo Verão lançar o concurso para as obras.

No entanto, fique claro que há meios financeiros disponíveis, mas a responsabilidade da obra, a responsabilidade de agir sobre o arquitecto projectista, é da direcção e enquanto não houver direcção não poderá ser feita essa insistência.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação aos esclarecimentos prestados, não poderei aprofundar muito dado a imposições de tempo.

De qualquer maneira, queria fazer um reparo em relação aos problemas que se passam com a pista e com a ANA-EP.

Na minha opinião, poderia haver um esforço da parte do Governo Regional no sentido, de que pelo menos a iluminação da pista fosse efectivada em trabalho conjunto da Região e daquela empresa pública.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Não queres um boeing para as Flores?



**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No momento da discussão do Plano de Investimentos para o ano em curso, último do Plano de Médio Prazo 1993-96 aprovado por esta Assembleia Legislativa, entendo ser de todo oportuno, e, antes de me debruçar sobre o conteúdo, tecer algumas considerações de âmbito geral acerca da execução verificada nos anos que o antecederam, por forma a que possam ser desmontadas algumas afirmações e análises que maliciosamente são feitas para denegrir a actuação da governação da responsabilidade do PSD e, por não corresponderem à verdade devem ser corrigidas e registadas.

Elaborado numa altura em que se assistia a nível mundial a uma das maiores recessões económicas do século, senão mesmo a maior, o PMP 93-96 prudentemente apresentava como proposta, para o conjunto dos seus 4 anos, valores de investimento no montante de aproximadamente 85 milhões de contos.

Ajustada anualmente a sua dotação global, em função das necessidades e prioridades definidas, constatamos que na realidade o PMP 93-96 atingirá, no final do quadriénio, uma dotação global superior a 120 milhões de contos, ou seja, mais de 36 milhões de contos do que o inicialmente previsto. Em termos relativos, representa um acréscimo à taxa de inflação verificada durante o período de vigência do mesmo.

É bem verdade que alguns dos empreendimentos concluídos no final do Plano de Médio Prazo anterior terão sido suportados por verbas inscritas neste Plano mas, apesar disso, o aumento verificado foi mais que suficiente para fazer face a esses encargos e à desvalorização da moeda.

Saliente-se ainda que o referido acréscimo foi afectado a todas as ilhas, de forma que, em todas elas, a dotação final ajustada fosse assinalavelmente superior à inicial e sempre superior à inflação.

Convém também referir que, embora alguma oposição tente sistematicamente fazer crer junto da opinião pública que a execução financeira se tem ficado muito aquém das propostas iniciais, o que na realidade assistimos, é que de acordo com os relatórios referentes aos anos de 1993 e 94, as taxas de execução estão muito

próximas dos 85% e, se atendermos à prevista execução do ano transacto, somos levados a crer que aquele valor irá mesmo sofrer uma subida.

É bem verdade que provavelmente em todas as ilhas, não terá sido concretizada a totalidade das propostas inicialmente previstas mas, mesmo assim, é bem visível o muito que foi feito e o muito que ainda será feito até final deste Plano.

Outro aspecto que merece igualmente ser aqui analisado, é o da afectação de verbas a cada um dos 5 eixos de desenvolvimento pelos quais se encontram distribuídos os diversos programas que compõem o PMP e respectivos Planos Anuais. Pela sua indiscutível importância e pelo muito que sobre ele se tem dito, passarei a analisar o primeiro deles - o da Dinamização da Actividade Económica.

Mesmo apesar da falta de coerência que essa oposição socialista tem demonstrado - ora se num dia vemos deputados a afirmar que é necessário aplicar mais recursos nos sectores da área económica, não leva muito tempo para vermos e ouvirmos deputados desse mesmo partido a dizer que é preciso fazer mais escolas, mais centros de saúde, mais pavimentação de estradas, etc., etc., etc., para esta ou aquela ilha...

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** ... a verdade é que as verbas afectas a este eixo de desenvolvimento registaram, no período de vigência do PMP, alterações significativas que proporcionaram um reforço em termos relativos das dotações para os programas que o integram.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Se fizessem aquilo que está prometido, já era bom!

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Deixem o Sr. Deputado falar!

**Deputado Francisco Sousa (PS):** É o Sr. Deputado Jorge Cabral que quer ouvir, não é o Sr. Secretário Regional do Turismo!

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que deixassem o Sr. Deputado continuar.

**O Orador:** Senão vejamos:

Primeiro, porque o PMP que previa na sua versão aprovada para o conjunto dos 7 programas que compõem este eixo um total de verbas a que correspondia 34,3% da sua totalidade, passou a dispôr de 36,2% após os ajustamentos anuais introduzidos, o

que representa em termos relativos um aumento de cerca de 7%, que embora não muito significativo, sempre terá representado um reforço e não uma diminuição das verbas investidas nos ditos sectores económicos.

Depois, porque facilmente depreendemos ter sido precisamente preocupação dos governos de, ano após ano, vir a reforçar os montantes a afectar a estes programas. Aparentemente, podemos ser levados a concluir que assim não se terá passado, pois em 1995 a percentagem inscrita no Plano é inferior à do ano anterior. Contudo, tal não aconteceu, por ter sido justamente a partir desse ano que um conjunto de incentivos ao investimento em diversas áreas, cujas verbas vinham a ser inscritas nos Planos de Investimentos da Região, passaram a ser suportados directamente pelo Orçamento de Estado e, por isso, deixaram de constar nas verbas do Plano desse ano. O mesmo acontece no presente Plano. Sendo a quota deste eixo de 37,5% das verbas inscritas, é na realidade percentualmente bem superior, se tivermos em consideração os montantes destinados ao investimento em sectores produtivos como seja, na agricultura, os caminhos de penetração e o abastecimento de água às explorações agro-pecuárias, o apoio à florestação, nas pescas os previstos no IFOP e na implementação de novos empreendimentos industriais e na modernização do comércio, através do PEDIP e do PROCOM, respectivamente.

Assim, o conjunto das verbas previstas extra Plano que serão canalizadas directamente para diversos organismos e que serão aplicadas durante a sua vigência na Região, vai contribuir para aumentar em mais de 20% a dotação global a afectar aos sectores económicos.

*Esta é pois, a realidade dos números e dos factos, pelo que, é de enjeitar quaisquer afirmações que, apontando o contrário, não sejam aqui comprovadas, e que, mais não pretendem senão fazer desacreditar, junto de determinados agentes económicos, do esforço financeiro que, pelo Governo, está previsto efectuar durante este ano nos sectores da Agricultura, das Pescas, do Turismo, da Indústria e do Artesanato, seja em investimentos públicos, seja no apoio ao investimento privado.*

*(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)*

**O Orador:** Esta é que é a verdade!

Provem o contrário!

O Sr. não precisa de números!

E não esqueçamos, que mesmo ao se investir cada vez mais nos sectores produtivos, para que se alcancem os objectivos pretendidos, será sempre necessário continuar a dispende avultadas verbas em programas dos sectores não produtivos.

Por exemplo, ao investir-se mais na Indústria, no Turismo ou nas Pescas será igualmente necessário mais rapidamente estarmos servidos com redes de transportes aéreos, terrestres e marítimos, mais modernizadas e eficazes, com uma população com maior e melhor formação, com todo o nosso património cultural recuperado, com a totalidade das infraestruturas do saneamento básico efectuada, etc., etc., etc., e tudo isto custa muitos milhões, que não poderão ser investidos de uma única vez e, quando o forem, serão suportados por programas cujas verbas não são consideradas no cálculo da determinação da componente afecta aos sectores ditos económicos.

Muitas vezes ouvimos certas e determinadas pessoas, algumas delas considerando-se como especialistas na matéria, outras arvorando-se como intransigentes defensores desta Região, fazerem comparações com outras regiões, ou países, que nada têm em comum com a nossa realidade. Não podemos esquecer que somos um arquipélago descontínuo, composto por um conjunto de ilhas com realidades diferentes em cada uma delas, com uma economia muito dependente, com dificuldades específicas resultantes da nossa localização geográfica, da reduzida população de algumas, da distância que separa uma das outras, etc., etc..

Que, como eleitos, representando nesta Assembleia Legislativa Regional, órgão máximo da nossa autonomia, a população de todas as ilhas, não sejamos tentados a alinhar nesses raciocínios, sob pena de estarmos a criar a todos nós, açorianos, situações que, a curto ou médio prazo, irão ter directa ou indirectamente repercussões negativas, prejudicando dessa forma o futuro do nosso desenvolvimento económico, social e cultural.

Feitas estas considerações de enquadramento no contexto do PMP, passo então e, de seguida, a fazer uma breve análise sobre o Plano e o Orçamento ora em discussão.

Para o Plano, são apontados como grandes objectivos de desenvolvimento, fortalecer a economia, valorizar os recursos humanos e melhorar as condições de vida das populações, tendo sido definidos como objectivos operacionais, o crescimento da produção e do emprego, a implementação de acções de cooperação inter-regional e a consolidação dos principais equilíbrios sociais.

No que respeita aos sectores económicos, à dotação inscrita no valor de 12,5 milhões de contos, ter-se-á de adicionar como já anteriormente referi, as verbas que são transferidas através de outros organismos, estando prevista para os sectores da agricultura, das pescas, do comércio e indústria montantes que na sua globalidade deverão ultrapassar os 4,5 milhões de contos, ou seja, cerca de 14% da dotação total do Plano e representam mais de um terço das verbas afectas aos programas da Dinamização Económica.

Como já anteriormente referi, com estes ajustamentos, aquele eixo passará a ter um peso relativo que se aproxima dos 50%, o que é considerado aceitável para investir nos sectores produtivos, tendo em atenção a situação em que se encontram as nossas ilhas.

No que concerne às verbas destinadas à atribuição de incentivos financeiros a projectos de investimento nestes sectores, fiquem os senhores deputados da oposição tranquilos, porque serão decerto suficientes os montantes inscritos para apoiar todos os novos projectos que venham a surgir, bem como para garantir o pagamento dos encargos resultantes dos em curso.

Que apareçam projectos válidos, com mérito, realistas, ajustáveis à situação de cada uma das ilhas ou das zonas onde se pretendem implementar, integrados na estratégia de desenvolvimento definido para cada um dos sectores e, decerto que não faltarão os apoios previstos na legislação, garantindo-se assim a prioridade a dar à participação dos agentes privados no processo de desenvolvimento da Região.

*Senhores Deputados Socialistas:* todos sabemos que na vossa estratégia de pré-campanha privilegiam os sucessivos ataques aos governos do PSD, pretendendo dar a ideia que não tem sido dada a melhor aplicação aos recursos financeiros aplicados. Mas, ao menos, tenham cuidado com aquilo que vão dizendo, porque são feitas

afirmações ridículas que em nada prestigiam todos aqueles que legítima e democraticamente foram eleitos pelos açorianos.

*Senhores Deputados Socialista:*

Se apoiar a construção de embarcações para, numa Zona Económica Exclusiva, os nossos pescadores exercerem a actividade piscatória, se melhorar as infraestruturas portuárias de apoio ao sector, se construir estruturas de primeira venda do pescado e entrepostos frigoríficos para a armazenagem do mesmo, se ministrar formação profissional aos pescadores, *é gastar dinheiro e não é investimento, então Senhores Deputados Socialistas, os vossos conceitos de investimento neste sector não são de aplicar à Região.*

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Fale de turismo, só de turismo!

**O Orador:** Se proceder à abertura de caminhos de penetração, ao abastecimento de água às explorações agro-pecuárias, à reconversão da vitivinicultura, à melhoria da qualidade dos produtos horto-fruti-florícola, à erradicação da brucelose, à formação profissional dos nossos agricultores, à assistência técnica aos lavradores, à arborização florestal, *é gastar dinheiro e não é investimento, então Senhores Deputados Socialistas, os vossos conceitos de investimento neste sector também não são de aplicar à Região.*

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Tenham calma! O tempo é de controlo do PSD, não se preocupem com isso. Se não estão a gostar de ouvir, tenham paciência.

Se apoiar a construção de novas unidades hoteleiras e a modernização das existentes, aumentando e melhorando a qualidade da oferta existente, promover a Região no exterior como destino turístico, garantir a adequada formação profissional, valorizar o nosso património natural e cultural, apoiar a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores no financiar do departamento de apoio à exportação e representar permanentemente a Região em Bruxelas, dinamizar pólos e zonas industriais, modernizar o comércio, promover os nossos produtos regionais, *é gastar dinheiro e não é investimento, então Senhores Deputados Socialistas, sou de facto levado a*

*concluir que continuam sem conhecer verdadeiramente a realidade desta nossa Região.*

Se construir escolas, hospitais, centros de saúde, proceder à reparação e pavimentação de estradas, à manutenção e equipamento das infraestruturas portuárias, à melhoria das condições dos transportes marítimos e aéreos, *é gastar dinheiro e não é investimento, então Senhores Deputados Socialistas, passem a afinar a vossa voz para que publicamente não se contradigam, sistematicamente,* como ainda o fizeram recentemente alguns deputados dessa bancada, ao reclamarem a inclusão neste Plano de diversas das acções que acabei de referir e, que, são sem dúvida alguma, fundamentais para o desenvolvimento económico e para o bem estar da população de todas as nossas ilhas, e que *tem indiscutivelmente concretizado e que este Governo, com este Plano, vai igualmente materializar um conjunto de investimentos que continuarão a retirar os Açores e os açorianos do atraso e da falta de condições de vida em que se encontravam antes da implementação da nossa Autonomia Democrática.* Esta é que é a verdade!

Mas Sr. Deputado Fernando Lopes - tenho pena que não esteja presente - nesse rol de mal dizer e de criticar só por criticar, concluir, por exemplo, que a construção do Matadouro do Faial *é gastar dinheiro e não é investimento,* só porque é da iniciativa do Governo, mas se tivesse sido resultante de uma proposta do PS, já seria investimento, considero isso, de facto, o cúmulo da demagogia e do descrédito da linguagem utilizada pelo Partido Socialista nas críticas que tem vindo a fazer a este Plano de Investimentos.

Mas mais, Sr. Deputado. Mais uma contradição.

Critica-se o Governo porque não procede à realização de estudos e projectos de algumas pequenas obras e vem-se agora acusar este Plano de eleitoralista, porque precisamente refere a elaboração de diversos estudos e projectos relativamente a empreendimentos de grande impacto, como por exemplo, o do Matadouro de S. Miguel, de que o Sr. tanto fala.

Afinal, o que pensam os Srs. Deputados socialistas sobre esta matéria, ficamos francamente sem saber.

Ainda há pouco ouvia o Sr. Deputado socialista eleito pela ilha Graciosa afirmar que era preciso avançar com o estudo para a protecção da orla marítima da Praia. Afinal, pelos vistos o Plano ainda tem poucos estudos e se fosse os Srs. ainda era mais eleitoralista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não quero terminar esta minha intervenção sem tecer igualmente algumas considerações ao Orçamento corrente.

Em primeiro lugar, registo a decisão do Ministro das Finanças ao ter criado os Grupos de Trabalho para estudarem a problemática das relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas e, desde já, formular os meus sinceros votos para que os seus membros sejam capazes de efectuar um trabalho profícuo, que permita aos Governos da República e da Região virem a tomar as decisões que mais se adequam às nossas necessidades e pretensões para que aqui, nesta Região portuguesa e europeia da ultra periferia, possamos continuar a viver com a dignidade e a qualidade de vida própria duma comunidade desenvolvida e civilizada do final do século.

Acerca da já tão falada e polémica transferência de verbas do Orçamento de Estado para a Região, apenas quero deixar aqui, para fique registada a minha interpretação sobre os factos.

Desde já felicitar o Governo Regional e de uma forma muito especial a Sr.<sup>a</sup> Secretária Regional das Finanças, por terem feito valer a razão dos argumentos que nos assiste na proposta de transferência de verbas apresentadas, prevista no Orçamento de Estado.

Depois, *manifestar o meu claro repúdio e indignação...*

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Repúdio?!

**O Orador:** ... pelas posições assumidas pelo PS, quando inicialmente foi conhecido que só seria contemplada a transferência referente aos custos da insularidade, no montante de 15,5 milhões de contos.

Declarações do seu líder Carlos César e do deputado à Assembleia da República Sérgio Ávila, como estas:...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Diga agora, por esse **indivíduo**, como disse no PMP!



**O Orador:** ... "O montante das transferências do OE para a Região deve ser apreciado em função das dotações orçamentais destinadas às ilhas nos últimos anos. Analisar o problema de outra forma constitui hipocrisia", ou

"O Orçamento terá de ser revisto em baixa num valor aproximado de 2 milhões de contos" e "É preciso não esquecer que o Governo da República tem de *cumprir critérios de convergência e reduzir o défice público*" e, finalmente, "As Regiões Autónomas não podem ficar de fora das reduções que o Executivo de António Guterres *está a efectuar e têm de adoptar uma política de mais rigor e contenção de despesas*".

*São bem demonstrativas do interesse do PS para que não fossem transferidas mais do que aquelas verbas para a Região.*

E depois, Srs. Deputados, *apresentar nesta Assembleia um Voto de Congratulação pelo facto do Governo da República ter aceite, na íntegra, a proposta fundamentada do Governo Regional, é claramente, como diz o nosso Povo:*

*"Gato escondido com o rabo de fora".*

*(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)*

**O Orador:** o Desenrolar de todo este processo teve contudo um grande mérito: *Assistirmos ao cair da máscara do Partido Socialista na defesa dos interesses da Região, junto do Governo da República.*

Ou então, ao não ser assim, somos levados a concluir que o peso político deste líder do PS/Açores junto dos governantes nacionais, ao contrário do que por aí andam a propagar, *é de efeito nulo*, limitando-se a serem informados em primeira mão de algumas das decisões que vão sendo tomadas relativamente aos Açores e, pelos vistos, *nem sempre das versões finais das mesmas.*

Sobre o orçamento de funcionamento, após análise comparativa com as despesas dos anos anteriores, facilmente comprovamos que as diversas rubricas das despesas correntes ou registam aumentos praticamente nulos -0,1% nas transferências correntes é a maior - ou então diminuições - -1% na aquisição de bens e serviços e - 3,7% nos subsídios. A única excepção, são as verbas destinadas a suportar os

encargos financeiros resultantes da dívida da Região e a provisão para fazer face aos compromissos com o aumento das remunerações da função pública. No que respeita às despesas de capital, constatamos precisamente a mesma situação, ou seja, *uma clara redução das mesmas*, neste caso da ordem dos 10%, se dela expurgarmos a dotação prevista para a amortização da dívida.

*De salientar, insista-se portanto, na diminuição em termos nominais e reais das despesas com a aquisição de bens e serviços e dos subsídios, e a manutenção praticamente da mesma dotação para as despesas com pessoal.*

Mesmo o crescimento de 9,19% do total das despesas correntes, passará para 5,2%, se lhe retirarmos a dotação para os encargos correntes da dívida, valor este inferior à inflação registada no período.

Convém ainda referir, a este propósito, que a componente destinada aos encargos com as despesas com o pessoal, é responsável por quase 50% das despesas correntes. Das restantes rubricas, para além dos encargos da dívida já mencionados, ressaltam as transferências correntes com 23,7 milhões de contos, dos quais mais de 20 milhões são para o Serviço Regional de Saúde.

*Fica assim, indiscutivelmente demonstrado que, ao contrário do que a oposição anuncia por toda a parte tratar-se de um orçamento despesista, estamos, isso sim, é perante um documento que reflecte responsabilidade, rigor e contenção no que às despesas de funcionamento diz respeito.*

Estariamos, sim, perante um orçamento despesista, *se fosse possível reduzir substancialmente as despesas correntes sem afectar negativamente o funcionamento dos diversos serviços*. Porém, tal situação, só será possível se se vier a verificar uma destas duas hipóteses:

- ou se procede ao despedimento de um número bastante significativo de funcionários públicos - quando é certo que aproximadamente 2/3 dos efectivos da administração regional estão na dependência de dois únicos departamentos, o da Educação e o da Saúde, e quando frequentemente assistimos ao reivindicar, e possivelmente com razão, de que necessitamos mais médicos, mais enfermeiros, mais professores, mais auxiliares de acção educativa, etc., etc..

- ou então, os funcionários públicos da Região passariam a auferir vencimentos inferiores aos dos seus colegas do Continente, quando o que até há pouco assistíamos era a um reivindicar por parte dos partidos da oposição de um acréscimo complementar para fazer face aos custos da insularidade.

*Para nós, sociais democratas, entendemos que nem uma nem outra das hipóteses será solução para o equilíbrio da situação financeira, e que o grande desajustamento do nosso Orçamento não está da parte das despesas, mas sim da parte das receitas, quer no deste ano, quer no de anos anteriores.*

Admito, porém, que na utilização de montantes tão elevados como os de um Orçamento desta dimensão, tenha havido algumas verbas que não tenham tido a melhor aplicação. *Mas essa deve ser considerada como a exceção, e nunca como a regra.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Termino aqui esta minha intervenção, consciente de que este Plano e este Orçamento, apresentados pelo Governo nos termos e nos prazos estatutários e que em breve serão aprovados, são documentos fundamentais para continuar a proporcionar a todos os açorianos, de todas as ilhas, de todos os concelhos e de todas as freguesias, que diariamente labutam pelo progresso da sua terra, uma melhoria do bem estar e da sua qualidade de vida.

*Estou confiante que tal vai acontecer.*

*Da mesma forma que estou confiante que, pelo passado, pelo presente e pelo futuro, o povo confiará a responsabilidade da elaboração do próximo PMP de 1997-2000, novamente a um governo da responsabilidade do PSD.*

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** O que é que vai vir por aí abaixo!

Ó César toma nota!

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sras. e Srs. Deputados:

Em resultado da incúria de anteriores Governos Regionais, a ilha do Faial viu sucessivamente adiadas acções e projectos essenciais ao seu desenvolvimento, ficando por concretizar importantes intenções de investimento público repetidas vezes inscritas em vários Planos anuais.

Os efeitos dessa irresponsabilidade governativa tiveram, como seria de esperar, repercussão perversa em todo o tecido social e económico da Ilha, provocando, no contexto regional, a degradação relativa na qualidade de vida da sua população, devidamente comprovada nas estatísticas oficiais conhecidas.

A ilha do Faial é hoje, pelas mãos da acção governativa do PSD - conduzida ao longo de duas décadas consecutivas - uma parcela desfavorecida da Região Autónoma dos Açores.

Esta Ilha tem sido, infelizmente, um dos alvos preferenciais de políticas erradas que persistentemente conduziram à desvalorização, ano após ano, da qualidade de vida nas ilhas mais pequenas situadas na periferia da sede do poder político regional.

A título de exemplo bastará referir o estado lastimável em que se encontra a rede viária da Ilha, a degradação a que chegaram alguns dos seus mais importantes edifícios escolares e patrimoniais, a ameaça de ruína do molhe do seu porto artificial - só agora em fase de reparação - e, permitam-me que destaque, as provas de uma profunda insensibilidade cultural dos sucessivos Governos Regionais que tem mantido a Ilha do Faial na zona de penumbra das prioridades culturais da Região.

Quanto ao tema essencial da cultura - e para qualificar uma política ausente de valores - seria suficiente dar nota de que, durante os últimos vinte anos, deixou de haver exibição regular de cinema nesta cidade mais ocidental da União Europeia e que continuam instaladas, em condições inadmissíveis de precaridade, a Biblioteca, o Arquivo e o Museu da Horta.

E poderíamos falar longamente dos prejuízos sociais e económicos causados por políticas sectoriais mal concebidas, nomeadamente nas áreas do Turismo, dos Transportes, das Comunicações, do Comércio e da Indústria.

Não posso, todavia, deixar de ilustrar a política de abandono com que os anteriores Governos Regionais trataram a Ilha do Faial sem mencionar um caso verdadeiramente emblemático.

Julgo que muitos Deputados deste Parlamento Regional tiveram já a oportunidade de tomar contacto com as condições da instalação física do Departamento de Oceanografia e Pescas, sediado nesta cidade da Horta. Não conheço nenhum que se eximisse a sentir perplexidade ou a emitir forte censura.

Como Açoriano e como Faialense, vou mais longe: sempre senti e sinto vergonha!

A resposta - se é que ela existe - à pergunta de como foi possível, durante cerca de vinte anos, não promover a construção de uma sede condigna para esta imprescindível instituição científica, deve roçar os domínios da irracionalidade.

Esta questão talvez ficasse melhor colocada da seguinte forma: Porque ficaram insensíveis vários e consecutivos Governos Regionais perante tão premente problema?

Tenho ainda curiosidade de conhecer o motivo porque se pretendeu desvalorizar, por diversas formas, a razão da existência deste Departamento da Universidade dos Açores, cujo encerramento chegou a ser contemplado?

O que nós bem sabemos é que foram o esforço e a capacidade de resistência de dirigentes e de investigadores do DOP, com alguns e estratégicos apoios institucionais, que estão na base da sobrevivência do Departamento de Oceanografia e Pescas e lhe têm permitido desenvolver, com reconhecido mérito, importantes trabalhos de investigação.

Num parêntese de esperança, afirmo a convicção de que o futuro desta instituição vai ter que ser, inevitavelmente, diferente, e para melhor.

Esta sede privilegiada de ciência, estrategicamente localizada no Atlântico Norte, terá de constituir-se no fulcro da actividade científica da Região no domínio das Ciências do Mar.

Como vivamente aspiram os Faialenses, ficará então definitivamente consolidado um especial polo de desenvolvimento local e regional, criando-se mais uma referência prestigiante para a Região Autónoma dos Açores, com projecção nacional e internacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pelo que fica incompletamente expresso relativamente à ilha por que fui eleito, emerge com clareza a herança deixada pelos anteriores Governos do PSD, que se resume num conjunto de factos consumados resultantes de uma política de insucesso autonómico, inequivocamente comprometedora do desenvolvimento harmónico e solidário da nossa Região.

Uma política de discriminação e de visão estreita que, a ser continuada, condenará especialmente um determinado grupo de ilhas a patamares permanentes de desfavorecimento que agravarão os fenómenos já existentes de subdesenvolvimento e de repulsão social.

Contra esta política sempre nos batemos!

Uma política que não pode ser mais prosseguida! Sob pena de tornar inviável a própria Autonomia Regional.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sras. e Srs. Deputados:

Urge pôr cobro a este estado de coisas.

No contexto deste debate parlamentar sobre as Propostas de Plano e Orçamento do VI Governo Regional e ao reclamar uma atitude de justiça para as gentes da ilha que sinto o especial dever de representar, não escondo que guardo profunda preocupação perante as parcelas da Região que, sofrendo de maiores atrasos e sendo vítimas de maiores injustiças, devem ser prioritária e solidariamente atendidas nas suas legítimas pretensões e interesses.

Apesar de nos encontrarmos no limiar do século XXI, ainda há ilhas e localidades dos Açores onde viver significa um acto de coragem e de sacrifícios permanentes.

Quero afirmar aqui a minha solidariedade para com aqueles que, por amor à terra, teimam em crer, lutando por direitos básicos que não são mais do que o respeito pela dignidade da condição humana.

Sei que não estou sozinho quando professo que, como autonomista, conservo o interesse regional acima de quaisquer outros interesses de ordem política.

O interesse regional não é um conceito abstracto nem poderá admitir-se como sendo um monopólio das maiorias.

É uma realidade complexa que intrinsecamente inclui a defesa dos interesses de todas as ilhas e deve visar, em resultado da prática da solidariedade, o desenvolvimento harmonioso da Região, no seu todo.

Ao defender os interesses da ilha cujo eleitorado legitimou o exercício das minhas funções de Deputado, quero não só contribuir para a defesa do interesse regional mas também realizar, no que estiver ao meu alcance, o reforço da prática da democracia representativa que constitui o cerne do regime parlamentar.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sras. e Srs. Deputados:

Devo confessar que, neste debate, e para defender os interesses da ilha do Faial, tenho a minha tarefa facilitada.

A razão é simples:

Face à qualidade dos pareceres emitidos pelos órgãos autárquicos municipais, representativos de toda a Ilha do Faial, e de que merece relevo especial o parecer produzido pela Assembleia Municipal da Horta, aprovado por unanimidade pelos deputados municipais dos quatro maiores partidos representados na Região, sinto o dever de assumir formalmente, neste debate, a generalidade do seu conteúdo.

Desejo, em primeiro lugar dar o meu acordo a uma observação pertinaz apresentada nas considerações iniciais desse parecer:

"É mais importante executar o que está planeado do que elencar muitos programas e projectos não exequíveis".

Deste VI Governo Regional - e porque se percebem as singularidades condicionantes do exercício do seu curto mandato - exige-se que cumpra integralmente o Plano e Orçamento anuais que virão a ser aprovados por esta Assembleia.

Pelas mesmas razões, do VI Governo também se espera que seja sensível aos apelos feitos pelas entidades a quem foram institucionalmente solicitados pareceres sobre as propostas do Governo, para que, tendo em conta os interesses em jogo e na síntese do diálogo parlamentar, possa admitir a introdução de alterações à sua Proposta de Plano e Orçamento que visem suprir as omissões de projectos e acções inadiáveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com estes pressupostos satisfeitos, não me custa afirmar que na Proposta de Plano e Orçamento para 1996 se reconhece o sinal do empenhamento do VI Governo Regional em propiciar novas condições para a recuperação do nível e da qualidade de vida dos Faialenses.

Saudamos, assim e com agrado, o investimento proposto para diversas construções escolares e equipamentos colectivos, designadamente a escolha, do nosso ponto de vista, correcta, de construir, na Horta, uma Escola Básica 2-3 e Ensino Artístico, em simultâneo com a realização de uma grande reparação no edifício da Escola Secundária "Dr. Manuel de Arriaga".

Sendo este o único pormenor em que divirjo do parecer emitido pela Assembleia Municipal da Horta, sinto não só a obrigação de assinalar o facto, mas ainda dar a explicação de que assumi esta posição depois de ficarem cabalmente esclarecidas, por parte do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, durante os trabalhos específicos da competente Comissão Permanente desta Assembleia, as vantagens decorrentes da opção governativa.

Desejo relevar ainda o início previsto das obras de adaptação da "Casa Walter Bensaúde" para a instalação definitiva da Biblioteca Pública e do Arquivo da Horta, bem como o início das obras de consolidação e restauro da Igreja do Carmo.

Pena é que tanta degradação patrimonial tenha já ocorrido de forma irreversível em muitos lugares da Ilha do Faial.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Secretários Regionais, Sras. e Srs. Deputados:

Todavia, a maior parte das medidas e acções preconizadas pelo VI Governo significam a mera reposição de opções cuja concretização ficara, ao longo dos últimos anos, sucessivamente adiada. Tal como continuam adiados importantes projectos que integram o Plano a Médio Prazo, cujo termo de execução se cumpre este ano.

Não há, portanto, motivo para especial contentamento.

Devemos efectivamente notar que não constam neste Plano medidas de política e projectos há muito reivindicados pelas entidades representativas da Ilha do Faial.

De entre eles, salientamos os seguintes:



- a construção da Variante Horta-Castelo Branco, obra que consideramos prioritária e inadiável, face à insegurança dos troços da Ponta Furada e da descida da Laginha;
- as construções da Escola Básica/Jardim de Infância da Matriz/Conceição, dos Portos do Varadouro e da Praia do Almojarife e da sede da Junta de Freguesia da Ribeirinha;
- as obras de recuperação da Estância Termal do Varadouro, que viriam a permitir o seu pleno aproveitamento;
- o apetrechamento do Centro de Hemodiálise do Hospital da Horta continua adiado por insuficiência de dotação orçamental; e, finalmente,
- não se descortinam medidas destinadas à melhoria da operacionalidade e da revitalização do Porto da Horta, designadamente através da aquisição de um rebocador apropriado às necessidades desta infra-estrutura, nem se procedeu à uniformização dos preços dos combustíveis para a navegação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As Propostas de Plano e Orçamento para 1996, a não sofrerem alterações, não correspondem suficientemente às necessidades de desenvolvimento social e económico da Ilha do Faial, nem satisfazem as expectativas de melhoria de qualidade de vida dos Faialenses.

É também essa a noção que retenho no plano das exigências regionais.

Aguardamos que o debate parlamentar possa produzir frutos.

Da nossa parte, estamos dispostos a dialogar.

Porque, quando conhecermos o resultado desse desejável diálogo, saberemos então votar.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS e do Dep.Independ.)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart gostaria de dar algumas informações e escolheria em primeiro o Departamento de Oceanografia e Pescas.

Não obstante o respeito que o Governo deve manter em relação à Universidade, dada a própria autonomia da mesma e sua ligação institucional ao Ministério da Educação, achamos que a criação de um instituto em substituição do departamento não é a medida mais adequada. A manutenção do departamento, obviamente com melhores instalações - é reconhecido que aquelas instalações não são adequadas nem dignas para um departamento da universidade - viria a ter mais potencialidades, a Universidade ficaria mais rica com novas instalações, mas com a docência.

Nós sabemos que há dificuldades de acesso ao financiamento do PRODEP por não haver docência neste departamento e também sabemos que a docência associada à investigação, seria extraordinariamente importante para os Açores, para a Universidade e para todos os candidatos que nesta área possam ter interesse em investigar e em fazer a sua carreira de docentes universitários.

Em relação à instalação do Arquivo e Biblioteca Pública, é reconhecido que os mesmos estão muito mal instalados. Tem limitações de espaço e tem dificuldades operacionais de funcionamento. Mas também é sabido que está em curso o projecto que se alterou ou se atrasou devido a alterações que foram necessárias introduzir, nomeadamente na perspectiva de englobar outras instituições como a Casa da Cultura da Horta, o Núcleo Cultural da Horta que é uma instituição particular, formando ali o polo cultural, um polo de resposta cultural que tem todo o interesse para o Faial e para os Açores.

Há atrasos que vale a pena serem assumidos e neste caso, o alargamento deste projecto, fez com que fosse necessário alterar aspectos referentes ao mesmo, mas tudo leva a crer - e é esse o nosso desejo e afirmei na minha intervenção de manhã - que no segundo semestre deste ano vai ser uma obra posta a concurso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Martins Goulart:

Nesta minha intervenção pretendo fazer um protesto em relação a algumas declarações que V. Exa. referiu na sua intervenção, nomeadamente quando diz que a Ilha do Faial tem sido uma ilha desfavorecida ao longo destes 20 anos de autonomia. Apenas atribuo a sua declaração ao facto do Sr. Deputado, por razões de natureza profissional durante estes 20 anos, não ter vivido parte desse tempo nesta ilha e portanto, não teve a oportunidade de ver, como a população tem visto, que durante estes 20 anos muita coisa foi feita nesta ilha.

É bem verdade que nem tudo foi feito e que depois de passado um determinado período em que um conjunto significativo de investimentos foram feitos nesta ilha, tal como nas outras ilhas que se encontravam com um estado de desenvolvimento mais avançado ficaram à espera da sua altura.

Nos últimos anos - tenho que concordar - os investimentos não abundaram. Isso é verdade, mas este é o espírito de solidariedade que tem que haver entre os açorianos de todas as ilhas. Quando se investe numas ilhas porque há mais necessidade de se investir, as outras aguardam o seu momento que chegará também.

Queria referir que a partir do ano findo, com o lançamento do concurso público de algumas obras e início de realização de outros empreendimentos - neste momento, não temos todas as obras que necessitamos e que tínhamos expectativas - há um conjunto importante que temos que realçar neste momento na Ilha do Faial.

O Sr. Deputado falou no lastimável estado em que se encontram as nossas estradas. É verdade, as nossas estradas neste momento conjuntamente com as da vizinha Ilha do Pico são, sem dúvida alguma, as piores estradas dos Açores. Admito isso perfeitamente. Mas também as estradas do Faial há uns anos atrás já foram as melhores estradas da Região. Esta é que é a verdade.

Felizmente que já há uns meses a esta parte se começou na obra de pavimentação das estradas e nos próximos tempos vamos com certeza constatar que aqui no Faial vamos ter boas redes de estradas.

O porto, como referiu, uma obra de grande vulto e de grande dimensão está já em curso há uns largos meses e vai, sem dúvida alguma, proporcionar melhores condições no que diz respeito ao parque de contentores e também sobretudo numa garantia da protecção da mesma.

Sobre o DOP, poderemos estar de acordo com algumas das situações que V. Exa. referiu. Neste momento, quero prestar o meu elogio e a minha homenagem a todos os funcionários daquele departamento. É verdade que têm feito um trabalho digno de registo sem as condições adequadas para o fazer.

Estava convencido que neste ano de 1996 o DOP ia ter boas notícias, porquanto a Universidade passou a depender do Ministério da Educação e Cultura e tive a informação recente que dos 50 mil contos que o departamento tinha previsto fazer de investimento ao Ministério da Educação, esses 50 mil contos foram "chumbados".

Era esta informação que gostaria de saber se o Sr. Dep. Martins Goulart tem conhecimento ou não.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Eugénio Leal:

Eu julgo que a intervenção de V. Exa. confirmou, em princípio, tudo o que eu apresentei no meu discurso.

Os factos que transmiti a esta Câmara foram extraídos na sua grande maioria de um parecer unanimemente aprovado na Assembleia Municipal da Horta, onde o PSD votou favoravelmente esse mesmo parecer relativamente à situação da Ilha do Faial. Portanto, quanto a essa questão estamos esclarecidos.

Quanto à questão do DOP Sr. Deputado, eu julgo que há aqui no orçamento regional e no plano para este ano, uma dotação de 10 mil contos para que se conclua o projecto para a construção de novas instalações nesse departamento. Penso que a justificação, pelo menos a que me foi dada, para que não conste no PIDAP verba para construção de novas instalações do DOP tem, exactamente, a ver com o facto de ainda não existir um projecto aprovado, nem completado e da responsabilidade do Governo Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Iniciamos um ano agrícola difícil.

Não é o primeiro nem será o último.

Exige-se que, quando tal acontece, uma profunda reflexão sobre as causas e consequências, sobre as opções políticas mais capazes e consentâneas com os objectivos que se pretendem atingir.

Condicionalismos há que, incontroláveis, como os de ordem natural, se associaram a outros factores agravantes.

As condições climatéricas adversas associaram-se ao aumento dos custos de produção.

Num cenário como este é importante continuar a assumir procedimentos do passado.

A gestão do programa Agricultura significou em 1995 gerir, com diálogo permanente junto de associações agrícolas, de jovens agricultores, cooperativas e uniões de cooperativas, decisões diferentes de acordo com os problemas que surgiram e que mereceram prontas respostas do Governo.

Esta deverá continuar a ser uma forte e evidente prática do actual governo.

Apesar dos condicionalismos referidos e circunstanciais, o investimento privado correspondeu, em 1995 às expectativas criadas com a aplicação dos programas de apoio à modernização no âmbito do segundo Quadro Comunitário de Apoio.

Mesmo com as limitações orçamentais decorrentes do QCA II o número de candidaturas superou o que eventualmente se esperava.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano agora apresentado para 1996 mantém o seu enquadramento nos pressupostos e objectivos do Plano a Médio Prazo 93/96 aprovado nesta Assembleia.

Não seria, pois, de esperar que assim não acontecesse, e o último ano do quadriénio não é o da redefinição dos objectivos e das políticas a implementar, quando metas bem definidas prevêm a sua conclusão durante a vigência do PMP.

O PMP 93/96 previa para os quatro anos uma dotação de 14 milhões de contos para o programa Agricultura.

Com a dotação agora apresentada para 1996 e contabilizando o acumulado das dotações destinadas a este programa são atingidos os 17,8 milhões de contos, ou seja mais 3,7 milhões de contos do que estava anteriormente previsto.

O Plano a Médio Prazo destinava a 1996 um valor de 3 milhões de contos para a Agricultura.

O Plano agora apresentado contempla 4,3 milhões de contos, mais 1,3 milhões de contos, correspondendo assim a mais 43 % do que se previa atribuir aquando da aprovação do PMP em 1992.

Não significa isso que se consegue, com este nível de financiamento, superar todas as insuficiências do sector, mas reflecte sim uma adequação às suas mais prementes necessidades acompanhando ano a ano a sua evolução.

Da apreciação deste Plano destacam-se alguns valores, designadamente meio milhão de contos para caminhos rurais e abastecimento de água, um milhão de contos destinados aos investimentos privados nas explorações e cerca de 350 mil contos para estruturas de comercialização.

É também importante lembrar a manutenção de um quadro de intervenções públicas nos preços de diversos produtos com implicação nas receitas das explorações, caso dos preços de leite, dos preços de gado vivo, carcaças e carne e com implicação na redução das despesas, no caso dos subsídios ao preço dos adubos, no preço das rações e nas bonificações das taxas de juro do programa de saneamento financeiro.

Acresce a este quadro o conjunto de intervenções ao nível dos apoios ao rendimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns aspectos nas principais áreas do programa Agricultura, devem ser referenciados.

Continuar a elaboração de Planos de Ordenamento Agrário é avançar no sentido de satisfazer as aspirações de todos os agricultores, que conhecendo os trabalhos já realizados nas Bacias Leiteiras dos Arrifes e do Paul, perceberam a importância deste tipo de intervenção estrutural com a consequente redução dos seus custos, aumento da produtividade e melhoria das condições de trabalho, agora com a conclusão de caminhos de indiscutível qualidade.

A manutenção, em condições aceitáveis, dos caminhos rurais e os investimentos na construção de infraestruturas de abastecimento de água à agropecuária, não são apenas, no meu entender uma questão financeira.

Passa, repito, o que já afirmei em outras ocasiões, por assumir uma perfeita postura de entendimento entre governo e autarquias locais prevendo a cedência temporária de meios materiais e humanos.

O reforço das verbas destinadas ao Ordenamento Agrário só terá eficácia se o princípio da subsidiariedade for aplicado.

Os investimentos planeados e executados nos Perímetros de Ordenamento Agrário, com a eleição dos dois cujas obras decorrem ao ritmo previsto, em S. Miguel e na Terceira, constituem a forma organizada e mais eficaz para implementar este tipo de investimentos.

Contudo, pela sua duração e limitação geográfica associada ao facto das restantes vias de comunicação rurais e da rede de abastecimento de água nas restantes áreas se apresentarem em muitos casos seriamente degradadas, é urgente agir, sendo certo que este tipo de intervenções não é estrutural nem conduz a uma eficácia de longo prazo.

O programa de reforma antecipada na agricultura, cujas candidaturas em 1995 superaram todas as expectativas, iniciará em 1996 a sua efectiva execução, contribuindo para o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola.

Na Vulgarização, realce para o apoio à gestão técnico-económica de 400 empresas agrícolas.

Um importante passo na sensibilização dos empresários agrícolas para a recolha e tratamento da informação capaz de os ajudar a tomar as melhores decisões, influenciando no resultado das explorações.

Quanto aos resultados da Experimentação nas áreas de forragens, bonivicultura e horto-fruti-floricultura é urgente melhorar as formas de acesso dos agricultores à informação.

Na Formação Agrária, saliente-se o início da formação profissional de jovens em regime de alternância, com a criação de cursos agrícolas com equivalência ao 10º, 11º e 12º anos de escolaridade do ensino secundário.

Uma missão que o ensino secundário tradicional não foi capaz de superar e que preparará, a devido tempo, jovens qualificados para futuros empresários e técnicos.

O apoio às organizações de agricultores deve ser reformulado de acordo com as actuais características das associações e cooperativas.

Os problemas que cada produção enfrenta na actualidade exigem decisões de grande rigor técnico pelo que, em alguns casos, é importante incentivar a criação de cooperativas especializadas que por obrigação comunitária e como intervenientes próximos da produção resolvam com rapidez e competência os problemas que afligem os agricultores.

Ainda quanto às estruturas das organizações de agricultores, é esperada a conclusão do processo de transferência dos bens do IACAPS para as organizações de agricultores, tal como prevê a legislação em vigor.

Em matéria de florestação, assume destaque a florestação das bacias hidrográficas das Furnas e Sete Cidades.

Um processo moroso que a par da implementação de outras medidas de protecção ambiental, necessita da promoção de acções de sensibilização dos agricultores até que medidas de apoio à alteração dos métodos culturais, abandono da actividade, etc. venham a ser implementadas.

Quanto aos circuitos comerciais, embora o seu bom funcionamento não constitua uma competência directa dos governos, convém lembrar a importância da sua intervenção no sentido de superar os custos anormais de transporte e a perda de competitividade nos mercados externos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No processo de desenvolvimento da Agricultura açoriana desempenham assim um insubstituível papel, os transportes.

A acessibilidade a factores de produção e a mercados de comercialização, faz-se através de uma estrutura de transporte inter-ilhas do e para o exterior.

Condiciona assim, pelo seu custo, regularidade e eficiência a competitividade dos nossos produtos.

Urge compatibilizar a relação custos/benefícios no quadro global de serviço público com destaque, neste caso, para o transporte marítimo destinado ao continente e Madeira.

As intervenções pontuais, limitadas temporalmente, não substituem a implementação de acções de carácter estrutural que garantam resultados estáveis a médio/longo prazo.



Exemplifico com a comercialização de bovinos vivos, de carcaças e de carne que sofreram graves perturbações nos últimos meses com a redução dos preços a praticar aos produtores.

Tal situação mereceu um conjunto de medidas compensadoras, com vista a minimizar a quebra de rendimentos de produtores e exportadores e que por isso prejudica a Região.

É necessário actuar nos mercados de destino, Continente e Madeira apoiando organizações de produtores e exportadores para:

- Organizar leilões de gado vivo utilizando as estruturas do Parque de Palmela, engrossando as acções que já se realizam esporadicamente por algumas associações.
- Identificar as carcaças a exportar da Região.
- Identificar espaços em potenciais locais de comercialização de carne dos Açores.

Alguns destes exemplos ilustram a necessidade de identificar os nossos produtos e promovê-los evitando que se perca um conjunto de potenciais consumidores que ainda os procuram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Espero que o Plano agora apresentado não signifique mais plano, mas sim cada vez mais um melhor plano, pela melhor actuação dos políticos e dos técnicos.

Nenhum Plano e Orçamento é eleito como constituindo o documento ideal, o mecanismo de resposta de todas as aspirações de um povo ou de um sector.

Não é honesto querer iludir quem nos elege com a ideia de que é possível fazer tudo no mesmo tempo útil.

É possível sim optar, escolher o que a cada momento é prioritário.

A nossa dependência de factores externos assim o obriga.

Na Agricultura, o que atrás foi referido e a natureza das actividades que envolve, obriga a uma governação momento a momento por vezes ilha a ilha.

1996 encerra o quadriénio do PMP 93/96, um período de evidentes opções políticas que também urge serem reflectidas.

Há no mundo, na Europa e no país, cenários diferentes dos que definiram o enquadramento em 1992, do Plano a Médio Prazo ainda em vigor.

É por isso inevitável repensar o plano de investimentos públicos, os critérios a eleger no apoio ao investimento privado, nos apoios ao rendimento, as prioridades regionais, de ilha, concelhias e até mesmo de freguesia.

Novos pressupostos condicionarão um quadro de intervenções estruturais superando as actuais intervenções ao nível dos preços.

Novas opções para terem sucesso, passam por um pacto entre agricultores, suas organizações e governantes, mas passarão fundamentalmente por um pacto dos Açores e dos açorianos para vencerem e serem competitivos no exterior.

O sucesso passa por uma cadeia de compromissos dos governantes e dos empresários. De nada valerá a pena querer que o governo se substitua aos empresários, muito menos querer que os empresários façam o que compete ao Governo.

É preciso diagnosticar, as ineficiências quer ao nível dos investimentos públicos quer ao nível do investimento privado, nas explorações agrícolas.

Só assim se conseguirão assumir novas e correctas opções.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António.

**Deputado Manuel António Martins (Ind.):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Dep. António Almeida:

O Sr. começou muito bem a sua intervenção: mais um ano difícil para os agricultores. Também falou na calamidade e na situação de catástrofe que o mau tempo provocou. Costuma dizer-se que "um mal nunca vem só". Infelizmente tivemos más condições atmosféricas que vieram agravar a situação do agricultor.

Não queria criticar a intervenção da Secretaria da Agricultura e Pescas, até pelo contrário, penso que no âmbito desta Secretaria o esforço foi feito, mas nós agricultores pensamos que quando qualquer calamidade ou situação de catástrofe atinge uma sociedade, este problema passa a ser do Governo e ele tem que assumir quase 100% dessa situação, mas isso não aconteceu.

Apesar do esforço da Secretaria e do Sr. Secretário, nós agricultores vamos pagar e de que maneira uma parcela muito grande desta calamidade.

Como exemplo disso falou nos rendimentos da PAC. Basta dizer que para cobrir esta calamidade, o montante do POSEIMA/vaca e as indemnizações compensatórias são para pagar os estragos provocados.

Fazendo o custo e os números de cabeças que existem em São Miguel, sai mais ou menos a cada vaca leiteira 20 contos por cabeça, isto quer dizer que os valores que se superam com o POSEIMA/vaca e as indemnizações compensatórias já se foram com a situação provocada pelo mau tempo.

Critico a falta não do Sr. Secretário e de todo o seu esforço, mas sim, de esta situação não ser transferida para o Governo, porque se os outros sectores têm direito a uma intervenção a 100%, por que razão a agricultura não teve?

Em segundo lugar, concordo plenamente com tudo aquilo que o Sr. Deputado António Almeida acabou de dizer.

O seu discurso foi muito positivo, mas entre o seu discurso e a realidade do agricultor vai uma grande distância.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para salientar e registar que na sequência do que eu disse e muito bem afirmou o Sr. Deputado Manuel António, reconheço que apesar das dificuldades, houve e continua a existir um clima de diálogo entre as organizações de produtores e o Governo Regional onde eu constatei resultados positivos.

Infelizmente não é possível garantir ao mesmo tempo que se pretenda manter níveis de investimento, programas de apoio ao investimento e ao rendimento, aquilo que têm sido os objectivos do Plano a Médio Prazo 93/96, e nessa altura poder-se abdicar de tudo isso e pagar integralmente o que é resultado de uma situação que não é da responsabilidade nem do agricultor nem do Governo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Manuel António, apenas queria corrigir um pequeno facto.

Na sua afirmação de que perante uma situação que classificou de catástrofe, alguma vezes o Governo actuava resolvendo o assunto a 100%, isso não é propriamente verdade. Não conheço nenhuma situação de calamidade - que não é o caso, obviamente - resolvida a 100%.

Muito recentemente e atingindo também a agricultura, verificou-se na Região o furacão Tânia e até hoje, não foi possível, por indisponibilidades financeiras, ocorrer a estragos dessa natureza.

Enquanto que por outro lado e presentemente no apoio que estamos dando a uma saída excepcional de animais da Região e à aquisição de alimentos grosseiros, já estamos com verbas comprometidas acima dos 200 mil contos.

Não é possível tapar os buracos todos, mas a verdade é que em nenhuma situação isso se consegue e o esforço que estamos a fazer actualmente, na minha opinião pessoal, não sendo o suficiente, é no mínimo o indispensável para minimizar as condições que neste momento se vive na agricultura.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de fazer a minha intervenção acerca do Plano e do Orçamento, gostaria de aproveitar o meu tempo para responder a uma intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão feita anteontem, no Período de Antes da Ordem do Dia, a que infelizmente não pude estar presente, apesar de ter estado contactável, mas como a intervenção foi depois da hora do fecho dos serviços para almoço, a telefonista já não estava e eu não pude ser chamado para assistir à sua intervenção.

O Sr. Deputado Paulo Valadão, tal como outros Srs. Deputados de todos os partidos - PSD e PS - no ano passado levantou, com razão, algumas situações que não estavam bem na aplicação da Portaria das deslocações de doentes.

Este assunto foi profundamente analisado pela Comissão especializada e por esta Assembleia que concluiu, por unanimidade, concordar com o Regulamento da deslocação de doentes, tendo sido recomendada a alteração das circulares administrativas de aplicação, o que foi de imediato acolhido pelo Governo e eu emiti instruções convenientes ao Serviço de Saúde.

Além disso, todas as reclamações que têm chegado à Secretaria, têm sido analisadas e quando é caso disso, temos intervindo e corrigido as decisões das unidades de saúde.

Posso garantir-lhe que aquilo que foi decidido por esta Assembleia, foi cumprido por mim e se os casos levantados pelo Sr. Deputado agora, e que não identificou, são os mesmos que conheço e que não me foram entregues a mim, mas sim ao Sr. Presidente do Governo pelo Sr. Deputado, então V. Ex<sup>a</sup>. não tem razão, porque trata-se de deslocações à clínica privada, que só são apoiadas pelo Serviço Regional de Saúde, quando se encontram esgotados os recursos do mesmo, o que não é o caso.

Se são outros casos, não me parece correcto levantar estas questões directamente nesta Assembleia, sem antes apresentar à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social e aos respectivos serviços técnicos, os casos para apreciação e eventual correcção, se for esse o caso.

Este tipo de comportamento pouco claro do Sr. Deputado Paulo Valadão, leva-me a suspeitar que V. Exa. já não está interessado em defender os interesses gerais da população das Flores e da Região, nem em cumprir o que foi definido por esta Assembleia.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Quem não cumpre é a Secretaria!

**O Orador:** Estará, provavelmente, e espero que não seja o caso, a fazer mera agitação política...

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Quem está a fazer agitação política é a Secretaria que não cumpre o que devia!

**O Orador:** ... coisa que, como comunista que se honra de ser, sabe muito bem fazer.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Na defesa dos interesses do povo!

**O Orador:** Mas eu conheço os processos de actuação do Partido Comunista.

Essa agitação, junto de pessoas incautas ou com interesses particulares a defender, não lhe fica bem.

É facilmente perceptível, mas poderá ter consequências graves, visto que já alguns funcionários do Centro de Saúde de St.<sup>a</sup> Cruz das Flores têm sido intimidados e inclusive, ameaçados de agressão por algumas pessoas, eventualmente instigadas pelo Sr. Deputado.

Este é um facto e é uma questão de se provar!

A não ser como, infelizmente, suspeito que seja, face a fortes indícios que existem, o Sr. Deputado Paulo Valadão já não esteja preocupado com o interesse colectivo, mas sim com o que o preocupa na realidade, ou seja, garantir a sua problemática reeleição na Ilha das Flores nas próximas eleições regionais.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Isso é o que vamos ver!

**O Orador:** E terá razão em estar preocupado, se se concretizarem nestas eleições as tendências verificadas nas últimas eleições nacionais, o que levaria a que o Sr. Deputado, infelizmente, já não estivesse aqui para o ano.

Não irei aqui analisar nem discutir com o Sr. Deputado, até porque não terá muito tempo para isso, os casos individuais que traz, mas estou disponível, e sempre o afirmei, para em sede de Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, ou directamente a todos os Srs. Deputados...

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Não, é aqui, publicamente.

Aqui é onde a gente vai discutir isso!

**O Orador:** ... incluindo, como é óbvio, o Sr. Deputado Paulo Valadão, para esclarecer todos os casos e reclamações dos utentes das Flores que sejam feitas.

Não me peça, no entanto, Sr. Deputado, que entre, conscientemente, na polémica que pretende manter viva o mais tarde possível - se possível até às vésperas das eleições - para seu benefício eleitoral.

O Sr. pode enganar ingénuos, a mim não me engana, porque eu conheço os comunistas desde o tempo da faculdade!

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Como é habitual no processo de discussão e apresentação do Plano e Orçamento, os Membros do Governo devem apresentar, oralmente, a sua proposta de Plano de Investimentos no plenário da Assembleia Legislativa Regional, após o terem discutido, em profundidade, nas respectivas comissões parlamentares especializadas.

Assim, cabe-me agora a tarefa de vos apresentar o plano SRSSS para o ano de 1996.

Trata-se do último ano de execução do PMP 93-96.

Neste ano, dá-se a particular circunstância de ser um novo Governo, o VI, a concluir o último quarto de um Plano a Médio Prazo elaborado por outro Governo, introduzindo, naturalmente, as alterações necessárias ao cumprimento do seu próprio programa, mas tal como foi assumido desde o início, seguindo, no essencial, aquilo que foi concebido, aprovado e desenvolvido nos 3 planos anuais anteriores.

No caso concreto das áreas que estão à minha responsabilidade, Saúde, Segurança Social e Protecção Civil, tenho a tarefa facilitada, pois, tendo transitado do V Governo, estive na concepção do que então foi aprovado e tenho sido responsável pela sua execução.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O total do Plano de Investimentos da SRSSS importa em valor sensivelmente semelhante ao estabelecido no Plano de 1995, 4 940 000 contos contra 5 milhões, ou seja, apenas menos 60 mil contos.

Este montante será investido nos três sectores em que se desenvolve a actividade da Secretaria, 4 140 300 contos para a Saúde (83% do total), 300 mil contos para a Segurança Social (6%) e 500 mil contos para a Protecção Civil e Bombeiros (10,1% do total).

Esta distribuição corresponde às opções tomadas em anos anteriores e que implicam um esforço de investimento muito grande na construção de novas unidades de Saúde e na beneficiação e modernização das existentes de que se destaca, naturalmente, a verba destinada ao Hospital do Divino Espírito Santo com cerca de 3 600 000 contos e que se prevê esteja concluído e entregue no próximo Verão.

Inclui, também, a verba destinada à ampliação e modernização do Hospital de Santo Espírito de Angra, com 200 mil contos, destinados à construção de blocos de casas de banho nas enfermarias, à ampliação dos blocos A e C e à construção de um edifício para a medicina legal, bem como 70 mil contos destinados à construção duma unidade de cuidados intensivos no Hospital da Horta.

Prevê-se, também 50 mil contos para a conclusão do Centro de Saúde de São Roque do Pico que será inaugurado nos próximos meses (Abril/Maio) e 80 mil contos para os projectos dos novos Centros de Saúde da Praia da Vitória e da Povoação.

No que respeita à Segurança Social, continuará a investir-se, fundamentalmente, em 2 vertentes. No Apoio aos Idosos, com 115 mil contos e no Apoio à Infância e Juventude, com 185 mil contos.

Em relação a esta última área, destacarei o início da construção da Creche e Jardim de Infância do centro de bem-estar Social de São José e do Centro de Apoio à Criança Deficiente dos Açores em São Miguel (que se encontra na fase de projecto), da Casa de Infância de Santo António na Horta e da Creche e Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de Santa Cruz das Flores.

No que diz respeito ao Apoio dos Idosos, destacaria a recuperação do edifício sede do Lar César Ferreira Cabido na Ribeira Grande, já objecto de uma ampliação inaugurada o ano passado, e a criação de 2 Centros de Cuidados Geriátricos, 1 em Angra e outro na Horta.

No referente aos edifícios para a instalação de serviços de Segurança Social ou de Polivalentes que, simultaneamente albergam serviços de Segurança Social e de outras entidades, há uma série de obras em curso e outras a lançar que importam em cerca de 800 mil contos e que à semelhança do que tem acontecido há alguns anos é financiado pelo orçamento da Segurança Social, 81,3% pelo orçamento de capital e 18,7% pelo orçamento da Acção Social.

Finalmente, no sector da Protecção Civil e Bombeiros temos para 1996, 500 mil contos para investimentos, sendo 257 mil contos para infraestruturas básicas, das quais destacaremos a construção do Quartel da Secção do Topo que será inaugurado no próximo mês de Junho, o Quartel da Secção dos Ginetes que estará pronto ainda este ano e o início da construção dos Quartéis das Lajes do Pico e de Santa Cruz das Flores (concursos públicos lançados a 21 e 29 de Janeiro).

Por seu lado, o Quartel do Corvo encontra-se concluído e será inaugurado oficialmente no próximo dia 14 de Fevereiro.

Quanto a equipamentos, teremos 206 mil contos destinados à aquisição de viaturas, equipamento variado e de uma nova rede de telecomunicações regionais da Protecção



Civil, instrumento vital para se poder coordenar a resposta dos serviços das demais entidades envolvidas no socorro das populações em caso de catástrofe grave.

Teremos ainda verbas para a manutenção da rede sismo-vulcânica e de estudos de acompanhamento elaborados pela Universidade dos Açores, bem como para as acções de formação e sensibilização das populações.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Neste último período do mandato e porque estamos a discutir o respectivo Plano, gostaria ainda que muito sucintamente e a título de balanço, de me referir ao trabalho efectuado nestes últimos três anos, aferindo-o com os objectivos e metas a que nos propusemos no início do mandato.

Não irei certamente referir as medidas legislativas ou administrativas de reorganização e modernização dos sectores a nosso cargo, nem às inúmeras acções de formação, encontros com relevância nacional e internacional que projectaram para o exterior e de forma muito positiva a imagem da Região, do trabalho que cá se está a fazer, nem à documentação e publicações de natureza informativa, técnica ou científica que patrocinámos ou elaborámos, porque tal seria muito maçador para os Srs. Deputados e, além do mais, desnecessário porque todas estas e outras realizações constam de relatórios anuais que, desde que sou membro do Governo, me comprometi comigo mesmo a fazer publicar todos os anos e que poderão naturalmente ser consultadas por Vossas Excelências.

Queria apenas destacar quatro realidades que considero mais importantes:

- A primeira é a elaboração dos Planos de Saúde da Região que são instrumentos essenciais para o sector e têm merecido o reconhecimento e elogios de especialistas nacionais, estrangeiros e de organizações internacionais como a O.M.S., o que nos deixa a todos particularmente satisfeitos.

- Em segundo lugar, o aproveitamento quase nas suas máximas potencialidades, de todos os fundos e programas europeus que estavam ao nosso dispôr o que disponibilizou para a Região vários milhões de contos.

- Em terceiro lugar, os programas e as acções de resposta aos problemas sociais, designadamente relacionados com a Infância, Juventude, Idosos e da Família que têm vindo a ser apoiados também por fundos nacionais e europeus.

- E, finalmente, as obras feitas e concluídas em estruturas e equipamentos que materializam a acção dum Governo que não é necessariamente o mais importante, mas que se traduzem em grandes benefícios para a população que sente os seus efeitos quase de imediato.

Na verdade, comprometemo-nos a dotar a Região em todas as ilhas, de unidades de saúde modernas e bem equipadas, ficando para o próximo mandato apenas os 2 últimos Centros de Saúde que faltam que são os da Praia da Vitória e da Povoação e cumprimos.

E cumprimos até na realização da obra que muitos julgavam que íamos falhar e outros desacreditavam que fosse sequer possível executar, sob a responsabilidade e meios Açorianos, que é a da construção do Hospital do Divino Espírito Santo.

Cumprimos quando construímos os Centros de Saúde de Vila do Porto, de S. Roque, Posto de Saúde da Ribeira Quente e remodelámos e modernizámos, de uma forma radical, os Centros de Saúde das Lajes do Pico, Santa Cruz da Graciosa e da Madalena do Pico; adquirimos um TAC para o Hospital de Angra e abrimos vários serviços e valências de saúde nos Hospitais da Região.

No âmbito da Segurança Social, cumprimos quando se concluíram e entraram em funcionamento, por todas as ilhas da Região, 14 novas estruturas de apoio à infância e juventude, estando iniciadas mais 6; cumprimos, quando se concluíram 18 estruturas de apoio a idosos, estando iniciadas, ou a iniciar, mais 3; e cumprimos, quando se concluíram 16 Polivalentes e instalações de serviços, estando em curso mais 10.

E por fim, no âmbito da Protecção Civil e dos Bombeiros, cumpriremos quando se concluírem em breve a construção de 3 quartéis e se iniciar a construção de mais 2 quartéis, das Lajes do Pico e Santa Cruz das Flores e a Escola de Bombeiros dos Açores.

Como sempre acontece a quem planeia a prazo, houve durante estes anos, alguns desvios. Nalguns casos ultrapassou-se o que inicialmente se programou, noutras casos - terei que reconhecer - ficámos aquém do que esperávamos conseguir. Mas atingiu-se a esmagadora maioria dos objectivos propostos.

"Ninguém é bom juiz em causa própria" e caberá a outros, designadamente ao povo dos Açores, julgar e apreciar o trabalho realizado pelo Governo e pelos Secretários, individualmente considerados.

Resta-me, como responsável, a quem os representantes legítimos do nosso povo deram a honra de desempenhar funções governativas em tão importantes sectores, de não se envergonharem. Antes pelo contrário, pelo trabalho feito e de ter a consciência tranquila de que o procurou fazer com isenção e seriedade, e da melhor forma que soube e pode.

Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados pela vossa atenção.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, eu pedia a palavra para defesa da honra.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu não lhe posso dar a palavra para defesa da honra.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Eu já explico, Sr. Presidente.

Na intervenção que fiz na tribuna perante o Sr. Secretário sentado na bancada do Governo, na presença desta Câmara, falei sobre o assunto, sobre o qual o Sr. Secretário veio para a tribuna dizer que eram meras razões eleitoralistas que nós Deputados aqui defendíamos.

Se o Sr. Presidente me permite, eu gostaria de defender a minha honra de parlamentar **sério e que põe as questões aqui com frontalidade**, eu agradecia.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu não posso fazer de "juíz em causa alheia", porém peço-lhe que seja breve e respeite o nosso Regimento.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Com certeza, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Sobre a deslocação de doentes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é eleitoralismo dar voz nesta Casa às questões que os utentes do Serviço Regional de Saúde e os **médicos** nos põem nas nossas ilhas!

Não é eleitoralismo darem-lhes as circulares que eles receberam!

Mais: seria bem melhor que V. Ex<sup>a</sup>. viesse aqui com sinceridade, à semelhança do que fez ontem o Sr. Presidente do Governo, comprometendo-se para a próxima sessão de Março trazer ao Plenário explicações claras e concisas!

Era isso que nós esperávamos hoje da sua parte Sr. Secretário.

Mas digo-lhe mais: quando falei na minha intervenção sobre este assunto V. Exa. não quis responder.

Quando foi aprovado o relatório sobre esta questão da Comissão de Juventude, eu informei de imediato alguns membros de conselhos de administração dos centros de saúde...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** Isto é só para demonstrar que não há qualquer leviandade nestas questões. São problemas muito sérios!

Sr. Presidente, eu informei membros dos conselhos de administração de vários centros de saúde que me responderam imediatamente: "- Com que verbas é que nós vamos responder a isto que foi aprovado?!"

Por isso, pretendemos que o Governo nos esclareça nesta Câmara, com seriedade e com vontade, sobre estes casos!

Porque, por exemplo, um médico informa que referencia um determinado doente para o Hospital da Horta para uma consulta de ginecologia e, afinal, esse doente é mandado pela junta médica para as consultas de planeamento familiar!

Era só isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, peço a palavra de acordo com o Artº. 99.º do nosso Regimento, ou seja, para defesa da honra.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

Em primeiro lugar, é a primeira vez que eu me sinto insultado nesta Casa. No entanto, de quem vem esse insulto, é perfeitamente normal!

De V. Ex<sup>a</sup>. outra coisa não seria de esperar!

Em segundo lugar, política eleiçoeira não a faço!

Procuro aqui, com seriedade e com honestidade, ao contrário de V. Ex<sup>a</sup>., defender os interesses daqueles que me elegeram!

Já me elegeram duas vezes. Se me elegerão ou não a terceira, ou se eu me candidatarei ou não, não é preocupação minha neste momento!

É, porém sintomático, que V. Ex<sup>a</sup>. e o seu partido se preocupem!

Efectivamente, aquilo que V. Ex<sup>a</sup>., o seu Governo e o seu partido, estão a fazer com o povo da Ilha das Flores, isso sim, é eleiçoeiro, no sentido de não resolverem os problemas das pessoas.

V. Ex<sup>as</sup>. desrespeitam, vilipendiam, o povo da Ilha das Flores!!

Isso sim é que é eleiçoeiro e vai-vos ser tido em conta com certeza!

Mas não serei eu, mas sim o povo das Flores, os doentes e os utentes do Serviço de Saúde das Flores que vos irão julgar!!

Estou convencido de que vão julgar V. Ex<sup>as</sup>.!

Política eleiçoeira, as pessoas das Flores sabem que eu não a faço!

Eu instigar seja quem for a agredir quem quer que seja, como V. Ex<sup>a</sup>. me acusou?!

Ó Sr. Secretário Regional, eu não o conheço de parte nenhuma e V. Ex<sup>a</sup>., naturalmente, não me conhece. Mas há aqui pessoas que me conhecem há mais de 20 anos! E essas, de certeza que não teriam proferido aquilo que V. Ex<sup>a</sup>. aqui proferiu!

Toda a gente que me conhece de verdade, sabe que V. Ex<sup>a</sup>. mentiu!

Eu não instigo seja quem for e, felizmente, tenho a minha consciência tranquila!

Para mim vale muito mais a tranquilidade da minha consciência, do que as afirmações de V. Ex<sup>a</sup>!

Elas a mim nada pesam, no que diz respeito àquilo que V. Ex<sup>a</sup>. afirmou. Só me pesam, quando a sua má vontade, a sua má política, a sua falta de honestidade política não o levam a cumprir aquilo que assumiu aqui perante nós e perante a Comissão!

O Sr. Secretário Regional quer resolver o problema na Comissão, não Sr. Secretário!

Nós já procurámos resolvê-lo lá!

Nós queremos resolver o problema aqui, perante a comunicação social, perante todos os deputados, perante todo o Governo, perante toda a gente, **para desmascarar V. Ex<sup>a</sup>!!**

Queremos desmascará-lo, porque pensamos que esta baixa política, esta sua desonestidade política, não pode levar a parte nenhuma!

**Presidente:** Sr. Deputado, pedia-lhe que fosse breve.

**O Orador:** Sr. Presidente, perante os insultos de que fui vítima, tenho que me defender.

**Presidente:** O Sr. Deputado pediu a palavra para defesa da honra e está a fazer uma intervenção.

**O Orador:** E estou defendendo a minha honra, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo aquilo que afirmámos aqui, perante todos os Deputados desta Assembleia, reafirmamo-lo hoje, lamentando que o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social não tenha estado presente e se não esteve presente, foi porque não quis!

Nós já de véspera dizíamos que íamos trazer o assunto a esta tribuna.

Por outro lado, sentimo-nos honrados pelo facto de que aquilo que aqui afirmámos, foi confirmado por outros Srs. Deputados que conheciam outros casos diferentes daqueles que aqui trouxemos. E vamos continuar a trazê-los, na medida em que consideramos muito importante desmascarar aquilo que tem sido feito pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social!

Finalmente, queria requerer ao Sr. Presidente que, com a celeridade com que fez publicar e distribuir pelos Deputados aquilo que foi afirmado na discussão do Voto sobre a Televisão, também providenciasse, no sentido de termos o mais urgente possível as afirmações feitas pelo Sr. Secretário, no início desta reunião.

Quero lamentar também o facto do Sr. Presidente e da Mesa terem permitido que, sem ter nada a ver com a ordem de trabalhos, tivesse sido feita uma intervenção sobre uma matéria constante do Período de Antes da Ordem do Dia e não propriamente da discussão da matéria do ponto da nossa ordem de trabalhos de hoje.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria apenas esclarecer o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila que não me referi a ele na minha intervenção.

Referi-me, concretamente, ao Deputado Paulo Valadão e não a mais ninguém.

Eu tenho a minha intervenção escrita para o provar, porque já sabia que isto ia dar polémica.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Desculpe, mas disse!

**O Orador**: Não disse não senhor!

Eu disse que os deputados do PSD e do PS, há um ano atrás, tinham levantado **com razão** este problema, que foi estudado em profundidade pela Assembleia. Foi a única vez que me referi a outros deputados que não ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

A minha intervenção foi exclusivamente dirigida ao Sr. Deputado Paulo Valadão. Por consequência, penso que a sua defesa da honra não tem razão de ser, porque eu não o ataquei.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Valadão, mantenho tudo o que disse...

**Deputado Paulo Valadão** (*PCP*): Eu também mantenho tudo quanto disse!

**O Orador**:... e digo mais: quem ficou aqui perfeitamente desmascarado nesta Assembleia, perante o povo e perante a comunicação social, foi a estratégia do Sr. Deputado Paulo Valadão que não é mais do que mera **agitação política** nas Flores, utilizando sentimentos e aspectos que são muito íntimos e respeitáveis da parte do povo das Flores, depois de estar resolvido um problema. Um problema que foi dos mais debatidos por esta Assembleia, em que a Comissão Parlamentar respectiva ouviu todas as unidades de saúde, ouviu todos os médicos, ouviu ordens dos médicos, ouviu sindicatos, ouviu o Secretário... talvez houve poucas coisas nesta Casa que foram tão profundamente estudadas e analisadas como esta.

Depois de uma decisão tomada por esta Assembleia, a mesma foi imediatamente acolhida e cumprida por parte do Governo, nomeadamente por parte do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Se durante os primeiros tempos poderá ter havido um ou outro caso que foram comunicados, no caso de haver razão para isso, eles foram alterados. E há aqui Srs.

Deputados que, já depois da decisão da Assembleia, me levantaram questões dessas e tiveram o seu problema resolvido.

Penso que isso até aconteceu inclusivamente nas Flores, levantado penso eu pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, e também na Graciosa.

O que acontece, neste momento, é que foram levantados pelo Sr. Deputado Paulo Valadão no período de antes da ordem do dia - que não tem culpa nenhuma de eu não ter estado presente - sem identificação, casos de violação do regulamento de deslocação de doentes.

Isto é vago, isto é grave, isto é demagógico e só é feito aqui na Assembleia, porque tem a cobertura dos órgãos de comunicação social, pois o que lhe interessa a si, Sr. Deputado, é capitalizar estas questões, porque o Sr. está preocupado com aquilo que eu disse, ou seja, com a sua... **problemática reeleição** de deputado da Ilha das Flores, nas próximas eleições regionais!

Só que não se brinca com a saúde do Povo Açoriano!

Se o Sr. é capaz e pode enganar alguns incautos, e pode até impressionar alguns dos seus colegas deputados e alguns membros da comunicação social, a mim não me engana! Porque eu, destas técnicas, conheço quase tão bem como o Sr. que as sabe fazer!

O Sr. Deputado já disse aqui e já se desmascarou. O Sr. Deputado vai levar este assunto até às eleições regionais, porque é a única hipótese...

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Eu quero é que o Sr. resolva o problema!

**O Orador:** O problema está resolvido!

O Sr. é que está a criar problemas artificialmente e depois apresenta-os para eventualmente violando aquilo que foi feito aqui na Assembleia e decidido, ou seja, a portaria do regulamento de doentes e que é um diploma que foi aprovado e que tem que ser cumprido. Aliás, o Sr. Deputado também tem, em princípio, responsabilidades em cumpri-lo.

O Sr. Deputado está a defender neste momento a violação de um diploma que mereceu o apoio unânime desta Casa, porque os aspectos regulamentares de aplicação estão resolvidos.



O Sr. está a agitar um problema, porque lhe convém eleitoralmente, quer até "pescar" alguns eleitores de outras áreas, seja do PS ou do PSD, para ser reeleito.

O Sr. Deputado está a seguir a **sua** estratégia, mas eu denuncio-o aqui, eu desmascaro-o e ponho-lhe a "careca à mostra"!

O Sr. está a fazer agitação política e eu não entro nesse jogo!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** É para defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu não lhe posso dar a palavra para esse efeito.

Há pouco eu concedi-lhe a palavra e fui bastante condescendente porque, de acordo com o nosso Regimento, o Sr. tinha 3 minutos para falar e eu deixei-o falar durante 6 minutos.

Portanto, eu não posso permitir que se façam artimanhas. O Sr. Deputado poderá usar do seu tempo regimental.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Pronto, se tem que ser pois que me seja descontado do meu tempo regimental, mas vou defender à mesma a minha honra.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho que ser muito rápido, na medida em que o meu tempo está contabilizado.

Mais uma vez penso que o Sr. Presidente permitiu ao Sr. Secretário entrar em matéria descabida deste período da ordem do dia. Se for preciso, façamos uma outra sessão - nem que seja no Sábado - com período de antes da ordem do dia, para discutirmos essa matéria. Eu por mim estou disposto a isso!

Por outro lado, tenho que defender a minha honra, na medida em que me considero agredido pelo Sr. Secretário Regional que continua a faltar à verdade aqui!

O Sr. Secretário Regional continua a dizer que cumpriu o que se prometeu nesta Casa e toda a gente sabe que (são centenas e centenas de pessoas, não só na minha ilha, estou convencido!) que o Sr. Secretário Regional, o seu Director Regional e todo o seu "staff", não cumpriram aquilo que a que se comprometeram aqui!

O Sr. Secretário, com má intenção e desrespeitando as pessoas, continua a maltratar o povo daquela ilha e é grave que hoje em dia desgraçados que mal têm dinheiro para se sustentar, tenham que ir à banca pedir dinheiro emprestado para se deslocarem à

Terceira ou a S. Miguel, a fim de tratarem da sua saúde, porque o Sr. Secretário Regional dá instruções para o Estado não tratar delas!

E vamos provar tudo aquilo que afirmámos aqui!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Poderá parecer estranho a minha intervenção neste debate, mas porque estou plenamente "frio" em relação a este assunto, gostaria de chamar a atenção para um ou outro aspecto.

O Sr. Deputado do Pico, há pouco ao tentar exemplificar um processo relacionado com este assunto da portaria, disse o seguinte: "um doente foi a um médico do Pico que o mandou para uma clínica de ginecologia...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Clínica não!

**Referenciou-o** para uma consulta de ginecologia.

**O Orador:** Exactamente.

E depois, num acto posterior a esse facto, esse mesmo doente - por outros médicos - teria sido enviado a uma clínica de planeamento familiar.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não senhor. Acho que V. Ex<sup>a</sup>. não está dentro do assunto.

**O Orador:** Bem, se eu estou errado, faça o favor de me corrigir...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não sei se o Sr. Presidente quer permitir.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, faça o favor de continuar a sua intervenção.

**O Orador:** Bem, esse doente foi mandado por determinado médico a uma consulta de ginecologia. E, posteriormente, foi mandado por um outro conjunto de médicos a uma consulta de planeamento familiar...?

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não foi nada disso que eu disse!

**O Orador:** Então se não disse isso a minha intervenção não tem efeito.

Porque se o que eu acabei de dizer é verdade, e se corresponde a dois actos médicos, a culpa tem que ser posta noutra sítio e não na portaria nem no Governo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs Deputados:

Custa-me estar aqui a rebater e, no fundo, a entrar no jogo do Sr. Deputado Paulo Valadão.

O que se passa é que eu cumpri e tanto cumpri, que há aqui uma circular normativa - a n.º 22/95/11, de 27 de Novembro - que foi enviada a todas as unidades e serviços dependentes da Direcção Regional de Saúde, na qual se considera, claramente, várias questões. E em 5 pontos que vêm no fim, estabelece e vai mais além, rigorosa e pontualmente, aquilo que foi decidido por esta Assembleia.

Por consequência, não se pode dizer que o Secretário não cumpriu. O Secretário cumpriu imediata e escrupulosamente a decisão.

No entanto, há aqui questões, nomeadamente duas, que o Sr. Deputado Paulo Valadão entregou ao Sr. Presidente do Governo - ele não as entregou a mim, talvez significativamente, porque se ele tivesse vindo a mim saberia logo a resposta - e eu tenho aqui essas respostas com nomes e tudo, mas penso que não se deve dizer por respeito às pessoas, mas são dois casos que não se enquadram no regulamento da deslocação de doentes e o Sr. Deputado, à força, quer que eles sejam enquadrados.

E porque é que não se enquadram?

Porque se trata de deslocação à clínica privada, não estando esgotados os meios do Serviço Regional de Saúde.

E se calhar a maioria dos casos que o Sr. tem em sua posse, são casos destes.

Todos aqueles que se tratam de transferências dentro do Serviço Regional de Saúde e que antes eram obrigados a irem à Horta, mas como não há especialista neste hospital, passam a fazer a passagem por cima da Horta para outros hospitais. Isto está já a ser cumprido.

Nos casos de pessoas que eram tratadas anteriormente em unidades de saúde da Região e do Continente, apesar de já haver meios de tratamento aqui - mas como isso foi aqui discutido e no sentido de ir de encontro à decisão desta Assembleia de que havia aspectos psicológicos, por exemplo, pessoas mais idosas que estavam a ser tratadas no foro da oncologia e no foro da cardiologia, quando não havia esses dois

sectores no Hospital da Horta - estão a ir directamente das Flores para P. Delgada, para Angra do Heroísmo ou para o IPO em Lisboa.

Isso está a ser cumprido, rigorosamente.

No entanto, estou disposto a analisar, caso a caso, e a corrigir essas situações. Mas tanto quanto sei, e não têm chegado ultimamente reclamações, isto está a ser cumprido rigorosamente.

O que existe, nomeadamente na Ilha das Flores, é uma série de pessoas que iam habitualmente à custa do centro de saúde, à clínica privada, e neste momento estão a ser canalizadas para os serviços regionais. Mas a portaria e a própria filosofia do nosso sistema, implica que nós paguemos 21 milhões de contos por um Serviço Regional de Saúde e não podemos pagar outros tantos milhões no serviço paralelo privado.

Só podemos ir à privada quando se esgotarem os recursos públicos.

Tenham as pessoas paciência, mas isto tem que ser cumprido, ou então o orçamento da saúde não terá 21 milhões mas sim 30 milhões!

Temos que ser responsáveis!

Quando aqui em declarações na Assembleia se critica o aumento das despesas de funcionamento com os custos da saúde, o número de funcionários públicos e depois vem-se, irresponsavelmente, manipulando os mais íntimos e respeitáveis sentimentos e desejos de saúde das populações, tentar obrigar o Centro de Saúde de St<sup>a</sup>. Cruz das Flores a autorizar passagens para a clínica privada?!

Eu tenho aqui dois casos de dois senhores das Flores que o Sr. Deputado Paulo Valadão apresentou, em que um deles dizia que não ia a determinado médico da Horta, "porque ele ia me matando" e quer ir ao cardiologista X na Terceira!

Nós não podemos custear isso!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero esclarecer, em primeiro lugar, o Sr. Secretário Regional que o que eu disse na minha intervenção foi o seguinte:

"A Secretaria da tutela emitiu nova circular sobre deslocações de doentes. Mas, ao que nos é dado saber, ou o Sr. Director Regional de Saúde ou os Centros de Saúde do Pico parecem desconhecerem-na, pois não a estão a cumprir".

Por outro lado, gostaria de esclarecer muito rapidamente o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas que o doente não saiu do Pico. O doente viu o seu processo referenciado para a junta médica do Hospital da Horta para ginecologia e a resposta da mesma foi no sentido de saber se a doente podia ir a uma consulta de planeamento familiar.

Era só isto.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Então eu tinha razão!

**Presidente:** Sr. Secretário, eu agradecia que deixassem o Sr. Deputado concluir o seu esclarecimento.

**O Orador:** Eu agradecia que me descontassem o tempo, porque isto é mitigado.

É preciso que se diga também que ninguém está a levantar questões fictícias nem ninguém está a inventá-las, porque ontem houve um Sr. Deputado da bancada do PSD que, **responsavelmente**, disse que "o problema existe em relação ao Pico e ao Faial, porque há membros da classe médica que não se entendem!" - isto foi dito aqui responsavelmente e apraz-me sempre registar quem assume as suas responsabilidades. E neste caso, não vou dizer o nome desse Sr. Deputado, porque ele está aqui na Sala e se quiser que fale sobre o assunto.

Mais: citando a sua circular, diz-se claramente que "quando o hospital de referência não possua capacidade própria de rendimento, podem os órgãos competentes dos centros de saúde activar os devidos dispositivos do regulamento" - é isto que está em causa e que os centros de saúde não estão cumprindo!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para reafirmar tudo aquilo que disse.

Para dizer que o Sr. Secretário Regional continua a falar em deslocações à clínica privada, quando as pessoas vão, efectivamente, aos serviços públicos, nomeadamente ao Hospital de P. Delgada e Angra do Heroísmo.

Finalmente, quero dizer que não há actos clínicos na ausência de médicos, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas!

Se esta gente confunde actos clínicos com burocracia, está errada. E se, efectivamente, perante papéis é que se decide - e este é o caso das Flores - não se está perante actos clínicos, está-se perante administração e perante burocracia.

Na realidade, aquilo que foi aprovado por esta Assembleia não tem sido cumprido por parte do Sr. Secretário Regional!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para dizer ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila que eu afinal tinha razão.

Foram decisões **médicas** que transformaram um acto noutro!

Portanto, eu quando falei tinha 100% de razão.

Por isso, o que está em causa, antes de mais, é a decisão do médico.

Se ele errou, humanamente, é desculpável. Mas, no caso concreto, ao qual eu me refiro exclusivamente, é um acto da total responsabilidade do médico!

Tenham pelo menos a coragem de dizer isso, porque os médicos também erram!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Pode ficar com a razão, porque eu também tenho razão!

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** O médico errou!

Tenham a coragem de dizer isso publicamente!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Continuo a reafirmar que foi cumprida, escrupulosa e pontualmente, a deliberação desta Assembleia.

Reafirmo que os casos apresentados pelo Sr. Deputado Paulo Valadão - tenho-os aqui com nomes e tudo - não correspondem àquilo que ele diz.

Essas pessoas foram a S. Miguel, entraram para consultas particulares e depois, pela via particular, querem continuar a ser tratadas no Hospital de P. Delgada e sabe-se bem como.

Por consequência, estes casos não correspondem à verdade!

Em segundo lugar, devo dizer que tivemos a preocupação - para reduzir listas de espera, nomeadamente de doentes de oftalmologia - de enviar um oftalmologista às Flores. E aconteceu uma coisa perfeitamente notável. Ou seja, este oftalmologista tinha uma parte do seu tempo para prestar consultas no âmbito do Serviço Regional de Saúde, gratuitas, e tinha outra parte disponível para exercer a privada.

Um das reivindicações de alguns doentes do Corvo, é que queriam ir à privada, a qualquer outra ilha, e que nós - Serviço Regional de Saúde - assumiríamos as despesas de transporte e eles pagariam a consulta privada.

Nós pusemos um médico lá que fora das suas horas de serviço, poderia fazer consulta privada, descongestionando a lista de espera e as pessoas não teriam sequer o incómodo de se deslocarem, teriam apenas que pagar a consulta privada.

Devo dizer que, das 102 consultas privadas que eram possíveis fazer na Ilha das Flores de oftalmologia, ficaram 25 vagas de pessoas que não quiseram ir a essa consulta, porque esperam ir a uma consulta de oftalmologia em P. Delgada ou na Terceira para, simultaneamente, resolverem alguns problemas de ordem pessoal ou até para visitarem familiares com profissões importantes, nomeadamente em P. Delgada.

O Director Regional de Saúde e o Director do Serviço de Saúde Pública, estiveram recentemente na Ilha das Flores e ao contrário do que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão no período de antes da ordem do dia, que eles tinham-se recusado a receber pessoas, foi exactamente o contrário. E eu tenho aqui um relatório.

Estes dois Directores fizeram constar que estavam lá e sugeriram a um grupo de utentes que estavam disponíveis para falar com eles.

A resposta por parte de algumas dessas pessoas, foi que não valia a pena falar com o Director Regional da Saúde nem com o Director de Serviço de Saúde Pública, porque eles não iam com certeza acolher o desejo deles.

Por aí já se vê a capacidade de diálogo de algumas pessoas.

Isto está aqui assinado por responsáveis que vão responder por aquilo que escreveram, se não for verdade.

Por isso, é exactamente o contrário daquilo que o Sr. disse.

Por isso, Sr. Presidente, continuo a dizer que este assunto é extremamente nebuloso, extremamente estranho, este "empenhamento" e algum tipo de discurso exaltado do Sr. Deputado Paulo Valadão. E o entendimento que continuo a fazer da sua intervenção, é que ele já não quer resolver os problemas dos doentes das Flores, como fez no ano passado e com razão. Mas, sim, manter uma agitação que lhe poderá ser favorável, em termos eleitorais, e que eventualmente ele pensa lhe poderá dar o lugar de deputado nas próximas eleições!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como eu disse há pouco, são as pessoas que me vão julgar e espero que o façam também ao Sr. Secretário Regional.

Aquilo que o Sr. Secretário vem aqui dizer é desprovido de verdade.

O Sr. Secretário Regional diz que o Director Regional quis receber pessoas.

Eu digo-lhe que há pessoas que quiseram ser recebidas e não o foram.

É esta a realidade!

O Sr. Secretário Regional diz também que aquilo que foi aqui assumido foi transmitido, não foi. Aliás, aqui diz-se "excepto se isso em absoluto não se justificar".

Ou seja, quando há o especialista na Horta, entendem os serviços do Sr. Secretário Regional que em absoluto não se justifica e as pessoas não vão a quem pretendem - esta é a realidade do que se tem passado!

Pode o Sr. Secretário dar as voltas que der, que não vai mudar nada!

Porque é que o Sr. Secretário também não vai lá conversar com as pessoas?

Obviamente que as pessoas conversariam consigo e dariam as suas razões!

Efectivamente, se é como o Sr. Secretário diz, isto é, que os Directores que estiveram lá falaram com as pessoas, porque é que não conversaram com todas as pessoas?!

Porque é que não receberam as pessoas que queriam realmente falar com eles?!

Talvez fizeram reuniões mais a nível do PSD!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.



**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social** (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu garanto que não estou aqui numa atitude deliberada de fazer esgotar o tempo do Partido Comunista. Estou até muito interessado em ouvir a sua intervenção final sobre o Plano e o Orçamento.

Porém, eu não queria - e penso que isso não vai acontecer - que a última palavra ficasse com o Sr. Deputado Paulo Valadão, porque ela falta à verdade.

Eu tenho aqui documentos e tenho aqui relatórios e sei tanto ou mais (muito mais!) que o Sr. Deputado, relativamente a todos os casos que o Sr. apontou.

Eu tenho relatórios clínicos, eu tenho pessoas que assinaram...

**Deputado Paulo Valadão** (*PCP*): Pior ainda!!

**O Orador**: Não é pior ainda!

É que repare numa coisa: há uma diferença muito grande entre o Governo social-democrata e o responsável da saúde e um eventual ministro ou comissário político comunista para a área da saúde.

Um ministro comunista ou um comissário político para a área da saúde, para além das decisões administrativas, vai obrigar os médicos, violando a sua consciência profissional, a sua ética, a sua deontologia, a porem aquilo que ele quer!

Só que eu sou um membro de um governo social-democrata que respeita a lei, que respeita as decisões desta Assembleia e respeita, muito profundamente, a autonomia técnica e científica dos médicos e dos enfermeiros!

Não me passa sequer pela cabeça pretender...

**Deputado Paulo Valadão** (*PCP*): Eu também sou médico!

**O Orador**: Que eu saiba o Sr. é médico veterinário, não é médico do ser humano!

Portanto, não me passa sequer pela cabeça que se permita analisar um parecer de uma junta médica, assinado por médicos que são inscritos na Ordem dos Médicos e responsabilizam-se pelos seus actos médicos, e dizer que a decisão deles está errada!

Eu não tenho esse atrevimento, está a perceber?!

Por consequência, o que poderia acontecer de certeza absoluta - Deus queira que não e não vai acontecer - se algum dia o Partido Comunista ganhasse as eleições na Região e o Deputado Paulo Valadão fosse ministro da saúde, é que ele obrigaria os

médicos, administrativamente, a porem nos seus actos médicos aquilo que ele quisesse!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

**Deputado Álvaro Manito (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que esta discussão está a ficar muito estéril e não leva a nada.

Eu sugeria ao Sr. Deputado Paulo Valadão, uma vez que foram postos em causa actos médicos - e talvez com alguma razão - que estabelecesse contacto com a Ordem dos Médicos, nomeadamente a recente eleita Delegação Regional dos Açores, a fim de se colocar essas questões, porque de facto há questões que têm que ser entendidas entre os médicos e que a Ordem dos Médicos, ou seja, o organismo que tutela directamente a actividade médica, deveria ter conhecimento para aconselhar os médicos na sua actuação, no sentido de que eles próprios não cometam actos que depois venham trazer-lhes consequências negativas para a sua actividade profissional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para dizer que estou plenamente de acordo com o disse o Sr. Deputado Álvaro Manito.

Efectivamente, existem situações em que deve haver intervenção da Ordem dos Médicos, em relação à parte deontológica. Tal como também existem problemas que têm que ser analisados politicamente. Porque é grave que o Sr. Secretário Regional venha reafirmar que conhece todos os casos. Isto é prova provada que estes casos - com a razão das pessoas e contrariamente àquilo que foi decidido - não são resolvidos, porque o Sr. Secretário, com má intenção e desrespeito pelas pessoas, procura, ostensivamente, não solucionar esses problemas.

Portanto, ele é quem fica aqui desmascarado e fica aqui comprovado que a intenção maldosa de procurar prejudicar as pessoas, é causada pelas instruções do Sr. Secretário Regional!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com a maior tranquilidade e a maior calma que eu quero levantar aqui um problema.

Se um médico que está num determinado centro de saúde, acompanha um doente durante muito tempo, conhece-o profundamente sob todos os pontos de vista, e entende que ele deve ser enviado a determinada unidade de saúde, o processo devia ser feito nesse centro de saúde, mas não é.

Por exemplo, vamos ao caso do Pico, porque há muita gente que ainda não percebeu bem isto: um médico do Centro de Saúde da Madalena que tem um doente há muito tempo e conhece-o profundamente bem, entende que ele - pela doença que possui - deve ser enviado a determinada unidade. No entanto, o Centro de Saúde não tem autonomia para o enviar...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Aí é que está!

**O Orador:** ... não tem autonomia financeira. E o processo, isto é, os papéis, são enviados à Horta. Aí, ao analisarem o processo, entendem que ele não deve ser assim.

Eu pergunto:

- Se algum dos senhores - eu, o Sr. Secretário Regional ou algum dos Srs. Deputados - fossem médicos do Pico, o que é que pensavam...?

E se fossem o doente, o que é que pensavam a seguir...?

O que é que estará em causa? O processo? Será ele correcto, no sentido de salvaguardar a dignidade das pessoas?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Homem de Gouveia.

**Deputado Homem de Gouveia (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Com a máxima consideração que tenho pelos meus colegas de clínica geral, e devo dizer que não conheço todos os médicos que estão na RAA, nem acredito que todos os médicos de clínica geral se conheçam entre si, devo lembrar que o centro de saúde está limitado, até mesmo por lei, aos cuidados primários. Portanto, é natural que eles se dirijam a uma unidade de cuidados diferenciados, pedindo opinião sobre uma determinada patologia que ultrapassou as possibilidades do clínico geral.

Nós temos que partir do princípio de que essa unidade de cuidados diferenciados vai dar indicação precisa neste campo.

Porém, se nós vamos entrar no campo das desconfianças não vamos a parte alguma.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A portaria em causa determina que os centros de saúde têm competência para enviar os doentes dentro da Região.

Porque é que quando o clínico geral do centro de saúde envia determinado doente para uma especialidade para determinado hospital, esse doente não vai para onde é enviado pelo clínico geral, se este tem competência atribuída pela portaria para o enviar?!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Está estabelecido (e eu já disse isso aqui algumas 20 vezes!) que temos um Serviço Regional de Saúde que não está em auto-gestão, que tem que cumprir instruções, que há organização, que há técnicas de organização e de relacionamento entre as unidades de saúde; isto não é "à la gardere"!

Existem regras e o nosso sistema está correcto e abalizado por especialistas nacionais.

Nós temos hospitais, temos centros de saúde, temos a Região dividida.

Temos 3 hospitais, quando em termos de população só precisávamos de um.

Porque é que temos 3 hospitais?!

Há aqui um fenómeno de descentralização dos cuidados diferenciados, tal como há um fenómeno de descentralização de cuidados primários ao nível das ilhas e dos concelhos. E temos a Região dividida em 3 áreas, com 3 hospitais, com áreas de influência diferentes.

No Hospital da Horta houve decisões que nem fui eu que as tomei!

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Foi mal decidido!

**O Orador:** Não sei se foi bem ou mal. Está decidido!

Isso é um facto adquirido, Sr. Deputado!

Eu tenho que encarar isso como um facto adquirido.

Existe um hospital aqui que custou 2 milhões, que gastou durante todos estes anos milhares e milhares de contos a formar especialistas, que tem equipamento e que tem que ser rentabilizado!

Os senhores seriam os primeiros a insultar-me aqui dentro, e com toda a razão, se os centros de saúde desta zona, por hipótese académica que não iria eventualmente verificar-se, mandassem todos os doentes do Pico, das Flores etc., para P. Delgada e o Hospital da Horta ficasse "às moscas" com médicos e equipamentos!

Porque a obrigação que eu tenho é potenciar ao máximo as possibilidades e os recursos que este hospital tem.

E devo dizer-lhes, aliás já o disse anteriormente nesta Casa, em análise comparativa, o Hospital da Horta, atendendo à sua dimensão e aos meios humanos e recursos que estão lá instalados, é seguramente o hospital com melhores performances técnicas dos 3 hospitais da Região. É o hospital que está mais próximo dos padrões correctos de um hospital com um serviço de saúde pública.

O que os senhores querem é criticar o facto de haver aqui orientações disciplinadoras que têm que existir, porque há que existir disciplina, tem que haver organização, para tentar explorar ao máximo as potencialidades do Hospital da Horta.

É este o objectivo.

Foi decidido por esta Assembleia e eu acedi, que nas áreas onde não há especialistas no Hospital da Horta, os centros de saúde desta zona possam passar directamente um doente para fora da zona de influência deste hospital. E foi também decidido por V. Ex<sup>as.</sup>, e eu acatei, que apesar de haver respostas neste hospital, porém pelo facto de serem doentes que há muitos anos eram tratados noutras unidades, mais por razões psicológicas do que por razões técnicas, se continuasse a autorizar que esses doentes fossem para fora.

No entanto, daqui para a frente e nas áreas que o Hospital da Horta tenha resposta, é para aqui que os doentes têm que vir.

O Estado, na área da saúde ou na área da educação, tem determinadas obrigações, ou seja, prestar um serviço que não é o mínimo, mas sim aquele que o Estado, pelos seus recursos económicos e financeiros, pode prestar.

Por exemplo, eu tenho um filho que está matriculado numa determinada escola primária, que eu acho que o professor não presta, que as instalações são más, que os colegas não são os indicados para serem companheiros do meu filho, é claro que eu posso pô-lo num colégio particular, **mas pago!** E não vou obrigar o Estado a pagar esta opção de luxo!

O mesmo se passa ao nível da saúde. Ou seja, nós temos uma determinada resposta pública que podemos dar, pois nós também não podemos dar, em termos de saúde, uma resposta acima das nossas potencialidades e acima daquilo que a gente possa prestar na área económica, na área agrícola etc.

Nós não podemos ter serviços de saúde tipo Suécia e ter uma economia, um PIB e um rendimento per capita, do tempo de uma Região ainda com problemas!

As coisas têm que ser coerentes!

Temos as respostas sociais ao nível da nossa capacidade económica.

Nós temos este serviço de saúde que é aquele que a Constituição e o Estado obriga. E é o melhor que podemos dar, atendendo aos nossos recursos.

Querem mais?!

Não querem ir para uma enfermaria de 3 camas, querem ir para um quarto particular com casa de banho ?!

Querem uma enfermeira loira de olhos azuis?!

Querem televisão no quarto?!

Querem escolher o médico... **paguem!**

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não pagamos!!

**O Orador:** Paguem!

A Região não tem essa obrigação!!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** É o que estão fazendo no Pico. Estão pagando!

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Estão pagando o quê?!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Pagam sim senhor!!

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** O Sr. não sabe o que está a dizer!!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** **Eu não lhe admito que me diga isso!**

**Presidente:** Srs. Deputados, eu pedia que tivessem alguma dignidade, que se mantenham calmos e tratem dos assuntos dos Açores com relevância.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma pergunta para um esclarecimento que se impõe neste momento da discussão.

Sempre que o centro de saúde "passe por cima" da Horta, por hipótese, para ir para um outro hospital da Região, sempre que isso aconteça, estão ou não os centros de saúde, neste momento, dotados de meios financeiros para accionarem essas deslocações de doentes, passando por cima - repito - da unidade hospitalar?

É este o esclarecimento que parece faltar, neste momento, e que se impõe.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Essa é realmente uma pergunta muito pertinente.

Eu devo dizer que os centros de saúde não estavam preparados para isso.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Calma! Ainda não aprovámos o orçamento para este ano e já estão a perguntar se os centros de saúde em 1996 têm verbas para isso?!

A decisão da Assembleia foi no fim do ano passado... porque é que os senhores andam sempre "com a carroça à frente dos bois"?! Calma!

A gente está discutir coisas sérias e a pergunta do Sr. Deputado Fernando Fonte tem toda a pertinência.

Voltando ao assunto, eu devo dizer que os centros de saúde não estavam preparados, porque a portaria da deslocação de doentes foi concebida em Janeiro de 95 com este conceito e segundo um outro conceito que também foi aqui falado por mim, e que está absolutamente correcto, ou seja, em termos de unidades de saúde quem gere os encargos paga.

Se o centro de saúde manda um doente para um determinado lugar, tem que ter verba no seu orçamento para pagar essa deslocação.

Se o hospital manda, paga.

Este é um processo em que quem deve paga.

Como houve essa alteração no fim do ano, e só agora é que estamos a aprovar o orçamento - a verba global prevista é de 20 milhões e vai ter que ser separada depois por todas as unidades de saúde, consoante os respectivos orçamentos - vai surgir a preocupação por parte da Secretaria Regional de Saúde, de dotar os centros de saúde da área de influência do Hospital da Horta com verbas acrescidas, de forma a poder-se fazer face àquilo que foi decidido nesta Assembleia, que foi permitir a ultrapassagem do Hospital da Horta naquelas duas condições. Isso vai ser feito agora. Mas não estava previsto, porque na concepção, isto é, na filosofia que presidiu à concepção da portaria, não era esta a solução, no entanto vai ser agora resolvido em 1996.

A decisão da Assembleia foi no fim do ano passado, por isso estamos bem a tempo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a minha última aportação ao tema, na medida em que não tenho mais tempo disponível.

De qualquer maneira, penso que o Sr. Secretário desmascara-se aqui, quando vem falar na área de influência, na rentabilidade do Hospital da Horta e quando vem pôr a preocupação do Hospital ficar "às moscas"!

Está perfeitamente desmascarado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

**Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta é a política correcta, é a política do Governo do PSD e em relação ela, só no caso do Sr. ganhar as eleições, é que a pode alterar!

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados vamos fazer o nosso intervalo. Recomeçaremos os nossos trabalhos às 18.50 horas.

Estão suspensos os nossos trabalhos.



*(Eram 18.35 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 18.50 horas)*

Pedia aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Gomes Silva.

**Deputada Ana Carolina Silva (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Governar é desenvolver um projecto que privilegie as pessoas, mas que comece por estar centrado na responsabilização de cada um, no contributo individual.

Na nossa Região o Estado tem e terá sempre um papel importante. Regulador, disciplinar, corrector. Nunca concorrente e inibidor.

É preciso coragem para fazer opções.

As prioridades definem-se e sobretudo devem cumprir-se com rigor.

É necessário delinear o que é, de facto, importante e saber em que áreas o Estado deve intervir, suportando o financiamento da nossa economia.

Autonomia tem sido sinónimo de desenvolvimento equilibrado e integral. Com preocupações solidárias e justas.

Deve continuar a sê-lo.

Aqui, nos Açores, não separamos a vertente económica da vertente social.

Achamos que a economia deve ajudar as pessoas a viverem onde elas querem viver.

Porque para nós o desenvolvimento não tem só um sentido material. Tem uma dimensão social e cultural que não pode ser descuidada.

O desenvolvimento harmónico deve estar ao serviço daquilo que em cada ilha permite o desenvolvimento da Região.

Não queremos falsas harmonias.

O segredo está em combinarmos bem a necessidade de coesão e de justiça com as exigências de prosperidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Definir objectivos de desenvolvimento para os Açores é, sem dúvida, considerar o Turismo como um dos caminhos para o sucesso económico.

As condições naturais que o nosso arquipélago oferece, aliadas à coragem da iniciativa privada e ao esforço que o sector público deve desenvolver, são a resposta necessária.

Rejeitamos medos infundados.

É preciso acreditar no Turismo como opção consciente.

É preciso avançar. Mais formação. Uma melhor rede de transportes. Mais e melhor promoção. Porque não queremos vender qualquer produto turístico, mas um produto de qualidade.

E para vender qualidade é preciso tê-la e cultivá-la.

Daí a preocupação sempre constante do binómio desenvolvimento/preservação e valorização ambiental e cultural.

O turismo é um universo muito competitivo.

Há destinos que ganharam há muito o seu "lugar ao sol".

Temos de afirmar a nossa diferença, por aquilo que sabemos que poucos têm e que muitos procuram.

Na novidade está a solução.

Na promoção reside o segredo.

Divulgar os Açores, passar a mensagem atractiva dum destino ainda pouco conhecido é uma tarefa sem descanso.

A promoção tanto no estrangeiro como dentro do nosso país tem de ser mais agressiva.

Quem não aparece, esquece. E a diversidade e riqueza da oferta neste mercado não é fácil de bater.

Com cenários paradisíacos, um clima ameno, uma hospitalidade sincera, uma história insular e uma cultura ímpar os Açores não precisam de muito esforço para vender diferença.

Não é claramente um turismo para uma multidão indefinida. Mas um turismo de interesses especiais.

O turista é atraído por uma motivação específica e depois complementa a sua estadia com outras actividades que o destino proporciona.

A procura de lugares calmos, onde a natureza é palco de cores e onde o ar é puro e cada vez mais uma necessidade do homem moderno.

O turismo da natureza é um factor de atracção importante, porque o diferente e o genuíno estão na moda.

A criatividade deve ser uma atitude espontânea.

Para criar é preciso ter matéria-prima.

E nós temos.

O mar. E a sua valorização como verdadeiro manancial de recursos turísticos.

Actividades náuticas como a pesca desportiva em alto

mar, o mergulho, a observação de espécies marinhas e muitas outras, são aliciantes a não esquecer.

Mas, a terra, esta terra de caminhos tortuosos que nos levam a verdadeiros "cantinhos do céu", permite aos amantes da natureza uma verdadeira aventura.

A paisagem açoriana tem um valor cultural, cujo prazer estético possibilita a divulgação do nosso arquipélago e a consolidação dos Açores como um destino de futuro.

É uma dádiva que cabe à vontade política preservar e ao sector privado aproveitar em nome da aposta clara no turismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

E preciso combater a sazonalidade: que não só limita o investimento em unidades hoteleiras, como releva a necessidade de se investir mais em animação.

O turismo cultural e o turismo de desporto são soluções a considerar.

A riqueza do nosso património arquitectónico, a diversidade do nosso artesanato, a musicalidade das nossas gentes e seus festejos só enriquecem a nossa oferta turística.

Um clima ameno propício a práticas desportivas que não combinam com os invernos rigorosos de outras paragens, pode abrir caminho a um turismo de qualidade que nos interessa promover.

A realidade do nosso arquipélago não permite um desenvolvimento industrial em larga escala. O comércio exige que a população flutuante aumente.

Os empreendimentos turísticos com um mercado tão reduzido são riscos que custa correr.

Somos pequenos!

É bom reconhecê-lo. Fazê-lo com realismo e projectar o

futuro à nossa medida.

Queremos uma iniciativa privada cada vez mais forte.

Com formação e sem aventureirismo.

O Estado não pode ser concorrente.

Deve sim saber quando é tempo de afastar-se.

O investimento e a eficiência são objectivos a ter em conta.

O subsídio não pode ser a resposta fácil.

A ciência económica deve ajudar as pessoas a viverem, não derrotá-las.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A preocupação de todos os agentes de turismo, bem como do Governo com a tão falada "época baixa" exige uma solução eficaz.

Algumas das opções aqui referidas podem atenuar claramente esta forte sazonalidade, mas não são só por si a única garantia de sucesso.

A qualidade da oferta impõe que se reforce a fiscalização das actividades e profissões turísticas.

Atingida a qualidade pela aposta na formação profissional, no alargamento equilibrado do alojamento, na restauração e na animação, cabe em seguida pugnar para que esta seja uma caminhada ascendente.

Condição fundamental para o turismo é uma boa rede de transportes.

A descontinuidade geográfica não pode vencer a vontade de conhecer a história e a paisagem bem diferente de cada uma das ilhas.

Facilitar as ligações com o exterior, evitando monopólios e fomentando o acesso fácil e rápido ao arquipélago é uma prioridade.

O mercado da saudade, dos que partiram mas que continuam a responder ao apelo da sua terra ou dos seus antepassados não pode ser esquecido.

Facilitar as ligações aéreas com as nossas comunidades de emigrantes é a melhor forma de servirmos aqueles que na partida não esqueceram que é sempre bom voltar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É preciso pensar o Turismo para poder agir com certezas.

O funcionamento do Conselho Regional de Turismo impõe-se, como já defendia a Juventude Social Democrata no seu Congresso.

Neste órgão consultivo todos os que se relacionam directa e indirectamente com Turismo poderão contribuir para a definição acertada do rumo que reconhecerá o Turismo como uma actividade económica fulcral para a criação de postos de trabalho e para o fomento da prosperidade.

Pensar o Turismo nos Açores, embarcar nesta tarefa de desenvolver um destino ao qual reconhecemos qualidade para vencer competições de mercado e valor para vingar no futuro, mas teimar em preservar os nossos bens naturais e culturais, eis a missão que também cabe a este VI Governo.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

**Secretário Regional do Turismo e Ambiente** (*Manuel Azevedo*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para prestar um esclarecimento não sem antes me congratular com a intervenção da Sra. Deputada.

De facto, a mim pessoalmente satisfiz-me esta intervenção sobre turismo. Não podemos estar mais de acordo e outra coisa não seria de esperar, logicamente.

O esclarecimento que queria prestar é relativamente ao Conselho Regional de Turismo.

Na pequena revisão que se fez da lei orgânica da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, entendemos reformular a constituição do Conselho Regional de Turismo.

O diploma ainda não foi publicado em Diário da República. Logo que seja publicado será convocado de imediato o Conselho Regional para ter a sua primeira reunião.

De qualquer maneira, gostaria de salientar um facto, ou seja, o Conselho Regional do Turismo está criado há anos e nunca funcionou sobretudo por uma razão, isto é, os nossos empresários levaram tempo a constituir-se em associações. O Conselho Regional previa que eles estivessem representados por associações.

Hoje, felizmente, os nossos empresários já têm um movimento associativo muito interessante e hoje é possível pôr o Conselho Regional a funcionar.

De qualquer maneira, gostaria de salientar que desde há muito tempo a Secretaria do Turismo e a Direcção Regional do Turismo, têm tido um diálogo muito intenso com os empresários turísticos. Um exemplo disso foi o Plano Director do Turismo que foi longamente trabalhado com o sector. É importante que isto se diga, porque de facto o sector deu-nos muitas ajudas, colaborou muito naquele documento que penso, tal como muita gente, é um bom documento.

Para além disso, anualmente com os empresários, com as mesas de turismo da diversas Câmaras de Comércio, é discutido profundamente o plano promocional para caderno turístico.

Penso que hoje nenhum empresário turístico constituído na Região se pode queixar de falta de diálogo com a Secretaria Regional do Turismo.

Era apenas este esclarecimento que aqui queria deixar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado de Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos no último ano do quadriénio 1993/96. Exige-se de todos nós a análise do que a maioria se propôs executar e do que não será capaz de cumprir consoante a proposta que ora apreciamos.

Façamos portanto, Srs. Deputados, a comparação entre o que foi aprovado nesta Casa para os quatro anos com o realizado nos três já passados e o que se diz realizável em 1996 no âmbito da Educação.

A Educação Pré-Escolar viu alterado o Estatuto dos Jardins de Infância da Rede Pública, por proposta do PS. No entanto, a educação itinerante e a deslocação dos alunos então previstas não se concretizaram, em vários locais, de que podemos dar como exemplos a Atalhada e o Cabouco no concelho da Lagoa. De que espera a maioria do PSD para cumprir com a promessa da "sua total universalização"? - Citei PMP/96 - Para quando a sua implementação nos lugares onde existem mais de 10 crianças em idade de frequentarem a educação pré-escolar? Falava-se no PMP em "reestruturação de infra-estruturas, desde o jardim de infância à Universidade". Que reestruturação será feita até Outubro? Nenhuma, visto que nem dentro da própria Secretaria se conseguiram reestruturar aproveitando a substituição dos responsáveis! Continua sem existir qualquer coordenação por parte da SREC das diferentes redes: pública, privada, IPSS e dependentes de outros departamentos do Governo Regional. Cada qual faz como quer, quando quer e onde quer! Mantêm-se situações de jardins de infância clandestinos perante a SREC mas legalizados perante outras Secretarias para receberem subsídios. Até quando vamos consentir isto, Srs. Deputados da maioria social-democrata?

Avancemos para o 1º ciclo do ensino básico, antigo ensino primário.

O concelho da Lagoa, em São Miguel, tem muitas das suas escolas a funcionar em desdobramento. Entretanto esta "maioria", por interesses meramente eleitoralistas e sem qualquer estudo, construiu escolas que já estão fechadas! Gastaram-se milhares de contos em lugares que, à partida, estavam a desertificar-se mas, porque era importante manter o voto dessas gentes, toca de edificar escolas que apenas funcionaram dois, três/quatro anos. E agora como responder aos locais onde efectivamente sempre residiram crianças? Porque prometeram 140.000 contos para a Escola Básica e Jardim de Infância da Lagoa em 1993 e agora chegados a 1996



apenas inscrevem 10.000 contos e para um projecto? A este ritmo lá para o final do século os lagoenses terão uma nova escola!

A Escola do Outeiro nos Arrifes já está fechada há dois anos, os alunos são deslocados. Previa-se executar a obra por 30.000 contos. Hoje orçamentam-se 60.000 depois de já se ter pago 5.000 contos pelo projecto! Vamos portanto no dobro! Não nos venham dizer que não houve verba porque ela existiu para outros fins que, para quem passa a vida a dizer que não tem dinheiro, deveria ter sido mais comedido nas suas megalomalias! "Estende-se o pé conforme a roupa", lá diz o nosso Povo!

E a Escola de Rabo de Peixe? Agora lá vamos adequar o projecto feito aos terrenos. Quando é que se aprende? Nem ao fim de 20 anos? A Escola dos Flamengos mete água quase desde o primeiro dia em que começou a funcionar! É preciso mais do que "espírito de missão" como se dizia há dias nesta Assembleia. Para trabalhar nesta escola exige-se "virtudes de mártir"! No PMP determinava-se como objectivo "a diminuição do insucesso escolar e o abandono do sistema". Digam-nos uma medida discreta (à moda da Terceira) tomada neste quadriénio que tenha conduzido clara e inequivocamente à concretização deste objectivo?!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo este ano "descobriu" uma mina de ouro: investir 550.000 contos em Cooperação Financeira com as Autarquias na recuperação de instalações do ensino básico (entenda-se ensino primário). O Governo apresenta à Comunidade Económica um projecto de recuperação destes edifícios que, de acordo com a legislação em vigor, é da sua exclusiva responsabilidade, mas, engana as Câmaras Municipais dizendo-lhes que avança com 85% da verba e estas têm de orçamentar os restantes 15% como se fosse da competência destas, o que na realidade é fruto da exclusiva incompetência e negligência governamental. Clarifique-se que o Governo não dá um escudo, as Câmaras Municipais têm de entrar com cerca de 80.000 contos, quando afinal se necessita de um milhão e meio de contos para as grandes reparações do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico. Não há dúvida que é um grande negócio! Já agora seja-me permitido inquirir que andaram os governos anteriores a fazer? Para quê um Sub-Secretário para a Integração Europeia se nem conseguia "ensinar" aos seus pares como elaborar projectos para apoio comunitário sem gastar um centavo?!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passemos, no Programa P8, às construções escolares do 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário.

Desde logo, temos de ter presente que em 10 anos, repito 10 anos, apenas foram concluídas e começaram a funcionar a Escola Secundária das Laranjeiras e a da Praia da Vitória. Entretanto, esta velha maioria falou e **gastou milhares de contos** em "ditas" escolas que nunca viram o sol ou que nunca passaram da aquisição de terrenos e elaboração de projectos que foram condenados à escuridão de uma qualquer gaveta: e cito exemplo: "Escola Preparatória da Maia" milhares de contos gastos na elaboração do projecto e aquisição dos terrenos! Continuam a pastar bucolicamente as vaquinhas do antigo dono! "Escola Secundária da Lagoa" milhares de contos gastos na elaboração do projecto e aquisição de terrenos! Mantém-se como depósito permanente de lixo! "Escola Secundária da Madalena", 35.000 mil contos pagos por um projecto que voltou a ser adjudicado de novo, pago pela segunda vez e obras de "Santa Ingrácia"! O Governo diz que "talvez", "vamos a ver", "conforme", "depende do ritmo das obras" o funcionar ou não no início do próximo ano lectivo. Naturalmente que há semelhança de outras situações "lá para Setembro Madrugada da Costa" para enganar "Madalenas" cortará uma fita, numa Escola sem equipamentos, sem instalações desportivas, sem quadros de pessoal docente, auxiliar e administrativo, com obras a decorrer durante todo o ano, com todos os prejuízos daí advenientes. Esta escola faz-me lembrar o velho ditado "Quem paga adiantado é sempre mal servido". Esta pobre escola foi baptizada muito antes de nascer. Resultado - "o parto" vai ser provocado, com "muitas dores" em véspera das eleições.

E as já tristemente célebres Escolas de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada para os 2º e 3º ciclos e Ensino Artístico? Em 1995 tinham 25.000 cada. No PMP, 30.000. Agora para 96, 40.000. Mas o que existe de facto é tão pouco: Terrenos na Cecília Meirelles - Fajã de Cima - Ponta Delgada e alguns já comprados em São Carlos - Angra do Heroísmo,...

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Finalmente!

**O Orador:** ... na Horta há-de-se ver! Porque se teima em tomar a decisão que todos sempre desejaram? Lá para 1998 talvez alguma delas comece a despertar da lava que nos aconchega.

Registe-se que se vão pagar as obras de ampliação da Preparatória Gaspar Frutuoso e iniciar-se-ão as da Secundária da Ribeira Grande. Que nos ouça São Roque e nos contemple com o refeitório, a cantina e as salas de aula que se completarão no próximo ano civil. A Secundária da Horta, graças a Nossa Senhora das Angústias, deixará de ter janelas pregadas, vidros partidos, buracos nos tectos e portas que já não fecham. A Preparatória da Praia da Vitória permanecerá com salas onde até ilustre representante desta Assembleia tem "fanicos" e os bombeiros não sabem como lá entrar em caso de incêndio! A, popularmente designada por "Escola dos Frades", na Lagoa vai continuar a fazer com claustros transformados em salas. As Preparatórias de Santa Cruz, na Graciosa, Velas e Calheta, em São Jorge, não conseguirão albergar o número de alunos que se prevêem com o funcionamento do Ensino Secundário. Na Escola da Povoação manter-se-ão aulas de 2<sup>a</sup> a sábado, manhã e tarde, visto que este Plano desconhece a sua existência.

Falar da situação da educação e ensino especial na Região, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quase envergonha! A Escola de Ponta Delgada viu projectos condenados, a Escola de Angra vive em precárias instalações, as equipas de educação especial até mendigam espaço, secretária e cadeiras, os docentes pagam gasolina do seu bolso, os alunos imploram material e equipamentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que respeita à Universidade dos Açores, saliente-se que o Governo Regional cumpre os seus compromissos prevendo 190.000 contos para a Reconstrução da Reitoria, Departamento de Oceanografia e Pescas e Residência de Estudantes em Angra.

Não se compreenderia, de resto, que o não fizesse, num ano em que o Governo da República do PS não hesitou em reconhecer o estatuto especial e tripolar da nossa Universidade, conferindo-lhe um espaço significativo de verbas para o seu funcionamento e infraestruturas.

No PMP anunciava-se a intenção de - cito - "reduzir substancialmente o número dos docentes menos preparados e aumentar a qualificação dos demais" pela "adopção de uma estratégia conjunta com a Universidade dos Açores, visto que esta é a principal fonte de formação do professorado para os 2º e 3º ciclos e ensino secundário". O que foi feito? Existe algum protocolo entre o governo, a Secretaria e Universidade? Foram criadas bolsas de estudo para os docentes que se tenham que deslocar da sua ilha para frequentarem a Universidade? Foram elaborados horários específicos para os que estão a completar as suas licenciaturas leccionarem em S. Miguel, Terceira e Horta? Foram atribuídas licenças específicas para formação?

Que medidas se tomaram neste âmbito de modo a que claramente se tivesse contribuído para a melhoria da formação do pessoal docente?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo vai longo mas falemos do Programa P.9 - Equipamentos Escolares.

Ainda hoje permanecem nas nossas escolas carteiras das décadas de 40 e 50. Continuam as escolas a solicitar meios audiovisuais, apetrechamento de laboratórios e de salas específicas, materiais para uso permanente do aluno, etc.

A Escola Cardeal Costa Nunes já tem o caderno de encargos para os seus equipamentos? Está feito o consenso? E a ampliação da Gaspar Frutuoso?

Será que os professores estão condenados ao "peditório permanente"?

Não acredito que esta maioria do PSD que tanto prometeu vá a tempo de se redimir de alguns dos pecados e seja, nesta recta final do quadriénio, humilde e não apregoe falsas imagens. Na Educação, os primeiros a perceber o logro, são os Jovens que imediatamente passam a descrer das instituições, dos serviços e das pessoas.

O Partido Socialista e, conseqüentemente, o seu Grupo Parlamentar, continuarão a trabalhar pela dignificação e valorização da profissão docente, empenhar-se-ão na procura de melhores condições de vida e de trabalho nas nossas escolas para alunos, professores, pessoal auxiliar e administrativo.

Pensamos é que, com um plano e orçamento como os que nos foram apresentados, difícil e tardiamente atingiremos estes objectivos. Esperava-se mais e melhor. Infelizmente a Educação não é a vossa Paixão!

Muito obrigado.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Sousa:

A vossa bancada há umas escassas horas disse, nesta Câmara, que tinha caído um mito na área da Secretaria da Educação e Cultura e que ontem tinha sido aqui denunciado, um mito relacionado com património mundial e falta de atribuição de verbas. Não foi só isso que dissemos, dissemos que faltaram verbas, mas que no essencial era um problema de falta de legislação.

Face a esta evocada notícia que hoje foi dada à estampa na comunicação social, pergunto ao Sr. Deputado e à vossa bancada se podem explicar a este plenário se os 85 mil contos a mais que Angra tem e que são 9.1, se são precisamente pelo facto desta cidade ser património mundial e se os 10, 12, 13 % que são atribuídos a outras cidades da Região - por exemplo a cidade da Ribeira Grande em vez de 85 tem 100.555 - serão por não serem património mundial ou se o Governo da República pensa que elas estão em vias de o serem?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em resposta à intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa - uma intervenção plena de questões, tive a oportunidade de tomar nota de algumas, outras poderão ter escapado - o Sr. dizia que exige-se mais e melhor. Na vida isso sempre acontece em relação a qualquer objectivo e na Educação sempre.

Quando na Educação se der tudo por acabado, muito mal estaremos. Na Educação vai ser sempre necessário manter-se essa linha de força, dia após dia, ano após ano e passaria com paixão - porque também tenho paixão pela Educação, também fui professor, tive alunos e tenho filhos e a paixão neste lado também existe - a tentar dar resposta às questões que o Sr. Deputado aqui levantou.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado colocou-me uma questão que fiquei um pouco admirado, na medida em que V. Exa. já reconheceu publicamente e em reuniões exercendo uma outra função, que em termos do pré-escolar, a Região vai bem. Com 92% da cobertura das 150 freguesias da Região, nós não podemos estar mal.

Quando o Sr. Deputado refere que a importância de uma educação itinerante apenas para 8%, não me parece ser eventualmente necessário, porque não obstante a lei permitir, viabilizar e enquadrar a educação itinerante, ela tem no meu ponto de vista, alguns aspectos que não são os mais correctos, porque ir um educador de infância a casa de uma família para acompanhar uma criança de uma forma isolada, a não ser em situações muito excepcionais, parece-me que é contrariar o grande objectivo da educação pré-escolar, ou seja, a socialização, juntar as crianças nos diferentes níveis sociais, económicos, permitindo que umas possam contactar com outras. Este é um grande princípio, o princípio básico da educação pré-escolar.

A par e passo vamos chegar ao que o Sr. Deputado referia: a universalização.

Mais 8% e teremos os 100% cumpridos na Região em relação ao pré-escolar.

Eu tenho fé e muita esperança que dentro de poucos anos isso vai ser possível. Vamos caminhando numa tarefa que é uma tarefa de todos os dias e que parece que está a correr bastante bem.

Aliás, sem querer estar a maçar de forma nenhuma, poderei afirmar e informar os Srs. Deputados que já temos 188 estabelecimentos do 1.º ciclo com jardins de infância e que utilizamos 272 salas de aula nesse sentido, o que julgo ser, em termos estatísticos e em termos da realidade, um passo muito importante.

Em relação à reestruturação das infraestruturas e numa visão mais ou menos realista, essa acção tem vindo a ser concretizada. O Sr. Deputado referia na sua intervenção a própria universidade e vou começar por aí.

Tudo o que foi feito em investimentos na Universidade dos Açores até agora, foi assumido pelo Governo Regional dos Açores. É mais que evidente que esta reestruturação até ao universitário foi assumida pelo Governo Regional.

Há, contudo, um aspecto que devo referir e que mais à frente o Sr. Deputado também levanta referente ao parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico. Não há dúvida nenhuma de que o parque escolar tinha carência urgente de intervenções. Foi aqui

encontrada uma verba substancial, uma verba de mais de meio milhão de contos para este efeito.

Aliás, devo dizer ao Sr. Deputado que não se trata de enganar câmara nenhuma, não se está a enganar nenhuma autarquia local na Região em relação a esta proposta.

É a cooperação financeira entre a administração regional e a administração local, perfeitamente enquadrada na lei. Algumas destas grandes reparações são consequência de pequenas reparações que não foram assumidas pelas autarquias locais.

Bem sei que os orçamentos são limitados às câmaras municipais e as associações são muitas, mas na maioria dos casos as pequenas reparações ano após ano vieram a traduzir-se em grandes reparações. E agora o Governo numa atitude de grande responsabilidade e de grande empenho, disponibiliza essa verba, com os 15% que irá ser assumido pelos orçamentos das câmaras, para fazer face a uma parte importante dos casos mais carentes de obras.

O Sr. Deputado também referia na sua intervenção a quantia de 1 milhão e meio. O levantamento que foi feito apontará para 1 milhão e meio, mas este ano só é possível contemplar com pouco mais de meio milhão, isto é, 550 mil contos. Já é um esforço financeiro de grande monta. Aliás, o Sr. Deputado referiu publicamente, numa outra função que não a de deputado, que aquilo que este plano tinha de aspectos francamente positivos na área da educação era exactamente este. Se o disse certamente que deve manter essa mesma posição.

Nós não estamos a enganar nenhuma câmara municipal. É no estreito comprimento da lei, numa relação institucional entre o Governo Regional e as câmaras municipais, em relação a esses investimentos.

O Sr. Deputado deu um toquesito em relação a uma reestruturação dentro da Secretaria Regional. Essa matéria é da minha competência. Reestruturei o que entendi e hei-de reestruturar mais. Dentro de alguns dias talvez haverá mais algumas reestruturações e devo dizer com toda a sinceridade ao Sr. Deputado que farei o possível para nunca faltar aos meus compromissos com a estrutura que tenho. As vezes que V. Exa. noutras funções pediu para falar comigo, eu e toda a equipa que me acompanha estivemos sempre disponíveis.

Também referiu um outro aspecto que, na minha opinião, é complexo, ou seja, a rede pública do pré-escolar e a rede privada.

O Sr. Deputado deve saber, tal como eu, mas se não sabe tenho muito gosto em dizê-lo, que uma coisa é a rede pública e outra são as IPSS. A rede pública tem o número de salas de aulas e de estabelecimentos a funcionar na Região que já aqui foi mencionado e as IPSS, muitas delas, desenvolvem apoio na área da infância e têm os seus jardins de infância.

Tanto uma como outra são regidas por legislação diferente. Devo citar que há dois diplomas que se chocam nesta matéria, ou seja, o Decreto-Lei do ensino particular e cooperativo e o outro é o Decreto-Lei do estatuto das IPSS.

O primeiro determina que haja um responsável que tenha um ponto de vista científico, didáctico e pedagógico e que seja idóneo.

O segundo diz que as IPSS são associações que emanam da sociedade civil e organizada, que devem ter os seus órgãos sociais e não exige que para lá funcionar um jardim de infância tenha que, obrigatoriamente, ter um responsável que esteja formado do ponto de vista científico, didáctico e pedagógico, ou seja, um docente.

Esta é uma matéria que me ultrapassa. Vivi-a quando era Director Regional da Segurança Social. Porém, o que me parece Sr. Deputado, é que não vamos mandar, no meu ponto de vista, fechar os jardins de infância que funcionam nas IPSS - e muito bem, são uma boa resposta à sociedade e às famílias - apenas por haver uma questão de um imperativo normativo que eu não sei se tem grande validade.

A informação que tenho é que essas duas matérias estão a ser tratadas pelo Governo na República, na medida em que se trata de Decretos-Lei. Agora o que é facto, é que não é justo fechar um jardim nessas condições. Julgo que se o Sr. Deputado fosse Secretário Regional da Educação e Cultura não iria dizer a uma IPSS "feche o jardim de infância, porque não tem um professor como membro da direcção ou responsável pelo jardim". Eu não acredito que o fizesse.

V. Exa. também referiu ao nível do 1.º ciclo um conjunto de empreendimentos que não foram realizados e que agora estão em curso. Referiu o caso dos Flamengos, dos Arrifes. Constata-se que não foram realizados, mas estão agora em curso e vão ser realizados.



"Roma e Pavia não se fez num dia".

Não era possível atender a todas as prestações que na área da educação se exige, dia após dia, com a mesma celeridade e com a abundância financeira que seria eventualmente gostoso qualquer governo ter para acudir a todos esses investimentos.

Quanto ao insucesso escolar e ao abandono escolar, esta é uma questão que nos preocupa. Ainda hoje de manhã, aquando da minha intervenção falava no problema das crianças e adolescentes em risco, das crianças em desvio social. O Sr. sabe muito bem que as questões do insucesso escolar e do abandono escolar são questões que estão muito relacionadas estruturalmente com os problemas da exclusão social, com a pobreza. Por muito que faça pelo próprio sistema da educação não é fácil resolver esses problemas de um momento para o outro. É uma tarefa que nunca estará acabada.

Perguntava se há alguma medida?

O que lhe posso dizer é que foi implementado aquilo que é designado pelo APA - Apoio Pedagógico Acrescido - que ao fim e ao cabo permite que um professor tenha na sua carga lectiva algumas horas para se dedicar aos alunos que estão com dificuldade de integração, dificuldades de insucesso escolar e abandono escolar.

Na sua intervenção também mencionou que nos últimos 10 anos apenas tinham sido investidos financiamentos na Escola Secundária das Laranjeiras e da Praia da Vitória. Eu recorro as ampliações da Escola Secundária da Angra, da Escola Preparatória de Angra, da Canto da Maia, e ainda a reparação da Preparatória da Horta e aquela que está em curso...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Não foi isso que disse!

**O Orador:** Pelo menos foi isso que eu percebi, desculpe Sr. Deputado. O que percebi foi que nos últimos 10 anos só tinham sido feito estes 2 investimentos.

Há aqui um leque de investimentos que foram feitos nos últimos 10 anos que não podem ser de forma nenhuma esse e mesmo que tivesse sido, esses dois empreendimentos são empreendimentos de vulto e devemos ter orgulho na realização do mesmo.

Quanto à Madalena Sr. Deputado, nós já falámos nisso e na minha intervenção eu mencionei. Não vou pedir a nenhum professor que faça um peditório para conseguir o

equipamento, porque o mesmo está integrado no custo da obra e vai ser adquirido. Portanto, não vou fazer nenhum peditório nesse sentido.

Quanto ao ensino especial, e eu termino por aqui, porque é uma questão particularmente cara, o Sr. Deputado diz que é uma vergonha? Não me parece que seja. O ensino especial, aliás o ensino, na Convenção de Salamanca já não há ensino especial, há ensino. Se o Sr. Deputado diz que é evidente que temos 14 equipas apenas com 17 docentes especializados, temos 103 docentes não especializados e 2 escolas de Educação Especial, a par disso, não compreendo essa sua reivindicação de equipamentos para os docentes das equipas, na medida em que se o ensino especial deve estar integrado, deve-se potenciar o equipamento do ensino regular e não do especial.

Quanto à gasolina o Sr. Deputado, sinceramente, fica alcançado com isso, porque são tantos os custos que temos de quilometragem que os srs. professores apresentam - são pagos e assumidos nos termos na lei - que fico admirado que algum professor fique lesado quanto à questão da gasolina. O Sr. Deputado poderá ter essa informação, eu não tenho, mas choca-me muito e gostaria de saber quais os professores que a Secretaria Regional está a dever custos com gasolina. Gostaria de ter essa informação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ávila.

**Deputado Manuel Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Sousa.

Sinceramente fiquei abismado.

V. Exa. contradiz o que o seu líder parlamentar ainda ontem aqui afirmava, ou seja, que só existia um Partido Socialista.

Faço lembrar-lhe que não há muito tempo nesta Casa, um deputado da vossa bancada dizia que as grandes reparações nos edifícios das escolas do 1.º ciclo do ensino básico nesta Região, eram originadas por diligência de alguns autarcas que não faziam as pequenas reparações.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Foi o Sr. Secretário que disse isso, não fui eu!

**O Orador:** Não, foi o Sr. Deputado que disse.

O Sr. Deputado depois vem afirmar que o Governo tenta enganar as autarquias.

Sr. Deputado, nem o Governo engana as câmaras municipais, nem as câmaras municipais se deixam enganar pelo Governo.

Os 15% encontrados nesta fórmula foram aprovados no encontro intermunicipal e foi este o valor encontrado nas pequenas reparações que deviam ter sido feitas nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico. Essa é que a verdade!

Esta é a cooperação!

É aquilo que o Partido Social Democrata sabe fazer e o que o Partido Socialista ainda nunca soube!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que não tenho tempo para debater como devia ser com o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, apenas vou cingir-me exclusivamente ao Sr. Secretário pelo que peço desculpa aos Srs. Deputados, não é por não querer, o tempo é que não o permite. Foram-me atribuídos 20 minutos, já gastei 15.

Sr. Secretário, não é correcto dizer-se que faltam 8% de crianças para serem cobertas com a educação pré-escolar. Não é correcto!

Correcto é dizer-se que **faltam 8% de freguesias** que não têm rede. Nós não estamos a dizer a mesma coisa, porque em 10 crianças são muito mais as que com 5 anos não têm educação pré-escolar.

Não é correcto dizer-se 8%, porque 8% é das freguesias sem rede. É verdade que algumas destas, inclusivamente já nem têm 1.º ciclo. Primeira questão para sermos precisos na nossa linguagem.

Segunda questão:

Quando falo nas câmaras estou a falar de um documento que é emanado da Secretaria Regional das Finanças e Administração Pública que diz numa dada altura:

"O financiamento previsto será assegurado por fundos comunitários em 85%, sem prejuízo dos plafonds destinados às autarquias no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio e por fundos camarários em 15%."

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Pois com certeza!

**O Orador:** Logo, aquilo que disse continua a ser verdade.

O Governo Regional não vai gastar um escudo do seu orçamento, mas sim vão ter as câmaras que gastar 15 % para um serviço que não é da sua responsabilidade legal. Esta Casa fez um decreto legislativo regional onde diz o que são grandes reparações. Está lá escrito!

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** O Sr. não sabe o que são plafonds!

**O Orador:** É para isto que estamos a trabalhar e é disto que estamos a falar neste momento, ou seja, **grandes reparações.**

Quando inseri isto no meu discurso foi para dizer, exactamente, que em termos legais, essa responsabilidade é do Governo Regional - os Srs. Secretários sabem que é da responsabilidade do Governo Regional - e não de nenhuma câmara.

Mas vou mais longe. Eu adianto que as câmaras têm gasto milhares de contos por esta Região fora para criarem as educações pré-escolares.

Eu, em 79, enquanto professor, tive muita honra em criar um na minha freguesia.

Tirei bastante o juízo a um Sr. Deputado que está ali sentado como deputado também, para que em 79, "Ano Internacional da Criança" - aquilo que há bocadinho o meu camarada brincava de criar um centro pré-escolar na minha freguesia - criar um centro e criei-o à custa da câmara. O governo não gastou lá um escudo.

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Cooperação!

**O Orador:** Relativamente à questão da itinerância a qual o Sr. Secretário também falou, a minha questão é exactamente esta: ela está prevista num diploma aprovado por esta Casa e deve ser experimentada e avaliada e não fazer o que o Sr. Secretário fez.

Vamos executar, preparar, experimentar e depois vamos avaliar e não o contrário.

Terceira questão: deslocação

Efectivamente eu dei exemplos ao Sr. Secretário de localidades onde não há a deslocação de alunos.

Os Srs. não pagam a deslocação de alunos da pré-escolar em muitas localidades, o Sr. sabe disso e dei-lhe exemplos concretos. Gosto muito de dar exemplos concretos para que as pessoas saibam do que é que estão a falar.

Quarta questão: A Universidade

Foi opção desse Governo e daquela maioria que a Universidade dos Açores fosse sustentada pelo Governo Regional. Os Srs. é que nunca quiseram que a Universidade dos Açores pertencesse ao Ministério da Educação e ela era a única instituição de ensino superior do país que não estava dependente do Ministério da Educação.

Os Srs. sempre disseram, **é nossa!** E agora que estão "com as calças na mão" passam para Lisboa e para o PRODEP II.

Eu gritei bastantas vezes nesta Casa que o PRODEP devia ter sido aplicado nesta Região à semelhança de outros programas da Comunidade e os Srs. do Governo e daquela maioria é que não o quiseram e agora "Ai Jesus que o PRODEP já não dá tudo".

Agora o PRODEP já é bom?! Eu já venho a dizê-lo há 7 anos Sr. Secretário!

O PRODEP devia ter dado, como deu para o Continente, milhares de contos para construções escolares.

Por opção política do Governo e daquela maioria, não quiseram o PRODEP nos Açores. Agora querem para dizer que o PS é que não quer. Os Srs. é que **não quiseram** na altura o PRODEP I e muito menos o PRODEP II, não foi mais ninguém, a opção foi vossa - maioria e Governo!

Outra questão: IPSS.

O Sr. sabe tão bem quanto eu que as IPSS desta Região quase todas têm professores ou educadores nas suas direcções.

Portanto, se têm, não é correcto - nós que conhecemo-nos todos uns aos outros nesta Região - que o Governo exija que para legalizar por exemplo, vou-lhe dar um caso concreto, o jardim de Infância da Santa Casa da Madalena do Pico, tenha que ter um professor na direcção, quando por exemplo o presidente da assembleia geral ou o presidente do conselho fiscal é uma digníssima professora.

Essa senhora não serve para dar cobertura?

Serve.

Então porque é que não se legaliza?

As IPSS são da responsabilidade directa do Sr. Secretário.

Há uma coisa neste País que se chama Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 48 de 86, que diz que a coordenação da educação pré-escolar é da responsabilidade da

tutela e o que eu disse e continuo a dizer é que os Srs. - Secretaria Regional da Educação e Cultura e seus responsáveis - não coordenam a educação pré-escolar.

Aí ao seu lado está o Sr. Secretário que faz **quando quer e entende, onde quer e como quer** um jardim de infância e nem diz "água vai, água vem". **Isto está errado!**

A Lei de Bases diz que o Sr. deve coordenar a rede!

É disto que estamos a falar!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer esta questão da cooperação com as câmaras, porque não me parece justo que fique aqui nesta Casa a dúvida sobre o relacionamento institucional que existe entre a Secretaria das Finanças e as câmaras municipais.

Essa circular eu conheço-a e é correctíssima. Aliás, o Sr. Deputado leu-a e ela é perfeitamente correcta.

O que se passa é que a Direcção Regional da Administração Pública tem um excelente relacionamento com todas as câmaras municipais qualquer que seja a sua côr política.

Desse relacionamento e dessa cooperação financeira que está estabelecida nos mais variados domínios, entendeu o Governo por acordo de ambas as partes, estendê-la também às reparações escolares num pressuposto de que compete às câmaras as pequenas reparações e ao Governo as grandes reparações.

Como todos sabem, uma pequena reparação que não é atalhada imediatamente, facilmente se transforma numa grande reparação.

Os srs. presidentes das câmaras foram os próprios a reconhecer isso e não vai ser com certeza o Sr. Deputado que vai dizer que eles não têm razão.

Portanto, se eles foram os próprios a reconhecer isso, entenderam fazer essa espécie de protocolo que irá ser redigido e assinado com todas as câmaras que venham a apresentar os seus projectos de recuperação, tendo sido atribuídas às mesmas um valor que se estima em 550 mil contos para este ano e 500 mil nos próximos dois

anos, perfazendo portanto um milhão e meio do levantamento que foi feito pela Secretaria Regional das Obras Públicas para conservação desses edifícios.

Com base nesses protocolos, far-se-á a reparação partindo exactamente do pressuposto de que é a comparticipação das câmaras, ou seja, comparticipação convencionada para as pequenas reparações e a comparticipação do Governo - e é do Governo porque é do plafond do FEDER que sai esta verba - para as grandes reparações.

A comparticipação do FEDER que vai para estes projectos já não vai para outros. Portanto, não há dúvida que é dinheiro destinado ao Governo Regional, ou seja, aos investimentos que são da responsabilidade directa do Governo Regional.

As câmaras municipais têm atribuídas neste Quadro Comunitário de Apoio 36 milhões de contos, ou melhor, 31 milhões alguns dos quais atribuídos ao saneamento básico que tem uma majoração. Essa majoração conduz a 36 milhões de contos.

Portanto, não é desses 36 milhões de contos que vai sair a comparticipação para as escolas, mas sim da parte do Governo.

São, efectivamente, verbas que estariam atribuídas a investimentos da responsabilidade directa do Governo que, na base desta cooperação financeira, transitam para as câmaras executarem directamente.

Isto só para esclarecer, porque não me parece que seja correcto dizer-se que o Governo enganou as câmaras, nem as câmaras se deixaram enganar.

Tudo isto foi combinado em reuniões com a Associação dos Municípios e no encontro Intermunicipal que ocorreu recentemente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

**Deputado Aurélio da Fonseca (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três breves reparos.

O primeiro para dizer que é pena que a bancada socialista não tenha tempo para explicar a esta Câmara o problema do património. No FEF está muito aquém daquilo que as câmaras justamente esperavam.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não há problema nenhum. O problema está na sua cabeça!

**O Orador:** Elas esperavam uma atribuição de 15 a 20 % e limitaram-se a ter algo que vai de 3 a 13%.

É pena que não tenham tempo para esclarecer isto, porque de facto é capaz de não ser um mito que caíu, mas sim talvez estamos a descobrir outros mitos.

Segundo: os Srs. devem estar esquecidos - o Sr. Deputado Francisco de Sousa com certeza que tem isso presente, mas hoje talvez não lhe convenha ter isso na sua memória - que não há muito tempo, o Sr. Deputado fez o mais rasgado elogio à rede da educação pré-escolar que existe na Região, dizendo que ela era sem dúvida uma das melhores redes de educação que existe em qualquer outra Região ou no País, que só faltava abranger aqueles "x %" que aqui foram focados. Isto é algo que nos preocupa.

Que indubitavelmente foi feito um grande esforço e que temos a melhor rede de educação pré-escolar do País, isso é um facto. Agora, vir aqui apreciar as coisas pela negativa, é mais uma das vossas estratégias useiras e vezeiras.

Terceiro reparo: o Sr. Deputado e esta Casa também têm presente, porque não poucas vezes esse assunto foi trazido aqui, que o PRODEP não foi aplicado à Região não porque o Governo Regional o quisesse. Nós não o tivemos porque o Governo da República nunca concordou em aplicá-lo.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não me diga!

*(Aparte inaudível do Dep. Francisco de Sousa)*

**O Orador:** Não, não, o Sr. disse que o Governo Regional não quis o PRODEP.

Mas não é verdade, o Governo Regional quis o PRODEP, negociou montantes, mas o Governo da República teve uma outra interpretação e acabou por não deixar que ele fosse aplicado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tempo é curto.

Apenas para fazer um pequeno comentário final.



Não há dúvida nenhuma de que o serviço que é prestado pelas IPSS na Região e no País, é o mais meritório que pode haver.

Também temos que reconhecer que as creches e os jardins de infância - o que é aqui chamado são os jardins de infância - são modelares, com bons equipamentos e prestam um bom serviço aos pais, às famílias e a esta sociedade.

Não quero de forma alguma - não obstante dessa competência de tutela em relação a essas unidades de ensino integradas dentro das IPSS - estar a imiscuir-me na autonomia das próprias instituições, a imiscuir-me nos desígnios das mesmas na certeza, porém, que já quando Director Regional da Segurança Social tinha essa preocupação e agora continuo a tê-la, isto é, inter-relacionar com o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social em tudo o for investimentos dessa natureza.

Julgo que mandar fechar a porta por apenas uma questão que é perfeitamente ultrapassável e que é o choque de dois diplomas que têm que ser esclarecidos, não é correcto, mas sim devemos acarinhar e apoiar as nossas IPSS pelo belíssimo serviço que prestam na sociedade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, volto a dizer que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura é responsável pela coordenação das redes.

Não mandei fechar portas!

O Sr. é que tem mandado fechar as portas às pessoas, ou seja, não permitindo a legalização desses estabelecimentos para a contagem de tempo de serviço.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos):** Ó Sr. Deputado, eu já autorizei!

**O Orador:** Em segundo lugar, Sra. Secretária, é responsabilidade directa da sua Secretaria, porque é do Governo, as grandes reparações. Está publicado no diploma.

O que está a acontecer aqui neste caso e continuo a dizer, é que o Governo é o único responsável pelas grandes reparações e exige das Câmaras 15% para manter uma situação que, na nossa perspectiva (não tenho um segundo de dúvida) é da responsabilidade do Governo.

Quanto ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca (eu não sou useiro nem vezeiro!), eu disse nesta Casa e continuo a dizer que a nossa rede pré-escolar, é a melhor do País. Já o disse diante do Presidente da República, portanto estou à vontade para dizê-lo diante de si.

Porém, o que disse e volto a repetir, é que a itinerância e a deslocação não foram concretizadas.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Berta Cabral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Eu queria esclarecer que o Sr. não pode desautorizar as câmaras nem os presidentes das câmaras.

Eles entenderam colaborar com o Governo e cooperar nesta matéria.

Aceitaram-no, fizeram-no e nós vamos recuperar as escolas, porque é o que interessa!

**Deputado Carlos César (PS):** Que remédio têm eles!

**A Oradora:** Como é que o Sr. sabe que eles não têm outro remédio?

*(Protestos inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que deixassem a Sra. Secretária continuar.

**A Oradora:** Eu não sabia que eles vos tinham mandatado para dizer que não tinham outro remédio! Eu não tenho conhecimento disso!

Eu falo em nome da Secretaria Regional das Finanças que tem a tutela directa sobre o relacionamento com as câmaras municipais e que **estabeleceu o acordo e vai estabelecer o protocolo** com as câmaras.

**Deputado Carlos César (PS):** A Sra. Secretária não sabia que a gente é que a tutela? Ainda não percebeu isso?!

**A Oradora:** Não sabia que o Sr. Deputado tinha tanto poder!

**Deputado Carlos César (PS):** Ah não sabia! A gente é que tutela!

**A Orador:** A Assembleia tem uma maioria!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que deixassem a Sra. Secretária Regional terminar a sua intervenção.

**A Oradora:** Eu praticamente terminei a minha intervenção só que lastimo este tipo de observações por parte da bancada do Partido Socialista e quero apenas dizer que esta Assembleia tem uma maioria que suporta o Governo e o Governo tem toda a legitimidade para governar da forma que está a fazer!

**Vozes da bancada do PSD e do Governo:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Deputado Carlos César (PS):** A legitimidade não é da maioria. A legitimidade é **de toda a gente!**

A Sra. Secretária precisa de aprender isto!

*(Apartes inaudíveis do Dep. Fernando Fonte)*

**Presidente:** Sr. Deputado Fernando Fonte pretende usar da palavra?

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Não Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Apenas quero dizer que não vai ser pela minha mão que se vai fechar nenhum jardim de infância das IPSS.

O Sr. Deputado sabe muito bem - na outra função que exerce - que na nossa reunião de trabalho, uma das questões que me colocou foi a contagem do tempo de serviço dos educadores de infância que estão no ensino particular em relação à rede pública e pelo facto disso ter sido totalmente aceite por mim, tendo sido noticiada e disso não há qualquer dúvida.

Eu estarei sempre ao lado daquilo que for para bem da educação e se essas instituições prestam um bom serviço à educação, estarei também ao seu lado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Atingida a hora regimental, vamos fazer o nosso intervalo.

Recomeçamos os trabalhos às 22.00 horas.

*(Eram 20.00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeça que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

*(Eram 22.00 horas)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Homem de Gouveia.

**Deputado Homem de Gouveia (PSD):** Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional e Srs. Secretários Regionais:

Ao apreciarmos as verbas inscritas no Plano e Orçamento da Região destinadas à Saúde, é com satisfação que se constata que atingem um quantitativo significativo. É lógico que desejámos que as mesmas fossem maiores, mas compreendemos que foi o possível dentro de uma política necessariamente restritiva que a conjuntura nacional a isso obriga, traduzindo, no entanto, um manifesto esforço em prol de um sector tão sensível como este.

Embora os resultados obtidos com o sistema de saúde em vigor na Região praticamente desde 1976 - data em que se iniciou a sua regionalização - sejam inegavelmente positivos, o que é fácil confirmar pela consulta dos vários indicadores anualmente publicados, sentimos que muito existe ainda por fazer neste importante sector da nossa vida comunitária. Neste contexto, não posso deixar de referir as conclusões a que se chegou no decorrer de um Forum realizado no passado Verão em Água d'Alto - Ilha de S. Miguel, no qual, técnicos de reconhecida competência e de indiscutível isenção, oriundos de países europeus, nomeadamente Inglaterra e Suécia, que ocupam altos cargos na O.M.S., não regatearam elogios aos resultados

conseguidos, considerando a nossa realidade geográfica e humana e os recursos financeiros de que dispomos.

Em relação às verbas destinadas às estruturas físicas, inscritas no Plano, vemos que a disponibilidade é relevante, representando 14,3% do total, aproximadamente 5 milhões de contos. Contudo, uma importante fatia desta destina-se à finalização da construção e apetrechamento do futuro Hospital do Espírito Santo de Ponta Delgada, obra que muito irá dignificar a Região, quer pelos serviços que prestará à população açoriana, quer, ainda, pelo lugar que certamente ocupará no âmbito da saúde a nível nacional.

Infelizmente, com o remanescente para o ano em curso, não será possível contemplar outras aspirações já expressas pela população e forças vivas de outras ilhas, mas que serão satisfeitas logo que possível. Assim tem sido desde há 20 anos não havendo qualquer motivo para que agora não o deixe de ser.

Em relação à "dotação global em despesas de investimento e funcionamento" a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social foi dotada com 26.269.400 contos, verba que representa 19% do total orçamentado, o que traduz a preocupação do Governo em continuar a privilegiar este importante sector de tão grande importância para o bem estar da população.

E outra coisa não podia deixar de verificar-se numa sociedade que se espera actualizada e como tal terá de considerar prioritários os sectores da Educação e da Saúde.

Caso contrário, jamais será alcançado o almejado lugar na Comunidade Europeia, em que nos consideramos inseridos, em pé de igualdade com os restantes países que a constituem, objectivos a que temos indiscutível direito.

Mas se por um lado consideramos esta partilha dos dinheiros públicos justa, necessária e saudável, também entendemos que a sua utilização deve obedecer, igualmente, a uma gestão criteriosa.

A Medicina e a Enfermagem são duas ciências em constante evolução, sempre na busca da melhoria das condições de vida do ser humano.

No entanto, qualquer avanço que se verifica representa, invariavelmente, um agravamento dos custos no campo da Saúde, que se não forem devidamente

controlados corre-se o risco de rapidamente se chegar a uma situação de falência, que neste campo se vai traduzir por uma diminuição da nossa autonomia, que tanto nos tem custado a conseguir, situação que estou certo, ninguém deseja.

Daí, que é desejável, que cada vez mais a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social regule os vários aspectos do financiamento das estruturas sob a sua tutela, salvaguardando e como não podia deixar de ser, os direitos dos utentes e procurando que os seus conselhos de administração assumam, quando for caso disso, a responsabilidade por faltas e deficiências que na grande maioria das situações são imputadas ao sistema de saúde em vigor.

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**  
*(Jaime Medeiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aquando da elaboração do Plano para 1996, e no que respeita à Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, tivemos como primeira preocupação, por um lado, dar continuidade aos empreendimentos já em curso, e, por outro, inscrever de novo, um conjunto de acções cujo objectivo primordial será ir ao encontro da satisfação das necessidades mais prementes de cada ilha.

Contudo, e num processo de articulação, nunca deixámos de perder de vista as prioridades de nível regional, uma vez que aquilo que agora aqui discutimos não é o somatório de um conjunto de planos sectoriais, por ilha ou por concelho, mas sim, o Plano do Governo para o todo regional.

Procuramos contemplar neste Plano um conjunto de obras que produzam impacto de uma forma uniforme, em aspectos de ordem social, de melhoria das condições de vida das populações, da criação de emprego e de riqueza para os Açores.

Acreditamos que as nossas propostas são realistas e exequíveis.

Sabemos também que estas propostas fomentarão o aparecimento de outras.

Gostaríamos de poder responder às pretensões de todos aqueles que, honesta e conscientemente, pugnam pelo desenvolvimento da parcela desta Região que os elegeu, mas, como todos sabemos, quer humana, quer materialmente, não é possível concretizar todos os anseios de uma só vez.

Existem balizas às quais temos forçosamente que nos sujeitar, nomeadamente a escassez de recursos humanos qualificados e as condicionantes de ordem financeira, e o realismo das nossas propostas tem todos estes factores em consideração.

Em seguida passo a apresentar a nossa proposta, seguindo uma sistemática de sectores.

## **Habitação**

A carência de uma habitação condigna por parte significativa da população do nosso País e da nossa Região, continua a ser um dos problemas sociais que é preciso debelar com urgência.

Todavia, não é fácil encontrar soluções globais para todos os casos que surgem, na medida em que, para cada situação, existe quase uma solução específica.

Há deficiências habitacionais cujas causas nada têm a ver com o rendimento dos agregados familiares, mas apenas com a forma como os mesmos efectuam a gestão dos recursos de que dispõem.

Há deficiências habitacionais que resultam da sobreocupação do espaço, resultante de uma precária educação, que origina o aparecimento de agregados familiares muito numerosos.

Há deficiências habitacionais que são o espelho dos diferendos existentes entre inquilinos e senhorios.

Há deficiências habitacionais que têm na sua base a insolvência financeira de algumas famílias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Qual a medida da responsabilidade do Governo relativamente a esses problemas, e onde pode o mesmo actuar? Que hierarquização deve estabelecer? As questões

podem parecer simplistas, mas os problemas que lhes estão subjacentes têm demonstrado o contrário.

Competirá ao Governo intervir em situações que resultam de má gestão de recursos económicos de cada família? E em caso afirmativo, será que essa intervenção não potencia o aparecimento de novos casos?

Competirá apenas ao Governo fazer a pedagogia de regras que obstem à existência de tais casos?

Competirá ao Governo, derimir os conflitos entre as partes contratantes no domínio do arrendamento habitacional?

Pensamos que não.

Tais tarefas competem necessariamente à sociedade civil e constituem sua obrigação.

O Governo tem feito e continuará a fazer a parte que lhe compete.

No ano de 1995, foram abrangidos pelos diversos programas de apoio à habitação existentes mais de 2.100 agregados familiares.

Presentemente, estão instruídos e em fase de análise cerca de 50 processos, respeitantes a programas como os de Auto-Construção, Habitação Degradada, Apoio à Bonificação de Juros e Aquisição de Casa Própria ou Realojamento.

Existem em curso 21 urbanizações destinadas à cedência de lotes para Auto-Construção.

Iniciou-se o processo de realojamento de 621 agregados familiares, prevendo-se que, dentro de aproximadamente um mês, seja lançado o concurso para construção dos primeiros 35 fogos.

## **Obras Públicas**

A Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações tem a seu cargo, o planeamento, estudo e execução de obras nos domínios das estradas, portos e aeroportos.

Compete-lhe também, e em colaboração com outros departamentos do Governo Regional, participar no lançamento e fiscalização de obras em áreas como as do ensino, cultura, saúde, agricultura, pescas e turismo, entre outras.



No Plano, agora submetido à aprovação desta Assembleia, existe um conjunto de obras de estradas, que versam sobre a construção de novos troços e a repavimentação de alguns já existentes.

Os critérios de selecção dos empreendimentos em curso ou a implementar durante a vigência deste Plano, assentaram em princípios que tiveram por base os seguintes pressupostos:

- Grau de desenvolvimento do local a servir;
- Importância estratégica e económica desse local;
- Trânsito médio diário;
- Disponibilidade financeira.

Em consideração tivemos ainda a situação específica da Ilha das Flores, resultante do isolamento inicial e das dificuldades de acesso posteriores a algumas localidades, em consequência das chuvas torrenciais que se abateram sobre aquela ilha em meados do ano passado, causando grandes e graves problemas na rede viária.

No que respeita à intervenção nos portos da Região, continuar-se-ão com os empreendimentos em curso, indo as novas prioridades para o estudo e consolidação dos molhes que apresentam deficiências na sua estrutura, e ainda para a conclusão das infraestruturas em terra daquele, onde a falta das mesmas mais se faz sentir.

A comodidade dos passageiros que se deslocam por via marítima, nas ilhas do Grupo Central, constitui também nossa preocupação. Assim, a construção da Gare Marítima da Madalena e de outras estruturas de apoio em S. Roque e Velas, serão veículos para a melhoria dessa comodidade.

As Aerogares de passageiros administradas pela Região serão objecto de intervenções de manutenção, com vista à melhoria das suas condições de utilização por parte dos passageiros e dos serviços aeroportuários.

## **Transportes e Comunicações**

Durante o ano de 1996, o Governo Regional tem intenção de manter as bonificações de juro às empresas que contraírem empréstimos destinados à aquisição de autocarros de passageiros e de embarcações de tráfego local.

No que concerne à área dos transportes marítimos, o Governo Regional concluiu, com êxito, o processo de reestruturação do Sector Portuário, que conduziu à redução dos recursos humanos efectivos dos portos, em cerca de 3/4 dos existentes.

Foi assim aberto caminho para que, a médio prazo, haja uma real descida no custo do transporte e foi facilitado o desejado aparecimento de uma empresa, ou de uma *holding* de empresas, que se ocupem do tráfego local, de uma forma racional, com vantagens para os actuais armadores e população em geral, potenciando também o aumento do comércio entre as ilhas.

Como consequência de uma política de racionalização de recursos, foi possível não agravar, durante o ano de 1996, as taxas básicas das Juntas Autónomas dos Portos dos Açores.

Conforme já publicamente assumimos, o Governo está aberto para, conjuntamente com as Autarquias e os Armadores Regionais, encontrar a melhor solução que possibilite a melhoria do transporte de passageiros entre as ilhas em que o mesmo seja aconselhável, e com base em projectos credíveis e fiáveis.

O transporte aéreo de passageiros entre as diferentes parcelas da Região encontra contornos de serviço público, já que constitui o único meio, na maioria dos casos, de entrada ou saída de uma ilha.

Tal facto, numa Região tão dispersa e desequilibradamente ocupada, como a nossa, tem custos muito elevados, dado que a componente fixa da estrutura do transporte aéreo penaliza fortemente o tarifário a praticar no mesmo.

O Governo Regional continuará a apoiar a Companhia Aérea Regional - a SATA - por forma a que a sua estrutura financeira não sofra maiores desequilíbrios e o bom serviço que a empresa presta se mantenha estável e dentro dos padrões de qualidade a que estamos habituados.

Com o objectivo de não penalizar os cidadãos de menores recursos financeiros, foi decidido não agravar, durante o ano de 1996, o custo do transporte aéreo inter-ilhas.

Por outro lado, o Governo da República, na sequência da justa aspiração do povo mariense em particular, veiculada pelos seus representantes políticos, e do povo açoriano em geral, e ainda com base no estudo mandado elaborar pelo Governo Regional dos Açores à Universidade da Islândia sobre a localização do Centro de

Controlo Oceânico, anunciou a decisão de manter aquela estrutura aeronáutica na Ilha de Santa Maria.

Estamos e continuaremos a estar atentos ao evoluir do processo, uma vez que, de concreto, para além da anunciada suspensão da construção da nova torre de controlo, da contestação interna verificada na ANA/EP, empolando custos e encomendando artigos em jornais e revistas de suporte técnico mais que duvidoso, nada mais aconteceu que seja relevante e do nosso conhecimento.

No limiar do Século XX e na transição para o Século XXI, e na Era das Comunicações, os Açores encontram-se, paradoxalmente, e de dia para dia, mais distantes do mundo que o rodeia, já que, com as novas tecnologias, a acessibilidade rápida, segura e eficaz aos Centros de Informação do Mundo, é dificultada por inadequação dos meios de transmissão existentes.

O Satélite continua a ser um óptimo e barato meio de transmissão de dados, som e imagem, mas para a informação mais exigente, os tempos de resposta dos equipamentos já com ela não se coadunam.

É preciso lançar com urgência um cabo submarino de fibra óptica entre os Açores e o exterior.

Todavia, esta não é uma incumbência específica do Governo dos Açores, já que constitui uma responsabilidade do Governo da República e das Empresas que exploram o ramos das telecomunicações.

Estamos fortemente empenhados em demonstrar a justeza desta pretensão.

### **Recursos Hídricos - Ordenamento do Território - Orla Marítima.**

O estado de degradação da qualidade da água de algumas das nossa lagoas, tem merecido especial atenção por parte do Governo Regional.

Presentemente está em funcionamento, e com grande êxito, o sistema de arejamento da Lagoa das Furnas e do corte e remoção de vegetação aquática na Lagoa das Sete Cidades.

Foi também efectuada uma intervenção na Lagoa do Capitão, na Ilha do Pico, com vista à remoção de vegetação aquática ali existente.

Pretende-se continuar com o projecto de monitorização da qualidade do estado da água em todas as lagoas da Região e executar intervenções nas Lagoas do Caiado, no Pico e nas lagoas Rasa e Lomba, nas Flores.

O prosseguimento do plano de recuperação da Lagoa das Furnas, incidirá, este ano, na construção das bacias de retenção de caudal sólido e verificação biológica das principais linhas de água afluentes às lagoas, decorrendo paralelamente a elaboração do plano de ordenamento daquela bacia hidrográfica, já adjudicado à Universidade dos Açores.

É minha intenção submeter à aprovação do Conselho do Governo, até meados deste ano, o Plano Regional de Ordenamento do Território, o PROT, com vista à sua aprovação.

A Orla Marítima dos Açores tem uma extensão aproximadamente igual à do Continente Português. Os Açores têm 724 km de costa e o Continente tem 850 km..

A escassez de território nos Açores e tendência natural da população provocou uma forte presença humana na Orla Costeira, muitas vezes em zonas de risco, com todas as consequências daí inerentes.

As condições meteorológicas, nomeadamente ventos fortes e a agitação marítima característica, associada à natureza geológica dos terrenos, provocam erosão acentuada, colocando em risco populações, habitações, estradas e propriedades.

Temos consciência de que não é possível construir uma muralha à volta das nove ilhas.

Sabemos também que qualquer obra marítima tem que ser executada com especiais cuidados, prolongados estudos e onerosos custos de execução.

Dentro das disponibilidades financeiras e de acordo com as prioridades resultantes do levantamento das situações mais críticas, dar-se-á continuidade aos estudos em curso e far-se-ão intervenções onde tais estudos determinem.

É este, em suma, o Plano que nas áreas que me estão afectas me proponho realizar durante este ano, dando o meu melhor contributo para o engrandecimento desta Terra, de forma a que seja cada vez mais apetecível aqui viver.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando hoje de manhã levantei algumas questões ao Sr. Secretário, esqueci-me de pôr outras duas, porque só depois é que me apercebi que o Sr. Secretário não estava na sala, aliás V. Exa. teve a delicadeza de me informar que não estava.

São duas questões muito concretas.

No Programa do Governo estava referido - aliás, esse assunto já foi aqui tratado pela minha colega de bancada a Deputada Nélia Figueredo - quanto à obra de reforço dos molhes dos portos, neste caso concreto, o de São Roque do Pico, que eram obras primordiais.

Eu queria adiantar que na altura julguei que isso era um dado adquirido e, como se deve recordar, congratulei-me pelo facto do Governo ter assumido essa obra como prioritária. Eu, inclusivamente, disse na altura que era a primeira vez que eu via o Governo tomar uma atitude deste tipo, pois anteriormente tinha sido dito por um director da vossa Secretaria que era preferível deixar cair a cabeça do molhe para depois ser reparada.

Gostaria de saber em que ponto da situação é que estamos.

A outra questão prende-se com a defesa da orla marítima das Lajes do Pico e não só com os ensaios que estão a ser feitos no Laboratório Nacional.

É preciso definir que tipo de obra é que se vai fazer depois. Porque os primeiros estudos encomendados pela anterior Câmara Municipal das Lajes, previam pelo menos três hipóteses: obras no valor de 300 mil contos, 800 mil contos e 1 milhão e meio de contos, naquela altura.

Portanto, o assunto não é novo, os estudos - em nosso entender - têm demorado demasiado tempo.

É que, Sr. Secretário, não é só esperar que os estudos sejam pagos, porque já se pagaram por exemplo estudos para o projecto do Convento de S. Pedro de Alcântara e que foram deitados fora.

Por isso, eu gostava de saber o que é que o Governo pensa, concretamente, sobre o tipo de obra a fazer na protecção da orla marítima das Lajes do Pico.

Gostaria ainda de me congratular com aquilo que ouvi agora dito pelo Sr. Secretário, como facto consumado, sobre a construção da gare marítima da Madalena, bem como da gare marítima provisória de São Roque do Pico.

Volto a repetir que da minha parte, construtivamente na política, estou satisfeito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Jaime Medeiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à questão do Porto de São Roque do Pico, eu quero informar o Sr. Deputado que em termos dos portos construídos pela Região, - independentemente de uma situação ocorrida nas Flores há pouco tempo, ou seja, o quebra-mar ficou danificado, precisando de uma rápida intervenção porque o enrugamento ficou à mostra e sem ele o muro-cortina pode entrar em colapso - os três portos, nomeadamente o de Santa Maria, Graciosa e São Roque, têm vindo a ser acompanhados pelos Laboratórios Nacional e Regional de Engenharia Civil. E dos estudos que têm vindo a ser feitos, do acompanhamento que tem vindo a ser feito, há uma certa estabilização no de Santa Maria e no da Graciosa. O de São Roque é aquele onde nós temos que intervir com prioridade, não vamos deixar cair a cabeça do molhe. Mas, temos que concluir o estudo batimétrico que começou a ser feito no Verão, porque teve que ser interrompido devido a questões de ordem atmosférica, concretamente a agitação marítima.

Portanto, o Porto de São Roque é a nossa prioridade em termos de consolidação de molhes.

Quanto à questão da orla marítima das Lajes do Pico, houve um estudo que foi feito por uma empresa do Continente - que eu não vou dizer o nome para não fazer publicidade - e que apontava para várias soluções.

Obras marítimas não se fazem apenas com estudos e com projectos. Antes de se implementar a obra há que fazer estudos em modelo reduzido para verificar a eficácia deste tipo de soluções que se procuram.

Foi encomendado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil a construção de um modelo reduzido, dele constando o ensaio de todas as soluções preconizadas no ante-projecto, estudo esse que tem vindo a ser acompanhado pela SRHOPTC, pela Câmara Municipal das Lajes e, inclusivamente, pelo vereador da Câmara - o Sr. Leonildo - pessoa do Partido Socialista e meu amigo pessoal.

O Sr. Deputado poderá ter, quando quiser, informação do que se tem vindo a passar. É que, efectivamente, todos os ensaios que se fizeram até há relativamente pouco tempo, não foram conclusivos relativamente a uma eficácia a 100% do tipo de soluções que o projectista preconizou.

Mais recentemente, ensaiaram uma outra solução mais eficaz e a partir da qual desenvolver-se-á o projecto da execução que levará ainda algum tempo a ser executado. Ou seja, a protecção da orla marítima das Lajes do Pico é um problema que nos preocupa, mas que só pode ser uma obra a constar no próximo plano a médio prazo.

Durante este ano proceder-se-á à elaboração do projecto de execução, dado que se encontrou a solução mais eficaz.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao analisarmos este Plano e Orçamento não podemos de modo nenhum deixar de aqui mencionar o Programa Arquipélago da RTP-Açores, numa das suas edições, que tratou de alguns povoados abandonados na Região, nomeadamente a Coadá, na Fajã Grande das Flores, o Sanguinho, no Faial da Terra em S. Miguel, o Sanguinal, em Santo Antão do Topo S. Jorge, o sítio da Casa Preta, em Santa Luzia do Pico etc, sítios estes entre outros, que nas nossas ilhas vão ficando desertos e para os quais é necessário olhar com uma outra visão.

Em S. Jorge, concretamente, temos muitos mais povoados abandonados que o Sanguinal, como é o caso da Caldeira de Cima, Fajã Redonda, Salto Verde, Norte

Entre-Ribeiras, Fajã do Belo, Fajã dos Tijolos, Sarroa etc... sítios estes que foram despovoados, uns pela crise sísmica de 1964, outros pelo sismo do dia um de Janeiro de 1980. Em todos estes sítios no passado viviam mais de 150 famílias jorgenses, que aqui criavam os seus gados, e faziam a sua agricultura de subsistência, que aqui cultivavam e teciam o linho e a lã das ovelhas que apascentavam nas criações das rochas e falésias.

Eram jorgenses puros, açorianos sãos, criados com a água fresca, cristalina e pura da nascente, com o inhame da fonte, o ecológico leite da vaca ou da cabra e alimentados com os cereais e produtos hortícolas produzidos em solos, cuja adubação era apenas o estrume e o sargaços do mar. A complementar esta dieta, usavam a carne por eles produzida, e o peixe que eles próprios pescavam em pleno Oceano Atlântico.

Mas após as citadas crises sísmicas que destruíram as habitações a estes jorgenses, e por vezes mesmo o acesso a estes povoados, que se fez?...

Apenas o que era mais simples, o que era menos lógico, mas que menos problemas dava no momento!...

Que foi tão simples como isto: Pegar nestes jorgenses, e distribuí-los pura e simplesmente, pelas vilas e freguesias da ilha, concentrá-los em bairros, emigrá-los para outras ilhas ou exportá-los para África, Estados Unidos ou Canadá.

Não importou, ou não soubemos que estávamos a induzir factores de exclusão social, a desenraizar as pessoas do seu meio ambiente natural, a dispersar os seus núcleos sociais ou a quebrar os seus elos familiares.

Como também não importou que os locais mais paradisíacos de S. Jorge, ficassem abandonados e que hoje lembrem a quem os visita, povoados fantasmas de um qualquer Planeta que em tempos remotos foi habitado numa outra dimensão.

Aqui não tivemos em conta que é cada vez mais imperioso vivermos na aldeia, repovoar os sítios abandonados e não fazermos como os europeus, em que três em cada quatro cidadãos, já vivem em cidades com mais de 10.000 habitantes.

O viver muita ou pouca gente numa cidade, não é que é o problema. O problema é que a qualidade de vida nas cidades, e até nas vilas, não tem de um modo geral aumentado, antes pelo contrário. O ambiente por vezes degrada-se e tardam as



medidas. Cresce o ruído, faltam jardins, a limpeza das ruas não se faz, faltam os espaços agradáveis e saudáveis.

Fala-se de edifícios doentes, o ar das cidades tornou-se pesado, surgem novas doenças. O ambiente interior desenvolve-se como um novo ramo, preocupado com a insolação, a humidade, a circulação do ar nos edifícios, as bactérias dos filtros dos aparelhos de ar condicionado, as poeiras das alcatifas, as emissões radiológicas dos novos materiais. Em pouco tempo, as cidades que simbolizavam o saber a cultura, o património e a inteligência, tornam-se locais com ambientes desqualificados, onde a cada dia que passa aumenta a marginalidade e a exclusão social, onde a família nuclear não existe e a passos largos se esquece os vectores fundamentais da nossa cultura.

Enquanto isto, sítios há como os já mencionados em S. Jorge e outras ilhas, despovoados, degradados e completamente já esquecidos ou em vias de esquecimento, bem como o esforço e a luta titânica travada na sua criação pelos nossos antepassados, que ali viveram, arroteando o solo, talhando a rocha e sulcando o mar. Esforço, que hoje tudo fazemos por esquecer e que o tempo e a vegetação espontânea se encarregarão de enterrar e fazer desaparecer se não houver o cuidado de, rapidamente, tomarmos conta deste património.

E enquanto isto vai desaparecendo esta arquitectura tradicional e cultural que os nossos antepassados nos legaram, feita com os materiais indígenas, a pedra e a madeira das pedreiras locais e das endémicas matas macaronésicas, e cobertas com o barro dos solos das nossas ilhas. Em sua substituição, e por todo o lado, vão surgindo as descaracterizantes e "foleiras" casas tipo "maison", muitas vezes desenquadradas do ambiente envolvente e construídas com materiais importados estranhos ao meio e nalguns casos de duvidosa qualidade para a saúde humana.

Urge sem dúvida pensar as soluções, criar os mecanismos, divulgar as acções, informar e formar a nossa gente acerca do património degradado, abandonado e em degradação que temos e dar-lhe a melhor utilização para nosso proveito, para proveito dos nossos filhos e filhos dos filhos dos nossos filhos etc.

Urge sim, durante a vigência deste Plano e Orçamento, fazer o levantamento do problema e posicioná-lo de modo a que durante o próximo PMP, ele seja devidamente enquadrado e resolvido.

Este património, roto e esfacelado pelas forças telúricas da mãe natureza ou pela incúria e desleixo do homem, não é de modo nenhum um património gigantesco, imponente, artístico ou colossal, mas é sem dúvida alguma um património singelo, simples, humano e humilde. Este património é, sobretudo, um projecto dos nossos antepassados, desenhado pela sua alma, pintado com o suor do seu rosto e assinado com o seu sangue, que nós seus herdeiros depositários, não temos o direito de lhe virar as costas e esquecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Plano e Orçamento, segundo alguns, não contempla acções como uma arroteia na Serra do Topo. A Serra do Topo, é o maior ecossistema e Planalto da Ilha de São Jorge, desenvolvendo-se este sistema, entre os seiscentos e os oitocentos metros de altitude, podendo nalguns casos alcançar os novecentos e tal metros. É uma zona de solos ácidos de elevada precipitação, com uma fraca camada de solo arável, e extensos durempermes. Fazer arroteias aqui no verdadeiro sentido da palavra, não seria uma brincadeira, mas era sim uma loucura. Neste sistema, deve quando muito, fazer-se em zonas bem determinadas, a recuperação de pastagens naturais, sem grandes mobilizações de solo, e mantendo a flora indígena natural. E, se tivermos o cuidado, de olhar para a Serra do Topo, colocando o nosso plano visual um pouco à frente do nosso nariz, enxergaremos com um pouco de boa vontade que os nossos antepassados, mais ecologistas que nós, já aproveitaram uma boa parte da Serra do Topo e do modo como esta deve ser aproveitada.

Mas descendo da serra às fajãs, não podemos de modo nenhum deixar de aqui realçar o compromisso que este Plano e Orçamento assumem com as Fajãs de São Jorge, nomeadamente, quanto ao estudo de medidas da sua salvaguarda, que é necessário e urgente que se faça, porque estas belezas são sem dúvida o ex-líbris de São Jorge. Ilha que só se conhece e permitam-me que cite Belarmindo Ramos já que as citações estão na moda, e que diz: "Para conhecer São Jorge, é preciso ir e estar.

Olhar o mar e a terra.

Penetrar na ilha e encharcar os olhos nos vários tons de verde; viajar a pé, por trilhos antigos; medir-se com a grandiosidade das rochas, descer até às fajãs, singulares espaços de cor, de silêncio e de ternura"

Espaços estes, que algumas vezes mesmo aqueles que lá tem interesses, nem sempre visitam, nem se inteiram do seu estado como é concretamente o caso da Fajã dos Vimes que o Sr. Deputado António Gomes, talvez por afazeres pessoais, se esqueceu um pouco de lá ir e daí provavelmente a razão de não ter dado por isso, ou seja, que a protecção dos estragos da orla costeira feita pelos últimos temporais, já foi reparada. Isto como é evidente, graças ao bom entendimento entre o Governo Regional e a Autarquia.

É verdade que a protecção da orla costeira, em toda a ilha, deve ser uma preocupação de todos nós, assim como os Planos de Ordenamento da Orla Costeira. São estes sem dúvida um importante instrumento de trabalho, que urge implementar, de modo a não só se fazer o levantamento real da situação, como a informar também acerca do estado técnico das importante zonas de cada uma das nossas ilhas.

Por outro lado, em termos de ambiente, há sem dúvida que realçar a necessidade do levantamento exaustivo dos trilhos das nossa ilhas e a sua sinalização em colaboração com as autarquias, conservá-los e, sobretudo, fiscalizá-los, de modo a que o utente que os visita se sinta numa velha mas bem cuidada vereda, onde desde há séculos circula o nosso povo.

Mas acerca de outras acções, algumas ainda do Plano anterior, como é o caso da estrada da Serra do Topo, é verdade que estas nos deixaram um bocado apreensivos, quando ontem ouvimos o Sr. Deputado António Gomes dizer nesta Câmara que se estavam a fazer porque "nos encontrávamos próximos de eleições".

Oh Sr. Deputado, permita-nos a dúvida, e então ?...

As obras contempladas neste Plano que são para realizar no presente ano em São Jorge, não se devem realizar só porque estamos em ano de eleições?

Nós pela parte que nos toca, não concordamos com tal prática. Se o Senhor Deputado concorda que se defina.

Mas concordamos no entanto, com outras preocupações acerca da nossa Ilha, que o Sr. Deputado aqui trouxe, como é o caso dos caminhos de penetração, Porto da Calheta, fundo de maneio às cooperativas, Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

E quanto ao abastecimento de água à lavoura, já foram dados os primeiros passos, como é o caso do concurso já efectuado pelo IROA, para o perímetro da Beira e Santo Amaro, ganho por uma firma já instalada em São Jorge e que em breve começará a obra.

Não vamos de modo nenhum aqui assegurar que este é o Plano e Orçamento ideal, porque nunca aqui nesta Câmara se conseguirá atingir esse óptimo, mas é sim um razoável Plano e Orçamento e desde que executado na totalidade, será um Bom Plano.

Disse.

***Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!***

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido por limitação de tempo, mas não poderia deixar passar esta oportunidade para fazer reparo a algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado Manuel Brasil naquela tribuna.

Em primeiro lugar, para dizer que o Sr. Deputado Manuel Brasil acabou de passar um atestado de incompetência a técnicos da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, porque as arroteias da Serra do Topo estiveram contempladas em planos do Governo. De modo que quando se faz um plano, deve-se saber o que é que se está a fazer. Se estão mal as arroteias, a incompetência não é de quem aqui vem dizer que foi uma promessa não cumprida.

Relativamente à protecção da orla marítima da Fajã dos Vimes, quero informar o Sr. Deputado (com certeza não sabe), que estive numa reunião com a população daquela

Fajã depois uma informação que foi dada pela televisão onde esteve o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Calheta a falar àquela população, e o que ficou decidido foi que a Câmara iria fazer alguns trabalhos como remedeio. Sei o que fizeram e também sei o que está lá feito.

Se o Sr. entende que a população da Fajã dos Vimes ficara com o seu problema resolvido com aquilo que está lá feito, vá lá e diga isso.

Quanto à estrada do Topo, Sr. Deputado, V. Exa. deve saber que essa estrada contou num programa que se chamada **Programa Nacional de Interesse Comunitário**, arrastou-se em todos os planos deste Governo desde 1991 e por terem interrompido os trabalhos e devido a atrasos no pagamento da facturação, já pagaram à custa disso 70 mil contos de indemnização ao empreiteiro. Isso está no Jornal Oficial.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila.

**Deputado Manuel Gil Ávila (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar uma informação à Câmara, na sequência daquilo que o Sr. Deputado António Gomes acabou de afirmar.

Eu quinta feira estive na Fajã dos Vimes depois dos trabalhos estarem quase concluídos e o que a população transmitiu-me para dizer aos meus colegas e ao Sr. Presidente da Câmara, era que estavam muito contentes com o trabalho, ele estava praticamente concluído e com a cooperação que houve é assim que se fazem trabalhos daquela natureza.

Por isso Sr. Deputado, apenas esta informação e não uma crítica.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que o Sr. Deputado António Gomes compreendeu mal a história das arroteias da Serra do Topo.

Pode ter existido um plano, até pode ter existido um milhão deles. O que é certo é que dentro do contexto de preservação do meio ambiente e como o maior ecossistema de

S. Jorge é a Serra do Topo, não se podem fazer arroteias nessa Serra só a belo prazer ou para apresentar uma novidade em São Jorge.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** O Sr. diga isso ao Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

**O Orador:** Não tenho nada que dizer ao Sr. Secretário.

Eu estou a responder ao Sr. Deputado António Gomes.

Quando tiver que responder ao Sr. Secretário não lhe peço autorização para o fazer. Permita-me essa liberdade Sr. Deputado, "cada macaco no seu galho". O Sr. Deputado Fernando Fonte meta-se no seu e deixe-me agora estar no meu.

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** Em relação à Serra do Topo para sermos telegráficos, estamos conversados.

Quanto à Fajã dos Vimes, o meu colega Gil Ávila acabou de responder. O Sr. vá lá e veja se está ou não de acordo. De qualquer maneira a obra está feita e parece que as pessoas estão satisfeitas com ela excepto o Sr. Deputado, mas isso é um problema seu com muita pena minha.

Em relação a qualquer outro problema Sr. Deputado, nomeadamente à Serra do Topo, V. Exa. não se referiu aqui 70 milhões. Apenas o que disse na sua intervenção foi que se estava a fazer a Serra do Topo este ano porque era ano de eleições e foi isso que esclareci na minha intervenção.

Disse.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

**Deputado Duarte Pires (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos discutindo o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1996, e curiosamente o PSD através deste seu novo governo, continua cometendo velhos erros.

De facto, como diz o nosso povo, "pior do que ser surdo é não querer ouvir", e nessa medida torna-se incompreensível que o PSD e este seu "recauchutado" Governo não

tenham de novo convocado os Conselhos de Ilha, como era aliás sua obrigação legal, para exercerem as prerrogativas que a Lei lhes concede, como de resto se pode constatar pela leitura do relatório oportunamente apresentado a esta Assembleia pela COL.

Só uma tentativa de desvalorizar as críticas, que sabem inevitáveis, próprias de um partido desgastado e medroso, pode justificar o desrespeito do Governo pela legislação em vigor.

É de facto uma teimosia desnecessária, mas própria de quem já está a mais e aguarda apenas pelo fim que se avizinha próximo.

Foi certamente pelo facto do Governo ter receio de ser confrontado com o rol de sucessivas promessas não cumpridas, que teve tal atitude, na perspectiva de ocultar a inoperância dos anteriores, leia-se na maior parte dos casos, mesmo governantes, uma vez que se olharmos para os pareceres dos Conselhos de Ilha, e no caso concreto da ilha pela qual fomos eleitos, a Ilha Terceira, verificamos que as preocupações manifestadas em 1991 e 1992 continuam com plena actualidade.

Ao recomendar já em 1991 o início da execução de empreendimentos previstos em planos anteriores e que se revestiam de especial interesse económico e social para a ilha, como os casos do núcleo de pescas e do entreposto frigorífico do Porto da Praia da Vitória, ou do abastecimento de água às explorações agrícolas, o Conselho de Ilha em 1990, não imaginava que esses empreendimentos tivessem andamento tão lento.

De facto, apesar dos insistentes alertas lançados nesta Assembleia, com vista ao aceleramento e conclusão de tais obras, ainda hoje, passados que já são cinco anos, tempo superior à vigência de um Plano a Médio Prazo, estas reivindicações continuam actualíssimas.

Exemplo elucidativo do que atrás foi dito, é sem dúvida a promessa de um Porto Oceânico em plena operacionalidade em finais da década de oitenta e que hoje constitui apenas mais um dos elefantes brancos criados e sustentados pelos governos do PSD.

Se entendermos o Porto como um projecto global, que envolve o Porto Comercial, o Terminal Cimenteiro, o Porto de Pescas, o Entreposto Frigorífico, agora sob a designação da Rede de Frio, o Parque Industrial e a Zona de Tancagem de

Combustíveis Líquidos, para esquecermos o Estaleiro Naval, de saudosa memória, não podemos compreender que género de promessas foram feitas pelo PSD.

E muito menos compreendemos as posições de certos deputados da Ilha Terceira que nesta Casa,...

*(Aparte inaudível do Deputado Rui Luís)*

**O Orador:** É bastante diferente. Há coisas que não são para ser esquecidas e vamos ver o que é que tem de mau e o que é que tem de diferente.

**Deputado Rui Luís (PSD):** Isso é a repetição do ano passado.

**O Orador:** Se o incomodo em repetir algumas coisas, isso é bom sinal. O Sr. gostaria que elas fossem esquecidas, mas a minha missão é relembrá-las. Se estivessem feitas não eram repetidas certamente.

Mas voltando à minha intervenção, muito menos compreendemos as posições de certos deputados da Ilha Terceira que nesta Casa fizeram discursos embora adaptados às acções previstas ou acordadas para serem executadas em 1995, por parte do Governo, **incompreensivelmente não concluídas**, a não ser que estejam mais uma vez de acordo com o terminal de contentores que a inoperância governativa transformou o tão propalado Porto Oceânico da Praia da Vitória.

Mesmo sem estarmos ainda na posse do relatório anual de execução do ano de 1995, a falta de execução de obras previstas permite-nos desde já concluir mais uma vez pelo incumprimento das promessas então feitas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A inoperância e o sucessivo adiamento das acções, obviamente que para além da não concretização das aspirações e necessidades da Ilha Terceira, tiveram como consequência, o retardamento de novos empreendimentos.

Foi certamente devido às promessas sucessivamente repetidas que a pavimentação da estrada Lajes-Santa Bárbara apesar de já ter constado no PMP 88/92 ainda está por executar, e a verba inscrita em 1995 (300 mil contos), foi segundo o SRHOPTC, gasta em pagamentos de dívidas a empreiteiros, (devido ao regabofe da campanha de 1992, acrescentamos nós), como se deve igualmente à inoperância governativa que a



ligação de Angra ao Porto da Praia dure "apenas" há dezasseis anos, Srs. Deputados da Ilha Terceira, há 16 anos. Com o atraso das obras que na Ilha Terceira, andam a passo de caracol, é óbvio que estes pressupostos nos levam a deduzir pela existência duma estratégia premeditada, na mira de retardar o mais possível investimentos cruciais para o desenvolvimento daquela Ilha. É disso exemplo o parque industrial do Porto da Praia da Vitória, cuja falta continua frustrando as expectativas da iniciativa privada e retarda investimentos públicos dos quais destacamos nesta fase de concorrência e crise para o sector Agro-pecuário, o matadouro industrial, que impede grande parte da lavoura dos Açores de ter acesso a novos mercados; ou no caso do parque desportivo da Ilha Terceira, nomeadamente na concepção e execução do inútil campo de jogos da Secundária Vitorino Nemésio, prova provada da incompetência dos governantes que tivemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao não convocar o Conselho de Ilha, este Governo seguindo as pegadas dos seus antecessores, apenas pretendeu furtar-se às críticas unânimes dos Terceirenses que não percebem por que razão a Marina de Angra terá que ser executada pela Junta Autónoma, quando noutros lugares foi o Governo quem assumiu tais encargos.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** É fácil saber!

**O Orador:** Porém, faltarão certamente verbas para a tão falada compra de gruas e do rebocador tão necessários a um bom funcionamento e operacionalidade daquele Porto.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Tire essa mania!

**O Orador:** O dinheiro não é de elástico!

Entretanto, a Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada anunciou, e no nosso entender muito bem, a intenção de adquirir um novo rebocador, com vista a captar os cruzeiros turísticos que anualmente bordejam às dezenas as nossas ilhas e de cujas escalas resultam avultados proveitos para a Região.

Para quê mais comentários?

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Oh Sr. Deputado!

**O Orador:** No campo da educação, que credibilidade merecerá um governo que deixa funcionar a Escola Preparatória Francisco Ornelas da Câmara, nos moldes

actuais, já denunciados oportunamente pelos deputados do PS, onde para além da falta de condições de segurança, a escola funciona superlotadíssima, com cerca de 3000 alunos quando foi concebida para 300?

E que credibilidade merecerá este Governo aos Terceirenses quando anuncia como forma de ultrapassar a falta de espaço escolar, a construção de uma escola a EB2+3 em Angra do Heroísmo, que na melhor das hipóteses só arrancará em 1998?

Que credibilidade nos deve merecer um partido que através dos governos que sustentou, deixou degradar o parque escolar e esperou pelo ano das eleições para inscrever escassa verba para recuperação das escolas primárias da Região?

Não acreditamos que os senhores desconheçam realmente que as grandes reparações nas escolas primárias competem por Lei ao Governo Regional dos Açores.

E se num Estado de Direito todos têm obrigação de cumprir a Lei, com que legitimidade este Governo impõe às Autarquias a comparticipação nestes empreendimentos que são pura e simplesmente da sua exclusiva responsabilidade e fruto da prolongada teimosia dos governos anteriores?

Senhores da maioria,...

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Diga Sr. da maioria minoria!

**O Orador:** ... em democracia por mais ampla que seja uma maioria, nunca ela pode legitimar uma irregularidade.

Estamos convictos que só por inexperiência política a titular da tutela administrativa pôde defender nesta Casa, que a Assembleia Intermunicipal tivesse poder para decidir aquilo que só as Assembleias Municipais respectivas podem aprovar.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)*

**O Orador:** Para quem não conhece nada de legislação autárquica é bom que se contente com essa!

Que dimensão pretende dar de si próprio aos açorianos um Governo que inscreve no Programa 20.2, gestão de águas, verbas para limpeza das ribeiras de uma só ilha?

**Deputado Manuel Ávila (PSD):** Onde é que isso está escrito?

**O Orador:** Necessitarão ou não as ribeiras das restantes ilhas dos Açores, também de limpezas?

Será que têm realmente uma verdadeira noção de Região, ou confundem a parte com o todo, desconhecendo pura e simplesmente a realidade de todas, mas todas as ilhas que compõem a Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que credibilidade deverá merecer aos Terceirenses um Governo que atribui à Ilha Terceira apenas 13,5% do total do actual Plano, ou seja, menos 6,15% do que em 1989?

Será que os Srs. Deputados do PSD da Ilha Terceira também concordam com isto?

Aponte que eu aguardo a resposta.

No Conselho de Ilha Terceira realizado em 30 Julho de 1990, o Dr. José Mendes Melo Alves, então presidente daquele órgão, dizia que era preocupante que São Miguel tivesse dotação superior a 30% da totalidade do Plano e que a Terceira descesse dos 20%, preocupação que os defensores de um equilibrado desenvolvimento Regional não devem esquecer.

Para os que na sua boa fé chegaram a acreditar que com este "recauchutado" Governo alguma coisa se modificaria, a crueza dos números aí está, demonstrando o contrário.

Nunca os anteriores governos se atreveram a tanto.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

**Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*(Jaime Medeiros):* Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria apenas de dizer ao Sr. Deputado que são os navios que procuram os portos e não os portos que procuram os navios.

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** É óbvio!

**O Orador:** O facto de existir um porto não é condição para que lá vão navios. Os navios vão porque necessitam de ir aos portos.

Na actual estrutura dos portos dos Açores há uma certa tradição em termos de carreiras regulares, ou seja, aqueles que vêm fazer o tráfego com os Açores e aqueles que passam esporadicamente para reparar avarias, meter água, deixar doentes, reestivar cargas e meter combustíveis.

O facto de haver o Porto Oceânico da Praia da Vitória, não quer dizer que a médio ou a longo prazo esse porto não venha a prestar este serviço, só que, neste momento, não existem condições não só ao nível do serviço que se pode prestar, como também não existem oficinas de reparações marítimas que possam eventualmente reparar a maioria dos navios que aportam a outro porto para fazer esse tipo de serviço, mas não é o Governo que vai implementar isso. A iniciativa privada é que tem que aparecer criando oficinas de reparações marítimas.

Quanto à questão dos rebocadores, hoje em dia, a maior parte dos navios operam sem rebocadores, porque as novas tecnologias permitem que eles tenham capacidade de manobra para tal.

Cada junta é autónoma, exactamente, para poder gerir as suas receitas e poder adquirir os seus equipamentos.

Se a Junta Autónoma do Porto de Angra entender que deve adquirir um rebocador, da nossa parte nada há a opôr, porque os rebocadores que existem nos outros portos foram adquiridos por verbas das próprias juntas autónomas.

Um rebocador acostado ao cais custa 200 contos por dia e para que as juntas autónomas possam adquirir rebocadores, é preciso que estudem viabilidade de rentabilizar esse investimento que vão fazer.

Quanto à questão da marina ser suportada por verba da junta e não do Governo, isso chama-se engenharia financeira. Foi a forma que houve, sem empolar mais as despesas do plano, de se conseguir fazer aquilo que os terceirenses aspiram há muitos anos.

Eu não utilizei o termo que o Sr. usou há bocadinho, isto é, que as verbas inscritas na estrada Lajes/Santa Bárbara foram para "pagar o regabofe das obras de 92".

O que disse aos Srs. Deputados foi que durante a crise financeira de 93/94, houve determinados empreiteiros que suspenderam as obras e nós assumimos isso. Mas houve outros empreiteiros que decidiram continuar com as obras e nós acordámos com eles um escalonamento do pagamento mais tarde.

Portanto, o ano passado quando tivemos a primeira reunião para discutir o plano, eu disse - e já este ano voltei a dizê-lo - que as verbas inscritas eram para cumprir com os compromissos assumidos sem qualquer reserva e foi isso que aconteceu.

Eu não disse - quem ouviu provavelmente fez um juízo nesse sentido - que as verbas que estavam inscritas eram para pagar o regabofe de 1992. Eu não disse isso, aliás, eu não uso essa palavra no meu vocabulário!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

**Deputado Duarte Pires (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exactamente porque o tempo escasseia e para descansar o Sr. Secretário, gostaria de dizer que o termo **regabofe** é da minha exclusiva responsabilidade e não foi atribuído a si.

Eu disse o regabofe (acrescentamos nós) em relação à campanha de 1992, porque os Srs. tiveram a barriga maior que os olhos e prometeram o que não podiam cumprir.

Portanto, tiveram que suspender as obras e endemnizar os empreiteiros e foi por isso que a administração paralizou estes anos todos e só agora, no ano de 96, é que está em condições de começar de novo.

Relativamente ao Porto da Praia, queria lembrar ao Sr. Secretário e à Câmara que eu não vim para aqui inventar nada. Apenas limitei-me a folhear os papéis que fui arquivando ao longo do tempo e naturalmente que as promessas feitas pelo seu Governo foram saltando à vista.

O Governo Regional prometeu um porto oceânico em plena operacionalidade em finais da década de 80. O que se constata hoje é que não há tão pouco um porto que se possa dizer que está minimamente equipado. O que existe, é pouco mais que um terminal de contentores, não há zona de tanquagem de combustíveis - esta continua a funcionar em Angra -, não há parque industrial, as coisas adiam-se permanentemente

e desapareceu uma série de coisas que não vale a pena estar aqui a enumerá-las todas, porque já foram citadas na minha intervenção e julgo que fui claro.

Eu não estou a inventar nada. Estou, única e simplesmente, a lembrar aquilo que o PSD não foi capaz de executar e tinha prometido.

Eu gostaria de estar calado, porque era sinal que a minha ilha tinha tido outro tipo de desenvolvimento, tinha tido outro tipo de investimentos que não teve, mas a realidade que podemos constatar é que desde de 1989, para a Ilha Terceira, houve sucessivamente cortes em termos de verbas.

Em 1989 tivemos um investimento de 6 milhões e 71 mil contos; hoje estamos em 4 milhões, 500 e pouco. Descemos nessa altura de 19,65 % para 13,5 %.

Admito que precisam de mais, só que esse aumento de verbas teria que ser feito à custa do encurtamento de despesas e não à custa da redução das verbas na minha Ilha.

Espero que também chegue a altura de elas aumentarem na Terceira.

Só para lembrar e sem querer ferir melindres, houve....

*(Aparte inaudível do Dep. Rui Luís)*

**O Orador:** Eu sei que dói ao Sr. Deputado Rui Luís, porque é deputado da Terceira.

Não temos dúvidas que enquanto isso, houve outras ilhas que subiram com percentagens significativas e peço aos Srs. Deputados que olhem para as ex-capitais de anteriores distritos e verifiquem que a única penalizada continua a ser a Terceira.

O mal dos outros não nos faz bem nenhum, mas também esperamos pela nossa vez e esperamos que o Partido Social Democrata tenha a coragem de uma vez por todas assumir que a Terceira também necessita de mais investimento, porque estes investimentos é que têm repercussão na falta de emprego que se faz sentir e nos problemas mais gritantes, como seja os problemas sociais que se fazem sentir na Ilha Terceira, uma vez que o Governo Regional é, como todos sabem, o maior investidor da Região Autónoma dos Açores.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

**Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas queria fazer um esclarecimento à Câmara e, nomeadamente ao Sr. Deputado Duarte Pires.

O relacionamento da Secretaria Regional da Finanças, Planeamento e Administração Pública faz-se com os Presidentes das Câmaras Municipais.

O relacionamento dos Presidentes das Câmaras com as Assembleias Municipais é um problema interno.

**Deputado Rui Pedro Ávila** (*PS*): Local!

**A Oradora:** Se os Presidentes das Câmaras Municipais tiverem mandato das suas assembleias para estabelecer o protocolo com a Secretaria das Finanças, fá-lo-ão. Se não tiverem não fazem. É um problema interno de cada Câmara.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**A Oradora:** Sempre foi esta a perspectiva da Secretaria Regional das Finanças, até porque a verba que lá está não está discriminada para que câmaras é que se destinam.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Madruga da Costa*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vou utilizar a figura do protesto, mas vou prestar um esclarecimento à Câmara que vem no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Duarte Pires.

Em primeiro lugar, podia-lhe contar com algum pormenor a história do Porto da Praia da Vitória. É uma história longa, porque é uma obra de grande vulto que conheceu ao longo do seu percurso alguns eventuais atrasos em algumas matérias.

Foi feito numa época em que o desenho que se vislumbrava para o comércio internacional da marinha mercante e o transporte de contentores entre os diversos

portos, apresentava-se com determinadas perspectivas que vieram, por razões da mais diversa natureza e claramente económicas, a gorar-se.

Aliás, sobre esta matéria, vive hoje na Terceira uma pessoa que na altura participou intensamente na elaboração e nos primeiros passos destes processos, como também participaram os deputados que aqui estão da Terceira e os membros do Governo. Todas as pessoas participaram e, em relação a esta matéria, o PSD está perfeitamente à vontade.

Sr. Deputado, há 20 anos que venho participando nestas andanças do desenvolvimento da nossa terra e sempre nesta ocasião da apreciação do plano e orçamento são tomadas por vezes as mais diversas apreciações sobre o que está contido no plano e orçamento.

Habitualmente, a nossa primeira reacção - daqueles que são deputados por algumas ilhas - é olhar aquilo que a essas ilhas está destinado e verificarmos que não está tudo o quanto se queria, mas está tudo o quanto se pode fazer.

Por parte do Governo, não há qualquer intenção de menosprezar ou provocar desequilíbrios que tenham o significado do desrespeito por qualquer ilha, nem tão pouco a intenção de nela não favorecer nem promover o desenvolvimento. Nisto eu tenho alguma experiência pessoal.

Antes de estar na função que exerço, estive noutras como o Sr. Deputado sabe e sou eleito por uma ilha que durante 8 anos a única obra de vulto que vii foi este edifício da Assembleia Legislativa Regional, que nem era da responsabilidade do Governo. Mas também tenho a consciência que durante 10 anos, ou melhor, nos 8 primeiros anos do regime da autonomia que nós vivemos, o círculo eleitoral por que fui eleito, vii realizadas algumas das suas velhas aspirações, vii realizados alguns dos empreendimentos que mais precisava e que mais queria.

Nessa altura, houve outras comunidades, outros concidadãos nossos, que tiveram menos do que precisavam e não tenho dúvida nenhuma que se tivéssemos levado até ao limite das possibilidades esta apreciação percentual do plano, do que se fez e do que não se fez, não seríamos hoje uma Região, teríamos voltado a ser um arquipélago e talvez nem sequer conseguíssemos ser três distritos, mas nove.



Sr. Deputado, perante uma garrafa que está com água pelo meio, há sempre duas possibilidades de a encarar: ou está meia cheia ou está meia vazia.

Para o Sr. Deputado está meia vazia, para mim, graças a Deus, está meia cheia.

***Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!***

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Rosa Machado.

**Deputada Rosa Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que este plano propõe, no domínio da educação, apesar do que respeita às construções escolares, ficar muito aquém daquilo que nós professores desejaríamos, registamos com agrado, que muitas outras acções podem ser feitas, no âmbito da educação e citamos: "assistimos a uma situação de modernização acelerada da sociedade onde será conferida especial importância à correcção de situações potencialmente geradoras de desequilíbrio e/ou exclusão social" - fim de citação.

Pensamos que esta valorização dos recursos humanos apontada no plano é de vital importância, porque assegurar a igualdade de oportunidades de acesso a todos à educação não é de modo nenhum sinónimo de sucesso.

Para que esse acesso tenha realmente sucesso tem de apontar rumos com objectivos que tracem linhas de orientação e se identifiquem situações, em que o valor das ideias transformadoras tem de se exprimir em acções desejáveis e explícitas que se enquadrem com os objectivos propostos.

O momento actual, de fim de milénio, com a combinação única de tensões e desafios que o caracterizam, tem de conduzir e modelar novas e melhores formas e práticas de educação.

Mas essas responsabilidades têm de ser partilhadas, e dizemos isto, porque ao termos assistido na Universidade de Coimbra, a um Encontro Internacional subordinado ao título "Educação para os Média", organizado pelos alunos do curso de licenciatura de Jornalismo, confirmámos esta nossa ideia das responsabilidades partilhadas.

O encontro destinava-se prioritariamente a professores, jornalistas e quaisquer outras pessoas relacionadas com a educação, pois como nos dizia o próprio folheto de inscrição "a explosão mediática dos últimos anos exige respostas no domínio da educação para os média, quer estas sejam fruto do trabalho de profissionais dos órgãos de informação, quer das instituições educativas, quer ainda de outras forças sociais ou institucionais."

Durante aqueles três dias ouvimos os responsáveis máximos pelos meios de comunicação escrita, falada e da imagem.

Muitos deles também professores deste mesmo curso de jornalismo, dissertaram sobre os problemas e importância que os "média" exercem na sociedade e na educação dos jovens.

De todos os meios de comunicação, salientou-se que era a Televisão aquele que mais influenciava, porque a imagem tem uma importância e um poder muito mais decisivo do que qualquer uma das outras formas de comunicação, apesar de tanto a imprensa escrita e a rádio, continuarem a ter bons níveis de audiência.

A televisão pela presença constante nas nossas casas, tem de repensar o seu papel. Os vários canais, em vez de estarem tão preocupados com as guerras de audiência, deviam fazer uma reflexão sobre si próprios, numa abordagem inteligível, para uma melhoria da prática através de um processo crítico de auto-reflexão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De tudo o que assistimos neste encontro e ao lembrarmo-nos que estamos no ano Internacional da Educação, achamos que o papel que cabe à escola e ao educador, tem de ser um papel decisivo, porque os desafios que se apresentam hoje aos nossos alunos, onde muitos dos canais são transnacionais, levam-nos precisamente a esperar uma mudança radical por parte daqueles que educam.

A Televisão como educador que é, tem que educar os nossos jovens fornecendo-lhes um manancial de informações, tanto nacionais como estrangeiras.

Mas se essas informações não forem devidamente transformadas em compreensão, teremos alunos cheios de conhecimentos mas sem poder de análise e sem espírito crítico.

Neste domínio achamos que a escola tem um papel decisivo e fundamental, porque já não vivemos num sistema fechado onde os valores eram como estrelas fixas. Agora os valores já não são nacionais e o nosso pequeno mundo tornou-se o Universo inteiro, a tão falada "aldeia global" que nos faz cidadãos do mundo.

Pensamos que têm de realizar-se acções multidisciplinares entre a escola e os meios de comunicação, principalmente a Televisão, e em especial a estatal, porque se a educação tem por finalidade fazer desenvolver no homem a sua maior faculdade, a RAZÃO, a responsabilidade deste meio de comunicação é muito grande e devem consciencializar-se que a educação é um factor decisivo na formação e construção da personalidade.

Educar é estimular a criatividade e a diferença e não promover a uniformização e a massificação. Preparar os jovens para entrar num universo pluralista é a tarefa dos educadores, tendo sempre em vista que se deve educar para a alegria e para a felicidade.

Congratulamo-nos com o encontro que está neste momento a decorrer em Coimbra com o título "Porque não me drogo", que em vez de nos dar imagens sensacionalistas e deprimentes de jovens drogados, mostram o lado bom, bonito e alegre da vida, convidando e estimulando os destinatários deste processo, os jovens, a uma atitude diferente, levando-os a quererem tirar o máximo proveito desta postura positiva.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A vitória do Partido Socialista, a nível nacional, nas legislativas de Outubro passado, criou ao PS/Açores uma situação algo embaraçosa, por configurar a ingrata missão de sentir-se poder e oposição ao mesmo tempo e no mesmo País.

Creio bem que, antes de Outubro passado, bem mais fácil seria a tarefa do PS/Açores. Assumia, globalmente, um *estatuto de oposição* e exercê-lo por forma sistemática,

integral ou até radical é, sem dúvida, uma situação bem mais consentânea com um estado de espírito cimentado por muitos anos de alheamento das dificuldades do exercício do poder.

A vitória de Outubro de 95 torna bem mais incómodo para o PS/Açores o mar de rosas, sem espinhos, em que vinha navegando. É que a interdependência existente, no mesmo espaço nacional, de governos e maiorias de cariz diferente, obrigará o Partido Socialista dos Açores a uma premente postura cautelosa, de defesa-ataque. Assim, louvam, agora, o Governo da República, que **antes**, acusavam de centralista, despótico, redutor da Autonomia, asfixiante de todos os direitos e justas reivindicações dos açorianos. Simultaneamente, continua-se aqui na Região a atacar o Governo Regional na exacta medida e nos mesmos moldes em que sempre o fizeram. Afinal, pergunto-me a mim mesmo, o que justificará esta tão estranha, quanto díspar, mudança de atitude do PS/Açores. Será que o actual Governo Central mudou o seu comportamento em relação aos Açores de forma a justificar esta alteração de 180 graus do PS/Açores?

Meditando um pouco, conclui que o Governo Central, para **além dumas promessas anunciadas**, ao ser confrontado com uma situação bem concreta - **a situação financeira da Região** - manteve idêntico comportamento aos Governos Cavaco Silva. Não vislumbro, quantitativamente falando, descontada a inflação, que as transferências do Orçamento do Estado para o Orçamento Regional tenham um "aport" significativo.

E nem me venham encher o ouvido com o aumento dos 5 milhões para suporte de 50% dos encargos de juros com a dívida. A isso, poderia contrapor-se que o Governo Cavaco Silva também suportou, ele próprio, metade da própria dívida.

E o que me importa salientar, neste momento, é a diferença de comportamentos do Partido Social Democrata e do Partido Socialista. O PSD/Açores mostrou-se, sempre, crítico frontal do seu homólogo nacional quando em jogo estavam interesses regionais. Tão críticos e tão frontais que chegámos, aqui, nesta Câmara, a ser acusados pelo PS/Açores de não nos entendermos com o Governo da República. De facto, não nos entendíamos, nem nunca nos entendemos sempre que víamos ameaçados os nossos direitos e as nossas justas aspirações. **Pelo contrário**, o

PS/Açores mudou, **radicalmente**, em relação ao Governo Central. Futebolisticamente falando, passou-se de "**besta a bestial**", embora nenhum de nós saiba, concretamente, que méritos houve para tal qualificação. A situação em que o PS/Açores, hoje vive e se encontra recorda-me - com o devido respeito e sem malícia intencional - o célebre e simpático boneco que alegrou a nossa infância e que dava pelo nome de "Teimoso", o conhecido "Sempre em pé". Lembram-se, certamente que, colocado em qualquer posição, o simpático "teimoso" voltava sempre à posição inicial.

O mesmo se passa com o PS/Açores nesta altura.

Colocado em nova posição - a de ser Governo no Continente - não retirou daí qualquer ilação, não mudou a sua postura na Região. Tal como o "teimoso", voltou à posição inicial da oposição sistemática, criticando um Plano e um Orçamento que, só não são substancialmente diferentes para muito melhor, exactamente e na medida em que o PS nacional se recusou a abrir mais os cordões à bolsa.

- Não conseguindo que o Governo Central "**fizesse chover o maná**" nos Açores, pese embora tantas audiências com os seus membros e tanto espavento nos Órgãos de Comunicação Social, enveredou o PS/Açores pela tentativa de conquistar poder regional nas eleições de Outubro próximo.

Todos sabemos que o "Marketing político" está caríssimo, que as campanhas promocionais custam fortunas. Talvez por esta razão - ou pouca crença numa vitória nas eleições regionais - certo é que se torna visível que a estratégia usada nos Açores, pelo PS regional, se configura como autêntica repetição da campanha seguida pelo Partido a nível nacional. Fica-nos a ideia de que o PS nacional apenas facultou algumas fotocópias, mas recusou-se a investir na nova campanha. Vejamos se as tácticas já em prática não serão, exactamente, as mesmas:

- Um arremedo de Estados Gerais, rebaptizado de "**Convenção para uma nova autonomia**".

- Um aliciamento de personalidades, ditas independentes, sendo que a maioria delas já tarimbaram, duma forma ou doutra, noutros Partidos.

- **Descobrir o mundo real** calcorreando montes e vales, lugares e freguesias em reuniões, encontros e desencontros, vendendo ilusões, num desenfreado safari de caça ao voto.

- Mostrar o líder, qual redentor, acompanhado duns quantos apóstolos - **cuidado com os Judas** Sr. Deputado Carlos César...

*(Risos da bancada do PSD)*

... pregando o Partido Socialista, insinuando que, com eles, o milagre do "**pão e dos peixes**" estará, diariamente, garantido.

- Tudo isto seria interessante, inovador, se não fosse um "**déjà vu**".

- Tudo isto poderia aqui resultar nos Açores, se não tivesse já resultado no Continente.

A verdade, porém, é que, **lá como cá**, já nos apercebemos de que a mudança não resolveu nada. E homem prevenido vale por dois e **açoriano avisado vale por três**... como tal já percebeu que não foi o Partido Socialista quem ganhou as eleições, mas sim o comportamento do Governo Cavaco Silva...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Não pode ser!

**O Orador:** ... que - e é preciso dizê-lo com clareza - nos últimos seus anos do Governo, ajudou e muito o PSD a perder as eleições. Sou dos que pensam que os açorianos não culpam o seu Governo...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Lá fora?

**O Orador:** Aqui!

*(Risos da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... nem o PS/Açores, pelas dificuldades havidas. Antes, sabem quanto lutámos sempre para que vivam aqui, melhor. Por isso mesmo, sou também dos que pensam que o PSD ganhará as eleições de Outubro de 96...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Lá fora!

**O Orador:** Cá, Sr. Deputado!

*(Risos da bancada do PSD)*

... pese embora a pressão que o PS/Açores fará, em sintonia com o Governo Central, para nos convencerem que, com eles todos juntos, estaremos em permanentes "**bodas de Caná**", mas não estamos.

*(Risos da bancada do PSD)*

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

Como diz um velho ditado popular... "**As coisas são como são em virtude de serem assim mesmo**".

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Citação do Sr. Deputado Gastão Barbosa Pacheco!

**O Orador:** ... nomeadamente, Gastão Pacheco!

Extrapolemos este velho ditado para o que se passa com a discussão do Plano e do Orçamento nesta Câmara. Andamos, todos nós, aqui, a dizer bem ou a dizer mal, ou a dizer assim assim, dos documentos em debate. Mas a verdade, meus senhores, é que todos temos plena consciência - ou deveríamos ter - de que são necessárias mais obras e serviços públicos para satisfação das necessidades das populações.

Todos temos consciência de que é preciso apoiar mais e melhor a habitação, o emprego, a formação profissional, a agro-pecuária, as pescas, etc..., etc...

Mas também todos temos consciência de que, para fazer tudo isto, seria necessário que as verbas orçamentadas fossem 5 ou 10 vezes maiores.

**Mas a realidade é que não são.**

Não foi o facto de ter mudado o Governo Central, não foi o facto do Partido Socialista dizer, quando na oposição que, sendo poder, mudaria as coisas que, estas, na realidade mudaram.

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**O Orador:** Não mudaram os comportamentos, não mudou a filosofia do Governo, não mudou o entendimento da Autonomia e suas necessidades de financiamento. E por quê? Porque, repito, o velho ditado: "**As coisas são como são em virtude de serem assim mesmo**". Daí que estejamos, uma vez mais, sem Plano perfeito, sem Orçamento infalível, **são aqueles que há**, aqui ou em qualquer lado do mundo, a falibilidade existe sempre.

Há, certamente, a consciência e a vontade de fazer melhor. Houve a preocupação de levar ao Plano, sectorialmente, as propostas de realizações que se afiguravam mais urgentes e mais necessárias.

E houve, também, a preocupação de dotar, orçamentalmente, esses projectos com as verbas disponíveis.

Poderemos discordar de alguns programas, de afectação de algumas verbas, dos critérios utilizados, porém, penso que, todos nós, somos capazes de, independentemente da matriz política que perfilhemos, estar unânimes numa coisa: lutar, lutar cada vez mais e melhor, seja qual for o Governo Central, para que aos Açores sejam atribuídos os meios que permitam igual desenvolvimento económico e social ao de qualquer outra parcela continental. Se o povo destas ilhas não sentir esta nossa luta em defesa dos seus interesses, então meus senhores, é porque não fomos capazes de os convencer, e escusaremos de lhe pedir o seu apoio, pois jamais perceberão o real significado desta Câmara, do trabalho dos deputados e até da necessidade dum Governo próprio.

A Autonomia não pode ser apenas uma figura constitucional vertida num Estatuto Político-Administrativo, mas, **antes e, sobretudo**, terá de ser **um estado de espírito permanente, traduzido na vontade dum Povo que quer ser ele próprio e respeitado como tal, no contexto nacional**.

E nós, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, enquanto tais, porque eleitos, cumpre-nos sobrepôr eventuais divergências e estar na primeira linha de defesa da Autonomia.

Aprovar o Plano e o Orçamento faz parte dessa luta, por se tratar de investimentos necessários ao Governo destas ilhas.



Não digo, nem afirmo que apresentamos um bom Plano e um bom Orçamento. É sempre discutível qualquer opção tomada. Mas há que tomar opções e definir prioridades. O melindre do fenómeno económico é que, todo ele, é discutível. Governar é, bem vistas as coisas, um somatório de actos administrativos. Nenhum Governo pode governar sem Plano e Orçamento e o plano e orçamento que estão hoje em causa são certamente aqueles que resultaram do esforço e das prioridades que foram definidas nesta altura

Por isso mesmo, embora possa discordar, pontualmente, da oportunidade de alguns projectos, da afectação de algumas verbas ou dos critérios subjacentes às opções tomadas, vou aprová-los.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** E discorda?

**O Orador:** Faz parte da minha luta fazê-lo.

Espero bem que, cada um, assuma, também, as suas responsabilidades nesta luta. Tenho dito.

*(Aplausos da bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento de uma qualquer instituição constitui uma espécie de barómetro para se aquilatar do seu estado de saúde financeiro e para se avaliar dos seus propósitos e objectivos.

Passando do nível das considerações abstractas para o nível das considerações concretas, ou seja, passando a apreciar a partir de agora o Plano e Orçamento do Governo Regional dos Açores para o ano de 1996, pareceu-nos que deveríamos começar por estudar os pareceres das autarquias locais sobre este mesmo Plano para, com base neles, tecermos as nossas próprias considerações.

E ninguém melhor do que as autarquias locais, porque são elas que no dia a dia lidam directamente com as populações para auscultarem o seu sentir e os seus anseios.

Diz a Câmara Municipal das Lajes do Pico, "com este Plano o concelho fica prejudicado" e adiante, "com este Plano o concelho vê o seu progresso e desenvolvimento comprometido em termos de futuro".

Diz a Câmara da Madalena, "é preocupante a escassez de verbas inscritas no Plano para a reabilitação de Estradas Regionais".

A Assembleia Municipal da Horta acrescenta, "é mais importante a execução do que está planeado do que elencar muitos programas e projectos não exequíveis". E exemplifica com vários casos concretos.

A Câmara Municipal das Lajes das Flores afirma "Discordamos do Plano por ele não contemplar minimamente as nossas reivindicações", mais, "neste Plano nem sequer constam obras que constavam no Plano para 95 e que ainda não foram executadas."

A Câmara de Velas acrescenta "o orçamento previsto para a ilha de São Jorge coloca em causa o desenvolvimento sócio-económico da ilha".

A Câmara Municipal de Vila do Porto por sua vez, diz no seu parecer que este Plano apenas conclui obras que estão em fase de acabamento e lamenta que ele não contemple novos investimentos, acrescentando que as verbas são exíguas para a resolução dos problemas da ilha.

As Câmaras Municipais de São Miguel não fogem ao mesmo tom crítico.

Assim, diz a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo "este Plano não satisfaz nem contempla minimamente e com dignidade este concelho, antes pelo contrário, faz tábua rasa das necessidades para as quais a autarquia vem alertando há largos anos".

A Câmara Municipal da Ribeira Grande manifesta a sua apreensão face às verbas disponíveis para obras de grande urgência e de manifesta necessidade para o concelho.

A Câmara Municipal da Lagoa afirma que com este Plano continuam adiados um conjunto de projectos que são fundamentais à modernidade e progresso sócio-económico do concelho, para além do facto de que muitos dos projectos contemplados constarem de anteriores Planos sem que nunca tenham sido concretizados.

Da leitura destes pareceres podemos extrair algumas ideias comuns a todos eles:

- insuficiência e escassez de verbas
- adiamento de projectos fundamentais
- progresso comprometido
- reivindicações não contempladas
- discordância quase sempre unânime das verbas atribuídas

Feita esta rápida viagem por alguns concelhos de algumas ilhas dos Açores, há que a partir de agora voltar à ilha que me elegeu e em relação à qual tenho responsabilidades políticas acrescidas.

É que, como já afirmei anteriormente nesta Assembleia, muito embora como deputado represente a Região no seu todo, o que é facto é que o deputado, qualquer deputado, tem obrigações especiais para com a ilha que o elegeu.

E olhando para a ilha de São Miguel e olhando para este Plano e Orçamento, teremos de concluir, tal como já haviam concluído as autarquias locais desta Região, que este Plano e Orçamento é insuficiente em muitas áreas, compromete o progresso da ilha, adia projectos fundamentais e não dá resposta a muitas reivindicações que são exigências de há já longa data.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já neste Plenário se falou na necessidade da construção urgente do Matadouro Industrial de Ponta Delgada, elemento essencial para criar um sector agrícola competitivo e sem o qual a lavoura micaelense não poderá sobreviver a longo prazo.

Mas o que é facto é que este investimento de há muito reivindicado pela lavoura, continua a estar ausente das intenções deste Governo.

Investimento igualmente importante para a economia da ilha, é o tão falado porto de pesca de São Miguel.

Começou por estar incluído no Plano a Médio Prazo 93-96, mas temos de constatar que neste seu último ano de execução o porto continua a ser uma miragem.

Já em anos anteriores chamei a atenção nesta Assembleia para este investimento essencial, cuja falta compromete irremediavelmente o desenvolvimento do sector.

Mas uma vez mais, esta obra fundamental para o progresso das pescas continua a estar omissa nas intenções deste Governo.

Outro ponto a merecer a nossa atenção, diz respeito à Gestão de Áreas Protegidas e Naturais.

A verba inscrita de 5.000 contos de modo nenhum é suficiente, para fazer face tão só e apenas à protecção das nossas três lagoas principais, Fogo, Furnas e Sete Cidades.

E é bom não esquecer que estas três lagoas são como que o ex-líbris turístico da ilha de São Miguel.

A sua descaracterização poderá pôr em risco um certo tipo de turismo de qualidade que se pretende para os Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à protecção da orla marítima, sabemos que existem zonas de costa que devido à erosão contínua provocada pelo mar, estão em situação crítica e constituem um perigo crescente para as populações.

Entre os casos mais graves cito apenas dois:

A falésia da Rocha dos Campos na freguesia de Água d'Alto que originou já a evacuação de várias famílias e que de há quatro anos para cá ainda não passou da fase dos estudos.

Os 4 mil contos inscritos neste orçamento são o sinal evidente de que o Governo não pretende resolver o problema com a urgência que a situação impõe.

O segundo caso, igualmente grave, é o que se refere à orla costeira entre Ribeira Grande, Rabo de Peixe e Calhetas.

Recordo ruas e casas na freguesia de Rabo de Peixe que, levadas pelo mar, desapareceram nestes últimos 20 anos.

Neste momento, e sobretudo em Rabo de Peixe, há casas em risco de ruir e pessoas em risco de vida em virtude da constante erosão do mar.

E este problema nem sequer está ainda equacionado.

Nem sequer está ainda em fase de estudo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queria deixar de referir ainda a degradação extrema em que se encontra a Estrada Regional nº 3 -1ª Ponta Delgada - Ribeira Grande, mais conhecida pela via rápida. No percurso entre a Loja do Grilo-Ribeira Grande o piso está num estado de degradação quase irrecuperável.

A verba para a sua repavimentação estava contemplada no Plano a Médio Prazo com 430.000 contos, mas infelizmente neste seu último ano de execução essa verba desapareceu.

E tanto mais grave quanto esta via é uma das estradas com mais movimento de toda a ilha. Por ela circula toda a população da Costa Norte, desde o Nordeste à Ribeira Grande. Por ela circulam diariamente milhares de pessoas, por ela circula igualmente toda a indústria gerada na cidade da Ribeira Grande.

E para culminar este estado de coisas, os últimos temporais tornaram aquela via completamente degradada.

Não basta, pois, a reparação e manutenção do seu piso, impõe-se e é urgente a sua repavimentação.

Falando em estradas, duas palavras apenas para um caso que raia foros de escândalo público.

Refiro-me à Estrada Regional 6-2ª no troço dentro do Concelho da Ribeira Grande, mais conhecida pela Estrada da Mediana.

A primeira parte da pavimentação desta estrada está concluída há já vários anos mas parou, ninguém sabe porquê, às portas do concelho da Ribeira Grande.

A autarquia tem feito várias diligências para a sua pavimentação mas, até hoje, sem resultado e aquela estrada continua em piso de terra ainda por cima em mau estado.

A execução desta obra iria resolver o problema do tráfego directo entre Ribeira Grande e Lagoa com reais vantagens para todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por último, queria deixar uma palavra sobre o grande tema da Cultura.

É meritório e têm o nosso aplauso as verbas destinadas ao apoio a associações culturais.

Mas queria lembrar que cultura é um conceito abrangente, é sobretudo um confronto de ideias e concepções.

Para que a cultura floresça, necessita desse confronto, o qual por enquanto é quase inexistente nesta Região.

Por isso defendo e dou o meu inteiro apoio a realizações como o Festival de Música e a Bienal de Arte que a Secretaria Regional de Educação e Cultura há já alguns anos e em boa altura deu início.

Mas é necessário ir mais além e trazer aos Açores o Teatro, a Música, o Bailado e a Pintura que se faz lá fora.

Com este intercâmbio cultural beneficiam os artistas açorianos e beneficia a população em geral. Só assim se poderá dizer que os Açores não estão isolados culturalmente.

Portanto, como complemento a esse apoio às associações culturais, torna-se urgente e necessário criar uma nova rubrica orçamental que venha permitir trazer aos Açores aquilo que de melhor se faz lá fora no domínio das artes.

Deixaríamos de ser cidadãos desta pequena aldeia açoriana para passarmos a ser cidadãos duma aldeia mais vasta que é a Europa da nossa civilização, e por que não, dessa aldeia global que é o mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui ficam estes reparos de um dos deputados da ilha de São Miguel.

Se contribuírem para uma chamada de atenção deste Governo para que se repare estas falhas no ano de 1996 seria o ideal.

Senão neste ano, que fique pelo menos como um indicativo para que num futuro próximo estes reparos venham a ser atendidos, já que têm atrás de si não só a minha voz, mas os anseios dos micaelenses que hoje aqui represento.

Disse.

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como anualmente acontece, está a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em plenário para apreciar o Plano e Orçamento para 1996, documentos que darão os meios financeiros para que o Governo continue a desenvolver a nossa

Região, melhorando as condições de vida dos açorianos, processo este que já dura há 20 anos, com resultados visíveis em todas as ilhas e cuja continuidade não terá apenas a vigência de 1 ano, razão pela qual algumas das reivindicações das ilhas apenas serão satisfeitas em futuros Planos, até porque o desenvolvimento sendo dinâmico e ao resolvermos um problema ou reivindicação, logo surge outro na mesma ou em área diferente. Ainda bem que assim acontece, porque é a indicação clara do inconformismo e indica que os nossos índices de exigência ou conforto são cada vez maiores.

Este Plano que analisamos é a última etapa do PMP 92/96, documento que preconizou os investimentos em diversas infraestruturas necessárias para o desenvolvimento económico, social e cultural, da Ilha de Santa Maria.

Grande parte do programado está realizado, como é o caso do Centro de Saúde de Vila do Porto, infraestrutura que representa um grande passo na qualidade da prestação de cuidados primários de saúde e melhorou em grande escala as condições de trabalho dos seus profissionais, não só pelo edifício, mas principalmente pelo equipamento instalado.

Nesta área não posso deixar de apontar o problema da falta de médicos, apenas dois actualmente, única nota menos positiva no actual Centro de Saúde, cujo esforço para a sua resolução tem sido muito grande, tendo já sido aberto 2 concursos e um deles divulgado através dum jornal de grande circulação, no Continente, infelizmente ficaram desertos. Há que continuar a tentar resolver o problema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 1996 e com a aplicação do Plano em discussão, ficará totalmente realizada a asfaltagem de todas as estradas regionais da Ilha de Santa Maria, melhoria esta já notória pela realização de cerca de 95% do total da obra.

Na área da Dinamização da Actividade Económica e nos programas 3 e 4, Turismo e Incentivos, estão verbas que poderão ser aproveitadas pela iniciativa privada para novas empresas e conseqüente criação de postos de trabalho, problema que no momento é dos mais graves na Ilha.

Os jovens marienses enfrentam grandes dificuldades para conseguirem o primeiro emprego.

Há que juntar os esforços de todos, sem excepção, para encontrar soluções a curto prazo. Estamos confiantes na iniciativa local, tendo como exemplo a grande aposta em 1995 na criação de diversas pequenas empresas, na área do artesanato, o que criou alguns postos de trabalho e ficou a ilha equipada com espaços condignos e funcionais para o atendimento daqueles que nos visitam e desejam observar e conhecer as nossas tradições e consumir um produto local, criando riqueza.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outros projectos estão considerados para o ano de 1996 na esfera da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, como sejam a construção do polivalente de Almagreira, do Edifício que irá albergar os serviços locais da Segurança Social e o projecto de adaptação do antigo Centro de Saúde para Centro de Idosos ou Centro Comunitário.

É dado mais um passo em frente na resolução de espaços para ocupação de tempos livres, apoio e acompanhamento dos idosos e melhoram-se as condições de trabalho dos funcionários da Segurança e Acção Social.

Embora não apareça como acção desagregada, estão contempladas verbas para aquisição de terrenos e projecto para a Casa de Matança de Santa Maria.

Convém aqui esclarecer que o actual Matadouro responde totalmente às necessidades de Santa Maria e que a construção do novo apenas se prende com a localização do actual, numa zona histórica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na área da educação, a verba de 550.000 contos, dedicada à cooperação financeira com as autarquias para a reabilitação do parque escolar do 1.º ciclo do Ensino Básico, é uma novidade que irá abranger todos os concelhos da Região, num espírito de cooperação numa área em que as autarquias enfrentam um grave problema que urge atacar rapidamente.

Reivindicação de pais, professores e alunos da Escola Básica 2, 3 Bento Rodrigues, era a vedação da referida escola, obra esta que será realizada em 1996 e permitirá maior segurança para os alunos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



No Programa 21, Habitação, a verba inscrita irá reanimar a economia da ilha, ao mesmo tempo que se resolverão alguns casos de famílias carenciadas e cuja habitação não reúne as mínimas condições, e por outro lado possibilitar áqueles que têm rendimentos suficientes que, aliados aos apoios do Governo, desejam adquirir uma habitação, melhorando as suas condições de habitabilidade e bem estar social.

Pelo que a trás foi referido e numa postura de confiança no futuro e acreditando na dinâmica actual dos agentes económicos e sociedade civil da Ilha de Santa Maria, acredito que vamos no rumo certo para a resolução dos nossos problemas e principalmente porque já não "colam" nem fazem efeito discursos miserabilistas e desmotivantes utilizados durante anos e que tiveram efeitos altamente negativos na mobilização da população e agentes económicos.

Vamos continuar a avançar com aqueles que acreditam nas potencialidades endógenas da Ilha de Santa Maria.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, atingida a hora combinada, vamos interromper os nossos trabalhos por hoje e recomeçaremos amanhã às 10.00 horas.

Pedia aos líderes parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão para fazerem o favor de se aproximarem da Mesa.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

*(Eram 24.00 horas)*

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Carlos César, Duarte Pires, Martins Goulart, Nélia Rigueiredo, Ricardo Barros; **PP** - Alvarino Pinheiro).*

*(Deputado que faltou à Sessão **PS** - Mario Machado).*

**A Redactora de 2.<sup>a</sup> Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco***